

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1900

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF THE HISTORY OF ARTS

RECEIVED

COLLECCÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA

DO

ULTRAMAR

1900

MINISTERIO DAS COLONIAS
ARQUIVO

VOLUME XXVIII



LISBOA

COMPANHIA TYPOGRAPHICA

Rua do Ferregial de Baixo, 12 a 20

1902

INDICE CHRONOLOGICO

DO VOLUME XXVIII

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1900

Janeiro

	Pag.
10 Officio communicando o augmento mandado abonar sobre o soldo aos officiaes da provincia de Angola.	1
10 Determinação régia regulando o procedimento a seguir nas despesas de funeraes de officiaes e praças de pret que se acharem na metropole	1
12 Officio declarando a interpretação a dar ás disposições do contracto de 25 de setembro de 1885, que isentam do pagamento de contribuições a Companhia real dos caminhos de ferro através d'Africa	2
19 Officio manifestando agrado pelas providencias do commandante militar do Libollo, na provincia de Angola, repressivas de abusos contra o gentio	2
19 Portaria approvando as Instruções a observar nos trabalhos de delimitação de fronteiras.	4
23 Officio auctorisando a promulgação de uma Portaria provincial para se estabelecer gratificação ao substituto do juiz municipal do julgado de Mormugão.	7
23 Portaria providenciando no sentido de ser dada uniformidade ás estatisticas nosologicas e necrologicas das provincias ultramarinas.	8
23 Officio declarando quaes as praças a que devem ser abonadas as gratificações estabelecidas pelo art. 3.º do decreto de 16 de agosto de 1895.	10
24 Officio fazendo recommendações para terem o destino competente os documentos de transferencia das praças mudadas de guarnição nas provincias ultramarinas	10
24 Officio declarando serem isentos de direitos os sobresalentes conduzidos pelos vapores da Empresa nacional de navegação, com destino á conservação do vapor <i>Principe</i>	10
25 Decreto concedendo a medalha <i>Rainha D. Amelia</i> a todos os militares que fizeram parte da expedição contra o ré-gulo Mataka	11
25 Officio indicando a situação em que devem ser consideradas as praças das guarnições ultramarinas, julgadas incapazes do serviço.	11

	Pag.
25 Officio communicando terem sido approvadas as Instruções dadas pelo Governador de Cabo Verde para se regularem as operações do recenseamento geral da população.	11
26 Officio declarando não ter direito a passagem para o reino o funcionario publico suspenso ou na situação de inactividade	16
31 Officio (circular) communicando a approvação das tarifas geraes do contracto provisorio celebrado com a Empresa nacional de navegação.	16

Fevereiro

5 Portaria auctorisando, provisoriamente, a transferencia da data fixada para a abertura dos cofres ao pagamento da contribuição predial na provincia de Cabo Verde.	16
8 Portaria mandando remetter á secretaria da marinha e ultramar os processos em que se faça applicação do art. 45.º do codigo de justiça militar.	16
10 Officio indicando ao Governador geral de Angola quaes os abonos a fazer aos officiaes que vão servir no ultramar.	17
14 Officio determinando as circumstancias em que os empregados dos quadros de saude têm direito ao abono de étape	17
15 Portaria mandando inspecionar previamente pela Junta de saude os funcionarios nomeados para o ultramar.	17
15 Decreto, sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, negando provimento n'um recurso do Ministerio publico, sobre liquidação de contribuição de registo por titulo gratuito, na provincia de Macau	18
15 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Caetano Sant' Anna Gama e outros, contra a approvação do compromisso da confraria do Santissimo Sacramento e Senhora da Saude, da egreja de Cuncolim, do Estado da India	19
15 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Rogariano Rodrigues contra a adjudicação, a um arrematante que offereceu sexima, de umas varzeas pertencentes á Communi-dade de Arossim, do Estado da India.	19

	Pag.
17 Officio declarando não ter a fazenda nacional responsabilidade por uma dívida á Camara municipal de S. Thomé, comprehendida no alcance do thesoureiro da alfandega	20
17 Portaria approvando a resolução do presidente da Relação de Loanda, relativa ao juramento do juiz municipal do Julgado da ilha do Principe	20
20 Officio auctorisando, condicionalmente, o sub-delegado do Julgado municipal de S. Vicente, a gosar na metropole a licença arbitrada para a provincia pela Junta de saude.	21
23 Portaria determinando os vencimentos que competem aos officiaes do exercito do reino, nomeados para servirem commissões, provisoriamente, no ultramar	21
24 Officio approvando o projecto de Instrucções, formulado pelo Governador geral do Estado da India, para o recenseamento geral da população	21

Março

2 Officio (circular) mandando remetter á secretaria da marinha e ultramar as folhas de registo das praças que ficarem residindo nas provincias ultramarinas depois de passarem á reserva ..	29
2 Portaria approvando o programma para os exames dos candidatos a telegraphistas do ultramar.	29
5 Determinação régia relativa á vinda ao reino de praças de pret alistadas por haverem sido postas á disposição do Governo	30
7 Officio declarando não subsistente a isenção do pagamento de direitos de mercê, de que gosavam os empregados das Imprensas nacionaes do ultramar ..	30
8 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Datarana Sinay, Bureculó contra a nomeação de um amanuense especial das Comunidades do concelho de Sanquelim, do Estado da India.	31
8 Decreto, sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, dando provimento n'um recurso do Ministerio publico, relativo á annullação do lançamento de decima de juros concedida á firma commercial A. Moraes & Irmão, na provincia de S. Thomé e Principe.	31
8 Decreto, sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, dando provimento n'um recurso do Ministerio publico, relativo á annullação do lançamento de decima de juros, concedida a José Roballo Gambôa, na provincia de S. Thomé e Principe	32
8 Decreto, sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, dando provimento n'um recurso do Ministerio publico relativo á annullação do lançamento de decima de juros, concedida a Sabino d'Almeida, na provincia de S. Thomé e Principe	33
10 Portaria determinando que as praças de pret, presentes á Junta de saude do ultramar, não possam desistir das licenças que obtiveram sem serem de novo Inspeccionadas	34

	Pag.
12 Decreto approvando umas instrucções para a execução dos serviços dos destacamentos para as colonias	31
12 Officio declarando não haver tempo determinado para se conservarem no ultramar os réus postos á disposição do Governo	47
13 Officio declarando por quem devem ser substituidos os conservadores do registo predial	48
14 Officio commettendo ao Governador de Macau a fiscalisação e regulamentação do hospital chinez e das enfermarias da Santa Infancia e dos chinezes catholicos.	48
14 Portaria mandando estabelecer cofres fortes nas recebedorias dos concelhos	48
16 Portaria mandando suscitar a observancia de diversas Portarias régias relativamente a certidões exigidas pelos Delegados das comarcas do ultramar.	48
20 Portaria mandando declarar que os funcionarios das alfandegas ultramarinas não podem exercer, sem auctorisação do Governo, funções alheias aos seus cargos.	49
22 Decreto, sobre consulta do Supremo Tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Baburain Sinay Bobó relativo á usurpação do predio «Namoxim dos Ferreiros» pertencente á Comunidade de Nerul, do Estado da India.	49
22 Officio suscitando a observancia do que foi determinado sobre a denominação de decretos dos commissarios régios.	51
26 Portaria approvando o plano de uniformes dos empregados menores da Direcção geral do ultramar	51
27 Officio declarando dever ser substituido, pelo do enterramento, o processo de incineração de cadáveres seguido no Estado da India	52
29 Decreto, sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, dando provimento n'um recurso do Ministerio publico contra a isenção de decima de juros de um capital mutuado pelo Banco ultramarino, concedida a Manuel do Espírito Santo Baptista e Sousa, da ilha de S. Thomé.	52
31 Portaria estabelecendo a caução do chefe thesoureiro da delegação da alfandega da Guiné em Bissau	52

Abril

2 Officio declarando as razões por que não está em vigor no ultramar o decreto de 18 d'abril de 1892 sobre loterias.	53
3 Officio approvando a criação de uma pharmacia do Estado, provisoria, em Macau ..	53
5 Portaria declarando de nenhum effeito os despachos do Governo da Guiné sobre a concessão de um caminho de ferro «Decauville» á «Compagnie de la Guinée portugaise»	53
10 Officio ordenando a elaboração de projectos de diversas obras publicas nas ilhas de Santo Antão e S. Vicente de Cabo Verde.	54
10 Portaria nomeando uma Commissão para dar parecer sobre as questões pendentes, relativas ao caminho de ferro de Mormugão	54

	Pag.		Pag.
11 Officio indicando como podem realizar-se as promoções de funcionarios da fazenda	54	30 Portaria contendo Instruções para se regular um engenheiro nomeado para proceder ao estudo das obras a executar na ilha de S. Thomé.	65
11 Portaria declarando ser obrigatorio o reconhecimento das assignaturas nos recibos de levantamento de depositos e de fornecimentos ao Estado por quantia superior a 10\$000 réis	55	31 Decreto, sobre a consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Francisco Pedro de Souza contra a nomeação de um 2.º official da secretaria geral do Governo do Estado da India	65
18 Officio (circular) aos consules communicando ter sido mandada acrescentar ás declarações de carga a indicação da origem das mercadorias	55	31 Portaria exonerando o Administrador, por parte do Governo, na Companhia da Zambezia, por incompatibilidade com o logar de Governador da de Moçambique.	66
18 Portaria nomeando uma Comissão para o estudo da defesa colonial	55		
18 Officio mandando supprimir o logar de guarda-mór de saude em Lourenço Marques e approvando disposições relativas ao systema quarentenario no mesmo porto	55	Junho	
19 Officio (circular) pedindo aos Governadores das provincias esclarecimentos sobre as condições politica e juridica dos indigenas	57	2 Officio declarando deverem os capitães da guarnição de Cabo Verde solicitar transferencia para outra guarnição, quando concorram ao posto de major.	66
19 Portaria approvando a do Governador geral d'Angola sobre os direitos de importação de bebidas alcoolicas no districto do Congo e pela alfandega do Ambriz	57	2 Officio communicando não poder ser auctorisado um 3.º official das alfandegas de Cabo Verde a accumular as funções de subdelegado do Julgado municipal da Ilha Brava	66
25 Portaria declarando por quem devem ser inutilisadas as estampilhas das letras passadas no estrangeiro e pagaveis no reino	58	2 Officio (circular) mandando facilitar o exercicio do commando de companhia aos capitães candidatos ao posto de major	67
28 Portaria auctorisando a Companhia do Nyassa a usar, como distinctivo especial, uma bandeira quadrangular azul ferrete	58	5 Officio approvando as Instruções do Governador geral de Angola para o recenseamento da população	67
30 Officio communicando ao Governador de Cabo Verde não poder ser feita nenhuma concessão no <i>Montado Real</i> ...	59	6 Officio approvando somente a parte dispositiva da Portaria do Governador da Guiné que regulou o serviço de estatistica	73
		6 Officio (do Ministerio da guerra) declarando como deve ser contado o tempo de serviço de destacamento nas colonias	75
Maió		7 Portaria fixando o effectivo da companhia de artilheria de guarnição de Cabo Verde	75
3 Decreto approvando o regulamento para a cobrança do imposto sobre o algodão, destinado á construcção do caminho de ferro de Benguella.	59	7 Decreto estabelecendo a competencia disciplinar do Governador do districto do Principe	76
10 Portaria approvando o programma para as provas dos capitães dos quadros das forças ultramarinas, candidatos ao posto de major	59	7 Carta de lei approvando o protocollo entre Portugal e os Estados-Unidos da America do Norte, como rectificação ao accordo commercial de 22 de maio de 1899	76
12 Portaria ordenando a rigorosa observancia da lei do sello nos documentos que do ultramar sejam enviados para a metropole	63	7 Decreto confirmando e ratificando o protocollo entre Portugal e os Estados Unidos da America do Norte, como rectificação ao accordo commercial de 22 de maio de 1899	76
16 Portaria prorogando o contracto de 8 de novembro de 1892 para o arrendamento de dois prazos da corôa no districto da Zambezia.	63	7 Carta de lei approvando a Convenção relativa á revisão do regimen fiscal das bebidas espirituosas em certas regiões da Africa	77
23 Officio indicando ao Governador da Guiné a data a adoptar para o recenseamento da população	64	8 Officio (circular) declarando poder ser concedida fiança a réus militares no fóro commum	78
25 Decreto concedendo á «Associação de beneficencia civilisadora de Moçambique» a igreja de S. Francisco de Paula, em Lisboa	64	9 Officio dando esclarecimentos acerca das condições á que se acham sujeitas as correspondencias para a Africa oriental e do sul	78
28 Officio declarando competirem ao Governador do districto de Timor, em relação ao serviço de saude, as attribuições que a lei de 28 de maio de 1896 confere aos Governadores das provincias.	64	11 Decreto substituindo o regulamento de 3 de maio, relativo á cobrança do imposto especial, sobre o algodão, destinado á construcção do caminho de ferro de Benguella.	79
29 Officio communicando não ser permitido ao Administrador da alfandega da Praia, de Cabo Verde, accumular as funções de Delegado da comarca de Sotavento	65		

	Pag.
15 Officio mandando abonar as despesas de representação do Governador ao Conselho governativo da provincia de Macau	81
16 Portaria dissolvendo a Comissão encarregada do estudo sobre concessões de terrenos no ultramar	81
18 Officio (circular) fazendo diversas recommendações acerca das requisições de sellos e outras fórmulas de franquia do correio	81
20 Officio concedendo auctorisação para os empregados das alfandegas de Cabo Verde accumularem as funções de outros cargos	82
21 Carta de lei auctorisando o Governo a converter em definitivo o contracto provisorio para o estabelecimento de um cabo submarino destinado á Africa do Sul	82
21 Decreto concedendo auctorisação á Companhia commercial de Angola para se constituir definitivamente	83
21 Portaria determinando o modo de as auctoridades do ultramar se corresponderem com as do reino	83
21 Decreto approvando a organização do mercado central de productos agricolas	83
23 Decreto approvando o regulamento da Junta administrativa do caminho de ferro de Benguella e da respectiva Commissão executiva	99
23 Portaria incumbindo o Governador geral de Angola de formular os regulamentos para a cobrança e fiscalisação do imposto do alcool e aguardente	102
25 Officio resolvendo duvidas sobre o registo parochial em relação a individuos de religiões toleradas	104
26 Portaria mandando suspender a de 23 de junho, que incumbiu o Governador de Angola de formular os regulamentos do imposto do alcool e aguardente	105
26 Officio mandando chamar a attenção dos commandantes dos navios estrangeiros para uma disposição da Convenção principal dos correios	105
27 Portaria snscitando aos Governadores do ultramar a lembrança de que os secretarios geraes interinos não têm voto nos Conselhos governativos	106

Julho

3 Portaria dispensando da inspecção da Junta de saude do ultramar os governadores nomeados para as provincias ultramarinas	106
5 Decreto pondo á disposição do Ministerio da marinha e ultramar, para embarcar para Macau, um corpo de tropas	106
5 Decreto, sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, revogando os accordãos do Conselho de provincia de Cabo Verde acerca da redução do rendimento collectavel fixado sobre a importação de carvão no anno de 1898, para o lançamento da respectiva contribuição industrial a duas firmas commerciaes e a uma Companhia	Pag. 107 a 109

	Pag.
5 Carta de lei auctorisando a cobrança dos impostos e demais rendimentos publicos, relativos ao exercicio de 1900-1901	1 1
5 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso de Vitol Baby Porobo contra a annullação do despacho que o mandára inscrever como componente ou vangor dos Porobos, da Comunidade de Amoná, do Estado da India	126
7 Decreto estabelecendo um regimén provisorio para o commercio e fabrico dos alcooes e aguardentes nas provincias da Africa portugueza	127
10 Decreto regulando a despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1900-1901	129
11 Officio enviando ao Governador de Cabo Verde copia de uma Portaria relativa ao aproveitamento dos terrenos baldios da provincia	130
12 Portaria regularisando as relações entre o Ministerio da marinha e ultramar e as Companhias colonias	131
13 Decreto approvando o regulamento do mercado publico da cidade da Beira	131
16 Officio approvando, em parte, a Portaria do Governador geral d'Angola, que mandou observar o regulamento provisorio para a instrucção das tropas da guarnição	135
17 Portaria mandando dar instrucções para plena execução, na provincia de Moçambique, do decreto de 20 de agosto de 1892, sobre os serviços de obras publicas no ultramar	148
18 Officio explicando o motivo por que deixaram de ser expedidos <i>Boletins de sanidade maritima</i> pelo Ministerio do reino	148
19 Decreto approvando o regulamento da officina do Estado na ilha de S. Vicente de Cabo Verde	148
19 Decreto declarando extensivas aos districtos de Inhambane e Lourenço Marques as disposições do de 7 de julho relativo a alcooes e aguardentes	152
19 Portaria declarando ficarem sujeitos ao imposto fixado pelo decreto de 7 de julho os alcooes e aguardentes produzidos no districto militar de Gaza, na provincia de Moçambique	152
19 Decreto approvando o regulamento das execuções fiscaes e administrativas na provincia de Cabo Verde	152
19 Decreto approvando um regulamento para deposito de materias incendiarias nos territorios da Companhia de Moçambique	166
24 Portaria regulando a concessão de licenças aos funcionarios do ultramar	168
26 Officio (circular) recommendando a fórma como deve ser feita a confirmação dos telegrammas cifrados	168
27 Decreto regulando a nomeação, pertencente ao Governo, dos Administradores das Companhias colonias	168
27 Decreto regulando as attribuições dos commissarios do Governo junto ás Companhias colonias	172

	Pag.
27 Decreto regulando o processo de arrecadação do imposto sobre o algodão, destinado á construcção do caminho de ferro de Benguella.	174
27 Portaria approvando o regulamento do presidio militar da fortaleza de S. Paulo do Monte de Macau.	174

Agosto

1 Portaria mandando exigir nos diplomas de nomeação dos funcionarios do ultramar, ainda não expedidos, o sello fixado na lei de 29 de julho de 1899.	179
3 Portaria nomeando uma Commissão para estudar e propôr um plano de reorganisação bancaria ultramarina.	179
3 Decreto creando o logar de Encarregado do pharol do Ilheu das Cabras, na provincia de S. Thomé e Príncipe.	179
4 Portaria mandando ficar a cargo da Direcção das obras publicas de Macau o serviço de conservação de jardins publicos, ruas, etc.	180
10 Officio dando instrucções para o funcionamento da pharmacia provisoria do Estado em Macau.	180
11 Decreto augmentando os vencimentos de exercicio de alguns conservadores do registo predial do ultramar.	180
11 Decreto approvando as tábellas dos direitos de Capitania nos portos dos territorios da Companhia de Moçambique.	181
11 Decreto prohibindo, provisoriamente, a exportação e reexportação de material de guerra com destino aos portos da China.	182
11 Decreto regulando a concessão de licenças para o reino, com passagem por conta do Estado, aos funcionarios do ultramar naturaes do continente e ilhas.	182
13 Portaria esclarecendo duvidas suscitadas sobre a faculdade de poderem vir ao reino com licença da junta de saude os empregados de nomeação provisoria ou interina.	185
14 Portaria annullando a do Governador da Guiné sobre a administração das duas companhias de infantaria de Bolama e Bissau.	185
16 Decreto approvando as Convenções relativas á solução pacifica dos conflictos internacionaes e a assumptos da guerra terrestre e maritima.	186
17 Officio ponderando ao Governador de Macau a conveniencia de fazer cumprir os orçamentos approvados por decreto com força de lei.	190
17 Officio declarando ao Governador da Guiné dever o saldo do orçamento do commando de Bissau entrar no cofre geral.	191
20 Decreto substituindo por um imposto de 150 réis sobre cada tonelada o imposto de 3 por cento <i>ad valorem</i> sobre as mercadorias baldeadas no porto da Beira.	191
21 Portaria declarando applicavel o lançamento de contribuição industrial aos cobradores do imposto de palhota na provincia de Moçambique.	192

	Pag.
24 Decreto, sobre consulta do Supremo Tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso do tenente da guarnição do Estado da India, Manuel Freire de Menezes Junior, contra a contagem da antiguidade de outro tenente da mesma guarnição.	192
24 Decreto estabelecendo a fórmula de pagamento da contribuição industrial sobre os emolumentos dos escriptães dos processos executivos.	193
25 Carta régia confirmando a Convenção para se assegurar a solução amigavel dos conflictos internacionaes.	193
25 Carta régia confirmando a Convenção sobre as instrucções que devem ser dadas ás forças armadas terrestres.	215
25 Carta régia confirmando a Convenção relativa á adaptação ás guerras maritimas dos principios da Convenção de Genebra.	236
25 Carta régia confirmando a Convenção relativa á prohibição do emprego, em caso de guerra, de projecteis que tenham por fim espalhar gazes asphixiantes ou deletérios.	246
25 Carta régia confirmando a Convenção relativa á introdução, durante o periodo de cinco annos, em caso de guerra, do lançamento de projecteis e explosivos por meio de balões ou por outros novos meios analogos.	250
28 Officio resolvendo duvidas acerca da competencia do juiz substituto do de direito durante a ausencia do proprietario em correição, na comarca de Sotavento, de Cabo Verde.	254
28 Portaria determinando que não sejam afastados do serviço das forças do exercito do reino os officiaes pertencentes aos quadros das mesmas forças.	254
29 Officio indicando a condição exigida na lei para a criação de uma escola primaria no districto de Gaza.	255
29 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, rejeitando um recurso do capitão do quadro militar do Estado da India, José Antonio Pereira de Azambuja, contra a resolução que o não promoveu ao posto de major.	255
29 Officio indicando a gratificação que pertence aos empregados subalternos das Repartições de fazenda.	255
30 Officio denegando auctorisação para dois empregados dos correios de Cabo Verde exercerem funcções do Ministerio publico.	256
31 Officio declarando dever considerar-se em vigor no ultramar a lei de 16 de julho de 1863, sobre prédios urbanos em ruina.	256

Setembro

1 Officio declarando dever ser considerada de exercicio a gratificação que recebem os facultativos dos quadros de saude, em virtude da lei de 28 de maio de 1896.	258
1 Portaria estabelecendo as condições para a remessa, á secretaria da marinha e ultramar, dos processos de apresentação ou reforma de diversos empregados.	258

	Pag.		Pag.
3 Officio confirmando uma resolução sobre a competencia dos conservadores quando substituem os juizes de direito . . .	258	19 Decreto permitindo que os substitutos dos Delegados das comarcas Gôa, Bardez e Salsete desempenhem o serviço do Ministerio publico conjuntamente com os Delegados proprietarios . . .	284
4 Officio indicando o procedimento a seguir a respeito dos empregados aduaneiros de Cabo Verde que quizerem ser advogados provisionarios . . .	258	20 Officio declarando competir ás Camaras municipais o pagamento dos vencimentos de aposentação e o da despesa de passagens dos empregados das Administrações de concelho . . .	284
5 Officio indicando as gratificações dos facultativos e pharmaceuticos, que não são accumulaveis com as suas patentes . . .	259	21 Contracto com a Companhia «Eastern Telegraph», para o estabelecimento de um cabo submarino com destino á Africa do Sul . . .	285
6 Decreto auctorisando a «Companhia agricola do Cazengo» a conservar, por mais dez annos, os bens immobiliarios que possua na provincia de Angola . .	259	25 Portaria denegando approvação ao regulamento da Companhia de Moçambique para a venda de polvora em Manica e Sofala . . .	288
6 Officio (circular) recommendando a exacta observancia da Portaria de 14 de novembro de 1898, sobre os planos geraes das obras publicas . . .	260	26 Officio mandando verificar minuciosamente, em Cabo Verde, as malas do correio transportadas pelos paquetes da Empresa nacional . . .	288
7 Officio ao commissario do Governo junto da «Companhia de Moçambique», contestando a informação do Governador da Beira em defesa da suppressão de dias santificados e de gala nacional . . .	260	26 Officio (circular) ácerca da conveniencia de exercer toda a vigilancia sobre o serviço dos correios . . .	288
7 Portaria annullando duas Portarias do Governador geral da India, sobre as relações entre <i>manducare</i> s e proprietarios . . .	260	27 Portaria designando quaes os serviços que podem ser contados aos capitães nos dois annos de commando de companhia para a admissão ao tirocinio para o posto de major . . .	288
7 Decreto mandando continuar até 30 de abril de 1901 os privilegios do Banco nacional ultramarino . . .	262	29 Officio declarando qual é o vencimento do Governador da prelazia de Moçambique nomeado pelo prelado . . .	289
8 Decreto pondo á disposição do Ministerio da marinha e ultramar um corpo expedicionario de tropas do reino com destino á provincia de Moçambique . .	262	29 Decreto approvando a tabella de taxas a cobrar pela Capitania dos portos de Manica e Sofala . . .	289
13 Officio mandando annullar duas portarias do Governador geral de Moçambique, relativas ao serviço de obras publicas e correios no districto de Gaza . . .	264		
13 Idem, mandando annullar quatro portarias do sobredito Governador geral, sobre o referido serviço . . .	264		
14 Decreto, sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, confirmando a inscripção na respectiva matriz predial dos bens de um <i>desaiaado</i> do concelho de Perném, do Estado da India, em nome de cada um dos seus possuidores . . .	264		
14 Decreto auctorisando a emissão de sellos postaes para o Estado da India e para Macau e Timor . . .	265		
14 Decreto, sobre consulta do Supremo tribunal administrativo, regeitando um recurso do major do quadro oriental das forças ultramarinas, Caetano Maria Dias Azedo, relativo á sua reforma em general de brigada . . .	265		
14 Decreto mandando applicar, com modificações, ás provincias ultramarinas e districtos autonomos as disposições dos regulamentos geraes de contabilidade e da administração de fazenda publica . . .	266		
15 Portaria declarando qual a correspondencia official que pôde ser trocada com as auctoridades da metropole, sem ser por intermédio da Direcção geral do ultramar . . .	283		
19 Decreto auctorisando a Companhia commercial de Angola a conservar bens immobiliarios por mais de dez annos . .	283		
		Outubro	
		1 Officio (circular) fazendo recommendações sobre a fórma da remessa dos processos postaes . . .	290
		3 Officio indicando as condições com que podem ser concedidas passagens a colonos . . .	290
		5 Officio mandando formular e remetter mappas sobre a exploração de jazigos mineiros em Moçambique . . .	290
		5 Officio declarando os abonos que não competem aos facultativos destacados, que optaram pelo decreto de 2 dezembro de 1869 . . .	294
		6 Portaria revogando a do Governador geral da provincia de Moçambique sobre a administração dos territorios continentaes do districto de Moçambique . .	294
		8 Decreto approvando o regulamento do circulo aduaneiro de S. Thomé . . .	302
		8 Decreto approvando o regulamento da Companhia braçal da alfandega de S. Thomé . . .	341
		8 Decreto creando uma «Secção da guarda fiscal de S. Thomé» e approvando o respectivo regulamento . . .	345
		8 Decreto dando nova organização ao serviço de estampilhas e mais formulas de franquia nos correios do ultramar . .	351
		9 Officio (circular) determinando que pertençam ao Governo as nomeações do pessoal technico das obras publicas . .	360
		10 Officio mandando continuar com o regimen estabelecido para o pagamento dos empregados de fazenda com licença na metropole . . .	360

	Pag.
15 Portaria mandando expedir regularmente, todas as segundas feiras, para Lourenço Marques, uma nota dos cambios em Lisboa sobre as principaes praças da Europa.....	360
15 Portaria determinando que as obras do porto de Lourenço Marques constituam uma secção da Direcção das obras publicas de Moçambique.....	361
19 Decreto instituindo no Ministerio da marinha e ultramar uma Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos.....	361
19 Decreto regulando a situação das praças de pret do exercito do reino julgadas incapazes no seu regresso do serviço das Companhias coloniaes....	365
19 Decreto auctorisando o Governo a estabelecer o serviço de permutação de fundos por meio de vales do correio no ultramar.....	365
19 Decreto modificando o de 23 de junho, quanto ao fundo especial destinado á construcção do caminho de ferro de Benguella.....	381
19 Decreto approvando o regulamento para o batalhão disciplinar da provincia de Angola.....	381
20 Portaria mandando adoptar instrucções para a adjudicação de obras publicas e fornecimento de materiaes na Direcção geral do ultramar e nas provincias ultramarinas.....	387
20 Portaria mandando dar começo, em 1 de janeiro de 1901, á construcção do caminho de ferro de Benguella.....	410
23 Officio approvando a creação de um Posto militar na margem portugueza do rio <i>Cuanza</i> , districto do Congo ..	410
24 Portaria approvando a do Governador da Guiné, relativa á arrecadação e distribuição dos emolumentos dos empregados das alfandegas.....	411
25 Decreto dissolvendo a Camara dos Deputados.....	412
25 Decreto mandando proceder ás eleições de Deputados ás côrtes.....	412
25 Portaria determinando que os Inspectores de fazenda passem guias do estado de contas de cada um dos empregados do ultramar que venham ao reino	413
26 Officio indicando como devem ser publicadas as estatisticas nos <i>Boletins officiaes</i>	413
26 Officio declarando competir aos Governadores a confirmação dos escrivães das Camaras municipaes.....	413
26 Officio declarando qual a taxa da contribuição industrial a pagar pelos escrivães de fazenda pelos emolumentos percebidos como juizes dos processos administrativos.....	413
27 Officio declarando não serem isentos de contribuição industrial os empregados das Estações telegraphicas, estrangeiros.....	414
27 Officio sobre a conveniencia de serem participadas directamente á Direcção geral do ultramar as licenças para virem ao reino, concedidas aos funcionarios dependentes das Capitánias dos portos ou das officinas navaes.....	414
27 Officio resolvendo duvidas sobre a contagem do tempo de serviço militar aos funcionarios civis do ultramar.....	414

	Pag.
29 Officio declarando ao Governador da India deixar de ter execução o de 8 de maio de 1897 sobre a remessa da nota de castigos mandados trancar...	414
30 Decreto annullando o de 27 de setembro de 1894 que concedeu a exploração agricola da Guiné portugueza.....	415
30 Decreto approvando o regulamento para o serviço de transporte de passageiros e bagagens no Porto Grande da ilha de S. Vicente.....	415

Novembro

8 Decreto indicando o direito que deve pagar o café importado pelas alfandegas dos territorios da Companhia de Moçambique.....	417
8 Decreto dispensando, temporariamente, de impostos e emolumentos os vapores que façam carreiras regulares para Porto Amelia.....	418
8 Decreto approvando o regulamento para as construcções em Porto Amelia....	418
8 Portaria mandando considerar nulla a ordem de serviço do Governador da Companhia de Moçambique, relativa á constituição da Commissão sanitaria da Beira.....	419
8 Decreto approvando o plano de uniformes para as forças ultramarinas.....	419
8 Portaria declarando nulla a ordem do Governador da Companhia de Moçambique, que mandou suspender uma disposição dos preliminares da pauta de 1892	437
9 Officio (circular) communicando que o uso dos codigos depositados em Aden se tornou extensivo aos telegrammas para as colonias do Cabo e do Natal.	437
10 Officio declarando que só aos Bispos compete ajuda de custo pela visita ás parochias.....	437
10 Portaria mandando inscrever pensionista do montepio militar de Gôa, Macau e Timor a viuva do major reformado Antonio Joaquim Ruas.....	437
13 Portaria approvando provisoriamente o primeiro troço do projecto da secção da linha ferrea de Benguella ao Monte Sahôa.....	438
15 Decreto providenciando sobre o exercicio das funcções de juiz das execuções fiscaes administrativas, na capital dos territorios sob a administração da Companhia do Nyassa.....	438
15 Decreto approvando o orçamento geral das provincias ultramarinas, para o anno economico de 1900-1901.....	438
22 Decreto transferindo para Andalatando a séde do concelho de Cazengo, da provincia de Angola.....	847
30 Decreto, sobre consulta da Junta consultiva do ultramar, dando provimento n'um recurso do Ministerio publico contra a isenção de decima de juros concedida a um devedor do Banco ultramarino, na ilha de S. Thomé.....	847
30 Decreto auctorisando as Camaras municipaes da cidade da Praia e da villa de Santa Catharina, de Cabo Verde, a emittir obrigações para construcção de estradas e outras obras.....	848
30 Decreto declarando extensiva á provincia de Cabo Verde a lei da Assistencia judiciaria civil.....	848

Dezembro

	Pag.		Pag.
1 Portaria confirmando, a titulo provisorio, a Portaria do Governador do districto de Timor, que organisou um regimento de 2. ^a linha em Bancan.....	853	17 Officio (circular) communicando achar-se tambem depositado em Aden o <i>General Commercial and Mining Telegram Code, 1897</i> , para redacção de telegrammas.....	866
3 Officio recommendando aos Governadores do ultramar o emprego de toda a sua solicitude para o bom resultado do congresso colonial.....	854	18 Officio declarando não deverem fazer-se abonos especiaes a Commissões individuaes ou collectivas, que suspendam temporariamente o seu trabalho.....	866
6 Officio declarando as condições em que têm direito a augmento de congrua os missionarios readmittidos ao serviço depois de concluida a sua commissão	863	19 Officio exigindo informação sobre a effektividade do tempo de serviço dos empregados que requererem licença nos termos do decreto de 11 d'agosto. ...	866
12 Portaria determinando o pagamento, pelos cofres do Estado da India, dos encargos do caminho de ferro de Mormugão ..	864	22 Decreto providenciando sobre a melhor organização do registo parochial na provincia de Moçambique	867
12 Officio restituindo, conditionalmente, ao Leal senado de Macau a faculdade de conceder licenças a particulares para construcções	864	22 Decreto approvando o regulamento dos direitos e obrigações dos proprietarios do sólo nas suas relações com os concessionarios de minas dos territorios de Manica e Sofala	869
12 Officio recommendando a manutenção rigorosa dos quadros dos empregados ultramarinos na confecção das tabellas orçamentaes	864	22 Decreto estabelecendo providencias para o rapido andamento de processos instaurados nas provincias ultramarinas por crimes puniveis pelo código de justiça militar	870
13 Decreto fixando o numero dos segundos escripturarios das Repartições de fazenda provincias de Angola, Moçambique e S. Thomé e Príncipe	864	26 Portaria suspendendo a execução da de 11 de dezembro de 1897 sobre a nomeação de missionarios ordenados em Macau.....	871
13 Officio declarando subsistir a doutrina do decreto de 24 de dezembro de 1885 com relação ao abono de passagens ás familias dos empregados	865	27 Portaria mandando abonar aos Residentes do districto do Congo os vencimentos anteriores á reorganização do mesmo districto	872
14 Portaria mandando considerar officiaes nas provincias ultramarinas as correspondencias da Commissão organizada do congresso colonial, expedidas pelo correio.....	865	28 Officio regulando a publicação de providencias e documentos nos <i>Boletins officiaes</i>	872
15 Portaria declarando dependente da sancção superior qualquer alteração ou modificação feita pelos Governadores nas pautas aduaneiras	866	29 Decreto concedendo amnistia e perdão para diversos crimes	872
		31 Portaria approvando, provisoriamente, com alterações, o projecto de regulamento do lyceu nacional de Nova Gôa	873

COLLECÇÃO

DA

LÉGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1900

JANEIRO

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.— S. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de communicar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que, por despacho ministerial de 5 do presente mez, foi mandado abonar o augmento de 25 % sobre o soldo aos officiaes do quadro d'essa provincia que façam serviço militar.

Deus guarde a v. ex.^a— Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de janeiro de 1900.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Angola.— Pelo director geral, *Feliciano Protes Henrique Bordallo Pinheiro*.

Sendo conveniente regular por uma fôrma permanente o procedimento a seguir nos diversos casos em que hajam de ser satisfeitas por conta da fazenda despesas de funeraes de officiaes e praças de pret, pertencentes aos quadros das forças ultramarinas ou aos do exercito do reino mas em serviço n'este ministerio, e, tanto uns como outros, achando-se na metropole á data do seu fallecimento, determina Sua Magestade El-Rei que se observe o seguinte:

1.^o Os hospitaes, incluindo militares permanentes, enviarão á 7.^a repartição da direcção geral de contabilidade publica, se fôr official, e ao conselho administrativo do deposito de praças do ultramar, se fôr praça de pret, as contas das despesas feitas com os enterramentos, e d'onde receberão a sua importancia, que não poderá exceder a auctorisada no n.^o 6.^o

2.^o A despesa com os funeraes das praças de pret, excedente ao producto do espolio, será abonada na relação de vencimentos.

3.^o Em todos os funeraes, que tenham de ser pagos pelo ministerio da marinha e ultramar, attender-se-ha á maxima economia, compativel com a decencia e consideração devida aos postos dos fallecidos, apresentando-se os documentos comprovativos para se verificar o abonó respectivo.

4.^o Os funeraes de officiaes e praças de pret fallecidos fóra dos hospitaes militares ou civis só poderão realisar-se por conta da fazenda, os primeiros, com prévia auctorisação da direcção geral do ultramar, e os segundos, do commandante do deposito de

praças do ultramar, e quando as famílias dos fallecidos não estejam, pelo seu estado de pobreza, nas condições de os fazerem com a devida decencia.

5.º Quando, por qualquer circumstancia extraordinaria, a direcção geral do ultramar não possa conceder a devida auctorisação com a urgencia que o caso reclame, o commandante do alludido deposito póde auctorisar as despesas com os funeraes dos officiaes.

6.º A importancia maxima das despesas com funeraes que poderá ser abonada, quer tenham, ou não, os fallecidos deixado na fazenda vencimentos illiquidos, será:

Para os officiaes generaes.....	85\$000 réis
Para os officiaes superiores.....	55\$000 réis
Para os capitães e subalternos....	40\$000 réis
Para os officiaes inferiores e praças com graduação correspondente.....	18\$000 réis
Para cabos, soldados, corneteiros, tambores, etc....	12\$000 réis

7.º Ao pagamento das despesas do funeral serão applicaveis os vencimentos que o fallecido tiver deixado na fazenda, tendo os seus herdeiros direito apenas á parte dos mesmos vencimentos excedente á despesa feita.

Ill.º e ex.º sr.—Encarrega-me s. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.ª, em resposta ao seu officio, n.º 879, de 27 de outubro ultimo, relativo á interpretação a dar aos n.ºs 1.º e 3.º do art. 26.º do contracto de 25 de setembro de 1885: 1.º que, sendo a Companhia real dos caminhos de ferro atravez de Africa isenta, pelo n.º 1.º do art. 26.º do contracto da construcção, do pagamento de qualquer contribuição geral ou municipal, emquanto durar o pagamento da garantia, e sendo o sello uma das variadas formas de contribuição instituida pela legislação vigente, não póde a Companhia ser obrigada ao pagamento do sello nos despachos da alfandega referentes a artigos exclusivamente destinados á exploração de caminho de ferro; 2.º que, não empregando a mesma Companhia o petroleo como combustivel destinado a produzir o trabalho de quaesquer machinas, mas apenas utilizando-o na iluminação das estações, limpeza e lubrificação de machinas, não devem ser-lhe applicaveis as disposições do n.º 3.º do citado art. 26.º, que se referem, na parte relativa a combustiveis, apenas aos destinados a serem empregados na producção de trabalho das machinas.

Deus guarde a v. ex.ª—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 12 de janeiro de 1900.—Ill.º e ex.º sr. Governador geral da provincia de Angola.—O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Ill.º e ex.º sr.—S. ex.ª o ministro da marinha e ultramar, a quem foi presente a portaria d'esse governo approvando uns editaes publicados pelo commandante militar do Libollo com o fim de cohibir os abusos praticados pelos colonos, fazendeiros e commerciantes contra o gentio, encarrega-me de comunicar a v. ex.ª que ao governo foi muito agradavel o conhecimento das providencias adoptadas pelo mencionado funcionario.—Deus guarde a v. ex.ª—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 19 de janeiro de 1900.—Ill.º e ex.º sr. Governador geral de Angola.—O director geral, *F. F. Dias Costa*.

Portaria provincial a que se refere o officio supra

N.º 551.—Havendo-me o commandante militar do Libollo submettido dois editaes, o primeiro de 6 de outubro ultimo e o segundo de 11 de novembro proximo findo, ambos tendentes a cohibir os abusos praticados pelos colonos, fazendeiros e commerciantes no Libollo e que motivaram a insubmissão e attitúde hostile dos povos d'esta região;

Considerando que, se o governo deve protecção aos que nas provincias ultramarinas procuram estabelecer o commercio e a agricultura, não a deve menor aos indigenas; uns e outros subditos de Sua Magestade Fidelissima, com direitos eguaes perante a lei e na conformidade d'ella;

Considerando, por isso, que é mister providenciar para que nas relações entre o europeu e o indigena se mantenha o mutuo respeito dos direitos de cada um;

Hei por conveniente, em nome do ex.^{mo} conselheiro governador geral, approvar os referidos editaes e mandar que se cumpram, sob pena de desobediencia, se outra não determinarem as leis em vigor para os casos nos mesmos editaes previstos.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 6 de dezembro de 1899. — *Joaquim d'Almeida da Cunha*, secretario geral.

Editaes a que se refere a portaria provincial n.º 551, de 6 de dezembro.

Commando militar do Libollo. — Edital. — Albano Augusto Paes Brandão, alferes e commandante militar do Libollo.

Faço saber que aos particulares só é permittida a captura de criminosos, ou suppostos, em caso de flagrante delicto, com o dever expresso de fazer entrega immediata dos capturados n'este commando militar, a cujo commandante compete manter a prisão nos casos declarados na lei, ou proceder contra os que a executaram illegal e arbitrariamente.

Fica, pois, prohibido aos particulares, sob procedimento criminal:

1.º Promover ou executar a captura de qualquer individuo fóra dos termos acima consignados;

2.º Promover perante os sobas a captura de serviçaes fugidos, quer da região, quer vindos de fóra d'ella, ou executal-a por si proprio, ainda mesmo que sejam patrões dos mesmos, pois esta qualidade só lhes dá o direito de a solicitarem á auctoridade competente, que não é a entidade — soba.

As queixas contra os serviçaes fugidos devem ser acompanhadas do respectivo contracto, devidamente legalisado e nos termos do art. 23.º do regulamento geral de contractos de colonos e serviçaes de 21 de novembro de 1878, sem o que d'ellas se não tomará conhecimento.

E para constar e chegue ao conhecimento de todos, e não possam allegar ignorancia, mandei lavrar oito de igual teor que vão ser affixados nos logares mais publicos e do costume.

Quartel em Calullo, 6 de outubro de 1899. — O commandante militar, *Albano Augusto Paes Brandão*.

Commando militar do Libollo. — Edital. — Albano Augusto Paes Brandão, alferes e commandante militar do Libollo.

Faço saber que fica expressamente prohibido, até resolução em contrario do governo geral a cuja approvação o presente vae ser submeittido:

1.º Derrubar qualquer palmeira sem prévia licença d'este commando nos termos da portaria provincial de 2 de novembro de 1876, licença que será concedida só depois do interessado provar, por documento ou testemunho idoneo, que lhe pertencem;

2.º Matar gado vaccum e criação miuda nas propriedades e seus arredores, ainda que os mesmos tenham produzido estragos, cuja indemnisação está garantida pelo artigo 2:394.º do codigo civil provando-se a negligencia por parte dos donos dos animaes que a produzirem;

Outrosim prohibo aos europeus, e a todo o individuo que não seja natural da região, proporem qualquer *milonga* perante os sobas ou sobetas, a que para resolução falta a competencia necessaria.

E para constar e não se possa allegar ignorancia mandei lavrar o presente e mais 5 que vão ser affixados nos logares mais publicos e do costume.

Calullo, 11 de novembro de 1899. — O commandante militar, *Albano Augusto Paes Brandão*.

Sendo de reconhecida necessidade estabelecer alguns principios geraes a seguir nos trabalhos de campo para a demarcação de fronteiras das nossas possessões ultramarinas, parte das quaes estão designadas nos diversos convenios nas linhas hypotheticas pouco reconheciveis no terreno;

E sendo igualmente necessario determinar o pessoal a quem deve ser commettida a execução dos referidos trabalhos, tendo em attenção a natureza das differentes regiões a demarcar:

Ha por bem Sua Magestade El-Rei approvar e mandar pôr em execução as instruções a observar em tão importante assumpto e que baixam assignadas pelo conselheiro director geral do ultramar.

Paço, em 19 de janeiro de 1900. — *Antonio Eduardo Villaça*.

Instruções a observar nos trabalhos de delimitação de fronteiras das nossas colonias

1

Os commissarios de limites terão muito em vista a rigorosa observancia das clausulas dos tratados respectivos, na parte que se relaciona com o objecto dos serviços que lhes são incumbidos.

Para os fins d'este serviço ser-lhes-hão fornecidos os *livros brancos* que inserirem os alludidos tratados, mappas e todos os mais documentos reputados indispensaveis.

2

Procurarão seguir com a maior exactidão possível a linha limitrophe indicada pelo respectivo tratado e cuja demarcação lhe fôr especialmente ordenada.

Se, porém, circumstancias extraordinarias ou imprevistas de natureza e ordem geographica obrigarem a desvios para fóra da linha mencionada no tratado respectivo, tal-o-hão por fórma que não prejudiquem os interesses nacionaes, obtendo justas compensações e igualmente valiosas; devendo, sempre que tal succeda, terem em attenção a natureza do terreno, principalmente quando fôr mineira, sobre o qual um desvio, por mais insignificante que pareça, poderá encerrar incalculaveis riquezas.

Estes desvios da mencionada linha de fronteira em caso algum poderão exceder a distancia maxima de 1 kilometro para um ou outro lado.

3

Quando aconteça a fronteira atravessar zonas mineiras conhecidas, evitarão, pelos meios ao seu alcance, que os desvios da linha da fronteira, a que se refere o numero anterior, caíam em sentido desfavoravel para Portugal sem se alcançarem justas compensações.

4

Se na zona atravessada pela linha limitrophe existirem quaesquer concessões de natureza mineira ou agricola, ou prazos da corôa, que possam ser interceptadas pela linha de separação de espheras de influencia e tenham sido legalmente feitas pelas auctoridades ou pelas companhias portuguezas que exploram os territorios proximos das mesmas concessões, empregarão os maiores esforços para que fiquem na parte portugueza.

Para os fins d'este numero informar-se-hão, previamente, se taes concessões existem, quaes os seus limites e condições em que foram dadas, e, caso existam, levarão consigo copia authentica dos termos d'essas concessões a fim de fazer valer os direitos nacionaes.

Fica entendido que, quando, em ultimo caso, uma área de concessão tenha de ser atravessada pela linha limitrophe, a propriedade particular, legalmente adquirida, é mantida para a entidade que n'ella estiver investida.

5

Se por acaso se suscitarem duvidas na escolha dos pontos limitrophes, farão, de accordo com o commissario estrangeiro, o levantamento topographico exacto da parte do terreno sobre que recahir a duvida ou divergencia, e submetterão á apreciação do governo a resolução do assumpto, quando não possam os dois commissarios chegar a accordo. N'este caso a planta deverá ser assignada pelos dois commissarios, como garantia da sua exactidão.

6

Em geral, todas as actas, mappas e outros documentos, que se refiram a decisões tomadas em commum pela commissão mixta, deverão ser assignadas pelos dois commissarios.

7

Para a execução de todo o trabalho technico requisitarão os instrumentos que reputarem indispensaveis e que dêem o grau de rigor compativel com os fins que se têm em vista.

8

Em todos os pontos que forem designados como indicadores da linha limitrophe serão collocados, de accordo com o commissario da outra parte, marcos ou pyramides feitas á conta dos respectivos governos.

Os centros da base d'estas pyramides ou marcos serão determinados por estacas enterradas no solo e devidamente numeradas.

a) Nos caminhos ou estradas de importancia, bem como nos pontos onde a linha de fronteira cortar rios importantes, serão collocados nos locais que se julgarem convenientes, e sempre que seja possivel, marcos limitrophes;

b) Nos trechos rectilíneos da fronteira collocarão marcos principaes a cerca de 10 kilometros uns dos outros, sempre que isso seja possivel, e, nos pontos intermediarios a estes marcos, collocarão outros mais pequenos ás distancias que o seu bom criterio lhes aconselhar;

c) Nos pontos em que a divisoria das aguas fôr indecisa e o seu reconhecimento seja difficil de apreciar estabelecerão igualmente os marcos que forem reputados necessarios.

9

As sapatas das pyramides ou marcos limitrophes serão formados de alvenaria, ou de pedras e terra amassada, ou de outra qualquer fórma adoptavel na localidade.

10

As pyramides ou marcos, sempre que fôr possivel, serão construidos de alvenaria, mas, dada a impossibilidade de assim fazer, a commissão empregará a fórma de construção que o seu bom criterio aconselhar como de maior duração e resistencia.

11

Farão a descripção de cada um dos locais escolhidos para pontos da fronteira, acompanhando-a de uma planta topographica devidamente cotada e onde se indiquem as coordenadas geographicas d'esses pontos.

E da maxima conveniencia, para ulteriores reconhecimentos, tirar vistas photographicas d'esses marcos ou pyramides da fronteira; indicando na photographia o azimuth e distancias a que foram tiradas.

12

Findos os trabalhos apresentarão o seu relatório e a carta itineraria e cotada do caminho percorrido pela commissão, indicando a directriz da linha de fronteira demarcada e das divergencias que porventura se suscitem.

13

As brigadas de demarcação serão, em geral, compostas de tres officiaes, dos quaes um será o commissario de limites, e os outros dois, adjuntos.

14

O commissario, ou chefe da brigada, deve ser um official superior de engenharia, do estado maior, ou de marinha.

15

Os adjuntos, ou auxiliares, podem ser escolhidos de entre os officiaes de qualquer arma ou corpo, habilitados com o respectivo curso.

16

A cada brigada de demarcação póde ser aggregado qualquer official que, pela sua longa permanencia em Africa, conheça praticamente as regiões a demarcar pela respectiva brigada.

17

Logo que esteja constituida qualquer brigada, ser-lhe-hão immediatamente entregues os instrumentos indispensaveis para execucao do serviço das demarcações, devendo os officiaes da brigada aperfeiçoarem-se no manejo dos instrumentos, não só para observações de dia, como de noite.

18

Finda que seja qualquer commissão de limites, o official encarregado dará conta, por meio de relatório, plantas e mais documentos, dos trabalhos executados e entregará na repartição respectiva da direcção geral do ultramar os instrumentos que tiver recebido, para serem beneficiados ou reparados.

19

Os relatórios e plantas ácerca das delimitações serão enviados pela direcção geral do ultramar á commissão de cartographia para dar parecer sobre elles; remettendo-se em seguida o processo informado para a secretaria dos negocios estrangeiros a fim de ter o devido proseguimento.

20

A brigada destinada á delimitação da Guiné terá por chefe ou por adjunto um official da armada, de preferencia hydrographo, ou que tenha commandado, durante algum tempo, qualquer das canhoneiras do serviço da provincia; e um dos adjuntos deve ser um official do exercito, com longa permanencia e perfeito conhecimento da Guiné. A esta brigada deve ser-lhe fornecida uma ou duas embarcações para serviço de transportes.

21

Quando qualquer brigada se destine a pontos muito internados das nossas colonias, longe de recursos, poderá ser-lhe aggregado um medico que, além do serviço clinico, se encarregará de estudos meteorologicos, zoologicos, botanicos e anthropologicos, e apresentará o relatório dos seus trabalhos e os exemplares que houver colhido a fim de darem entrada no museu respectivo.

Além do que lhes fôr determinado nas instrucções geraes para serviço de campo, e em outras especiaes, os chefes das brigadas deverão considerar nos seus relatorios tudo quanto se menciona no *Questionario* sobre assumptos de geographia geral, publicado pela commissão de cartographia, e fôr compativel com a natureza da sua commissão. O traçado do itinerario da viagem de ida ou de regresso será subordinado aos processos dos conhecimentos militares ou ao que se estipula no appendice ao alludido *Questionario*.

Os instrumentos e livros que podem ser fornecidos para este serviço em Africa são:

Universal de Repsold ou outro.

Tachygraphometro de Otto-Fennell.

«Aba» com bussola.

Chronometros.

Circulo de reflexão ou sextante.

Horisonte artificial.

Bussola Peignet.

Prancheta, mira, alidade — eclimetro.

Barometro altimetrico.

Thermometros.

Machina photographica.

Estojo de desenho.

Almanach nautico.

Taboas logarithimicas.

Além dos instrumentos scientificos acima designados, será fornecido a cada brigada o armamento apropriado e material de acampamento indispensavel, bem como a ambulancia do padrão que fôr escolhido.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 19 de janeiro de 1900.
= O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Respondendo ao officio de v. ex.^a com data de 19 de dezembro do anno passado, incumbe-me o ex.^{mo} Ministro da marinha e ultramar, por seu despacho de 19 do corrente mez, de comunicar-lhe que, em quanto por diploma competente não é supprida a omissão havida no decreto de 24 de dezembro de 1896, auctorisa a promulgação da portaria provincial, cujo projecto acompanhou o citado officio de v. ex.^a, estabelecendo a gratificação de setecentas e cincoenta rupias ao substituto do juiz municipal do julgado de Mormugão, em relação ao tempo por que exercer as respectivas funcções na falta ou ausencia do juiz effectivo. — Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 23 de janeiro de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral do Estado da India. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Portaria provincial a que se refere o officio supra

Não existindo disposição legal que determine qual o vencimento que deva ser abonado ao substituto do juiz municipal de Mormugão, quando exerça as respectivas funcções;

Considerando que, sendo fixo e não desdobrado em vencimentos de categoria e exercicio o que percebe o juiz municipal proprietario (artigo 2.^o § 1.^o do decreto de 24 de dezembro de 1896), não se pode applicar á hypothese o preceituado no artigo 160.^o do regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894, que estabelece o principio de que os substitutos dos funcionarios judiciaes, quando exercem os seus logares, percebem os vencimentos de exercicio dos proprietarios;

Considerando, porém, que a todo o trabalho deve corresponder uma remuneração condigna;

Tendo ouvido a repartição de fazenda provincial, e o conselheiro procurador da corôa e fazenda;

Auctorisado por s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar em officio, n.º 14, de 23 de janeiro findo:

Hei por conveniente determinar que ao substituto do juiz municipal de Mormugão, quando esteja no exercicio das funcções, seja abonado o vencimento annual de 750 rupias, tendo em attenção as condições especiaes da localidade.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral, em Nova Gôa, 20 de fevereiro de 1900. — O Governador geral, *Joaquim Machado*.

Sendo necessario dar uniformidade ás estatísticas nosologicas e necrologicas das provincias ultramarinas, e bem assim harmonisal-as com as estabelecidas na metropole: manda Sua Magestade El-Rei que, nas repartições de saude do ultramar se adoptem, na confecção das estatísticas nosologicas e necrologicas dos hospitaes e da clinica civil, mappas conforme os modelos juntos, que baixam assignados pelo conselheiro director geral do ultramar. Outrosim determina o mesmo augusto senhor, que na nomenclatura das doenças se siga o quadro determinado na portaria de 12 de dezembro de 1879, ou outro que de futuro fôr approved pelo governo.

Paço, em 23 de janeiro de 1900. — *Antonio Eduardo Villaça*.

Mappa nosologica e necrologica do hospital de ... referido ao anno de ...

[illegible]

Hospital de...

O director,
F...

N.º 2 -
Mappa necrologica de ... durante o anno de ...

Numero de ordem	Nome das doencas que causaram a morte por grupos morbidos em conformidade da portaria de 12 de dezembro de 1879	Sexo	Naturalidade	Idades por grupos	Tot.
		Masculino	Europa	De 1 a 5 annos	
			Asia	De 5 a 10 annos	
			Africa	De 10 a 15 annos	
			America	De 15 a 20 annos	
			Australasia	De 20 a 30 annos	
				De 30 a 40 annos	
				De 40 a 50 annos	
				De 50 a 60 annos	
				De mais de 60 annos	

Repartição de saúde de ...

O chefe do serviço de saúde ou delegado de saúde,
F...

Direcção geral do ultramar, em 23 de janeiro de 1900. = O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.º 358, de 12 do mez findo, que o mesmo ex.^{mo} sr. determinou, por seu despacho de 19 do corrente, que as gratificações estabelecidas pelo artigo 3.º do decreto de 16 de agosto de 1895 devem sómente ser abonadas ás *praças européas destacadas ou alistadas*, não devendo ser extensivas ás praças consideradas européas pelo artigo 54.º do decreto de 19 de julho de 1894.

Deus guarde a v. ex.^a — 7.^a repartição da direcção geral de contabilidade publica, em 23 de janeiro de 1900. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O chefe da repartição, *João Duarte Figueiredo Bastos*.

(CIRCULAR.) — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Vendo-se pelas constantes reclamações recebidas n'este ministerio que nem sempre têm o destino competente os documentos de transferencia das praças que são mudadas de guarnição nas provincias ultramarinas, o que acarreta graves inconvenientes, quer para o serviço de escripturação e rapido andamento de pretensões que demandem ser acompanhadas de notas de assentamentos, quer para os interesses da fazenda, pela demora que muitas vezes as praças têm no serviço activo, quando deviam passar á reserva ou terem baixa, e convindo que não continuem taes irregularidades, encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a o seguinte:

Sempre que fôr transferida d'essa para outra provincia qualquer praça, dignar-se-ha v. ex.^a providenciar para que os respectivos documentos tenham, sem demora e pelas vias competentes, o devido destino, cumprindo-se assim o que de ha muito se acha determinado.

A titulo de documentos de transferencia não deve v. ex.^a consentir que seja remetida á guarnição para onde a praça passar sómente a nota de assentamentos, ou que, a pretexto de ter sido extinta a unidade a que ella pertenceu, deixem de ser enviados ás estações competentes aquelles documentos.

Se elles não existirem, devem ser organizados na secretaria ou repartição militar do governo da provincia, que diligenciará obter os precisos esclarecimentos para a sua confecção.

Quando as praças vierem ao reino, deve immediatamente ser participado o seguimento e remetida a competente nota de assentamentos, caso não sejam acompanhadas pelos documentos de transferencia, que sómente serão enviados se ellas recolherem definitivamente á metropole ou fôrem desligadas do serviço da provincia.

S. ex.^a o ministro confia no provado zelo de v. ex.^a para que estas determinações tenham n'essa provincia o mais cabal cumprimento por parte d'aquelles a quem competir executal-as, dignando-se v. ex.^a chamar á responsabilidade os que por qualquer modo as descurem.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 24 de janeiro de 1900. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de S. Thomé e Príncipe. — O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tendo a Empresa nacional de navegação reclamado contra o facto de na alfandega d'essa ilha se lhe exigir pagamento de direitos por sobresalentes destinados á conservação e reparação do vapor *Príncipe*, material este que deve ser isento, em virtude da clausula 23.^a do contracto provisorio entre o governo e a mesma Empresa, encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, a fim de que se sirva transmittir-o ao administrador da alfandega, o seguinte:

1.º Que são effectivamente isentos de direitos os sobresalentes destinados á conservação e reparação do vapor *Príncipe* e baldeados n'esse porto, de qualquer dos vapores grandes, para elle;

2.º Que, por parte da Empresa nacional de navegação, têm de ser cumpridas, com relação á alfandega de Lisboa, as disposições do regulamento geral do serviço aduaneiro de 31 de janeiro de 1889, designadamente nos artigos 12.º, n.ºs 4 e 99.º;

3.º Que, n'estes termos, os sobresalentes de que se trata, conduzidos pelos vapores da Empresa nacional de navegação e que sejam evidentemente destinados á reparação e conservação do vapor *Príncipe*, passarão para este, livres de direitos, mas devendo o respectivo capitão apresentar taes generos á alfandega, relacionados em lista addicional, e ser processado o respectivo despacho de baldeação isento.

Deus guarde a v. ex.^a— Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 24 de janeiro de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de S. Thomé e Príncipe.—O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Atendendo ao que me representou o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e tomando em consideração os importantes serviços prestados pelos individuos que fizeram parte da expedição que, no anno findo, foi incumbida de submeter á obediencia da auctoridade portugueza o regulo Mataka, na região do Nyassa: hei por bem determinar, em conformidade com o disposto no art. 1.º do decreto de 6 de junho de 1896, que a todos os militares que compunham a columna encarregada d'aquella missão seja concedida a medalha *Rainha D. Amelia*, creada por decreto de 23 de novembro de 1895, devendo esta medalha ter de um lado a effigie de Sua Magestade a Rainha D. Amelia e do outro a legenda «Expedição ao Nyassa, 1899», e pender de fita de seda cinzenta orlada de encarnado.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra e o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 25 de janeiro de 1900.—REI.—*Sebastião Custodio de Sousa Telles*.—*Antonio Eduardo Villaça*.

(CIRCULAR) — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.^a que, quando alguma praça da guarnição d'essa provincia fôr julgada incapaz do serviço pela junta de saude respectiva, e se entender que tem direito á reforma, deve o competente processo ser remetido a esta secretaria d'estado a fim de se apreciar devidamente e proceder-se, segundo as circumstancias, conforme a lei.

Emquanto por este ministerio não fôr communicada a esse governo a resolução de s. ex.^a o ministro, devem as praças n'aquellas condições ser consideradas doentes no quartel

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 25 de janeiro de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de S. Thomé e Príncipe.—O director geral, *F. F. Dias Costa*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, para seu conhecimento e devidos effeitos, que, por despacho de 17 do corrente mez, foram approvadas as instrucções que acompanharam o officio de v. ex.^a, n.º 365, de 16 de dezembro ultimo, e que são destinadas a regular as operações de recenseamento geral da população da provincia, na conformidade da lei de 17 de agosto de 1899.

Ordena-me s. ex.^a o ministro que lembre a v. ex.^a a conveniencia de exigir nos boletins de familia a informação quanto á naturalidade dos individuos que ali forem incluídos.

Outrosim entende s. ex.^a que, estando, pela organização administrativa d'essa provincia, a cargo das camaras municipaes as despesas com o censo da população, deve, pelo menos, uma parte da despesa incumbir ás mesmas camaras.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 25 de janeiro de 1900.—Ill.^m e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde.—O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Portaria provincial publicada em virtude do officio supra.

Tendo sido approvadas por s. ex.^a o ministro dos negocios da marinha e ultramar as instrucções propostas por este governo, destinadas a regular os trabalhos do recenseamento geral da população da provincia, ordenado em régia portaria de 23 de novembro do anno findo; hei por conveniente determinar que sejam postas em execução as ditas instrucções que, assignadas pelo secretario geral do governo, serão publicadas em seguida á presente portaria.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução da presente competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo, na cidade da Praia, 24 de fevereiro de 1900.—*João Cezario de Lacerda*, governador.

Instrucções para se realisar o recenseamento geral da população da provincia de Cabo Verde

1.^a No dia 31 de dezembro de 1 00 proceder-se-ha ao recenseamento geral da população da provincia de Cabo Verde.

Este recenseamento será nominal e simultaneo: começará e acabará n'aquelle dia, sendo recenseados todos os habitantes nas casas em que pernoitarem de 31 de dezembro de 1900 para 1 de janeiro de 1901, mas os individuos que habitualmente residirem em um logar e n'aquelle noite estiverem temporariamente ausentes serão inscriptos nas listas das familias com a nota de *ausentes* em seguida aos presentes.

2.^a Nas sédes dos concelhos da provincia serão creadas commissões compostas do administrador do concelho, que servirá de presidente, do presidente da camara ou commissão municipal, do presidente da commissão do recenseamento eleitoral, do escrivão de fazenda, do parcho, do regedor e dos secretarios da camara ou commissão municipal e administração do concelho, servindo este ultimo de secretario da commissão.

Na cidade da Praia fará tambem parte da commissão o chefe da repartição de estatistica da secretaria geral do governo e o chefe de secção da policia civil.

Na cidade do Mindello fará igualmente parte da commissão o chefe de secção da policia civil.

3.^a Em cada freguezia será creada uma commissão, delegada da da séde do concelho, composta do parcho, do regedor, do professor régio e de dois cidadãos de reconhecida competencia, a qual de entre si escolherá presidente e secretario.

4.^a Pelas commissões serão nomeados agentes especiaes, que serão encarregados da inscripção dos fogos e de distribuir e recolher os boletins de familia nas zonas que lhes forem indicadas.

5.^a As commissões das freguezias dividirão em diversas zonas a região que ella occupa, de fórma que em cada uma d'ellas possa um agente especial encarregar-se da inscripção dos fogos e, posteriormente, da distribuição, preenchimento e recepção dos boletins de familia.

6.^a Feita a divisão das zonas, as commissões requisitarão ao administrador do concelho o numero necessario de boletins de fogos, de que distribuirá um a cada agente para o preencher devidamente.

7.^a Estes boletins serão fornecidos, a requisição dos administradores de concelho, pela secretaria geral do governo.

8.^a Os agentes especiaes preencherão os boletins dos fogos, da área que lhes fôr indicada, que entregarão ás commissões das freguezias até 30 de junho.

9.^a A commissão da freguezia, reunindo-se e examinando todos os boletins e esclarecendo-os, extrahirá uma nota do numero de fogos da freguezia, que remetterá ao administrador do concelho.

10.^a O administrador do concelho enviará á secretaria geral do governo, até 31 de julho, uma nota do numero de fogos de todas as freguezias do seu concelho.

11.^a A secretaria geral do governo remetterá aos administradores de concelho, até 31 de agosto, o numero de boletins de familia necessarios para cada freguezia.

12.^a Até 15 de setembro os administradores de concelho distribuirão pelas commissões das freguezias os boletins de familia.

13.^a As commissões das freguezias, reunindo-se de 15 a 20 de dezembro, darão aos seus agentes as precisas instrucções e lhes entregarão os boletins de familia correspondentes ao numero de fogos da zona de que estão encarregados, recommendando lhes o maior zelo e escrupulo no desempenho do serviço do recenseamento.

14.^a Os agentes, no dia 31 de dezembro, farão, até á noite, a distribuição dos boletins de familia em vista da relação dos fogos, nos quaes inscreverão na respectiva columna a designação de *distribuidos*.

Quando em algum fogo não houver quem saiba escrever, preencherá o agente o boletim de familia, escrevendo na columna respectiva do boletim dos fogos a palavra *recolhido*.

15.^a No dia 1 de janeiro de 1901 os agentes recolherão os boletins de familia que distribuíram nos fogos, onde encontraram pessoa que os pudesse preencher, escrevendo no boletim dos fogos a palavra *recolhido*.

16.^a Até ao dia 8 de janeiro os agentes farão entrega, á commissão da freguezia, dos boletins de fogos e de familia, prestando-lhe todos os esclarecimentos de que ella careça.

17.^a As commissões das freguezias, reunindo todos os boletins de familia, os conferirá com os dos fogos e n'elles fará as necessarias rectificações, enviando-os, até 31 de janeiro, ao administrador do concelho.

18.^a Os administradores de concelho, depois de obtidos todos os elementos das commissões das freguezias, reunirão a commissão da séde do concelho, com a qual coordenarão todo o processo do recenseamento, verificando da sua exactidão e remetendo-o á secretaria geral do governo até 20 de fevereiro.

19.^a Na secretaria geral do governo, pela secção da estatistica, será feito o apuramento geral do recenseamento, o qual deverá ficar concluido e prompto a publicar-se no *Boletim official* da provincia até 30 de junho.

20.^a Serão gratificados os serviços dos agentes especiaes nas cidades, villas e freguezias ruraes, e bem assim os da secção da estatistica da secretaria geral, pelo trabalho de superintendencia e apuramento geral do recenseamento.

21.^a As gratificações aos agentes, propostas pelas commissões, serão calculadas entre 5 e 10 réis para cada habitante recenseado.

22.^a Nas cidades, villas e povoações regulares serão os boletins de familia distribuidos e recolhidos, por arruamentos, e pelos agentes d'elles préviamente encarregados pelas respectivas commissões.

23.^a Nos boletins de familia não se relacionarão os que fallecerem na noite de 31 de dezembro, mas sim os que n'ella nascerem, supprindo-se n'estes a falta de nome por *recemnacido, do sexo masculino ou feminino*.

24.^a Os que destruirerem e não entregarem os boletins de familia, ou scientemente commetterem alguma inexactidão e alterarem a verdade dos factos nos mesmos boletins, serão punidos com a multa de 5\$000 a 10\$000 réis.

25.^a Todos os funcionarios civis, militares e ecclesiasticos prestarão ás commissões o auxilio e esclarecimentos de que estas careçam.

26.^a Os maços e correspondencia, que transitarem pelo correio com a designação de *serviço da commissão de recenseamento*, serão considerados officiaes para todos os efeitos.

27.^a O commandante da companhia de artilheria; os commandantes de destacamentos e os de secções da policia civil enviarão no dia 2 de janeiro á secretaria geral do governo uma relação, conforme o modelo B, de todo o effectivo que pernoitou nos quartéis no dia 31 de dezembro.

28.^a O chefe do serviço de saude enviará identica relação do pessoal de saude e dos doentes que pernoitaram nos hospitaes no referido dia.

29.^a Os delegados das comarcas nas sédes e os sub delegados nos julgados enviarão relações dos presos que pernoitaram nas cadeias.

30.^a Identicas relações enviarão os chefes de secção da policia civil, relativamente aos individuos detidos nas estações policiaes.

31.^a O reitor do seminario da ilha de S. Nicolau enviará relação do pessoal e alumnos que pernoitaram no Seminario-lyceu.

32.^a O director das obras publicas enviará relação do pessoal que pernoitou nos seus edificios na referida noite.

33.^a O capitão dos portos e patrões-móres enviarão relações dos tripulantes dos navios fundeados nos portos da sua jurisdicção na referida noite de 31 de dezembro.

34.^a Os administradores das alfandegas e chefes de postos fiscaes enviarão relações dos empregados, guardas e remadores que, por motivo de serviço, pernoitaram nos edificios aduaneiros ou a bordo dos navios surtos nos portos da sua jurisdicção.

35.^a Officiar-se-ha aos consules portuguezes das principaes cidades da America do Norte e do Sul e de Honolulu, para onde emigra uma grande parte dos habitantes da ilha Brava, pedindo relações dos naturaes do archipelago existentes nas suas circumscripções consulares em 31 de dezembro.

36.^a Estas instrucções e outras especiaes, que tenham de ser organisadas na provincia, serão publicadas no Boletim official e distribuidas pelas commissões encarregadas do recenseamento da população.

Secretaria geral do governo, na cidade da Praia, 24 de fevereiro de 1900. — *Carlos Augusto de Castro*, secretario geral, interino.

MODELO A

Recenseamento geral da população — Boletim dos fogos

Concelho de...

Freguezia de...

Relação das casas habitadas e deshabitadas d'esta freguezia (ou ... secção da freguezia) e distribuição das respectivas listas de família

Nome		Numeração das casas		Nomes dos chefes de família	Número de ordem	Listas de família	
Da secção da freguezia, do arrabalde, do lugar, da quinta ou do casal, etc.	Da rua	Habitadas	Deshabitadas			Nota das distribuídas	Nota das recolhidas
Cidade da Praia	Rua do Corvo	5	—	Francisco Vaz.....	1	Distribuída	Recolhida
» » »	—	6	—	José Antonio.....	2	D.	R.
Villa Nova	—	Sem n.º	—	José Varella.....	3	D.	R.
» »	—	» »	—	Manoel Gomes.....	4	D.	R.
Pacheco	—	» »	—	Antonio Silva.....	5	D.	R.

MODELO B

Boletim de família n.º

Concelho de...

Freguezia de...

Lugar de...

Casal de...

Rua de...

Numero da casa ...

Relação de todos os individuos que fazem parte d'esta familia, que junto d'ella pernottaram, e dos que estavam d'ella ausentes na noite de...

Esta relação deve ser assignada por quem a der, declarando se a dá como chefe de familia, se como director, secretario, mordomo, etc., da casa ou do estabelecimento de que se trata

Numeração de indivíduos	Nomes e appellidos	Sexos	Idades		Estado	Naturali- dades	Relação para com o chefe de família	Instrução	Circunstancias especieaes	Profissão, officio, occupação ou condição social	Observações
			Annos completos								
			Dos que tiverem menos de 2 annos deve dizer-se os annos que têm.								
			Annos	Mezes							
1	Antonio Duarte.	M.	37	—	Casado	S. Thiago	Chefe	Sabe ler e escrever.....	—	Carpinteiro	—(mulato)
2	Maria Duarte...	F.	24	—	Casada	S. Nicol.	Mulher	Não sabe ler nem escrever.	—	Costureira	—(mulata)
3	José Lopes.....	M.	15	—	Solteiro	»	Sobrinho	Frequenta a escola.....	E' coxo	—	—(preto)
4	Giuseppe Luigi.	M.	36	—	Solteira	Italia	—	Sabe ler e escrever.....	—	Maritimo	Hospede—(branco)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 552, de 6 de dezembro ultimo, encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que o funcionario publico suspenso de exercicio por motivo disciplinar ou na situação de inactividade não tem direito a passagem para o reino e regresso por conta do Estado.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 26 de janeiro de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Moçambique. — O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(CIRCULAR). — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que, por seu despacho de 20 do corrente, approvou as seguintes alterações ás tarifas geraes do contracto provisorio celebrado com a Empresa nacional de navegação a vapor para a Africa portugueza.

1.º Nos fretes de carga de Cabo Verde ou Guiné, couros, por 1:000 kilogrammas, 10\$000 réis;

2.º Na tabella das passagens = de S. Thiago para o Principe e S. Thomé em 3.ª classe 24\$000 réis; — Principe, Cabinda, Zaire em 3.ª classe 9\$000 réis = Principe, Ambrizette em 3.ª classe 10\$000 réis = S. Thomé, Ambrizette em 3.ª classe 9\$000 réis = S. Thomé, Ambriz em 3.ª classe 10\$000.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 31 de janeiro de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de S. Thomé e Principe. = Pelo director geral, *Antonio Maria Cardoso*.

FEVEREIRO

Attendendo ao que solicitou o Governador da provincia de Cabo Verde, sobre representação da camara municipal da Praia e com fundamento na conveniencia de fazer coincidir a cobrança voluntaria da contribuição predial com o termo das colheitas, o que tornará mais facil aos contribuintes o pagamento dos respectivos conhecimentos, Sua Magestade El-Rei ha por bem auctorisar, provisoriamente, a transferência, para 1 de março proximo futuro, da data fixada no artigo 212.º do regulamento da contribuição predial de 4 de maio de 1893 para abertura dos cofres publicos ao pagamento voluntario da referida contribuição.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Governador da provincia de Cabo Verde, para os devidos effeitos.

Paço, em 5 de fevereiro de 1900. = *Antonio Eduardo Villaça*.

Tendo-se suscitado duvidas ácerca do disposto no § unico do artigo 517.º do codigo de justiça militar, mandado vigorar no ultramar por carta de lei de 21 de julho do anno findo, visto o prescripto no artigo 7.º da carta de lei de 21 de maio de 1896: Sua Magestade El-Rei, conformando-se com a consulta do Supremo conselho de justiça militar, ha por bem determinar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que todos os processos em que se faça applicação do disposto no artigo 45.º do citado codigo sejam remettidos á referida secretaria d'estado, a fim de ser designada a pena que tem de ser cumprida em alternativa, depois de ouvido aquelle Supremo conselho.

Paço, em 8 de fevereiro de 1900. = *Antonio Eduardo Villaça*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio d'esse governo geral, n.º 818, de 11 de outubro ultimo, em que se suscitam duvidas sobre o abono do subsidio de residencia e de marcha aos officiaes do exercito do reino, destacados n'essa provincia tanto em commissão como nos corpos, encarrega-me o ex.^{mo} Ministro da marinha e ultramar, por seu despacho de 6 do corrente mez, de dizer a v. ex.^a, para os fins convenientes, que os officiaes, que vão servir no ultramar com os vencimentos da tabella A ou com os da circular do Ministerio da guerra, não devem ser de fórma alguma abonados do subsidio de que trata o decreto de 20 de dezembro de 1888, visto perceberem, além do soldo e gratificação, um subsidio diario, analogo ao que se abona aos officiaes da marinha de guerra sob o titulo de subsidio de embarque (comedorias), e tendo os officiaes que vão servir ao abrigo da citada circular o subsidio especial de 3\$000 réis diarios para o capitão, de 2\$400 réis para o tenente e de 2\$000 réis para o alferes, além do subsidio de quartel de 10\$000 réis mensaes a cada official que vae n'estas condições, quando o governo não lhes dê casa, não pode applicar-se-lhes o citado decreto, visto como o n.º 6 do artigo 6.º diz claramente que não tem direito ao subsidio de marcha nem ao de residencia o official que perceber algum vencimento de comedorias, caso que se dá com os officiaes nas condições indicadas.

Com relação aos officiaes que destacam para o ultramar com os vencimentos da tabella B, a qual estabelece soldo e gratificação e mais uma gratificação complementar de 30\$000 réis por mez, quando façam serviço nos corpos, determina o mesmo ex.^{mo} Ministro que sejam abonados dos subsidios a que se refere o alludido decreto de 20 de dezembro de 1888, quando, em serviço de caracter exclusivamente militar, estiverem em marcha ou por igual motivo mudarem de residencia para terra differente da que fôr habitual da commissão, quando se lhes não abone subsidio de quartel, o que não é de presumir, visto achar-se inscripto no orçamento; cumprindo-me ainda dizer a v. ex.^a, de ordem de s. ex.^a o Ministro, que os officiaes da guarnição d'essa provincia, que fizeram parte da expedição ao Humbe e aos quaes, por determinação provincial, foi mandada applicar a tabella A, tambem não devem ser abonados do subsidio de residencia nem de marcha, visto como n'essa campanha ficaram equalados em vencimentos e condições aos seus camaradas do exercito do reino, que vencem pela mesma tabella. — Deus guarde a v. ex.^a — 7.^a Repartição da Direcção geral de contabilidade publica, 10 de fevereiro de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Angola. — O chefe da Repartição — *João Duarte Figueiredo Bastos*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar encarrega-me de comunicar a v. ex.^a, em resposta ao seu officio, n.º 7, de 5 de janeiro ultimo, que, em abril do anno findo, foi determinado que os empregados dos quadros de saude, quando destacados para qualquer districto sanitario, esse constitue o seu quartel, não tendo, portanto, direito ao étape estabelecido pelo decreto de 13 de setembro de 1897, e que os referidos empregados apenas terão direito a este abono, quando acompanhem forças militares em operações ou quando desempenhem commissões temporarias de serviço, se servirem sob o regimen da carta de lei de 28 de maio de 1896. Esta determinação foi, em tempo competente, communicada ao governo d'essa provincia. — Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 14 de fevereiro de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. chefe da repartição de fazenda provincial da provincia da Guiné portugueza. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Succedendo frequentemente regressarem ao reino, por motivo de doença, depois de curta permanencia nos seus logares, alguns funcçionarios nomeados para servirem nas provincias ultramarinas, os quaes a Junta de saude do ultramar tem julgado incapazes de todo o serviço, sem poder pronunciar-se sobre se as lesões determinantes da doença foram contrahidas no serviço, por effeito do mesmo, ou fóra d'elle, visto que os não inspecionou antes de partirem para o seu destino; e

Considerando que de semelhante facto resulta grave prejuizo, não só para os cofres do Estado, pelo augmento de despesa com a concessão de respectivas passagens e dos abonos legais, mas também para a regularidade e boa ordem do serviço publico, pela falta de estabilidade dos empregados :

Ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que, d'ora ávante, a nenhum funcionario, de qualquer classe ou categoria, nomeado para servir nas provincias ultramarinas, se dê guia para seguir viagem, nem se abone qualquer vencimento, sem que a Junta de saude do ultramar, depois de o inspecionar escrupulosamente, declare que elle está nas condições physicas de poder resistir ás influencias climatericas da provincia a que se destina, devendo, no caso negativo, subir o respectivo processo a despacho, para resolução definitiva.

O que, pela sobredita secretaria d'estado, se communica ao conselheiro director geral do ultramar, para os devidos effeitos.

Paço, em 15 de fevereiro de 1900.— *Antonio Eduardo Villaça.*

Processo de recurso n.º 227, de 1898, em que é recorrente o ministerio publico, e recorrida D. Adelaide Maria Baptista. Relator o ex.^{mo} sr. José Maria Teixeira Guimarães.

Sendo-me presente a consulta da Junta consultiva do ultramar, como tribunal contencioso, no processo de recurso n.º 227, de 1898, por liquidação de contribuição de registo por titulo gratuito na provincia de Macau, em que é recorrente o representante do ministerio publico n'aquella cidade, e recorrida D. Adelaide Maria Baptista, viuva de Luiz João Baptista, da mesma cidade :

Mostra-se que, tendo fallecido Luiz João Baptista, e havendo este instituido a sua viuva herdeira da meação que ao primeiro competia no casal, foi intimada a legataria para apresentar na repartição de fazenda da provincia o inventario de todos os bens pertencentes ao casal, a fim de se proceder á liquidação da contribuição de registo que fôsse devida ;

Mostra-se mais que, cumprida a intimação, a legataria recorreu do despacho que lhe fôra intimado para o tribunal de contas da provincia, allegando não lhe serem applicaveis, como pretendia a repartição de fazenda, as disposições da carta de lei de 31 de agosto de 1869, por não estarem em vigor na provincia, na qual ainda, no dizer da recorrente, se rege a materia da contribuição de registo pelo disposto na carta de lei de 30 de junho de 1860, sendo certo que o artigo 3.º n.º 1.º d'esta carta de lei a isentava do pagamento da contribuição do registo pelos bens que lhe foram legados a titulo gratuito pelo seu conjugue ;

Mostra-se que o tribunal de contas da provincia deu provimento ao recurso, fundando-se na interpretação dos termos das leis de 31 de agosto de 1869 e 13 de abril de 1874 e por inferencia do que se acha disposto no regulamento da fazenda de 7 de novembro de 1889, julgando, pois, que na provincia de Macau ainda está em vigor a lei de 30 de junho de 1860 ;

Mostra-se que, intimado o accordão ao representante do ministerio publico n'aquella comarca, recorreu este, em devido tempo, sustentando em seu recurso que de facto são vigentes em Macau a lei de 30 de junho de 1860, pelo que respeita á fórma da liquidação e cobrança da contribuição de registo, e as leis de 31 de agosto de 1869 e de 13 de abril de 1874, no que respeita aos actos por que é devida a contribuição, e ás taxas e multas estabelecidas por essas leis ;

Mostra-se que o tribunal de contas, sustentando a doutrina do seu accordão, invocou na sua réplica um novo argumento, qual o de não haverem sido publicadas no *Boletim official* as citadas leis de 31 de agosto de 1869 e de 13 de abril de 1874, nem o decreto de 28 de dezembro de 1876, que manda dar-lhes execução ; e

Considerando que está provado no processo não haver sido publicado no *Boletim official de Macau* qualquer diploma posterior ao de 30 de junho de 1860, que regula a materia de contribuição de registo ;

Considerando que, nos termos do artigo 85.º do decreto de 1 de dezembro de 1869, e em varias portarias régias, se determina que não tenham vigencia no ultramar quaesquer diplomas, embora publicados no *Diario do governo*, emquanto não fôr transmittida

determinação expressa do Governo, mandando dar-lhes publicidade nos boletins officiaes e a correspondente execução, ou emquanto não forem transcriptos summariamente esses diplomas nos mesmos boletins, em conformidade com o disposto na portaria régia de 25 de julho de 1895;

Considerando, pois, que á recorrida deve ser applicada a lei vigente de 30 de junho de 1860, que a isenta do pagamento de contribuição de registo pelos bens que a titulo gratuito lhe foram legados pelo fallecido conjuge:

Hei por bem negar provimento ao recurso interposto n'este processo pelo representante do ministerio publico da comarca de Macau.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 15 de fevereiro de 1900.—REI.—*Antonio Eduardo Villaça.*

Está conforme.—Sala da Junta consultiva do ultramar, em 17 de fevereiro de 1900.
—O secretario interino, *José Maria Teixeira Guimarães.*

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 10:529, em que são recorrentes Caetano Sant'Anna Gama e outros, e recorrida a confraria do Santissimo Sacramento e Senhora da Saude da igreja de Cuncolim, do conselho de Salsete, sendo relator o conselheiro, vogal effectivo, Antonio Telles Pereira de Vasconcellos Pimentel:

Mostra-se que Caetano Sant'Anna Gama e outros recorreram, para este Supremo tribunal, das portarias de 27 de agosto, n.º 510, que convertem em definitiva a approvação provisoria dada ao compromisso da confraria contra a qual pendia reclamação por estabelecer desigualdade inadmissivel entre confrades, e portaria de 2 de dezembro que indeferiu a reclamação contra o compromisso provisoriamente approved para a dita confraria;

Mostra-se não ter sido interposto recurso da deliberação que approvou o catalogo dos irmãos, a qual passou em julgado;

Mostra-se que os estatutos foram votados pelos irmãos constantes do referido catalogo;

Mostra-se que os estatutos não têm doutrina contraria ás leis especiaes e regulamentos em vigor na India;

Mostra-se que o processo correu regularmente, respondendo o ministerio a fl. 75:

O que tudo visto e ponderado;

Considerando que a portaria, n.º 510, de que se recorre, de 27 de agosto de 1897, foi expedida em virtude de consulta do conselho de provincia;

Considerando que o catalogo dos irmãos da confraria foi approved e ninguém recorreu d'essa approvação;

Considerando que os estatutos contra que se reclama foram votados e approved pelos irmãos constantes do catalogo approved sem reclamação:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso e confirmar as portarias de que se recorreu, para todos os effectos.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 15 de fevereiro de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça.*

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo no processo n.º 10:933, em que é recorrente Rogariano Rodrigues, e recorridos a comunidade de Arosim e Rosario Rodrigues, de Utordá, Estado da India; de que foi relator o conselheiro d'estado Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro:

Mostra-se que, em 19 de novembro de 1898 se interpoz o presente recurso do accordo do conselho de provincia d'aquelle Estado, que, em 31 de março anterior, resolvera que os lanchos sobre umas varzeas pertencentes á comunidade recorrida, e anteriormente arrematadas e cultivadas pelo recorrente, fôsem adjudicadas ao recorrido Rosario Rodrigues, sendo por este seximadas e garantidas por sua mãe;

Mostra-se que os fundamentos do recurso são :

— que a arrematação d'aquelles lanços, por parte do recorrido, fôra feita com as formalidades legais, em arrendamento por tres annos, e não fôra alterada em tempo competente ;

— que, pretendendo o recorrido lançar sexima sobre essas varzeas, não houve nova adjudicação, que só em praça se poderia effectuar, consoante a legislação especial ali em vigor ;

— que, portanto, nulla é a adjudicação, ordenada no accordão recorrido, tanto mais que o recorrido, em favor de quem se julgou, é menor, e como tal inhabil para contractar, e não houve sequer a pretendida ratificação por parte da sua mãe ;

— que, assim, deve aquelle accordão ser revogado, e o recorrente mantido nos direitos que adquiriu ;

Mostra-se que, em contestação, retorquiu a comunidade recorrida :

— que as arrematações triennaes de receita das comunidades podem, confôrme o artigo 223.^o do regulamento respectivo, ser alteradas, mediante oblação de sexima, isto é, de offerecimento de mais a sexta parte do valor da arrematação, cessando esta desde logo e adjudicando-se os lanços, ou a quem mais dêr em praça, ou, na falta de concorrente, ao seximante.

— que isto se fez : o recorrido Rosario Rodrigues, como se vê do processo, offereceu sexima, dando fiador ; os lanços foram praceados, e, por falta de licitantes, adjudicados ao seximante, com intervenção e ratificação de sua mãe ;

— que perfeitamente legal e justo foi, portanto, o accordão recorrido :

O que visto e ponderado, ouvido, que foi, o ministerio publico ;

Considerando que os documentos que instruem o processo, e bem assim as informações prestadas, a fl. 9 e 31, pelo administrador das comunidades de Salsete, e a fl. 92 v. pelo conselho de provincia recorrido, mostram a verdade dos factos expostos pela recorrida na sua contestação :

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta, negar provimento no recurso para todos os devidos effeitos.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.—Paço, em 15 de fevereiro de 1900.—REI.—*Antonio Eduardo Villaça.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.^o 259, de 18 de julho proximo passado, cobrindo uma representação da camara municipal d'essa ilha, relativa ao alcance do fallecido thesoureiro da alfandega, Ernesto Soares do Amaral, encarrega-me s. ex.^a o ministro da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que, submettida a questão e consulta da Procuradoria geral da corôa e fazenda, foi ella de parecer, com que s. ex.^a se conformou, de que a fazenda nacional não tem responsabilidade da divida do thesoureiro Amaral, mas que lhe cumpre, pelo seu representante junto do tribunal competente, intentar a execução contra os fiadores do alcançado e, logo que obtenha pagamento, satisfazer á camara a quantia que lhe é devida. Com este fim serão, pelas vias competentes, dadas instrucções ao delegado na 1.^a vara d'essa comarca. — Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 17 de fevereiro de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de S. Thomé e Principe. — O Director geral = *F. F. Dias Costa.*

Tendo o conselheiro presidente da Relação de Loanda submettido á apreciação do Governo a resolução que tomou de delegar no governador do districto da Ilha do Principe os poderes necessarios para tomar o juramento ao juiz municipal do Julgado da mesma ilha e ao seu substituto, nomeados por decreto de 28 de dezembro ultimo, visto ser de toda a urgencia que aquelles funcçionarios tomassem posse dos seus cargos com a maior brevidade possivel ; Sua Magestade El-Rei, considerando que os presidentes das Relações tomam o juramento aos magistrados e funcçionarios judiciaes, não na qualidade de juizes, mas na de representantes do Poder executivo : ha por bem, pela secretaria d'estado

dos negocios da marinha e ultramar, approvar a resolução do referido magistrado, e assim lh'o manda communicar para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 17 de fevereiro de 1900. = *Antonio Eduardo Villaça*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Com referencia ao telegramma de v. ex.^a, de 15 do corrente, incumbe-me o ex.^{mo} ministro da marinha e ultramar de dizer-lhe que auctorisa o deferimento do pedido do sub-delegado do julgado municipal de S. Vicente para vir gosar na metropole a licença que a Junta de saude lhe concedeu para essa provincia, comtanto que aquelle funcionario se obrigue a pagar a despesa das passagens de vinda e regresso, não tendo mais vencimento do que ahi lhe deveria ser abonado durante a licença, e, finda esta, regresse ao seu logar, não podendo requerer para ser presente á Junta de saude do ultramar. — Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar em 20 de fevereiro de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral = *F. F. Dias Costa*.

(CIRCULAR). — Tendo chegado ao conhecimento de Sua Magestade El-Rei que, n'algumas provincias ultramarinas, os officiaes do exercito, que vão n'ellas servir com os vencimentos da circular do ministerio da guerra, de 14 de julho de 1896, ou na conformidade da tabella A, são muitas vezes empregados em commissões alheias ao serviço militar e de campanha, accumulando, com os vencimentos que lhes conferem aquelles diplomas, as gratificações das commissões de que provisoria ou interinamente são encarregados, passando, portanto, a gosar vencimentos muito superiores aos dos titulares d'essas commissões e aos dos officiaes seus camaradas em serviço de campanha;

Considerando quanto seria injusto augmentarem-se vencimentos, ao mesmo passo que se diminuem os perigos e trabalhos; ha o mesmo Augusto Senhor por bem determinar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que os officiaes do exercito, idos do reino com os vencimentos da tabella A ou com os da circular acima mencionada, que sejam nomeados para servirem commissões provisoriamente, passem a perceber os vencimentos legaes de exercicio das mesmas, enquanto n'ellas estiverem empregados, perdendo os da tabella A ou os da circular, e outrosim que, quando se dê a circumstancia de serem inferiores os vencimentos do cargo, continuem a perceber os da tabella A ou da circular, sem accumulacão com os vencimentos especiaes da commissão que provisoriamente estejam exercendo;

O que, pela dita secretaria d'estado, se comunica ao Governador da provincia de Cabo Verde para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 23 de fevereiro de 1900. = *Antonio Eduardo Villaça*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, em resposta ao seu officio, n.º 16, de 23 de janeiro ultimo, que approva o projecto de instrucções para o recenseamento geral da população, que acompanhava o dito officio; parecendo a s. ex.^a o ministro que a designação do dia para o recenseamento deve ficar á deliberação de v. ex.^a, conforme parecer mais conveniente.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 24 de fevereiro de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral do Estado da India. — O Director geral, *F. F. D'as Costa*.

Portaria expedida em virtude do officio retró

Tendo a carta de lei de 17 de agosto de 1899 ordenado para o corrente anno o recenseamento geral da população das provincias ultramarinas; e havendo s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar approvado, em officio da direcção geral do ultramar, n.º 35, de 24 do mez proximo passado, as instrucções que, nos termos da portaria régia de 23 de novembro ultimo, lhe submetti para se realisar n'este Estado o mesmo serviço com a devida exactidão e regularidade, auctorisando me igualmente a designar dia para o alludido recenseamento;

Hei por conveniente determinar o seguinte:

1.º Proceder-se-ha ao recenseamento nominal e simultaneo da população de todo o Estado da India, com referencia á noite de 30 de novembro para 1 de dezembro do corrente anno de 1900, observando-se em todos os respectivos trabalhos as instrucções approvadas pelo governo de Sua Magestade, que são assignadas pelo conselheiro secretario geral interino e fazem parte integrante da presente portaria.

2.º A secção de estatistica da secretaria geral, estabelecida pela portaria n.º 38, de 20 de janeiro de 1898, terá o pessoal idoneo que o serviço do recenseamento exigir, o qual será proposto pelo secretario geral do governo, devendo os individuos admittidos, que forem estranhos ao quadro de qualquer Repartição publica, perceber vencimento por dias uteis.

3.º Oportunamente se providenciará sobre as gratificações e remuneração a abonar ao pessoal da alludida secção.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e execução d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral, em Nova Gôa, 2 de abril de 1900.—O Governador geral, *Joaquim Machado*.

Instrucções para o serviço do recenseamento geral da população do Estado da India, a que se referem o officio da direcção geral do ultramar, n.º 35, de 24 do mez findo, e a portaria supra

CAPITULO I

Disposições geraes

Artigo 1.º Em virtude do determinado na lei de 17 de agosto de 1899 proceder-se-ha, no corrente anno de 1900, ao recenseamento geral da população do Estado da India.

Art. 2.º O recenseamento será nominal, terá por base toda a população existente no dia 30 de novembro de 1900 e a que temporariamente se achar ausente; comprehenderá tanto os nacionaes como os estrangeiros, e será feito simultaneamente em todo o respectivo territorio.

§ 1.º O recenseamento será feito por meio de boletins de familia, que conterão as informações necessarias para se averiguar o numero total de habitantes, seus nomes, sexos, edades, estado social, procedencia, instrucção, religião, profissão, nacionalidade e outras circumstancias especiaes.

§ 2.º Todos os individuos serão recenseados na casa ou local em que pernoitarem de 30 de novembro para 1 de dezembro de 1900; mas os individuos, que habitualmente residirem em um logar, e n'aquella noite estiverem temporariamente ausentes, serão inscriptos:

a) nos boletins das respectivas familias com a nota de *ausentes*;

b) nos boletins de familia da casa ou local onde pernoitarem, com a nota de *transentes*.

Art. 3.º A superintendencia de todo o serviço do recenseamento pertence á secção de estatistica da secretaria geral do governo.

Aos governadores de Damão e Diu, administradores de concelho, commandante militar de Satary, e regedores ou funcionarios que os substituem, incumbe especialmente dirigir, inspecionar e fazer executar as operações parciaes do recenseamento, nos termos do disposto nas presentes instrucções.

Art. 4.º A fim de auxiliar ás auctoridades e funcionarios, a que se refere o artigo antecedente, no desempenho da missão que lhes incumbe pelo mesmo artigo, e para fiscalisar, verificar e commentar os resultados das operações do recenseamento, será nomeada:

1.º Uma comissão concelhia, que será constituida pela seguinte fórma:

a) Nos concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez, —do respectivo administrador, que presidirá, do presidente da municipalidade e de tres pessoas nomeadas pelo administrador.

b) Nos concelhos das Novas Conquistas e de Nagar-Avely, — do respectivo administrador, presidente, dos dois vogaes da comissão municipal e de duas pessoas nomeadas pelo mesmo administrador.

c) No commando militar de Satary, —do respectivo commandante, presidente, e de duas pessoas por este nomeadas.

d) Nos concelhos de Damão e Diu, —do respectivo governador, presidente, do administrador do concelho, do presidente da municipalidade e de duas pessoas nomeadas pelo dito governador.

2.º Uma comissão parochial, ou aldêana, junto de cada regedor, composta pela forma seguinte:

a) nas freguezias das Ilhas, Salsete e Bardez, nas das capitães dos concelhos das Novas Conquistas e nas de Damão e Diu, —do regedor, que presidirá, parcho e tres individuos nomeados pelo presidente da respectiva comissão concelhia.

b) nas outras aldêas dos concelhos das Novas Conquistas, de Satary e de Nagar-Avely, —do regedor ou chefe da circumscripção, que presidirá, e de duas pessoas nomeadas pelo presidente da respectiva comissão concelhia.

Art. 5.º Para as operações elementares do recenseamento será cada parochia, aldêa ou circumscripção dividida em secções, nos termos do artigo 15.º, e cada secção incumbida a um agente especial.

§ unico. Os agentes especiaes serão gratificados; a gratificação de cada um será fixada sobre a base minima de 1 1/2 réis da convenção por pessoa recenseada, podendo, porém, ser augmentada, segundo a proposta da respectiva comissão parochial ou aldêana, comtanto que a despesa total de cada freguezia não seja superior ao computo maximo de 5 réis da convenção por pessoa recenseada.

Art. 6.º Os boletins de fogos, boletins de familia, informações das auctoridades administrativas e das comissões, e quaesquer outros documentos originaes relativos ao recenseamento, serão remettidos á secção de estatistica, que procederá ao seu apuramento e á publicação dos resultados obtidos.

Art. 7.º As despesas do recenseamento geral da população serão liquidadas e mandadas pagar nos cofres das recebedorias locais pela Repartição de fazenda provincial, precedendo despacho do Governador geral baseado na informação da secção de estatistica.

Art. 8.º Os individuos que se negarem a receber os boletins de familia e a restituil-os em tempo competente, devidamente preenchidos, ou a prestar aos agentes as informações necessarias para estes as preencherem ou corrigirem; os que scientemente commetterem alguma inexactidão, ou alterarem a verdade dos factos na redacção ou verificação dos mesmos boletins; serão processados e punidos, nos termos do codigo penal, com a multa de 12:08:00 a 50:00:00 (rupias), que será cobrada por meio de execução administrativa.

Art. 9.º As presentes instrucções e quaesquer outros diplomas ou resoluções que se expedirem, relativas ás operações do recenseamento, serão, logo que forem publicadas no *Boletim official*, cumpridas, na parte que lhes dissér respeito, por todas as auctoridades civis, ecclesiasticas, militares, corporações e empregados publicos, qualquer que seja a sua classe ou categoria; ficando todos obrigados a prestar ás auctoridades e agentes encarregados do recenseamento os auxilios que este importante serviço publico reclamar.

CAPÍTULO II

Distribuição das instrucções e nomeação das comissões concelhias e parochiaes ou aldêanas

Art. 10.º A secção de estatistica, logo que se publicarem no *Boletim official*, e em edição avulsa, as presentes instrucções, deverá remetter aos chefes dos districtos de Damão e Diu, e dos concelhos, o numero de exemplares da edição avulsa necessarios

para a distribuição a todos os regedores, chefes das circumscripções locais, capitão dos portos e chefes das alfandegas marítimas, de modo que caibam, pelo menos, tres a cada freguezia ou aldêa, e dois a cada um de todos aquelles funcionarios.

Art. 11.º Os chefes dos districtos e concelhos, a que se refere o artigo antecedente, logo que receberem as presentes instrucções, deverão:

a) Distribuil-as pelos regedores de parochia, e, onde haja porto, pelo respectivo funcionario superintendente.

b) Nomear os membros, de sua escolha, da commissão concelhia a que se refere o n.º 1.º do artigo 4.º

c) Nomear, de accordo com o regedor e respectivo parochio, onde o haja, os individuos que devam constituir as commissões a que se refere o n.º 2.º do citado artigo.

Art. 12.º Os individuos nomeados para fazer parte das commissões concelhias, parochiaes ou aldêanas, serão escolhidos de entre aquelles que mais habilitados estiverem para o conhecimento da população.

CAPITULO III

SECÇÃO I

Trabalhos das commissões

Art. 13.º As commissões concelhias, parochiaes e aldêanas devem estar installadas até 31 de agosto de 1900, communicando-o os respectivos presidentes á secção de estatística.

Art. 14.º Logo que cada uma das commissões parochiaes ou aldêanas se installar, procederá a uma rigorosa investigação ácerca do modo como se acha distribuida a população da respectiva área, a fim de determinar se é necessaria a sua divisão em secções.

§ unico. Serão divididas em secções as freguezias ou aldêas, em que o trabalho de recolher e verificar todos os boletins de familia não possa ser escrupulosamente desempenhado por um mesmo agente n'um só dia.

Art. 15.º Na divisão de cada freguezia em secções ter-se-ha em vista:

1.º Que a área de cada secção seja tal, que o respectivo agente possa n'um só dia recolher e verificar todos os boletins de familia.

2.º Que a delimitação de cada secção seja feita com o maior cuidado, de modo que não comprehenda fogos pertencentes a outra freguezia ou aldêa, não se omita fogo algum, nem se inclua o mesmo fogo em mais de uma secção.

Art. 16.º Fixando as secções de cada freguezia ou aldêa, procederá a commissão á escolha dos agentes, que deverá recahir em individuos conhecedores das circumstancias locais, activos, probos, intelligentes e que dêem completa garantia do pontual e escrupuloso desempenho do encargo.

§ 1.º Em egualdade de circumstancias serão preferidos os individuos que collaboraram nos censos anteriores.

§ 2.º Até ao dia 15 de outubro de 1900 deverão estar escolhidos todos os agentes.

SECÇÃO II

Fornecimento de impressos

Art. 17.º A secção de estatística, remetterá, com a necessaria antecedencia, aos chefes dos districtos e concelhos o numero de boletins de fogos, de boletins de embarcações e de boletins de familia necessarios para se effectuar o recenseamento no respectivo districto ou concelho.

Este numero será calculado sobre o numero de fogos de cada freguezia, apurado no ultimo recenseamento, com 20 por cento de augmento.

§ 1.º Nas Novas Conquistas serão distribuidos boletins de familia em maratha nas aldêas onde se julgar necessario, e, da mesma fórma, em guzerathe, nos concelhos de Damão, Nagar-Avely e Diu.

§ 2.º Os referidos funcionarios, apenas receberem os impressos de que se trata, distribuil-os-hão ás commissões parochiaes ou aldêanas e aos superintendentes dos portos.

§ unico. As mesmas comissões e os superintendentes dos portos requisitarão aos presidentes das respectivas comissões concelhias os impressos de que carecerem, quando os que lhes tiverem sido mandados não forem reputados sufficientes.

SECÇÃO III

Organisação e verificação dos boletins de fogos

Art. 18.º No dia 1 de novembro de 1900 cada comissão parochial ou aldêana entregará a cada um dos agentes um boletim de fogos, modelo A.

§ unico. Quando o boletim de fogos, recebido pelo agente, não bastar para inscrição de todos os fogos da respectiva secção, o mesmo agente addicionará o papel que a mais fôr necessario, riscado á imitação das folhas impressas.

Art. 19.º Cada agente, logo que esteja nomeado, procederá ao conhecimento da freguezia que lhe tiver sido destinada, para averiguar quaes são as casas deshabitadas e locaes habitados, e os nomes dos chefes das familias que n'elles houver.

§ 1.º O agente, logo que receber o boletim de fogos preencher-o-lia pela fórma que n'elle se indica, sendo obrigado a patenteal-o á comissão, sempre que esta lh'o exigir.

§ 2.º O boletim de fogos, devidamente preenchido, será apresentado pelo agente á comissão parochial ou aldêana até ao dia 15 de novembro de 1900.

Art. 20.º A comissão parochial ou aldêana, logo que tenha recebido todos os boletins de fogos da respectiva freguezia, reunir-se-ha e procederá ao exame dos mesmos boletins, verificando, com o mais escrupuloso cuidado, se ha n'elles omissão, duplicação ou inexactidão; e, no caso de se encontrar alguma irregularidade, procederá, ouvido o agente, á competente rectificação do boletim.

§ unico. Feita a verificação de que trata este artigo, a comissão procederá á numeração, em ordem seguida, dos boletins de familia, modelo C, correspondentes a cada boletim de fogos.

SECÇÃO IV

Boletins de familia

I Distribuição

Art. 21.º Até ao dia 25 de novembro, o mais tardar, a comissão parochial ou aldêana entregará a cada agente:

- a) O respectivo boletim de fogos, modelo A, devidamente verificado;
- b) Os boletins de familia, modelo C, numerados em ordem seguida, conforme o mesmo boletim de fogos;
- c) O numero de boletins de familia não numerados, reputado necessario para os casos imprevistos.

Art. 22.º Cada agente procederá á distribuição dos boletins de familia desde 26 até 30 de novembro de 1900, guiando-se pelo respectivo boletim de fogos e tendo em vista que:

1.º Deverá ser entregue um boletim de familia a cada individuo com habitação sobre si, a cada familia ou a cada estabelecimento especial, publico ou particular, inscripto no boletim de fogos, por mais afastado que esteja do centro da povoação;

2.º Á medida que fôr entregando cada um dos boletins, deverá notar a entrega na columna 9 do boletim de fogos;

3.º No caso de ter mudado de residencia um individuo ou familia, inscripto no boletim de fogos, deverá guardar o respectivo boletim de familia, fazendo n'elle a declaração: *Mudou de residencia para...*

4.º Se encontrar habitada uma casa inscripta no boletim de fogos como deshabitada, deverá fazer n'elle a devida rectificação e entregar o competente boletim de familia immediatamente anterior, seguido d'uma das letras do alphabeto;

5.º Se encontrar uma casa ou local habitado, não relacionado no boletim de fogos, deverá mencional-o no fim d'este e entregar o boletim de familia, dando-lhe o numero de ordem a seguir ao ultimo inscripto no mesmo boletim de fogos;

6.º Quando uma só folha do boletim de familia não bastar para a inscripção de todos os individuos da mesma casa, como poderá succeder nos collegios, seminarios, quartéis, prisões, asylos, hospitaes, hospícios, hospedarias, estalagens, pousadas e analogos, deverá entregar as folhas necessarias, todas as quaes terão o mesmo numero;

7.º Nenhum individuo, seja qual fôr a sua classe, condição ou categoria, póde recusar se a receber o boletim de familia que se lhe distribuir.

§ 1.º Os boletins relativos aos palacios do Governador geral e episcopaes serão entregues aos respectivos administradores;

§ 2.º Os boletins relativos aos estabelecimentos especiaes, publicos ou particulares, serão entregues aos respectivos chefes, directores ou commandantes;

§ 3.º Os pastores que não tiverem familia nos limites do povoado, e habitarem, sós ou acompanhados, em choças isoladas, devem ser avisados para comparecerem no dia e logar que os agentes marcarem, a fim de prestarem os esclarecimentos dos respectivos boletins de familia.

II Preenchimento e recepção dos boletins de familia

Art. 23.º Cada individuo vivendo sobre si, chefes de familia, director, chefe ou commandante de qualquer estabelecimento especial, publico ou particular, preencherá e assignará o respectivo boletim de familia pela fórma que no mesmo se indica. No caso de não saber escrever, prestará ao agente as informações necessarias para o seu preenchimento.

§ 1.º Os individuos vivendo sobre si, chefes de familia, directores, chefes ou commandantes, de estabelecimentos publicos ou particulares, que tiverem de se ausentar depois das 12 horas da noite de 30 de novembro de 1900, deverão deixar prehenchido o boletim de familia, para ser entregue ao agente que o fôr posteriormente recolher;

§ 2.º Os individuos vivendo sobre si ou chefes de familia, que não saibam ou possam escrever, deverão prestar ao agente as informações necessarias para este preencher os boletins.

Art. 24.º Cada agente procederá no dia 1 de dezembro de 1900 á recepção dos boletins de familia, distribuidos nos termos do artigo 22.º, guiando-se pelo respectivo boletim de fogos e tendo em vista que:

1.º Serão recolhidos todos os boletins de familia no referido dia até á noite, devendo haver o maximo cuidado em não esquecer algum, por mais afastada que esteja a respectiva casa do centro da povoação;

2.º No acto da recepção de cada boletim verificará escrupulosamente se ha erros, omissões ou inexactidões de qualquer especie, fazendo logo, no mesmo boletim, as correções e observações convenientes;

3.º Quando na casa não houver quem saiba ou possa escrever, preencherá o boletim de familia, conforme as informações que lhe forem prestadas, combinadas com o conhecimento que tiver da respectiva familia;

4.º Com respeito ás familias habitualmente residentes na secção ou freguezia, que estiverem temporariamente ausentes no referido dia 30 de novembro, não havendo ficado em suas casas quem satisfaça aos preceitos da inscripção, procurará o agente colher os esclarecimentos necessarios para elle mesmo preencher os respectivos boletins de familia, nos quaes fará declaração d'essa circumstancia;

5.º Entregará boletins de familia em alguma casa que, excepcionalmente, tenha sido esquecida, e substituirá por outros os que tiverem sido perdidos, fazendo-os preencher ou preenchendo-os devidamente;

6.º Á medida que fôr recolhendo cada um dos boletins de familia, notará a recepção na columna 10 do boletim de fogos.

III Verificação dos boletins de familia

Art. 25.º Até ao dia 8 de dezembro de 1900 todos os agentes deverão entregar á competente commissão parochial ou aldêana o boletim de fogos, acompanhado dos respectivos boletins de familia, devidamente preenchidos.

Art. 26.º A commissão, logo que tiver recebido os boletins de fogos e respectivos boletins de familia, verificará se falta algum e procederá ao seu exame, preenchendo as lacunas, rectificando os esclarecimentos inexactos, examinando se os chefes de familia ou

de estabelecimentos commetteram scientemente erros ou omissões pelos quaes os agentes não dêssem, e vigiando se estes, levados pelo interesse de augmentarem as gratificações, a que têm direito pelo seu trabalho, exaggeraram o numero de pessoas inscriptas.

As diferenças encontradas serão notadas nos proprios boletins de familia.

IV — Distribuição, preenchimento, recepção e verificação dos boletins de familia das embarcações

Art. 27.º O capitão dos portos e os chefes das alfandegas maritimas mandarão distribuir, e farão preencher e recolher no referido dia 1 de dezembro, um boletim de familia por cada uma das embarcações, de alto ou de pequeno porte, nacionaes (mercantes ou de guerra) e mercantes estrangeiras, que, na noite de 30 de novembro para 1 de dezembro de 1900, estiverem fundeadas nos respectivos portos ou ali ancorarem na manhã de 1 de dezembro.

§ 1.º Achando-se fundeada qualquer embarcação nos rios interiores de Gôa, incumbe esta obrigação ao regedor de parochia ou aldêa do littoral mais proximo.

§ 2.º Em cada um d'estes boletins serão incluídos todos os tripulantes e passageiros existentes a bordo na referida noite.

Art. 28.º Para o serviço indicado no artigo antecedente escolherá cada um dos referidos funcionarios um ou mais agentes especiaes, idoneos, adoptando as medidas necessarias para ser posta á disposição de cada um d'elles uma embarcação, se d'ella carecerem. No caso previsto no § 2.º do mesmo artigo, o agente será o mesmo da respectiva secção de freguezia.

§ 1.º A cada um d'estes agentes incumbe:

a) Organisar um boletim (modelo B) de todas as embarcações ancoradas na zona de cada freguezia, onde tiver de distribuir e recolher boletins de familia.

b) Distribuir os boletins de familia ás referidas embarcações no mencionado dia 30 de novembro.

c) Proceder, para o preenchimento e recepção dos boletins de familia, pelo modo estabelecido no § seguinte.

§ 2.º Cada agente procederá, no referido dia 1 de dezembro, á recepção dos boletins de familia em cada uma das embarcações de que trata o artigo 27.º, guiando-se pelo respectivo boletim (modelo B) e tendo em vista que:

1.º Serão recolhidos os boletins de familia de todas as embarcações no proprio dia 1 de dezembro, de manhã, devendo haver o mesmo cuidado em não esquecer alguma;

2.º Quando na embarcação não houver quem saiba ou possa escrever, preencherá o agente o boletim de familia, conforme as informações que lhe forem prestadas;

3.º Entregará o boletim de familia em alguma embarcação que se ache ancorada e não esteja inscripta na lista, mencionando-a logo n'esta; substituirá por outros os boletins que tiverem sido perdidos, fazendo-os preencher ou preenchendo-os devidamente.

4.º A' medida que fôr recolhendo cada um dos boletins de familia, notará a recepção na columna 8.º do boletim de embarcações (modelo B).

5.º Nenhum commandante, capitão ou mestre, poderá recusar-se a restituir, preenchido, o boletim que lhe houver sido entregue, ou a prestar as informações necessarias para o seu preenchimento, ficando, no caso de recusa, sujeito á multa designada e cobravel nos termos do art. 8.º.

§ 3.º Os agentes serão gratificados pelo modo estabelecido no § unico do art. 5.º, e em harmonia com o preceituado no art. 31.º.

Art. 29.º Aos funcionarios designados no art. 27.º e § 1.º pertence:

1.º Receber dos agentes especiaes, por elles nomeados, o boletim (modelo B) das embarcações ancoradas no respectivo porto e os correspondentes boletins de familia; conferir estes com aquelles, verificar se falta algum, proceder ao seu exame, preencher as lacunas se as houver, rectificar os esclarecimentos inexactos, e notar nos proprios boletins de familia as diferenças encontradas;

2.º Remetter ao regedor da respectiva freguezia ou aldêa, até ao dia 8 de dezembro de 1900, para ser presente á commissão parochial ou aldêana:

a) O boletim (modelo B) das embarcações ancoradas na zona da freguezia.

b) Os boletins de familia relativos a cada embarcação.

c) A proposta para o pagamento da gratificação a cada um dos agentes especiaes, a que se refere o art. 28.º.

CAPITULO IV

Exame e verificação dos resultados do recenseamento e pagamento da gratificação aos agentes

Art. 30.º Cada comissão parochial ou aldêana remetterá até ao dia 15 de janeiro de 1901 ao presidente da comissão concelhia:

1.º Os boletins de fogos e os boletins de embarcações, acompanhados dos respectivos boletins de familia devidamente ordenados;

2.º Um relatório d'onde conste circunstanciadamente:

a) O numero de boletins de fogos enviados e o numero do ultimo boletim de familia correspondente ao boletim de fogos de cada secção e a cada um dos boletins de embarcações;

b) Os meios de verificação empregados e o grau de confiança que devem inspirar os resultados da operação do recenseamento;

c) Os melhoramentos que, no seu entender, se devem de futuro introduzir n'este processo;

d) As omissões ou inexactidões culposas que se tiverem encontrado na verificação dos boletins de fogos ou de familia;

e) As recusas por parte de quaesquer individuos a receber, preencher e restituir os boletins de familia, ou a prestar aos agentes as necessarias informações;

3.º A proposta para o pagamento da gratificação a cada um dos agentes do recenseamento.

4.º A proposta, a que se refere o art. 29.º n.º 2.º, alinea c), para retribuição dos agentes especiaes do recenseamento da população embarcada.

Art. 31.º Nas propostas para gratificação aos agentes, deverá ter-se em vista que:

1.º Nenhum agente poderá receber retribuição inferior a 1 1/2 réis da convenção por pessoa recenseada;

2.º Esta gratificação será equitativamente augmentada a cada um dos agentes que, pelas distancias que tiver percorrido, pela difficuldade dos caminhos, pela natureza dos meios de transporte de que se tenha servido, por ter luctado com difficuldades especiaes ou por qualquer outra circumstancia eventual, mereça accrescimo de retribuição;

3.º O augmento de retribuição será proporcional ao accrescimo de trabalho de cada agente; a proposta será graduada de fôrma que, em caso algum, a despesa total exceda, para toda a freguezia, a quantia correspondente a 5 réis por pessoa recenseada.

§ unico. Na retribuição de que trata este artigo comprehendem-se todas as despesas, incluindo as dos transportes, que os agentes tiverem de fazer para o serviço de que são incumbidos.

Art. 32.º Os presidentes das comissões concelhias, logo que tenham recebido os processos do recenseamento de todas as respectivas freguezias ou aldêas, convocarão as mesmas comissões para estas apreciarem os resultados geraes do mesmo recenseamento, ouvindo, quando o julgarem conveniente, quaesquer pessoas entendidas e conhecedoras das localidades.

§ 1.º Os mesmos presidentes farão sobre o processo um relatório circumstanciado, emitindo a sua opinião fundamentada ácerca:

a) Do grau de confiança que devem inspirar os resultados do recenseamento da sua jurisdição, e das omissões, ou inexactidões encontradas;

b) Dos melhoramentos que, no seu entender, se devem de futuro introduzir n'este processo.

§ 2.º Todo o processo do recenseamento de cada concelho será remettido pelo presidente da referida comissão á secção de estatistica até ao dia 15 de fevereiro de 1901.

Art. 33.º A secção de estatistica, logo que tenha recebido os processos do recenseamento de todos os concelhos, tratará de conglobar os resultados geraes do mesmo recenseamento.

§ 1.º O chefe da secção de estatistica fará sobre o processo um relatório circumstanciado, emitindo a sua opinião fundamentada ácerca:

a) Do grau de confiança que devem inspirar os resultados do recenseamento;

b) Das omissões ou inexactidões encontradas;

c) Dos melhoramentos que, no seu entender, se devem de futuro introduzir n'esta operação.

Art. 34.º Dentro do praso de 15 dias, a contar d'aquelle em que os processos, de que trata o artigo antecedente, dêrem entrada na secção de estatística, se mandará pagar a cada um dos agentes de recenseamento a gratificação que lhe compete.

CAPITULO V

Disposições varias

Art. 35.º Os empregados, auctoridades e corporações, a quem pertencer o cumprimento das presentes instrucções, deverão apresentar pelas vias competentes as duvidas ou observações, que se lhes offerecerem, com respeito á execução das mesmas instrucções, para serem superiormente tomadas na consideração devida.

Art. 36.º Os governadores de districto, administradores de concelho, regedores e as respectivas commissões, deverão empregar todos os meios de publicidade e persuasão, que estiverem ao seu alcance, a fim de que todos os cidadãos se convençam da alta importância do recenseamento, a que se vae proceder, e da conveniencia de cooperarem para que elle seja a expressão exacta da verdade.

Art. 37.º Toda a correspondencia relativa ao recenseamento geral da população, que houver de ser expedida pelo correio, terá na parte superior do sobrescripto ou cinta a indicação: — *Serviço do recenseamento geral da população.*

§ unico. A mesma correspondencia será expedida pelo correio como correspondencia official, sem limite de peso nem de volume, e será registada gratuitamente nas estações postaes, sempre que a Repartição ou Auctoridade expedidora o reclamar.

Art. 38.º Sempre que se expedirem pelo correio boletins de fogos, boletins de embarcações ou boletins de familia, devidamente preenchidos, devem estes documentos ser empaçados por fórma que cada pacote contenha exclusivamente documentos relativos a uma freguezia ou aldêa.

Secretaria do governo geral, 2 de abril de 1900. — O secretario geral interino, *Arnaldo Mendes Norton de Mattos.*

(Os modelos foram publicados na edição avulsa a que se refere o art. 10.º)

MARÇO

(CIRCULAR) — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Sempre que seja concedida passagem á reserva a praças do exercito do reino ahi em serviço, por se acharem nas condições de se lhes fazer tal concessão e desejarem ficar residindo n'essa provincia, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que as respectivas folhas de registo deverão ser enviadas a esta secretaria d'estado, logo que se effectuar aquella passagem.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 2 de março de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia do Cabo Verde — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa.*

Sendo conveniente determinar quaes as materias sobre que devem versar os exames dos candidatos a telegraphistas das possessões ultramarinas: ha Sua Magestade El-Rei por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar o programma que faz parte d'esta portaria e baixa assignado pelo conselheiro Director geral do ultramar.

Paço, em 2 de março de 1900. — *Antonio Eduardo Villaça.*

Programma para os exames dos candidatos a telegraphistas do ultramar

I — Noções de telegraphia

a) Apparelho Morse — Manipulador e receptor. Nomenclatura das diversas peças que compõem o aparelho e sua regulação.

b) Pilhas — Diversos modos de agrupar os elementos das pilhas. Elementos Daniell, Fuller, Minotto e Leclanché. Cuidados a observar na conservação das pilhas.

c) Apparelhos accessorios das estações telegraphicas — Despertadores de uma e duas direcções. Relais e translatores. Galvanometros. Commutadores. Para-raios. Conductores e placas de terra.

d) Linhas telegraphicas — Idéa geral da construcção das linhas aereas e do material n'ellas empregado.

e) Telephone e microphone — Indicação resumida do modo de funcionar d'estesapparelhos.

f) Alguns preceitos regulamentares do serviço telegraphico — Telegrammas officiaes, de serviço, particulares e especiaes. Ordem por que devem ser transmittidos. Redacção, contagem de palavras e taxação dos telegrammas particulares. Taxação dos telegrammas com operações accessorias e dos sujeitos a taxas especiaes. Suspensão obrigatoria e facultativa da transmissão. Segredo da correspondencia.

II — Pratica de telegraphia

a) Installação de uma estação Morse terminal — Montagem das pilhas. Distribuição e collocação dos apparelhos. Ligações na mesa telegraphica. Assentamento dos conductores no interior da estação e suas ligações com as linhas exteriores.

b) Installação de uma estação Morse intermédia — Montagem para duas direcções. Emprego do apparelho Morse em translação.

c) Avarias nas linhas e nas estações — Processos para verificar e localisar as avarias; sua reparação.

d) Transmissão e recepção com o apparelho Morse — Redacção de um telegramma e sua taxação, transmissão, recepção, verificação e entrega ao destinatario.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 2 de março de 1900. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Tendo regressado á metropole, para serem presentes á Junta de saude do ultramar, algumas praças alistadas nas guarnições das provincias ultramarinas, por haverem sido postas á disposição do Governo, Sua Magestade El-Rei manda chamar a attenção dos governadores das mesmas provincias para o officio circular d'este ministerio, de 16 de agosto de 1895, não permitindo que venham ao reino individuos n'aquellas circumstancias, pois, a maior parte dos que têm sido mandados addir ao deposito de praças do ultramar commetteram ausencias illegitimas ou desertaram, achando-se assim livres para novamente continuarem a praticar faltas identicas áquellas por que haviam sido entregues á disposição do Governo, o que é prejudicial á ordem e tranquillidade publica.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.^a, em resposta ao seu officio, n.º 34, de 6 de fevereiro proximo passado, que, em vista da expressa disposição do artigo 9.º do decreto de 6 de setembro de 1894, a isenção do pagamento de direitos de mercê, de que até então gosavam os empregados das Imprensas nacionaes do ultramar, não póde ser considerada subsistente.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 7 de março de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:112, em que é recorrente Datarama Sinay Burculó e recorrido Annanta Jaganatha Porobo Colcar, de que foi relator o ex.^{mo} conselheiro, vogal effectivo, Eduardo José Segurado:

Mostra-se que o presente recurso vem interposto, por Datarama Sinay Burculó, da portaria, n.º 737, de 12 de outubro de 1898, pela qual foi nomeado Annanta Jaganatha Porobo Colcar, amanuense especial das comunidades do concelho de Sanquelim;

Esta nomeação foi precedida de concurso annuciado no *Boletim officia*l do Estado da India, de 10 de maio de 1898, n.º 35, nos termos do § 2.º do artigo 138.º do regulamento de 1 de fevereiro de 1897, e no dito concurso obtiveram o recorrente e o recorrido igual classificação;

Mostra-se que o recorrente baseia o seu recurso na disposição do n.º 1.º do artigo 137.º do regulamento das comunidades de 30 de outubro de 1886, onde se diz «que, na identidade de provas, serão preferidos os que tiverem mais tempo de serviço publico», e prova que tem mais longos serviços do que o nomeado;

Mostra-se que o recorrido, na sua minuta a fl. 55, sustenta, pelas razões ali expendidas, que esta questão não é da competencia do contencioso administrativo, mas da acção tutelar;

Mostra-se que, ouvido o procurador da corôa e fazenda, este magistrado justifica a legalidade da nomeação de que se recorre, e allega:

— que o annuncio claramente diz que o concurso é aberto nos termos do regulamento de 1 de fevereiro de 1897, e não nos do regulamento das comunidades de 30 de outubro de 1886, invocado pelo recorrente;

— que n'aquelle regulamento foi completamente substituido o capitulo do regulamento de 1886, que se inscreve — dos concursos; e no artigo 141.º se declarou revogadas todas as disposições anteriores, que recaíam nas materias n'elle contidas; sendo certo que no artigo 138.º, invocado pelo referido boletim, se estabelece que, nos concursos para amanuenses, deverá seguir-se o processo relativo aos concursos para o provimento dos logares de escrivães das camaras agrarias e das comunidades, onde se não designa motivo de preferencia entre os concorrentes;

— que, ainda que assim não fôsse, não podia nem devia o Governador geral ser obrigado a nomear um candidato em quem não depositasse confiança, quando outro candidato igualmente classificado no concurso lh'a merecesse;

O que tudo visto e a resposta do ministerio publico;

Considerando que são procedentes os fundamentos do parecer do ministerio publico a fl. 58:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 8 de março de 1900. = REL. = Antonio Eduardo Villaça.

Processo de recurso n.º 197, de 1899, em que é recorrente o ministerio publico e recorrida a firma commercial A. Moraes & Irmão. Relator o ex.^{mo} conselheiro Thomás Nunes da Serra e Moura.

Sendo-me presente a consulta da Junta consultiva do ultramar, constituida em tribunal contencioso, sobre o recurso n.º 1, processo n.º 197, de 1899, em que é recorrente o ministerio publico, como representante da fazenda nacional na provincia de S. Thomé e Príncipe, e recorrida a firma commercial A. Moraes & Irmão;

Mostra-se que, tendo a firma recorrida reclamado, perante a junta de lançamento das decimas n'aquella provincia, para que fôsse eliminada a decima de juros relativa ao anno de 1894-1895, que lhe fôra lançada pelo emprestimo de 12:000,000 réis, a juro de 9 por cento ao anno, que lhe fizera a agencia do Banco nacional ultramarino na mesma provincia, por escriptura publica de 16 de agosto de 1894, foi indeferida a reclamação por accordão de 19 de janeiro de 1897, com o fundamento de que a decima de juros, por virtude do artigo 16.º do decreto de 29 de dezembro de 1852, deve ser lançada ao devedor e não ao credor;

Mostra-se que d'esse accordão recorreu a firma reclamante para o conselho de provincia, que por accordão de 9 de setembro de 1899 lhe deu provimento, com voto de vencido do Governador, mandando annullar o lançamento, com o fundamento de que, sendo a decima á custa do credor, que é o Banco nacional ultramarino, é este isento de impostos pelas leis de 16 de maio de 1864 e 27 de julho de 1893;

Mostra-se que do accordão do conselho de provincia recorreu o ministerio publico, em devido tempo, para a Junta consultiva do ultramar; seguiu o processo os seus termos com audiencia do ministerio publico, pela direcção geral do ultramar;

E considerando que a lei reguladora para o lançamento da decima de juros na provincia de S. Thomé e Príncipe é o decreto de 29 de dezembro de 1852, que no artigo 16.º manda lançar a contribuição aos devedores de capitães mutuados;

Considerando que esta disposição legal tem sido sempre observada na provincia de S. Thomé e Príncipe, quer a dívida vença juros, quer o empréstimo seja gratuito, como informa o respectivo inspector de fazenda;

Considerando que o privilegio concedido ao Banco nacional ultramarino pelas leis citadas no accordão recorrido, de isenção de impostos, não pôde ampliar se aos seus devedores, não só porque os privilegios são de interpretação restricta, mas também porque, sendo a contribuição lançada ao devedor por expressa disposição de lei, nenhuma o isenta do pagamento de decima de juros, quer contracte com empresas privilegiadas, quer não; estando por isso sujeitos, como qualquer devedor, ao lançamento d'aquella contribuição;

Considerando que n'este sentido já foram decididos identicos recursos por decretos de 18 de novembro de 1897 e 8 de julho de 1899;

Considerando que o argumento de analogia que o accordão recorrido deduz da portaria de 11 de março de 1869, com respeito aos devedores do Banco de Portugal, é improcedente para alterar as condições tributarias da recorrida, porque nem esta é devedora do Banco de Portugal, na hypothese do processo, nem qualquer lei, decreto, portaria ou regulamento pôde ter execução no ultramar sem ordem régia determinada pelo competente ministerio da marinha e ultramar, nos termos do decreto de 27 de setembro de 1838 e disposições analogas:

Hei por bem, conformando-me com a consulta, para que foi ouvido o ministerio publico, dar provimento ao recurso, annullar o accordão recorrido, e mandar que subsista a deliberação da junta de lançamento das decimas.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 8 de março de 1900. = REI. = *Antonio Eduardo Villaça.*

Processo de recurso n.º 199, de 1899, em que é recorrente o ministerio publico e recorrido José Roballo Gambôa. Relator o ex.^{mo} sr. Augusto Cesar Supico.

Sendo-me presente a consulta da Junta consultiva do ultramar, constituída em tribunal contencioso, sobre o recurso n.º 6, processo n.º 199, de 1899, em que é recorrente o ministerio publico, como representante da fazenda nacional na provincia de S. Thomé e Príncipe, e recorrido José Roballo Gambôa;

Mostra-se que, havendo o recorrido reclamado, perante a junta de lançamento das decimas n'aquella provincia, para que fôsse eliminada a decima de juros relativa ao anno 1894-1895, que lhe foi lançada n'aquella ilha, na qualidade de devedor de uma certa quantia, por contracto oneroso, á agencia do Banco nacional ultramarino, foi indeferida a reclamação, por accordão de 19 de janeiro de 1897, com o fundamento no artigo 16.º do decreto de 29 de dezembro de 1852, que manda lançar a decima ao devedor e não ao credor;

Mostra-se que d'esse accordão recorreu o recorrido José Roballo Gambôa para o conselho de provincia, que por seu accordão de 9 de setembro de 1899 lhe deu provimento, com voto de vencido do Governador, mandando annullar o lançamento com o fundamento de que, sendo a decima á custa do credor, que é o Banco nacional ultramarino, é este isento de impostos pelas leis de 16 de maio de 1864 e 27 de julho de 1893;

Mostra-se que do accordão do conselho de provincia recorreu o ministerio publico, em devido tempo, para a Junta consultiva do ultramar, seguindo o processo os seus termos, com audiencia do ministerio publico; e

Considerando que a lei que rege na provincia de S. Thomé e Príncipe o lançamento da decima de juros é o decreto de 29 de dezembro de 1852, no seu artigo 16.º, que manda lançar a contribuição aos devedores de capitaes mutuados, como de facto se tem praticado n'aquella provincia;

Considerando que o privilegio de não pagar decima de juros, concedido ao Banco nacional ultramarino por varios diplomas legislativos, o ultimo dos quaes é a lei de 27 de julho de 1893, não póde aproveitar aos devedores do mesmo Banco, não só porque os privilegios são de interpretação restricta, mas tambem porque seria infringir aquella disposição clara que manda collectar os devedores;

Considerando que o capital mutuado foi recebido na ilha de S. Thomé e ahi manifestado e por isso não tem importancia que o contracto fôsse celebrado n'esta cidade pela direcção do Banco;

Considerando que n'este sentido foi já decidido recurso identico por decreto de 8 de julho de 1899 no recurso n.º 7 do mesmo anno:

Hei por bem, conformando-me com a consulta, para que foi ouvido o ministerio publico, dar provimento ao recurso, annullar o accordão recorrido e mandar que subsistê a deliberação da junta de lançamento de decimas.

O ministro e secretário d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 8 de março de 1900. = REI. = *Antonio Eduardo Villaça.*

Processo de recurso n.º 201, de 1899, em que é recorrente o ministerio publico, e recorrido Sabino de Almeida. Relator o ex.^{mo} conde de Paço d'Arcos:

Sendo-me presente a consulta da Junta consultiva do ultramar, constituida em tribunal contencioso, sobre o recurso n.º 38, processo n.º 201, de 1899, em que é recorrente o ministerio publico, como representante da fazenda nacional na provincia de S. Thomé e Príncipe, e recorrido Sabino de Almeida;

Mostra-se que, tendo o recorrido reclamado, perante a junta de lançamento das decimas n'aquella provincia, para que fôsse eliminada a decima de juros relativa ao anno de 1895-1896, que lhe foi lançada n'aquella ilha pela quantia de 200\$000 réis a juros que lhe fizera a agencia do Banco nacional ultramarino, foi indeferida a reclamação, por accordão de 13 de janeiro de 1898, com o fundamento no artigo 16.º do decreto de 29 de dezembro de 1852, que manda lançar a decima de juros ao devedor e não ao credor;

Mostra-se que d'esse accordão recorreu o recorrido Sabino de Almeida para o conselho de provincia, que por seu accordão de 9 de setembro de 1899 lhe deu provimento, com voto de vencido do Governador, mandando annullar o lançamento, com o fundamento de que, sendo a decima á custa do credor, que é o Banco nacional ultramarino, é este isento de impostos pelas leis de 16 de maio de 1864 e 27 de julho de 1893;

Mostra-se que do accordão do conselho de provincia recorreu o ministerio publico, em devido tempo, para a Junta consultiva do ultramar, seguindo o processo os seus termos, com audiencia do ministerio publico, pela direcção geral do ultramar; e

Considerando que a lei que rege na provincia de S. Thomé e Príncipe o lançamento da decima de juros, é o decreto de 29 de dezembro de 1852, no seu artigo 16.º, que manda lançar a contribuição aos devedores de capitaes mutuados, como de facto se tem praticado n'aquella provincia;

Considerando que o privilegio de não pagar decima de juros, concedido ao Banco nacional ultramarino por varios diplomas legislativos, o ultimo dos quaes é a lei de 27 de julho de 1893, não póde aproveitar aos devedores do mesmo Banco, não só porque os privilegios são de interpretação restricta, mas tambem porque seria infringir aquella disposição clara que manda collectar os devedores;

Considerando que o capital mutuado foi recebido na ilha de S. Thomé e ahi manifestado e por isso não tem importancia que o contracto fôsse celebrado n'esta cidade pela direcção do Banco;

Considerando que n'este sentido foi já decidido recurso identico por decreto de 8 de julho de 1899 no recurso n.º 7 do mesmo anno:

Hei por bem, conformando-me com a consulta para que foi ouvido o ministerio publico dar provimento ao recurso, annullar o accordão recorrido e mandar que subsista a deliberação da junta de lançamento das decimas.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 8 de março de 1900. = REI. = *Antonio Eduardo Villaça.*

Manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que as praças de pret do exercito, quando de regresso á metropole, depois de terminado o tempo de serviço nas colonias, excepto as pertencentes a destacamentos do mesmo exercito, sejam presentes á Junta de saude do ultramar para que haja de resolver-se sobre o seu ulterior destino, não podendo desistir das licenças que porventura lhes tenham sido arbitradas, nem voltar ao serviço colonial, sem que de novo sejam inspecionadas pela mesma Junta.

Paço, em 10 de março de 1900. = *Antonio Eduardo Villaça.*

A fim de serem convenientemente organizados os destacamentos para as colonias, de que trata o capitulo 3.º do titulo 6.º do decreto com força de lei de 7 de setembro de 1899, e para regular a execução dos serviços dos mesmos destacamentos: hei por bem approvar e mandar pôr em execução as instrucções que fazem parte d'este decreto e baixam assignadas pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da guerra e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 12 de março de 1900. = REI = *Sebastião Custodio de Sousa Telles.* = *Antonio Eduardo Villaça.*

Instrucções a que se refere o decreto d'esta data

CAPITULO I

Da organização dos destacamentos

ARTIGO 1.º

Nomeações

1.ª A nomeação das forças do continente do reino, que devem estar de prevenção para destacar para as colonias, será feita no dia immediato áquelle em que as unidades de prevenção marcharem com aquelle destino, ou no dia em que completarem dezoito mezes depois de nomeadas.

2.ª Os officiaes necessarios para constituir os quadros das forças serão nomeados, em cada posto e classe, a começar pelos mais modernos dos respectivos quadros á data da nomeação da força expedicionaria, quando não haja quem voluntariamente se offereça.

3.ª O official que houver sido nomeado e que, por qualquer das circumstancias mencionadas no § 2.º do artigo 206.º do decreto com força de lei de 7 de setembro de 1899, deixar de fazer parte da unidade a que pertencia, será substituido pelo official do mesmo posto ou classe que, na data em que se preencher a vacatura, fôr o mais moderno na respectiva arma ou serviço, quando não haja voluntarios.

4.ª O official que, tendo sido nomeado para destacar para as colonias, requerer para ser presente á Junta hospitalar de inspecção e fôr julgado incapaz temporariamente, será novamente nomeado para destacar, quando fôr julgado prompto para o serviço e entrar no respectivo quadro.

5.ª Os officiaes de qualquer arma ou serviço que, não estando de prevenção, forem requisitados pelo ministerio da marinha e ultramar para fazer parte da força que deve

destacar, bem como os officiaes e praças de pret que devem constituir a reserva, serão nomeados de entre os que, na data da requisição do referido ministerio, forem os mais modernos nos respectivos quadros e em cada posto e classe.

6.^a Depois da requisição do ministerio da marinha e ultramar, a nomeação dos officiaes, para substituição d'aquelles que não possam marchar, recairá nos que, em cada posto e classe, forem os mais modernos na data da requisição.

7.^a As praças de pret que forem requisitadas, e não estiverem de prevenção, serão também nomeadas na data da requisição do ministerio da marinha e ultramar, conforme as regras seguidas para a prevenção.

8.^a A nomeação das praças de pret das unidades a destacar recairá nos sargentos mais modernos dos quadros d'essas unidades na data da nomeação, e nos cabos e soldados, promptos da instrução de recruta, que tiverem menos tempo de praça.

9.^a Não serão nomeados: os officiaes que estiverem matriculados nas escolas superiores com destino ao serviço do estado maior; os tenentes-medicos servindo como internos nos hospitaes militares permanentes de Lisboa ou Porto na conformidade do § 2.^o do artigo 147.^o do decreto com força de lei de 7 de setembro de 1899; e as praças de pret em tirocinio nas escolas praticas das respectivas armas, com licença para estudos na Escola polytechnica de Lisboa, Universidade de Coimbra ou Academia polytechnica do Porto, ou com licença especial para estudos nos institutos industriaes, para frequentarem os preparatorios para o curso de administração militar.

10.^a No caso de não haver no corpo o numero de praças necessario para completar a força do destacamento, serão as vagas preenchidas por voluntarios de todos os corpos da arma, sejam quaes forem as condições de serviço em que se achem, e, quando o numero d'estas não fôr ainda sufficiente, serão as vagas preenchidas na mesma classe pelos mais modernos dos corpos da divisão a que pertencer a força a destacar, com excepção dos do corpo que ficar n.^o 1 para o mesmo serviço.

11.^a Os impedidos são incluídos na escala da nomeação, qualquer que seja o serviço que estejam desempenhando.

12.^a Nas nomeações acima referidas é permittida a troca entre officiaes do mesmo posto e arma ou serviço, e entre praças de pret da mesma graduação e corpo ou companhia especial, quando os substitutos tenham bom comportamento.

13.^a A troca de serviço de destacamento para as colonias não poderá nunca ser feita com prejuizo de terceiro, e, por isso, se o official que trocou o destacamento tiver, por qualquer motivo, de regressar ao corpo antes de terminar o serviço da expedição e fôr necessario substituí-lo, será nomeado o official com quem se effectuou a troca.

14.^a Os officiaes nomeados para destacar não deverão ser, por este facto, mandados apresentar á Junta hospitalar de inspecção, e os que adoecerem depois da data da requisição baixarão ao hospital, sendo-lhes applicavel o determinado na disposição 4.^a, quando não tenham alta a tempo de acompanhar o destacamento.

15.^a Aos officiaes e praças de pret nomeados para destacar não será concedida licença de especie alguma depois da data da requisição do ministerio da marinha e ultramar.

16.^a Os commandantes das divisões, a que pertencerem as forças de prevenção para destacar para as colonias, determinarão ou promoverão que immediatamente recolham ao corpo todos os officiaes e praças de pret sobre quem tenha recaído a nomeação, exceptuando os officiaes de cavallaria e de infantaria que estiverem em tirocinio nas escolas praticas, e os officiaes em tirocinio por estarem habilitados com o curso de estado maior, bem como as praças de pret com licença da junta, devendo uns e outros recolher sómente na occasião da marcha ou quando acabem o tirocinio ou licença.

17.^a Quando tiver de marchar para as colonias um batalhão de infantaria, será nomeado um subalerno para commandante da secção de sapadores e um outro para ajudante do batalhão. Será também nomeado ajudante quando a força, embora não constitua batalhão, seja commandada por official superior.

18.^a Tendo de destacar um regimento de infantaria, será nomeada a secção de deposito, constituida por um subalerno, tres segundos sargentos, seis primeiros cabos e nove soldados, escolhidos de entre aquelles a quem falte menos tempo para passar á reserva.

A' secção de deposito incumbe a guarda do aquartelamento e a arrecadação e conservação do material de guerra, mobilia e mais artigos pertencentes ao regimento e que ali deverem ficar, sendo a entrega dos mesmos artigos feita pelo Conselho administrativo do regimento ao commandante da secção em presença dos respectivos inventarios.

ARTIGO 2.º

Armamento, equipamento e municiamento

19.ª Todas as praças de artilheria serão armadas com a carabina de 6^{mm}, 5 ^m/96, e o equipamento será do modelo de 1894, com tenda-abrigo, sendo, porém, a mochila substituída por uma mochileta.

No equipamento da infantaria será feita a mesma substituição.

As praças do estado menor e os corneteiros deverão ser armados com carabina.

20.ª As praças das respectivas armas e serviços transportarão nas respectivas bolsas, patronas e cartucheiras o numero de cartuchos abaixo indicado :

Praças de infantaria, 120 cartuchos ;

Praças de cavallaria, artilheria, engenharia e companhia de subsistências, 60 cartuchos ;

Sapadores de infantaria, 60 cartuchos ;

Officiaes e praças armadas de revolver, 18 cartuchos sendo apeados, e 50 sendo montados.

21.ª As baterias de montanha conduzirão nos cofres as munições para 98 tiros por bôcca de fogo, nas convenientes proporções.

22.ª As reservas de munições, tanto para bôccas de fogo como para armas portateis, serão fixadas para cada destacamento.

ARTIGO 3.º

Material de bivaque, ferramentas de sapadores e officinas

23.ª Todas as unidades levarão material de bivaque, e as de infantaria e de cavallaria as ferramentas dos sapadores correspondentes.

24.ª A's unidades de infantaria serão fornecidas officinas de carpinteiro e de correeiro, bem como coronhas e peças de armamento mais necessarias, e a materia prima que se entender precisa para concerto dos equipamentos.

As mesmas unidades transportarão, nas suas bagagens, officinas de sapateiro e a materia prima para concertos de calçado. A despesa com a aquisição d'estes artigos será feita por conta dos fundos especiaes.

ARTIGO 4.º

Material sanitario

25.ª A' força de infantaria será dado um par de cantinas de pensos, uma mochila e tantas macas de hombro, quantas forem as companhias de guerra que a constituirem ; á força de cavallaria, um par de cantinas de pensos e um par de bolsas de pensos ; á força de artilheria, um par de bolsas de pensos e uma maca de hombro ; e ao serviço medico, tantas bolsas de enfermeiro, quantas forem as praças (sargentos e cabos da companhia de saude) que fizerem parte da expedição ; e mais, para o serviço veterinario, uma cantina de veterinaria.

A recepção e distribuição de todo este material fica a cargo do tenente-medico mais antigo que acompanhar as forças, com excepção do que se refere ao serviço veterinario, que será recebido e ficará a cargo do official veterinario que n'ellas fizer serviço.

ARTIGO 5.º

Artigos de cama

26.ª A cada praça será fornecida, em regra, uma manta, tres lençóes, um panno de enxerga, um travessão e duas fronhas.

Estes artigos deverão ser requisitados á Direcção geral do serviço de engenharia pelos Conselhos administrativos dos corpos que destacarem ou a que pertencerem as fracções nomeadas, sendo a importancia de todos os artigos satisfeita pelo ministerio da marinha e ultramar, ao qual ficarão pertencendo.

ARTIGO 6.º

Acondicionamento das bagagens e mais artigos

27.ª O armamento das praças e os arreios e equipamentos dos solípedes serão encaixotados, requisitando os corpos á Direcção geral do serviço de artilheria os caixotes para isso precisos.

O acondicionamento de todo o mais material de guerra que a força deve transportar, bem como o das bagagens, officinas e artigos de fardamento e calçado, será feito em caixões ou cunhetes, igualmente requisitados á referida Direcção geral.

O encaixotamento dos artigos de armamento distribuido ás praças deverá, de ordinario, ser feito em Lisboa.

28.ª Todos os volumes serão das menores dimensões que seja possível, e terão na tampa a indicação da unidade a que pertencem, especie de material ou objectos que contêm e seu peso.

29.ª O local onde devem ser reunidas as bagagens e mais material pertencente ás diferentes unidades será, com a precisa antecedencia, indicado pela secretaria da guerra, devendo os corpos requisitar á secção de transportes do serviço de administração militar as viaturas precisas para a condução dos referidos artigos para aquelle local, onde deverão achar-se, no dia que tambem será designado pela mesma secretaria, os chefes do serviço de saude, do serviço de administração militar e do deposito de material de guerra, para receberem e inventariarem todo o material que, desde então, ficará á sua responsabilidade.

Os encarregados das bagagens das unidades que destacarem deverão apresentar-se no mesmo local e no mesmo dia, para tomarem conta das bagagens das referidas unidades.

ARTIGO 7.º

Secção de quartéis

30.ª Vinte e quatro horas antes do embarque das forças, as secções de quartéis tomarão conhecimento dos alojamentos destinados ás respectivas unidades, a fim de dirigirem o embarque e adoptarem as providencias precisas para que elle se faça na melhor ordem.

ARTIGO 8.º

Regresso ao continente

31.ª As praças que regressarem ao reino antes da unidade a que pertençam, por doença ou outro qualquer motivo, serão desligadas da mesma unidade, que lhes encerrará as contas, sendo transferidas para outra companhia, esquadrão ou bateria no dia immediato ao do ultimo pagamento que lhes tenha sido feito no ultramar.

32.ª Quando a força expedicionaria regressar ao continente, o seu commandante apresentará um relatorio desenvolvido sobre os serviços prestados pela força do seu commando. Este relatorio será acompanhado de outros elaborados pelos chefes dos diversos serviços, em que serão indicados os inconvenientes que encontrarem no desempenho do serviço das respectivas especialidades e propostos os alvitres que julguem conveniente adoptar em futuras expedições.

CAPITULO II

Dos serviços administrativos

ARTIGO 9.º

Do serviço administrativo em geral

33.ª Os serviços administrativos dos destacamentos para as colonias concentram-se no encarregado especial da administração militar, que para esse fim faz parte do seu pessoal.

A residencia official do mesmo encarregado será fixada onde as conveniencias do serviço o aconselharem, e declarada no boletim official da provincia.

Entende-se por concentração de serviços as relações directas de todos os commandantes de unidades, ou fracções destacadas, com o referido encarregado, que se denominará — chefe dos serviços administrativos.

Estas relações são as que respeitam a vencimentos de officinas e praças de pret, e, em geral, a tudo que se prenda com os mesmos vencimentos.

34.^a O chefe dos serviços administrativos exerce, como delegado do governador geral, fiscalização directa sobre todos os serviços da sua especialidade, tendo, como tal, os direitos e os deveres que a lei impõe no reino aos fiscaes do serviço de administração militar, com todas as responsabilidades inherentes.

35.^a O chefe dos serviços requisitará, por meio de titulo em triplicado, do cofre do districto da provincia onde tiver a sua residencia, todos os fundos necessarios para pagamento dos vencimentos relativos a cada mez.

36.^a As requisições de fundos constituirão o principal elemento para a prestação das contas do chefe dos serviços administrativos do destacamento colonial e podem ser feitas, tanto pelo referido chefe, ás recebedorias dos districtos, como pelos commandantes das unidades e fracções que estiverem destacados em districto differente d'aquelle que fôr considerado séde dos serviços administrativos.

37.^a Os commandantes das unidades ou fracções, que requisitarem fundos ás recebedorias dos districtos, enviarão logo, ao mencionado chefe, o triplicado da requisição.

38.^a Em regra, nenhuma requisição de fundos será satisfeita pelos recebedores sem a verba de *visto* da auctoridade superior do districto, exarada no original e no triplicado da mesma requisição.

39.^a Os triplicados, que o chefe dos serviços administrativos terá de apresentar na 7.^a repartição da direcção geral da contabilidade publica, quando prestar as suas contas, devem ser rubricados pelos recebedores que effectuarem os pagamentos.

40.^a As requisições de fundos serão feitas em titulos do modelo A.

ARTIGO 10.^o

Soldos, pretos e gratificações

41.^a Aos officiaes e praças de pret dos destacamentos para as colonias serão abonados, desde o dia do embarque até ao do desembarque na metropole, os seguintes vencimentos :

Aos officiaes, o triplo do soldo, além da gratificação de effectividade correspondente aos seus postos e graduações, segundo a arma ou serviço a que pertencerem, e em harmonia com a lei vigente.

Ao commandante do corpo expedicionario, a gratificação mensal e unica de 60\$000 réis, quando não seja official general, e ao seu ajudante a de 10\$000 réis.

As praças de pret, o triplo da importancia do pret e fardamento em tempo de guerra, segundo as tarifas de 16 de setembro de 1864 e 18 de maio de 1865, sendo no referido pret incluido o augmento a que se refere o decreto de 11 de setembro de 1890. Além d'estes abonos vencerão as gratificações de readmissão e de classe a que tiverem direito.

42.^a Os officiaes e praças terão direito, durante o tempo que estacionarem no ultramar, ao abono de ração de etape.

43.^a Será abonada por uma só vez, como ajuda de custo, antes do embarque :

Aos officiaes, a quantia de 100\$000 réis, aos sargentos e equiparados a de 15\$000 réis e ás demais praças a de 6\$000 réis.

44.^a Todos os abonos serão feitos em moeda corrente, e na India, Macau e Timor segundo a relação legal com a moeda do reino.

Os officiaes e praças não têm direito a nenhum outro vencimento além dos que ficam especificados.

45.^a Os vencimentos dos officiaes são abonados em relações mensaes, formuladas segundo o modelo B e em duplicado. Nos originaes d'essas relações serão collados os sellos correspondentes á totalidade dos vencimentos de cada official.

46.^a Os vencimentos das praças abonam-se, como no reino, em relações de vencimentos, duplicadas, descontando-se a cada praça, em casas especiaes, as pensões deixadas ás familias, as prestações para pagamento de adiantamentos, se houverem sido auctorizados, e o pret para os hospitaes.

47.^a Tanto as relações de vencimento dos officiaes, como as das praças, serão enviadas pelos commandantes das unidades ao chefe dos serviços administrativos, até ao dia 15 do mez immediato áquelle a que disserem respeito, sendo as ultimas acompanhadas da resulta geral, em triplicado.

ARTIGO 11.º

Pensões e reformas

48.^a É facultado aos officiaes e praças de pret designarem a parte dos seus vencimentos que pretendem deixar para subsistencia de suas familias.

Para este fim, os commandantes dos corpos remetterão á secretaria da guerra, para serem enviadas ao ministerio da marinha e ultramar, tres dias antes do fixado para o embarque, relações nominaes, em duplicado, dos officiaes e praças de pret, com designação da importancia que cada um pretende deixar, e o nome e residencia do destinatario.

49.^a Para os effeitos de reforma e mais recompensas será contado pelo dôbro aos officiaes e praças de pret do corpo expedicionario o tempo do serviço prestado no ultramar, e contado da data do desembarque á do embarque de regresso ao reino.

50.^a Aos officiaes e mais praças do corpo expedicionario que se impossibilitarem no serviço, e ás familias dos que fallecerem por effeito de ferimento em combate, desastre ou molestia endemica devidamente comprovados, serão applicadas as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827, em relação ás tarifas que actualmente vigoram.

51.^a O desconto para pagamento das pensões começa: para as praças de pret, na data do embarque, e para os officiaes, no dia primeiro d'esse mez.

52.^a O pagamento é feito pela 7.^a Repartição da direcção geral da contabilidade publica, por intermedio da Agencia militar, Conselhos administrativos dos corpos e Auctoridades administrativas.

ARTIGO 12.º

Transportes e ajudas de custo

53.^a Os officiaes e praças de pret não têm direito a transporte, por conta do Estado, para as pessoas de suas familias.

54.^a Para pagamento das importancias das ajudas de custo remetterão os Conselhos administrativos dos corpos, á secretaria da guerra, para serem enviadas ao ministerio da marinha e ultramar, oito dias antes do embarque das forças, relações nominaes, em duplicado, dos officiaes e praças que constituem os destacamentos.

ARTIGO 13.º

Rancho

55.^a Cada unidade ou fracção, fóra de campanha, fará o rancho em harmonia com as tabellas do reino, e segundo as circumstancias locais e a receita total com que poderá contar. Esta receita é constituida: para os sargentos e equiparados, pela contribuição de 95 réis, 200 réis de etape e 300 réis de auxilio maximo; e para as outras praças, pela contribuição de 45 réis, 200 réis de etape e 200 réis de auxilio.

56.^a As unidades e fracções que fizerem rancho organizarão, mensalmente, o respectivo mappa, que será enviado, com os documentos comprovativos da despesa, ao chefe dos serviços administrativos, a fim de justificar o abono do auxilio na resulta.

57.^a Os generos para rancho serão recebidos directamente dos fornecedores, quando estejam arrematados, e, no caso contrario, adquiridos no mercado.

58.^a Em serviço de campanha o rancho é igual para os sargentos e demais praças.

ARTIGO 14.º

Pão

59.^a Não ha direito ao abono de ração de pão em nenhum caso, por isso que na ração de etape está comprehendida essa ração.

ARTIGO 15.º

Forragens

60.ª Serão abonadas pela fôrma estabelecida no reino e levadas á resulta. A sua aquisição far-se-ha por meio de arrematações ou por compra directa no mercado, se não estiver estabelecido outro qualquer meio de fornecimento.

ARTIGO 16.º

Etape

61.ª Será abonada a 200 réis diários nas relações de vencimentos e em casa especial. Os officiaes e praças, quando embarcados ou em tratamento nos hospitaes e enfermarias, não têm direito a este abono.

ARTIGO 17.º

Fardamento

62.ª As praças devedoras á fazenda nacional e aos Conselhos administrativos soffrem, desde o dia do embarque para o ultramar até ao do desembarque em Lisboa, o desconto de 100 réis diários, com excepção dos sargentos e equiparados que descontam 160 réis.

63.ª As praças crédoras descontam simplesmente 25 ou 30 réis, conforme a arma a que pertençam, enquanto não completarem os seus depositos de fardamento.

64.ª E' permittido ás praças descontarem quantias superiores ás que ficam indicadas e, bem assim, por esta fôrma ou por meio de prestações voluntarias, excederem os depositos regulamentares.

65.ª Os descontos para fardamento, incluindo os que as praças devedoras soffrem quando detidas, são escripturados em relações formuladas segundo o modelo C.

66.ª Com os espoios das praças que fallecerem proceder-se-ha como se acha estabelecido no reino, devendo, porém, mencionar-se nas respectivas relações os vencimentos a que as praças tiverem direito até ao dia do fallecimento, e que por qualquer motivo lhes não houverem sido pagos.

67.ª As despesas com funeraes, lançadas nas contas correntes das praças, são satisfeitas aos hospitaes em que as praças fallecerem pelos commandantes das respectivas unidades.

68.ª As distribuições de artigos de fardamento devem constar das competentes requisições individuaes.

69.ª Os artigos de vestuario e calçado, requisitados ao chefe dos serviços administrativos, serão augmentados á reserva de fardamento da unidade, que satisfará de prompto, ao mesmo chefe, a respectiva importancia.

70.ª Nas relações de vencimentos liquidadas no ultramar não se abonam nem abatem os debitos e creditos das praças fallecidas, desertadas ou extraviadas.

A liquidação d'essas verbas faz-se, depois do regresso do destacamento, nas relações de vencimentos do regimento, batalhão, grupo, esquadrão ou companhia.

71.ª Todas as unidades destacadas organizarão um caderno, que será escripturado como se indica no modelo D, para apuramento dos debitos e creditos das praças no ultimo dia de cada trimestre.

D'este caderno se extrahirá o balanço trimensal que tem de ser remettido para o corpo.

72.ª As praças em tratamento nos hospitaes não deixam de descontar para fardamento.

73.ª Serão adquiridos e fornecidos por conta do ministerio da marinha e ultramar todos os artigos que não estejam mencionados no plano de uniformes das praças e que se reconheçam necessarios no ultramar.

74.ª Os Conselhos eventuaes das forças destacadas serão debitados para com os Conselhos administrativos das respectivas unidades pelas importancias dos debitos das praças.

ARTIGO 18.º

Reserva de fardamento

75.ª Os artigos da reserva regimental de fardamento e calçado serão abatidos ao registo n.º 5 e entregues, com as competentes relações, aos Conselhos eventuaes das unidades que destacarem, ficando os mesmos Conselhos debitados, no registo n.º 8, pelo valor dos referidos artigos, de que passarão recibo.

76.ª A reserva de artigos de vestuario ou calçado, a cargo do corpo ou fracção, deve obedecer ás seguintes percentagens:

Jaquetas, calças de panno e capotes—cinco por cento; gravatas—uma por praça; pares de botas e pares de alpercatas—cincoenta por cento; barretes, jalecos de policia, calças de brim, camisas, ceroulas, lenços e toalhas—vinte e cinco por cento.

77.ª A reserva de fardamento a cargo do chefe dos serviços administrativos será, em regra, constituída pelos seguintes artigos: barretes, jalecos de policia, calças de brim, camisas, camisolas, ceroulas, pares de botas, pares de alpercatas—cincoenta por cento; jaquetas e calças de panno—dez por cento.

78.ª As quantidades determinadas para as forças de infantaria, tanto n'uma como n'outra reserva, serão applicadas aos artigos correspondentes para as praças montadas.

79.ª Pela secção de fardamento do serviço de administração militar e por conta do ministerio da marinha e ultramar serão fornecidos, para cada official, um chapéu de feltro, e, para cada praça, duas camisolas de flanela e um chapéu.

ARTIGO 19.º

Fundo permanente

80.ª Pelo ministerio da marinha serão abonadas, para constituirem fundo permanente, as seguintes importancias:

2.000\$000 réis para um regimento; 1.000\$000 réis para um batalhão; 500\$000 réis para uma bateria, companhia ou esquadrão; 250\$000 réis para fracções inferiores.

Estas importancias serão sacadas do mesmo ministerio por meio de titulo e pelos commandantes dos regimentos ou fracções, os quaes, no regresso ao continente, prestarão contas do emprego que deram ao referido fundo.

ARTIGO 20.º

Fundos da escola

81.ª Os descontos para o fundo da escola, por detenção, feitos ás praças com creditos de fardamento, são escripturados na relação modelo C.

ARTIGO 21.º

Hospital

82.ª Os officiaes em tratamento nos hospitaes e enfermarias descontam diariamente metade do soldo simples; e as praças, em identica situação, descontam o mesmo pret que no reino, sendo-lhes abonado o resto do vencimento.

83.ª Os hospitaes e enfermarias formularão relações mensaes, em triplicado, dos officiaes e praças ali em tratamento, remetendo-as ao chefe dos serviços administrativos, que lhes fornecerá, no menor praso de tempo possivel, um titulo processado, com o qual poderão haver das recebedorias dos districtos as quantias em divida.

N'estas quantias comprehender-se-ha o equivalente de pão, a 40 réis, das praças de pret.

ARTIGO 22.º

Expediente, luzes e despesas miudas

84.ª O expediente das unidades é abonado nas resultas de vencimento até á quantia de 6\$000 réis mensaes, ficando a cargo das mesmas unidades o fornecimento de expediente ás fracções destacadas.

85.ª Para luzes abona-se em cada mez, tambem na resulta, até á quantia de 9\$000 réis, e, para despesas miudas, até 3\$000 réis, fixando os commandantes das unidades as quantias que as fracções poderão gastar, comtanto que nas resultas se não mencionem verbas superiores ás que ficam indicadas, salvo auctorisação do governador geral.

Estas despesas, para poderem ser levadas em conta, carecem de ser comprovadas pelos recibos dos fornecedores.

ARTIGO 23.º

Subsidios de marcha e de residencia

86.ª Só se abonam por determinação do governador geral: n'este caso, o dos officiaes é feito em relações especiaes, como no reino, e o dos sargentos e equiparados, nas relações de vencimentos, em casa especial.

87.ª Nos dias em que se determinar o abono de subsidios de marcha será abonada ás praças que não tenham direito a este vencimento a gratificação de 45 réis.

ARTIGO 24.º

Addidos

88.ª As praças das companhias de saude, de subsistencias e de equipagens, destacadas nas colonias, são abonadas de todos os vencimentos pelas forças da metropole a que estiverem addidas.

89.ª As importancias para fardamento, escola e fazenda nacional, que lhes forem descontadas, deverão ser entregues com as respectivas relações, aos Conselhos administrativos das mesmas companhias, pelos corpos a que pertencerem as unidades que fizeram os abonos.

90.ª As praças das forças destacadas, addidas a outras unidades ou fracções igualmente destacadas, serão por estas, como no reino, abonadas dos seus vencimentos, com excepção dos descontos legais indicados nas guias de marcha.

91.ª Os abonos ás praças expedicionarias, addidas a qualquer força colonial e vice-versa, são feitos pelas suas unidades, que os remetterão, liquidados de descontos, com a possivel brevidade, aos commandantes das forças a que as praças estiverem addidas.

Estes, pela sua parte, devem communicar-lhes, na primeira oportunidade, qualquer alteração que inflúa nos vencimentos das praças.

ARTIGO 25.º

Disposições diversas

92.º Os commandantes das unidades e fracções requisitarão, aos governadores dos districtos em que servirem, os artigos de que carecerem e os grandes concertos que as despesas miudas não comportarem.

93.ª Os commandantes das unidades destacadas devem remetter, mensalmente, aos respectivos Conselhos administrativos, os seguintes documentos: notas de alterações, relações de espolios e de descontos para fardamento, escola e fazenda nacional, relações de distribuição de artigos de vestuario e calçado, e os recibos de despesas feitas com funeraes. Por estes documentos far-se-ha, nas secretarias dos corpos, pelo pessoal para esse fim nomeado, a escripturação das cadernetas, registos de contas correntes e folhas de registo, que não acompanham as forças expedicionarias.

Substituem no ultramar os indicados registos tantas folhas (modelo E), quantas as praças que destacarem, e n'ellas se mencionarão, com o maximo cuidado, todas as alterações occorridas desde o embarque em Lisboa até ao regresso ao reino, punições,

distribuições de artigos e concertos, importancia dos espolios, despesas de funeraes, vencimentos mensaes, descontos, etc. Será em presença das alludidas folhas que os commandantes das unidades enviarão para o reino, logo que lhes conste o regresso á metropole de qualquer praça, que nos corpos ou companhias se completará a escripturação das cadernetas, contas correntes e folhas de registo.

94.^a Nas folhas (modelo E) serão indicadas, resumidamente, as punições impostas ás praças antes da partida para o ultramar.

95.^a A Repartição competente do districto em que embarcarem officiaes e praças de regresso ao reino communicará immediatamente aos commandantes das unidades o dia da partida e qualidade do transporte. Por sua parte, os mesmos commandantes deverão participar aos chefes dos serviços administrativos a saída dos officiaes com aquelle destino.

96.^a Os commandantes das forças destacadas darão promptamente conta dos seus actos aos commandantes das unidades, para que o serviço possa fazer-se sem delongas nem embaraços.

97.^a Todas as Repartições ou unidades que passarem guias de marcha devem n'ellas declarar, com a indispensavel clareza, o estado de pagamento das praças, os vencimentos diarios a que têm direito, quaes os seus creditos ou debitos de fardamento e os abonos que, como addidos, lhes houverem feito.

98.^a Os commandantes das unidades são obrigados a transferir para os respectivos Conselhos administrativos a importancia dos descontos para fardamento, escola e fazenda nacional, bem como o producto dos espolios vendidos, deduzidas as despesas com funeraes.

99.^a As quantias que se pretenderem transferir serão entregues nas recebedorias dos districtos ou provincia, cobrando-se os competentes recibos que as unidades devem remetter, pelo primeiro correio, aos mesmos Conselhos.

100.^a As pretensões de readmissão das praças de pret das forças expedicionarias serão resolvidas pelo commandante das mesmas forças, na conformidade da lei; communicando ao commandante do regimento a que o readmittido pertencer.

ARTIGO 26.º

Conselhos administrativos

101.^a Os Conselhos administrativos, formularão mensalmente, relações dos officiaes e praças de pret destacadas nas colonias, abonando a uns e a outras, illiquidos de descontos, desde a data do embarque para o ultramar até á do regresso a Lisboa, todos os vencimentos que no continente perceberiam se estivessem em effectivo serviço. N'essas relações deverão ser abatidos, depois das competentes communicações das unidades destacadas, os vencimentos abonados nos mezes anteriores a praças e officiaes fallecidos ou transferidos para as tropas ultramarinas.

As relações dos officiaes, em duplicado, serão enviadas, para processo, á 1.^a secção da Repartição de abonos e processo, e a das praças, em triplicado, á 2.^a secção, para serem verificadas e as suas importancias escripturadas nas resultas dos mezes a que disserem respeito.

Estes vencimentos, a contar da data do embarque, serão entregues todos os mezes, juntamente com o duplicado da relação de officiaes e o triplicado da das praças de pret, na Repartição de contabilidade do ultramar. (7.^a Repartição da Direcção geral da contabilidade publica).

102.^a Os officiaes e praças fallecidas são abonados até á data do obito. Os vencimentos não recebidos pelas praças escripturam-se, conjunctamente com a importancia dos espolios, nas contas de fardamento, e os dos officiaes, entregues pelas unidades destacadas, ficam depositados nos cofres dos Conselhos administrativos até que superiormente lhes seja mandado dar o competente destino.

103.^a Tanto os officiaes, como as praças de pret, que destacarem para as colonias, irão pagos de todos os vencimentos até á vespera do embarque; se os commandantes das unidades não puderem, antes de partir, por absoluta impossibilidade, remetter aos Conselhos administrativos as respectivas relações, fal-o-hão logo que cheguem ao seu destino ou de qualquer porto onde tocarem.

As contas de rancho e fardamento deverão ficar completamente regularisadas.

104.^a Os Conselhos administrativos recebem da Repartição de contabilidade do ultramar, mediante relações, cujo duplicado fica em seu poder, os vencimentos em divida aos officiaes e praças que regressarem do ultramar. A esses vencimentos serão deduzidas as pensões que ainda não houvessem sido descontadas, e qualquer abono que ás praças haja sido feito depois do ultimo pagamento. Acompanham as relações copias authenticas das guias de marcha.

105.^a Os Conselhos administrativos encontrarão, nos pagamentos que têm de effectuar na 7.^a Repartição da direcção geral da contabilidade publica, as quantias transferidas pelas unidades, apresentando para isso os documentos passados pelos recebedores dos districtos ou provincia.

106.^a As quantias transferidas do ultramar serão escripturadas no registo n.º 3, em uma casa especial, sob a designação de «Fundos do destacamento colonial», e só depois do regresso da unidade, e de liquidadas as suas contas, se farão as transferencias para os competentes fundos e o pagamento, á secção de fardamento do serviço de administração militar, da percentagem de 75 por cento sobre a totalidade dos descontos para fardamento.

107.^a N'uma relação de vencimentos especial, terminada que seja a liquidação de contas, serão abatidas as importancias descontadas ás praças, para pagamento das suas dividas á fazenda, desde que partiram para o ultramar. Na referida relação, que tem de ser inscripta em resulta de vencimentos, devem indicar-se as dividas das praças na vespera do embarque e os descontos que, para o respectivo pagamento, cada uma soffreu até ao seu regresso á capital.

ARTIGO 27.º

Officiaes e praças regressadas ao continente

108.^a Os officiaes e praças de pret que, tendo regressado ao continente, e havendo sido presentes á Junta hospitalar de inspecção, obtenham licença para se tratarem ou convalescer de doenças adquiridas no ultramar, terão direito, durante os primeiros noventa dias de licença, aos vencimentos que perceberiam se estivessem promptos para o serviço nos corpos da arma ou no serviço a que pertençam.

Paço, em 12 de março de 1900. — *Sebastião Custodio de Sousa Telles.*

MODELO A

(a) . . .

(b) ...

Anno economico de

(c) ...

Mez de ...

Força expedicionaria

Requisição de fundos

Réis . . \$. . .

Requisita-se da recebedoria do districto de ... a quantia de ... para pagamento de soldos, pretos, despesas de rancho e outras relativas ao mez de ... de ...

Quartel em ... de ... de ...

O commandante,

F ...

MODELO B

Provincia de ...

Districto de ...

(b) . . .

(a) ...

(c) . .

Anno economico de

Mez de ...

Relação de vencimentos dos officiaes da referida . . . no indicado mez

[illegible]

Recebemos do chefe dos serviços administrativos a quantia de ... (total do vencimento) ... ficando na fazenda a importancia dos descontos indicados.

Quartel em ... de ... de ...

(d) . . .

(a) Regimento.—(b) Batalhão.—(c) Bateria, esquadraão ou companhia.—(d) Assignaturas dos officiaes que recebem, sobre os sellos respectivos.

MODELO C

(a) . . .

(b) . . .

(c) . . .

Mez de ... de ...

Relação dos descontos para fardamentos, fazenda nacional e escola no indicado mez

Numeros		Postos	Para fardamento	Para a fazenda	Desconto por detenção		Para o fundo da escola	Observações
Companhia	Matricula				Para fardamento	Para a fazenda		
								<p>Detido de... a... E' devedor.</p> <p>Detido de... a... E' credor.</p> <p>Regressou ao reino em... pago até... Falleceu em... pago até este dia.</p>

Quartel em... de ... de ...

O commandante,

$$F \dots$$

(a) Ou no, trimestre anterior.—(b) Da data do embarque ao fim do mez.

Regimento de ...

(b) ...

Vencimento e descontos até a data do ultimo pagamento no ultramar

Credito ou debito na data do embarque para o ultramar ...
Credito ou debito com que falleceu ou regressou ao reino ...
(a) Batalhão.—(b) Bateria ou companhia.

janeiro ultimo, em que José da Cruz, ex-ajudante da conservatoria de Moçambique fazendo serviço como empregado addido na de Quelimane, pedá se lhe mande tomar posse da conservatoria no impedimento do respectivo delegado, a fim de ser abonado da gratificação competente, visto não haver delegado substituto legalmente nomeado.

O requerente não pôde substituir o conservador nas suas faltas ou impedimentos, porque o artigo 7.º do regulamento de 28 de abril de 1870 não tem applicação ao ultramar, como se vê do artigo 185.º do regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894. A substituição compete ao respectivo delegado do procurador da corôa e fazenda, nos termos do artigo 45.º do citado regimento de justiça, e, portanto, na falta ou impedimento d'este, a quem o substituir por nomeação do governo geral da provincia.

Não pôde tambem substituir o conservador qualquer delegado nomeado *ad hoc* pelo juiz de direito nos casos previstos na lei, e, por isso, cumpre que v. ex.^a providencie para que de futuro não seja retardada a nomeação de delegados interinos das comarcas na falta ou impedimento dos effectivos.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 13 de março de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Procurador da corôa e fazenda junto da Relação de Moçambique.—O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tendo sido approvedo em portaria régia de 14 de dezembro do anno findo o regulamento do serviço de saude de Macau e Timor, e havendo sido eliminados do primitivo projecto, approvedo pelo governo provincial, os capitulos que se referem ao hospital chinez de Macau, enfermaria da Santa Infancia e enfermaria dos chinezes catholicos, por não serem estes estabelecimentos dirigidos por funcionarios do quadro de saude, determinou s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar, em seu despacho de 12 do corrente, que os referidos estabelecimentos sejam fiscalisados e regulamentados pelo governador da respectiva provincia e incumbindo-me de assim o participar a v. ex.^a para os devidos effectos.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 14 de março de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Macau.—O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Attendendo á conveniencia reconhecida de melhor assegurar e garantir a fiscalisação das cobranças e da arrecadação das receitas publicas nas provincias ultramarinas; Sua Magestade El-Rei, mandando suscitar a observancia do disposto em portaria de 30 de maio de 1894, com respeito ás fianças dos exactores de fazenda e ao estabelecimento dos cofres das recebedorias dos districtos, ha por bem determinar que sejam igualmente estabelecidos cofres fortes nas recebedorias dos concelhos, devendo ter duas chaves e sendo seus clavicularios o recebedor e o escrivão de fazenda.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se comunica aos governadores das provincias ultramarinas, para seu conhecimento e devida execução. Paço, em 14 de março de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça*.

Tendo, pela Procuradoria da corôa e fazenda junto á Relação de Nova Gôa, sido ponderada a conveniencia de se definir e mandar observar a verdadeira doutrina sobre o direito que assiste aos delegados das comarcas de obterem as certidões de que careçam para o desempenho das funcções que a lei lhes impõe no tocante á fiscalisação dos actos dos funcionarios judiciaes, pois que, havendo o delegado da comarca de Damão exigido aos respectivos escrivães certidões do protocollo de entrada e saída dos feitos conclusos ao juiz de direito, este magistrado determinou-lhes que as não passasse sem prévio despacho, e pareceu aos mesmos escrivães que tal determinação abrangia todas e quaesquer certidões requisitadas pelo ministerio publico: ha Sua Magestade El-Rei por

bem declarar que, com respeito a certidões em geral, exigidas pelos delegados do procurador da corôa e fazenda, como fiscaes da lei e representantes do Poder executivo, estão os principios a seguir consignados nas portarias régias de 17 de abril de 1855, 10 de maio e 5 de junho de 1860 e 10 de novembro de 1869, cuja observancia manda suscitar; e, relativamente ás certidões dos protocollos dos juizes, comquanto nos artigos 102.º e 103.º do código do processo civil se determine a occasião em que os processos serão continuados com vista ao ministerio publico para fiscalisar se os juizes os entregam, ou não, nos prazos legais, não ha, todavia, nada que prohiba que, no seu direito de fiscalisação, os delegados peçam e lhes sejam passadas sem restricção alguma as certidões que julguem necessarias, seja qual fôr a altura do processo.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao conselheiro presidente da Relação de Nova Gôa, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 16 de março de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça.*

Repetindo-se o facto de empregados do serviço interno das alfandegas das provincias ultramarinas serem nomeados para desempenharem commissões estranhas ao serviço aduaneiro, o que, em parte, pôde ser attribuido á circumstancia de serem, a esse respeito, omittidos os respectivos regulamentos, não obstante ser principio assente que, em taes casos, os regulamentos geraes e especiaes em vigor na metropole devem ser considerados como subsidiarios: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, declarar aos governadores das provincias ultramarinas, que, em vista da doutrina consignada no artigo 75.º do regulamento geral das alfandegas da metropole, de 27 de setembro de 1894, cuja applicação é por esta fórma suscitada, nenhum funcionario do quadro interno das alfandegas poderá exercer quaesquer funcções alheias ao seu cargo, excepto as legislativas, sem auctorisação do Ministro da marinha e ultramar.

Paço, em 20 de março de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça.*

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:033, em que é recorrente Baburaiá Sinay Bobó, e recorrida a comunidade de Nerul, de que foi relator o conselheiro, vogal extraordinario, Martinho Augusto da Cruz Tenreiro:

Mostra-se que, tendo a comunidade de Nerul, concelho de Bardez, no Estado da India, arrendado a Diogo José Soares parte de um predio denominado «Namoxim dos Ferreiros», ao ir, em 8 de Janeiro de 1899, o escrivão da comunidade para dar posse ao rendeiro, foi d'isso impedido por Baburaiá Sinay Bobó, ora recorrente, proprietario de uma casa situada dentro do mesmo predio, o qual, não só não deixou entrar no predio o escrivão, mas ainda lhe declarou que não consentiria que a agua de um poço que fica dentro da casa fôsse aproveitada para a rega das palmeirinhas.

Em vista d'isto o referido escrivão participou ao administrador das comunidades de Bardez, que lhe não restava duvida de que o ora recorrente, não só tentava usurpar a terra da comunidade, mas já realisára a usurpação no momento em que se oppozera á entrega do predio ao legitimo rendeiro.

O administrador das comunidades, acceitando a denuncia, mandou proceder, por seu despacho de 12 de janeiro de 1899, contra o denunciado, nos termos da portaria de 15 de maio de 1869.

Intimada a denuncia da usurpação ao usurpador Sinay Bobó, ao procurador das comunidades e aos louvados do calculo, procedeu-se, em 16 de fevereiro de 1899, a uma vistoria ao terreno que se dizia usurpado, na qual o denunciado declarou que não tem titulo algum dominial relativo ao predio de que se trata, mas que ha mais de duzentos annos a sua familia possui a casa que existe no referido predio com o quintal e arvores existentes n'ella;

O procurador das comunidades e os louvados do calculo disseram que o predio «Namoxim dos Ferreiros», dentro do qual existe a casa, propriedade e habitação do denunciado desde tempos immemoriaes tem sempre andado arrematado triennialmente pela comunidade, com as arvores existentes dentro do quintal, conjunctamente com os mais bens, sendo paga a pensão pelos arrendatarios, o que se verificou em vista do livro respectivo que apresentou o escrivão da comunidade, que tambem declarou, em vista do mesmo livro, que a casa do denunciado paga de fôro á comunidade 11 rupias por anno.

Declararam mais os referidos procurador, louvados e escrivão que o denunciado tinha praticado usurpação desde o mez de janeiro, antecedente, impedindo a posse ao novo rendeiro.

O Governador geral da provincia, em seu despacho de 3 de março de 1899, em conformidade com o parecer do Procurador da corôa e fazenda, confirmou o despacho do administrador das comunidades e mandou seguir com ultiores termos do processo consignado na portaria provincial de 15 de maio de 1869.

O recorrente requereu ao Governador da provincia que mandasse suspender a execução d'esse despacho até á resolução da acção civil que o mesmo recorrente havia proposto sobre o mesmo assumpto.

O Governador geral, por seu despacho de 4 de abril de 1899, indeferiu esse requerimento, em vista do disposto no § 3.º da citada portaria de 1869.

D'estes dois despachos do Governador geral vem o presente recurso que o recorrente sustenta, allegando:

— que, sendo o recorrente possuidor do predio que se diz usurpado desde muito antes da promulgação da portaria citada, só nos tribunaes communs pôde ser discutido o facto da usurpação accusada, em vista do disposto no regulamento de 1 de fevereiro de 1897;

— e que, portanto, é incompetente o Governador geral do Estado para dirimir esta questão;

— que, mesmo que assim não fôsse, o facto de estar na posse da familia do recorrente, ha mais de duzentos annos, o predio de que se trata já creou para o recorrente o direito da prescripção, conforme o determina o codigo civil.

Respondendo ao recurso allega a comunidade recorrida que não é exacta a allegação do recorrente, quando diz que possui o predio, a cuja entrega se oppôz, desde data muito anterior á do regulamento de 1897, por isso que tal opposição nunca se deu nos anteriores arrendamentos, mas só em janeiro de 1899, e que, portanto, lhe é applicavel o disposto na portaria provincial de 1869, conforme o determina o art. 108.º do mesmo regulamento:

1) que visto e ouvido o ministerio publico;

Considerando que o regulamento das comunidades agricolas do Estado da India, de 1 de fevereiro de 1897, no seu art. 108.º, manda applicar ás usurpações posteriores a essa data a portaria provincial de 15 de maio de 1869;

Considerando que a usurpação de que se trata se effectuou em janeiro de 1899;

Considerando que o recorrente não provou que a parte do predio, denominado «Namoxim dos Ferreiros», de que se trata, esteja na posse da sua familia desde o tempo que elle indica, antes pelo contrario, pelo auto de vistoria e escripturação da comunidade e pela informação dos louvados do calculo se reconhece que essa parte tem sempre andado arrendada por conta da comunidade de Nerul, desde tempos immemoriaes, e que a esses successivos arrendamentos triennaes nunca houve opposição por parte do recorrente ou seus ascendentes;

Considerando, portanto, que a opposição feita pelo recorrente á posse que se pretendia legitimamente dar ao ultimo rendeiro, constitue um acto de usurpação, pelo menos em via de execução;

Considerando que tal acto foi praticado em data posterior á do regulamento das comunidades agricolas do Estado da India, de 1 de fevereiro de 1897, que no seu artigo 108.º determina que a todas as usurpações futuras dos bens das comunidades é inteiramente applicavel a portaria provincial de 15 de maio de 1869;

Considerando que não é procedente a allegação, do recorrente, de ter intentado civilmente uma acção de posse sobre o objecto em questão, por isso que essa acção foi proposta posteriormente ao julgamento da usurpação denunciada;

Considerando que no processo da usurpação se cumpriram todas as formalidades legais prescriptas pela portaria citada:

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta, negar provimento ao recurso, confirmando para todos os effeitos os despachos recorridos, ficando salvo o direito que ao recorrente lhe possa advir do julgamento final da acção de posse intentada civilmente e ainda pendente.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 22 de março de 1900. — REI. — *Antonio Eduardo Villaça*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tendo sido publicados nos boletins officiaes d'essa provincia, n.^{os} 1 a 3 do corrente anno, diversos editaes em que a citação de portarias provinciaes, dos commissarios régios, é acompanhada da designação *decreto provincial*, contra o disposto na portaria régia de 5 de agosto de 1898, encarrega-me s. ex.^a o Ministro de chamar para este facto a attenção de v. ex.^a, recommendando-lhe que não permita que elle se repita, pois que tal designação só pertence ás determinações do Poder executivo assignadas pelo Rei e referendadas pelos Ministros.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 22 de março de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Nos termos do artigo 54.^o da organização approvada por decreto de 19 de dezembro de 1892: ha Sua Magestade El-Rei por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar o plano de uniformes que ficam obrigados a usar, em todos os actos de serviço, os empregados menores da Direcção geral do ultramar, o qual faz parte d'esta portaria e baixa assignado pelo conselheiro secretario geral do ministerio.

Paço, em 26 de março de 1900. — *Antonio Eduardo Villaça*.

Plano de uniformes dos empregados menores da Direcção geral do ultramar

Porteiro e continuos

Bonnet de panno azul, com pala e correia presa aos lados em botões de metal dourado com as armas reaes portuguezas, tendo na frente o emblema, bordado a fio de ouro, formado de duas palmas envolvendo as letras D. G. U. encimadas pela corôa real.

Sobrecasaca de panno azul com duas abotoaduras.

Os botões serão de metal dourado e terão as armas reaes portuguezas.

Como distinctivo, o porteiro e o respectivo ajudante usarão em cada um dos lados da gola, aquelle de duas, e este de uma estrella bordada a fio de ouro.

Collete de panno azul, com botões iguaes aos da sobrecasaca, mas de menor diametro, sendo permittido durante o verão o uso de collete de linho crú com identicos botões.

Calça de panno azul, sendo permittido durante o verão o uso de calça de linho crú.

Correios a pé e a cavallo

Fardamento em uso actualmente.

Serventes

Bonnet igual aos dos continuos, devendo, porém, o emblema e os botões ser prateados. Jaquetão com duas abotoaduras e uma algibeira, com portinhola, de cada lado.

Os botões serão de metal prateado e terão as armas reaes portuguezas.

Collete igual aos dos continuos, tendo, porém, botões prateados.

Calça igual á dos continuos.

É obrigatorio o uso de gravata preta e de botas pretas e só permittido o uso de luvas brancas.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 26 de março de 1900. — O Secretario geral do ministerio, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar encarega-me de dizer a v. ex.^a, que o processo de incineração de cadaveres de pestiferados, seguido n'essa provincia, deve ser substituido, entre christãos e mouros, pelo do enterramento, observando-se o seguinte: «As covas devem ser de dois metros e meio de profundidade, pelo menos. Envolvido o cadaver em mortalha embebida em soluto de chloreto de zinco, na proporção de 1 para 100, ou soluto de sublimado corrosivo, na proporção de 2 para 1000, é lançado o cadaver na cova, em que previamente se tem deitado cal virgem em camada, approximadamente, de 0.^m2 de espessura; em seguida cobre-se de mais cal virgem da mesma espessura, e acaba-se de encher a cova de terra até ao nível do sólo; desinfecta-se e cobre-se com excedente da terra tirada da cova.»

Outrosim digna-se v. ex.^a ordenar á Junta de saude que proceda com urgencia, se o não fez já, á confecção de um regulamento dos cemiterios, campos de incineração e torres de silencio, observando-se, para com os primeiros, as praxes habituaes no que respeita ás dimensões das covas, registo dos enterramentos, tempo de duração d'estes, de fôrma a evitar-se exumações antes do praso de completa decomposição dos cadaveres; e estatuinto, para todos estes estabelecimentos, a sua situação, distancia em relação ás povoações e mais condições que a hygiene recommenda.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 27 de março de 1900. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral do Estado da India. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Processo de recurso n.º 198, de 1899, em que é recorrente o ministerio publico, e recorrido Manuel do Espirito Santo Baptista e Sousa. Relator, o ex.^{mo} dr. Francisco Antonio Ochôa.

Sendo-me presente a consulta da Junta consultiva do ultramar, constituida em tribunal contencioso, sobre o recurso n.º 198, do anno de 1899, em que é recorrente o ministerio publico, na ilha de S. Thomé, e recorrido Manuel do Espirito Santo Baptista e Sousa:

Mostra-se que, sendo o recorrido collectado na decima de juros no anno de 1894-1895, na mesma ilha, pelo emprestimo de 2:000:000 réis, a juros, contrahido ao Banco nacional ultramarino, pela sua agencia na referida ilha, recorreu para o Conselho de provincia que lhe deu provimento por seu accordão de 9 de setembro de 1899:

Mostra-se que, d'este accordão, interpoz recurso para a Junta consultiva o ministerio publico, pedindo a sua revogação por varios fundamentos; e

Considerando que, a lei que rege na provincia de S. Thomé e Principe o lançamento da decima de juros é o decreto de 29 de dezembro de 1852, que no seu artigo 16.º manda lançar a contribuição aos devedores de capitaes mutuados, como de facto se tem praticado sempre;

Considerando que o privilegio de não pagar decima de juros concedido ao Banco nacional ultramarino por varios diplomas legislativos, não póde aproveitar aos devedores do mesmo Banco, não só porque os privilegios são de interpretação restricta, mas tambem porque seria infringir aquella disposição clara e terminante da lei que manda collectar o devedor;

Considerando que o emprestimo foi feito na ilha de S. Thomé e ali manifestado, onde aquella lei vigora e tem de cumprir-se;

Considerando que no mesmo sentido têm sido decididos recursos identicos:

Hei por bem dar provimento ao recurso e revogar o accordão recorrido.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 29 de março de 1900. — REI. — *Antonio Eduardo Villaça*.

Attendendo ao que lhe requereu Antonio de Campos Valdez, chefe-thesoureiro da delegação da alfandega da Guiné em Bissau, no sentido de lhe ser fixada nova caução, visto que, pela regularidade das transferencias das receitas, por elle cobradas, para o cofre central, não pode ter, sob sua guarda e responsabilidade, quantias que correspondam á caução que lhe foi determinada pela régia portaria de 21 de setembro de 1896;

Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que a caução do chefe-thesoureiro da delegação da alfandega da Guiné em Bissau seja de 2:000\$000 réis effectivos, bens livres ou titulos publicos devidamente consignados e depositados na caixa geral de depositos, com a expressa declaração, porém, de que a referida caução deverá estar constituida e approvada no dia 30 de junho proximo futuro.

O que se communica ao Governador da provincia da Guiné portugueza para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 31 de março de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça.*

ABRIL

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Com referencia ao officio de v. ex.^a, n.º 180, de 21 de fevereiro ultimo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro de communicar a v. ex.^a que não ha duvidas de que o decreto de 18 de abril de 1892 não está em vigor no ultramar, porque nenhuma das suas disposições se refere especialmente ás provincias ultramarinas, não foi referendado pelo Ministro da marinha, nem foi mandado publicar nos boletins provinciaes. O diploma legal em vigor sobre a venda de bilhetes da loteria é, pois, a lei de 28 de julho de 1885, mandada applicar ao ultramar por decreto de 13 de maio de 1891.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 2 de abril de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Procurador da corôa e fazenda junto á Relação de Nova Gôa.—O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 147, de 8 de junho de 1899, encarrega-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, por despacho de 31 do mez findo, foi approvada a proposta por v. ex.^a apresentada sobre a ereação de uma pharmacia do Estado, provisoria, nos termos expressos no mesmo officio.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 3 de abril de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Macau.—O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa.*

Tendo a «Compagnie de la Guinée Portugaise» requerido em Bolama a concessão de assentamento e exploração de um caminho de ferro Decauville, passando por varias ruas d'aquella localidade, e havendo o Conselho administrativo da provincia da Guiné resolvido fazer a concessão pedida, ficando, porém, dependente da approvação do Governo;

Considerando que a mencionada companhia não tem em Portugal e seus dominios existencia legal e não pode por isso requerer auctorisação para emprender quaesquer operações que importem exercicio do commercio ou industria;

Ha Sua Magestade El-Rei por bem, conformando-se com o parecer da Junta consultiva do ultramar, declarar insubsistente e de nenhum effeito quanto se contém nos despachos de 14 de outubro e 16 de dezembro do anno findo, lançados pelo Conselho administrativo da Guiné nos requerimentos subscriptos por M. Heymans, como representante da referida «Compagnie de la Guinée Portugaise».

Paço, em 5 de abril de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tendo sido presente a s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar um memorial dos habitantes da ilha de S. Vicente d'esse archipelago, relativo á decadencia do respectivo porto em face da concorrência que lhe estão fazendo as estações carvoeiras das Canarias e de Dakar, e sendo indispensavel proceder-se á realisação de melhoramentos nas ilhas de Santo Antão e S. Vicente, consistindo elles para a primeira d'estas ilhas, na abertura de vias de communicacão que facilitem o desenvolvimento da sua riqueza agricola; e, para a segunda, na construcção de um lazareto, de um plano inclinado, uma doca, uma cadeia, um armazem para deposito de materias inflamaveis e um edificio para capitania, delegação de saude e posto meteorologico, encarrega-me o mesmo ex.^{mo} Ministro de rogar a v. ex.^a se digne dar as suas ordens ao director das obras publicas para que, com a possivel brevidade, elabore os projectos das obras mencionadas.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 10 de abril de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. = O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Sendo do maior interesse publico que se estudem com todo o cuidado as questões que se prendem com o caminho de ferro de Mormugão, de modo que esta linha ferrea se torne elemento efficaz do progresso da India portugueza, e se diminuam, tanto quanto possivel, os encargos que, com relação a ella, pesam sobre o orçamento do Estado;

Considerando que as questões relativas ás tarifas do caminho de ferro, á exploração da secção dos Ghates, e ainda ás differentes propostas e alvitres apresentados para a exploração do mesmo caminho de ferro, não podem com vantagem ser resolvidas isoladamente, e só convém que se apreciem ao mesmo tempo, examinando-se o que sobre os differentes assumptos mais importa para se obterem os resultados que se desejam;

Considerando, portanto, quanto convém que para o estudo das alludidas questões sejam chamados os que têm especial conhecimento dos assumptos relativos ao caminho de ferro de Mormugão:

Ha Sua Magestade El-Rei por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, nomear uma commissão composta do general José Joaquim de Paiva Cabral Couceiro, do chefe da 3.^a Repartição da Direcção geral do ultramar, Tito Augusto de Carvalho, do coronel de engenharia, Augusto Cesar Supico, do engenheiro inspector, Candido Xavier Cordeiro, e de Joaquim José Fernandes Arez, a qual, examinando todos os documentos que se referem ás questões pendentes, relativas ao caminho de ferro de Mormugão, dê parecer sobre as resoluções que mais convenha adoptar no interesse do desenvolvimento economico da India portugueza e da diminuição dos encargos que pesam sobre o thesouro.

Paço, em 10 de abril de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tendo o inspector de fazenda d'essa provincia enviado a esta secretaria de Estado uma proposta isolada para ser promovido a 1.^o escriptuario, na primeira vacatura, o 2.^o escriptuario da mesma Repartição, José da Costa Guimarães, encarrega-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, para os fins convenientes, que as promoções de funcionarios de fazenda sómente poderão realisar-se nos precisos termos do decreto de 20 de dezembro de 1888 e regulamento de 7 de novembro de 1889, devendo as propostas, quando pedidas, ser enviadas a este ministerio, pela secretaria geral do governo, e o parecer de v. ex.^a — Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 11 de abril de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro Governador geral da provincia de Angola. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Suscitando-se duvidas sobre se o reconhecimento das assignaturas feitas nos recibos modelo n.º 14, pelos particulares, pela percepção de importancias em deposito nos cofres da fazenda, e ainda dos de fornecimentos feitos ao Estado quando a quantia a pagar fôr superior a 10\$000 réis, deve ser sempre exigido, ou sómente quando seja necessario provar a identidade da pessoa quando desconhecida; determina Sua Magestade El-Rei que, tanto nos recibos para levantamento de deposito, como nos de fornecimentos ao Estado por quantia superior a 10\$000 réis, o reconhecimento da assignatura respectiva pelo tabellião seja obrigatoria.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica aos governadores das provincias ultramarinas para os devidos effeitos.

Paço, em 11 d'abril de 1900. — *Antonio Eduardo Villaça.*

(CIRCULAR AOS CONSULES). — Ill.^{mo} sr. — Por despacho de s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, de 4 do corrente, foi determinado que as declarações de carga a que se refere o artigo 24.º do regulamento de 31 de janeiro de 1889 (modelo n.º 6), tem de ser accrescentadas com uma columna em que se mencione a origem das mercadorias.

N'estes termos deverá, pois, v. s.^a, e os vice-consules seus subordinados, exigir que as declarações que lhes forem apresentadas, em virtude do n.º 48 da tabella de emolumentos consulares, approvada por carta de lei de 5 de maio de 1898, contenham a referida indicação.

Deus guarde a v. s.^a — Direcção geral dos negocios commerciaes e consulares, em 18 de abril de 1900. — *Eduardo Montufar Barreiros.*

Sendo de toda a conveniencia que na Direcção geral do ultramar se reunam e compilem as plantas e projectos das fortificações terrestres e maritimas das provincias ultramarinas, para que se possa proceder ao estudo da nossa defesa colonial, determina Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que uma commissão composta do tenente coronel do estado maior de artilheria, Feliciano Henrique Bordallo Prostes Pinheiro, chefe da 4.^a Repartição da Direcção geral do ultramar e lente da 4.^a cadeira da escola do exercito; do capitão do estado maior de engenharia, Adriano Travassos Valdez; e dos tenentes do mesmo estado maior, Carlos Joyce Diniz, Carlos Alberto Soares Cardoso, e Herculano Jorge Gallardo, servindo o primeiro de presidente e o ultimo de secretario, reuna e classifique todos os documentos que a tal respeito se encontrarem no ministerio da marinha e ultramar, e solicite dos governadores das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor os esclarecimentos que julgue necessarios, para habilitarem o governo a conhecer do estado em que se encontram as fortificações no ultramar e quaes as providencias que convirá tomar para serem devidamente aproveitadas.

Paço, em 18 de abril de 1900. — *Antonio Eduardo Villaça.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de comunicar á v. ex.^a que, por despacho de 10 do corrente, foi determinado que no orçamento para o futuro anno economico deve ser supprimido o logar de guarda-mór de saude de Lourenço Marques, visto esse logar dever ser preenchido, por lei, por escala entre os facultativos do quadro de saude.

O mesmo ex.^{mo} sr., por despacho da mesma data, concordou com as disposições da portaria n.º 569 A, de 20 de novembro do anno findo, relativas ao systema quarentenario do porto de Lourenço Marques.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 18 de abril de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa.*

Portaria provincial a que se refere o officio retro

N.º 569-A.— Convindo estabelecer no porto de Lourenço Marques, attentas as suas necessidades commerciaes, o systema quarentenario estatuido no regulamento geral de sanidade maritima;

Para evitar o perigo de invasão das grandes doenças epidemicas;

Considerando que ultimamente se tem manifestado grande numero de casos de lepra que urge debellar;

Tendo ouvido o chefe do serviço de saude da provincia e usando da faculdade concedida por s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar;

Hei por conveniente determinar o seguinte:

1.º No porto de Lourenço Marques são permittidas quarentenas aos navios incluídos nas hypotheses B, C, D, E e F, dos art.^{os} 112.º, 113.º e 114.º do regulamento geral de sanidade maritima, approvado por decreto de 21 de janeiro do 1897.

Quando os navios n'estas condições quizerem fazer quarentena e soffrer desinfecção no porto de Lourenço Marques, o guarda-mór de saude consultará a Junta de saude, a qual deliberará se a quarentena deverá ser, ou não, permittida em terra e quaes as medidas que devem ser tomadas.

2.º Os navios provenientes de portos limpos, com carta de saude limpa, mas que tenham recebido n'esses portos limpos, por baldeação, carga proveniente de regiões infectadas, poderão ter livre pratica, quando os seus capitães venham munidos de documentos officiaes dos portos onde se fizeram essas baldeações e que próvem que ellas se fizeram de navios em livre pratica e com carta de saude limpa. A carga, porém, será beneficiada ordinaria ou rigorosamente, conforme a sua natureza.

Quando os capitães não venham munidos d'esses documentos ou quando as baldeações sejam feitas de navios em quarentena, quer por suspeitos, quer por inficionados, ficam para todos os effeitos sujeitos ao disposto nos art.^{os} 112.º, 113.º e 114.º do regulamento geral de sanidade maritima.

3.º Os navios provenientes de portos limpos, que tenham recebido carga proveniente de paiz inficionado em porto limpo, nacional ou estrangeiro, e que não tenham tocado ou communicado com navios ou portos inficionados, terão livre pratica desde que tragam documento official que próve ter essa carga desembarcado e soffrido beneficiação garantida no porto limpo d'onde proveem.

Todas as vezes que falem documentos officiaes que atestem a beneficiação soffrida, ou que a carga por sua natureza susceptivel possa inspirar suspeitas á auctoridade sanitaria, deve ella novamente soffrer beneficiação ordinaria ou rigorosa, conforme os casos e a gravidade das circumstancias.

4.º Em todos os portos da provincia será designada pela auctoridade maritima, de accordo com a auctoridade sanitaria, uma zona dentro da qual os navios deverão receber a visita de saude antes de fundearem.

5.º Em Lourenço Marques terá o serviço de saude do porto uma embarcação apropriada, e direito de requisitar outra á capitania dos portos ou alfandega, e estará além d'isso premunido de estufas de desinfecção pelo vapor, pulverisadores e todas as substancias desinfectantes necessarias.

6.º Em Lourenço Marques todas as duvidas que possam apresentar-se no serviço, e que impliquem ameaças para a saude publica, serão resolvidas pela Junta de saude, da qual fará parte, n'esta hypothese, o guarda-mór de saude.

7.º Em Lourenço Marques haverá um local escolhido e tudo de antemão preparado para o serviço de quarentenas em terra, devendo para isso o governo do districto ter sempre as barracas e mais utensilios necessarios para esse fim.

8.º Na Repartição de saude do porto de Lourenço Marques será montado um serviço bacteriologico, tendente a poder o guarda-mór de saude resolver ou confirmar qualquer duvida clinica por meio da competente observação microscopica.

9.º Os navios que tragam individuos de raça anarella ou negra, destinados a desembarcar nos portos da provincia, só poderão ter livre pratica, mesmo que venham de portos limpos e com carta de saude limpa, depois de os passageiros das raças acima designadas terem soffrido a inspecção sanitaria.

Quando se verifique por esta inspecção algum caso de lepra (maculosa, tuberculosa ou mixta) ou algum caso de variola, de qualquer natureza, serão immediatamente

mandados isolar em terra os passageiros atacados ou suspeitos das referidas doenças e bem assim as suas bagagens, tendo livre pratica o navio e demais passageiros.

Os passageiros da mesma classe ficarão em terra sujeitos á inspecção do medico encarregado d'este serviço, auxiliado pela auctoridade administrativa: na hypothese — variola, durante o periodo de incubação d'esta doença; na hypothese — lepra, o tempo que o medico julgar necessario.

10.º A estação de saude de Lourenço Marques terá o seguinte pessoal:

a) Guarda-mór de saude;

b) Um amanuense;

c) Um chefe de guardas, que será um enfermeiro tirado do quadro de saude, o qual perceberá os seus vencimentos ordinarios, e as gratificações marcadas na lei quando em quarentena e serviços de desinfecção a bordo;

d) Quatro guardas, escolhidos entre os guardas da alfandega, que perceberão 1\$000 réis de gratificação por dia quando em serviço, gratificação incluída nos emolumentos quarentenarios.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.— Governo geral em Lourenço Marques, 20 de novembro de 1899. = O governador geral, *Alvaro da Costa Ferreira*.

(CIRCULAR). — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — A commissão organisadora do congresso internacional de sociologia colonial, que se deve reunir em Paris no mez de agosto do corrente anno, solicitou d'esta secretaria d'estado as seguintes informações:

1.^a Condição politica dos indigenas; até que ponto e em que condições se devem manter os organismos administrativos indigenas? Como e por que meios se deve habilitar a população indigena a poder defender os seus direitos e fazer valer as suas queixas junto ás auctoridades locais.

2.^a Condição juridica dos indigenas. Sua condição sob o ponto de vista da legislação civil e criminal e da distribuição de justiça. Respeito da propriedade indigena e meios de conciliar esse respeito com as necessidades da colonisação.

Para se poder satisfazer a este pedido, encarrega-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de rogar a v. ex.^a se sirva mandar elaborar, com toda a urgencia, uma memoria sobre este assumpto e envia-la a esta secretaria d'estado com uma nota de todas as leis, decretos, regulamentos, portarias provinciaes ou qualquer outro diploma legal que a este respeito esteja em vigor n'essa provincia.

Esta nota deverá ser acompanhada dos boletins officiaes em que aquelles diplomas estejam publicados e de informação detalhada ácerca da situação dos indigenas sob aquelle duplo aspecto, quando elles gosem de alguns direitos juridicos ou politicos excepcionaes e não constem de documento escripto.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios de marinha e ultramar, em 19 de abril de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. = O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Attendendo ao que lhe representou o Governador geral da provincia de Angola, fundado em conveniencias da fiscalisação e no immediato interesse da fazenda publica, Sua Magestade El-Rei ha por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar a portaria provincial de 14 de março proximo passado, interpretativa das disposições que regulam os direitos de importação de bebidas alcoolicas no districto do Congo e pela alfandega do Ambriz, e declarando extensivas a esta alfandega as disposições do decreto de 17 de agosto de 1899 que elevou de 2\$700 a 4\$500 réis o direito de importação, no Congo, de bebidas alcoolicas até 50 graus centigrados.

Paço, em 19 de abril de 1900. = *Antonio Eduardo Villaga*.

Portaria provincial a que se refere a régla portaria retro

Tendo o decreto de 17 de agosto de 1899 elevado provisoriamente a 4\$500 réis por hectolitro o direito das bebidas alcoolicas até 50 graus centigrados importadas no districto do Congo;

E considerando que, a fim de dar satisfação plena ao preceituado no artigo XCII da Acta geral da conferencia de Bruxellas de 2 de julho de 1890, por decreto de 7 de dezembro de 1892, artigo 1.º, foi a importação de bebidas alcoolicas pela alfandega do Ambriz equiparada, para effeito de direitos, á importação das mesmas bebidas pelos portos do districto do Congo;

Considerando que o Governo portuguez não tem hoje menos empenho em dar plena satisfação ao que se estipulou na conferencia de Bruxellas, e que subsistem as razões que houve em 1892 para equiparar em direitos a importação de bebidas alcoolicas pelo districto do Congo e alfandega do Ambriz, não podendo por isso ser intenção do Governo deixar em condições diferentes a importação de bebidas alcoolicas por estes portos;

Tendo ouvido o Conselho do governo e conformando-me com o seu parecer:

Hei por conveniente, até ordem do Governo em contrario, declarar extensivo á importação de bebidas alcoolicas pela alfandega do Ambriz o citado decreto de 17 de agosto de 1899.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 14 de março de 1900.—*Antonio Duarte Ramada Curto*, Governador geral.

Tendo-se suscitado duvidas a respeito da inutilisação das estampilhas do imposto do sêllo, apostas nas letras sacadas em paiz estrangeiro e pagaveis no reino e ilhas adjacentes;

Considerando que, conforme determina o artigo 175.º do regulamento de 23 de dezembro de 1899, nenhuma letra ou outro papel commercial negociavel, sujeito ao sêllo, póde ser sacado, endossado, acceite, passado, pago ou por qualquer fórma negociado, sem que esteja devidamente sellado, e que esta disposição geral abrange as letras de que se trata, e consequentemente a alinea b) do § 3.º do artigo 16.º do mesmo regulamento se refere, não ás letras pagaveis no reino e ilhas adjacentes, mas ás que venham a ser pagas ou negociadas em qualquer parte da monarchia, nos casos referidos nas verbas 274 e 275 das tabellas que fazem parte da carta de lei de 29 de julho de 1899; e

Convindo harmonisar as disposições correlativas a este assumpto, de modo que se torne uniforme a execução da lei, e não advenham da diversidade da interpretação embaraços ás transacções commerciaes:

Ha por bem Sua Magestade El-Rei mandar declarar, pela Direcção geral das contribuições directas, que as estampilhas das letras passadas em paiz estrangeiro e pagaveis no reino e ilhas adjacentes, devem ser inutilisadas pelo acceitante no acto do acceite.

Paço, em 25 de abril de 1900.—*Manuel Affonso de Espregueira*.

Attendendo ao que lhe representou a Administração da companhia do Nyassa: Sua Magestade El-Rei ha por bem auctorisar que a mesma companhia use, como distinctivo especial, nos termos do artigo 22.º da carta organica de 26 de setembro de 1891, uma bandeira quadrangular azul ferrete, tendo no centro um castello de oiro, encimado por uma corôa real, e no lado esquerdo do castello a inicial C em branco, a que corresponderá, do lado direito, a inicial N. Este distinctivo deverá ser usado, nos navios do serviço da companhia, no tope grande, e, em terra, por debaixo da bandeira nacional na mesma adriça.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao commissario régio junto da companhia do Nyassa, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 28 de abril de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.^o 84, de 26 de março ultimo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, enquanto não fôr resolvida a questão do *Montado Real*, em harmonia com a doutrina expendida nos officios d'esta secretaria d'estado de 25 de novembro de 1896 e de 15 de junho de 1898, nenhuma concessão pôde ser ali feita, e que, por este motivo, foi indeferido o requerimento de José Roberto da Silva.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 30 de abril de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

MAIO

Tendo a carta de lei de 17 de agosto ultimo enumerado, entre as receitas que constituem o fundo destinado á construcção do caminho de ferro de Benguella á fronteira lêste da provincia de Angola, o producto do imposto de 10 réis por kilogramma de algodão em rama ou caroço, consumido pelas fabricas do reino ou das ilhas adjacentes, e convindo promover a execução d'este projecto legal: hei por bem approvar o regulamento, que faz parte integrante d'este decreto e baixa assignado pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, aos 3 de maio de 1900. = REI. = *Manuel Affonso de Espregueira* = *Antonio Eduardo Villaça*.

Regulamento a que se refere o decreto da data de hoje

Artigo 1.^o As alfandegas do continente do reino e das ilhas adjacentes farão registo, em livros especiaes, da quantidade de algodão em rama ou caroço a que dêrem despacho para consumo e para exportação, destrinchando um do outro, e remetterão, até o dia 5 de janeiro de cada anno, á Administração geral das alfandegas e contribuições indirectas, notas das referidas quantidades, em referencia aos despachos effectuados no anno anterior.

Art. 2.^o Na Administração geral das alfandegas e contribuições indirectas será liquidada a importancia total do imposto correspondente ao algodão em rama ou em caroço, annualmente despachado para consumo, abatida a importancia correspondente á quantidade que durante o mesmo periodo de tempo houver sido exportada, devendo ser enviada á Direcção geral das contribuições directas nota da liquidação de que se trata.

Art. 3.^o Pela Direcção geral das contribuições directas serão dadas as necessarias instrucções aos funcionarios competentes, a fim de que, nos termos da lei de 17 de agosto ultimo, seja annualmente, e por modo proporcional, addicionada á contribuição industrial devida pelas fabricas ou estabelecimentos de qualquer ordem, onde se manufature algodão em rama ou em caroço, a importancia do imposto referido.

Art. 4.^o Nos mezes de fevereiro e julho, o Ministerio da fazenda depositará na caixa geral de depositos, á ordem da junta administrativa do caminho de ferro de Benguella, a cobrança que tiver effectuado em referencia a cada semestre.

Paço, aos 3 de maio de 1900. — *Manoel Affonso de Espregueira*.

Para cumprimento do disposto no artigo 6.^o do regulamento para as provas theoricas e praticas de aptidão militar para a promoção dos capitães dos quadros das forças ultramarinas ao posto de major, approvado por decreto de 23 de dezembro do anno findo: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar e pôr em execução o programma para as provas theoricas a que devem satisfazer os capitães dos mencionados quadros, candidatos ao posto de major, que baixa assignado pelo conselheiro Director geral do ultramar.

Paço, em 10 de maio de 1900. — *Antonio Eduardo Villaça*.

Programma a que se refere a portaria d'esta data

Administração e' escripturação regfmental

I

- A. Organização dos Conselhos administrativos e eventuaes.
- a) Attribuições dos Conselhos administrativos, attribuições dos officiaes superiores na administração regimental e das companhias;
- b) Fundos á responsabilidade dos Conselhos administrativos;
- c) Registos do Conselho administrativo, sua escripturação.
- B. Fiscalisação á gerencia dos Conselhos administrativos.
- C. Responsabilidades pecuniarias dos agentes da administração regimental.

II

- A. Attribuições e deveres dos officiaes superiores nos serviços da secretaria regimental.
- B. Escripuração:
- a) Livros de matricula, folha de registo e caderneta militar, preceitos a observar na sua escripturação;
- b) Documentos justificativos da escripturação dos livros de matricula;
- c) Liquidação do tempo de serviço;
- d) Livros de registo disciplinar, sua escripturação.
- C. Correspondencia e expediente.
- D. Inspecções: regras a observar nas inspecções aos corpos, companhias e estabelecimentos militares; tempo em que devem ser concluidas as inspecções no ultramar.

Codigo de justiça militar e regulamento disciplinar

I

- A. Crimes militares e essencialmente militares; distincção entre os crimes militares e communs; circumstancias attenuantes e aggravantes nos crimes militares e essencialmente militares; penas e seus effeitos.
- B. Idéa geral sobre os tribunaes e auctoridades judiciais militares, e especialmente sobre os officiaes e auctoridades ordinarias que exercem attribuições de policia judiciaria militar; attribuições dos governadores das provincias e dos districtos ultramarinos; organização dos Conselhos de guerra.
- C Competencia dos tribunaes militares.
- D Idéa geral sobre a série de actos de que se compõe o processo penal militar.

II

- A. Infracções de disciplina; penas disciplinares e seus effeitos; regras a observar na applicação das penas disciplinares.
- B. Competencia para punir e recompensar;
- a) Competencia disciplinar dos officiaes superiores dos corpos, chefes de estabelecimentos ou Repartições militares;
- b) Organização e competencia dos Conselhos de disciplina;
- c) Recompensas; competencia dos officiaes superiores na sua concessão.
- C. Reclamações.

Tactica de marcha, de combate e de estacionamento

I

Generalidades

- A. Formações, evoluções e manobras do batalhão e unidades inferiores de infantaria; serviços auxiliares que completam as unidades de infantaria.
- B. Fogos de infantaria individuaes e collectivos; sua applicação segundo o terreno, a distancia e as formações do inimigo.

II

Marchas**A. Marchas ordinarias da infantaria:**

- a) Formações de marcha, ordens de marcha, concentração e partida, profundidade das columnas;
- b) Velocidades da marcha, alongamento das columnas e meios de o attenuar;
- c) Altos horarios, grandes e accidentaes, passagem d- obstaculos;
- d) Duração das marchas, meios de augmentar a extensão da etape diaria;
- e) Preparação das marchas, informações, ponto inicial da marcha, guias e balisas, reparação e melhoramento das estradas;
- f) Lançamento das pontes de occasião;
- g) Execução das marchas, preceitos a observar na passagem das pontes, disciplina da marcha, hygiene durante a marcha.

B. Marchas especiaes, acceleradas, forçadas e de noite.**C. Regras geraes para a organização e marcha das columnas mixtas:**

- c) Missão e logar das diversas armas, constituição das unidades de marcha;
- d) Trens e serviços auxiliares, seu logar na columna de marcha.

D. Formações especiaes de marcha nas guerras coloniaes; influencia do terreno e do clima na extensão da etape diaria.

III

Estacionamento**A. Generalidades: bivaques, acampamentos e acantonamentos de um batalhão de infantaria; condições geraes do seu emprego.****B. Bivaques:**

- a) Escolha do local do bivaque, preparação do campo;
- b) Formações normaes da infantaria nos bivaques;
- c) Instalação das tropas no bivaque, abrigos, fornos e cozinhas de campanha;
- d) Organização defensiva dos bivaques, defensas accessorias.

C. Acampamentos:**a) Traçado do acampamento, construcção das choças, tendas ou abrigos, derivação das aguas pluvias;**

- b) Exploração e aproveitamento das aguas;
- c) Collocação e construcção dos accessorios de acampamentos;
- d) Organização defensiva dos acampamentos;
- e) Hygiene dos acampamentos;

D. Acantonamentos:

- a) Preparação do acantonamento pela secção de quartéis;
- b) Distribuição das tropas nos acantonamentos, execução dos diversos serviços, medidas de disciplina e policia dos acantonamentos;
- c) Organização defensiva dos acantonamentos.

E. Principios geraes sobre o estacionamento das columnas mixtas.**F. Preceitos especiaes para a organização dos bivaques e acampamentos no sertão.**

IV

Serviços de segurança**A. Em marcha:****a) Serviço de exploração, processo para a sua execução, tropas a empregar n'esse serviço;**

b) Serviço de protecção immediata das columnas de infantaria guarda avançada, composição dos seus diversos escalões e funcionamento longe e proximo do inimigo, patrulhas e destacamentos de flanqueadores, guarda da retaguarda, composição dos seus escalões e funcionamento n'uma marcha de frente e n'uma marcha retrograda.

c) Altos guardados;**d) Organização especial do serviço de segurança em marcha nas guerras coloniaes.****B. Em estação:**

- a) Rêde dos postos avançados de infantaria, parte fixa e parte movel, situação relativa dos diversos escalões;
- b) Instalação e serviço dos piquetes de infantaria, vedetas, pequenos postos e postos principais, rondas e patrulhas, postos de observação e de reconhecimento;
- c) Postos avançados irregulares, emprego do systema mixto;
- d) Abrigos improvisados para proteger os postos avançados;
- e) Procedimento dos postos avançados em caso de ataque;
- C. Serviço de segurança das columnas mixtas.
- D. Serviço de segurança dos bivaques e acampamentos no sertão.

V

Reconhecimentos militares

Reconhecimentos ordinarios, offensivos e especiaes; generalidades sobre a sua execução.

VI

Combate

A. Generalidades sobre o combate; offensiva e defensiva; combate demonstrativo e combate decisivo.

B. Combate do batalhão de infantaria:

- a) Meios de dirigir o batalhão na ordem dispersa;
- b) Convergencia da acção das companhias para o objectivo indicado, escolha da direcção do combate;

c) Emprego dos exploradores de infantaria;

d) Deveres dos graduados durante o combate.

C. Combate offensivo do batalhão:

- a) Ordem preparatoria e ordem definitiva do combate, frente e profundidade das formações de combate nas zonas dos fogos da artilheria e da infantaria, densidade da formação;
- b) Preparação do ataque, utilização do terreno, movimentos envolventes e torneantes;
- c) Ataque de frente e ataque de flanco, ataques secundarios e simulados;
- d) Occupação da posição ou retirada, perseguição pelo fogo e perseguição activa, retorno offensivo.

D. Combate defensivo do batalhão:

- a) Escolha e occupação da posição, frente do batalhão na defensiva, avançadas;
- b) Defesa da frente, disciplina e direcção dos fogos;
- c) Contra-ataque e perseguição ou retirada, segunda posição de resistencia.

E. Noções sobre o combate das unidades superiores de infantaria e das columnas mixtas; cooperação das diversas armas no combate.

F. Combates especiaes:

- a) Combate da infantaria contra a cavallaria e contra a artilheria;
- b) Combate de noite;
- c) Ataque e defesa das alturas e depressões;
- d) Ataque e defesa dos entrincheiramentos de campanha e improvisados;
- e) Ataque e defesa das povoações organisadas, ou não, defensivamente;
- f) Ataque e defesa dos bosques organisados, ou não, defensivamente;
- g) Ataque e defesa dos desfiladeiros;
- h) Ataque e defesa dos cursos de agua, testas de ponte.
- i) Ataque e defesa dos comboios;
- j) Combate de surpresa, emboscadas.

G. Preceitos especiaes para dirigir o combate nas guerras colonias contra os indigenas.

VII

Abastecimento de tropas

A. Serviço de etape, estabelecimento e organização das linhas e estradas de etapes, noções geraes:

a) Base de etapes, postos de etapes, testa de etapes;

b) Composição e formação de comboios, noções geraes.

B. Requisições; seu emprego em tempo de paz e em tempo de guerra.

C. Aproveitamento dos recursos locais.

D. Deficiência de communicações e de recursos nas guerras colonias; emprego dos auxiliares e carregadores indigenas.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de maio de 1900. =
O Director geral, *Francisco Felisberto Dias da Costa*.

Sendo frequente apparecerem nas estações officiaes da metropole documentos procedentes das provincias ultramarinas, sem estarem devidamente sellados por menos exacta interpretação ou applicação das respectivas leis e regulamentos, do que tem resultado soffrerem os interessados o gravame de multas por transgressões que de facto não praticaram, manda Sua Magestade El Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que os governadores das provincias ultramarinas recommendem muito especialmente a todas as Repartições publicas, que tenham de legalisar documentos, a mais escrupulosa e attenta observancia da lei do sello de 21 de julho de 1893, da carta de lei de 4 de maio de 1896 e mais disposições legaes sobre o imposto do sello em vigor no ultramar, de modo a que não possam repetir-se os inconvenientes apontados, que não raro perturbam o andamento regular dos processos e motivam despesas desnecessarias.

Pago, em 12 de maio de 1900. = *Antonio Eduardo Villaça*.

Attendendo ao que lhe requereu José Justiniano da Camara Lomelino, na qualidade de arrendatario dos prazos Mugôvo e Gôma, no districto da Zambezia, classificados de primeiro grupo nos termos do artigo 1.º da portaria provincial de 10 de julho de 1892, pedindo a prorrogação do arrendamento celebrado em 8 de novembro de 1892 com previsão da prorrogação por mais cinco annos, nos termos do n.º 3.º do artigo 15.º do regulamento de 7 de julho de 1892;

Tendo em consideração os distinctos serviços prestados, não sómente pelo requerente, mas tambem pelo seu associado Raphael de Bivar Pinto Lopes, nas campanhas contra o Cambuembra da Maganja da Costa e ultimamente contra o Mataka, de que fizeram parte dando provas de grande valor, fazendo-se, além d'isso, acompanhar por um numeroso contingente de cypaes;

Considerando ainda, que o requerente e o seu associado, tendo dado sempre provas da maior dedicação, lealdade e patriotismo, todas as vezes que o seu concurso e auxilio foi necessario para a manutenção do prestigio portuguez n'aquellas regiões, por outro lado cumpriram zelosamente os seus deveres de arrendatarios, introduzindo nos referidos prazos novas culturas e promovendo activamente o seu desenvolvimento agricola;

Tendo em vista as informações do Governador do districto da Zambezia e do Governador geral da provincia de Moçambique, e conformando-se com o parecer da Junta consultiva do ultramar, Sua Magestade El-Rei ha por bem mandar prorogar por cinco annos o contracto celebrado em 8 de novembro de 1892 com José Justiniano da Camara Lomelino para o arrendamento dos prazos Mugôvo e Gôma no districto da Zambezia, com a condição expressa de que o arrendatario não poderá transferir para estrangeiros os seus direitos, o que poderá fazer sómente a nacionaes, mas precedendo approvação do Governo da metropole.

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao Governador geral da provincia de Moçambique para os devidos effeitos.

Pago, em 16 de maio de 1900. — *Antonio Eduardo Villaça*.

Sendo-me presente o requerimento em que a associação de beneficência civilisadora de Moçambique, provisoriamente installada na igreja do extinto convento de S. Francisco de Paula, d'esta cidade, pede a concessão da mesma igreja e dependências para servir á educação de missionarios no exercicio dos actos do culto religioso; e, conformando-me com as informações havidas, e com o parecer da Direcção geral dos proprios nacionaes: hei por bem conceder-lhe o uso da referida igreja e dependências, sem prejuizo da jurisdicção do prior da freguezia de Santos o-Velho e do serviço parochial que fôr mister fazer na igreja de S. Francisco de Paula, onde continuarão a funcionar a irmandade de Nossa Senhora das Angustias, ali installada por portaria de 3 de junho de 1834, e a catechese sob a superintendencia do dito prior, ficando a associação obrigada ao cumprimento das clausulas seguintes: receber por deposito, devidamente descriptos e inventariados, o edificio da igreja, dependências e moveis que lhes respeitam; provêr á sua custa e precedendo a auctorisação do Governo, a todas as obras de reconstrucção, reparação ou conservação de que careçam; garantil-os contra incendio; facultar a inspecção do edificio, não só á auctoridade administrativa ou policial, mas tambem a qualquer empregado commissionedo pelo Governo para esse fim, na intelligencia de que será considerada *ipso facto* sem effeito esta concessão, desde que sob qualquer pretexto obste, embarace ou demore a effectividade da inspecção ou que por qualquer modo sejam infringidos os seus estatutos approvados por alvará de 14 de março de 1899, ou violadas as leis em vigor: devendo os referidos bens voltar á posse da fazenda com todas as melhorias, sem que a dita associação tenha o direito a indemnisação alguma, desde que deixem de ter no todo ou em parte a devida applicação, na falta de cumprimento de qualquer das clausulas mencionadas ou ainda quando o Governo assim o tenha por conveniente.

O Ministro e secretario d'estado dos negócios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 25 de maio de 1900.—REI.—*Manuel Affonso de Espregueira.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Devendo realisar-se no corrente anno o recenseamento da população d'essa provincia, de accordo com a carta de lei de 17 d'agosto de 1899, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que, sendo a data para o censo no continente do reino e ilhas adjacentes o dia 1 de dezembro, muito convirá adoptar a mesma data para aquelle recenseamento, uma vez que circumstancias locais não aconselhem outra época.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 23 de maio de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia da Guiné.—Pelo Director geral, *Tito Augusto de Carvalho.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Eni resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 23, de 28 de fevereiro ultimo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a, que foi auctorisada, transitoriamente, a conservação, no districto a seu digno cargo, do pessoal de saude, que v. ex.^a reputa necessario, e que, para esse effeito, se expedem n'esta data as convenientes ordens ao chefe de serviço de saude de Macau e Timor.

Mais me encarrega o mesmo ex.^{mo} sr. de dizer a v. ex.^a que o decreto de 30 de novembro de 1899 teve em vista identificar o serviço de saude d'esse districto, em relação ao de Macau, como o que se dá entre as provincias de Angola e de S. Thomé e Príncipe e as de Cabo Verde e Guiné, sem tirar a v. ex.^a as attribuições que confere a carta de lei de 28 de maio de 1896 aos governadores das provincias ultramarinas.

O pessoal da companhia de saude soffreu apenas alteração de uma praça a menos.

A tabella annexa ao decreto de 30 de novembro de 1899 refere-se, na primeira parte, ao pessoal da companhia, praças effectivas que têm de ser destacadas da séde da mesma companhia para o serviço d'esse districto, e na segunda parte, indica o pessoal estranho á companhia de saude, mas necessario ao serviço e de residencia permanentemente em Timor.

Pelo artigo 171.º da carta de lei de 28 de maio de 1896 póde v. ex.^a nomear empregados auxiliares que lhe forem propostos pelo delegado de saúde, que n'esse districto tem a jurisdicção que compete aos chefes de saúde que dirigem o serviço.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 28 de maio de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador do districto de Timor.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 124, de 30 de abril ultimo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a, que não concede auctorisação para que o administrador da alfandega da Praia, Pedro Augusto Macedo de Azevedo, accumule as funcções do seu cargo com as de substituto do delegado da comarca de Sotavento, podendo, comtudo, continuar a fazer parte do Conselho de provincia.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 29 de maio de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Attendendo ao grande desenvolvimento commercial e agricola da ilha de S. Thomé, e sendo de toda a urgencia que se proceda sem perda de tempo á elaboração do plano geral das obras a executar e se conclúa o reconhecimento da rede ferro-viaria da referida ilha;

Considerando que o pessoal technico, pertencente ás obras publicas da provincia de S. Thomé e Principe, não é sufficiente para o serviço que tem a desempenhar; ha Sua Magestade El-Rei por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, nomear o engenheiro Joaquim Faustino de Poças Leitão para proceder aos estudos das obras e do caminho de ferro em harmonia com as instrucções que baixam assignadas pelo conselheiro Director geral do ultramar.—O que se communica ao Governador da provincia de S. Thomé e Principe para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 30 de maio de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça*.

Instrucções pelas quaes se deve guiar o engenheiro Joaquim Faustino Poças Leitão na commissão de serviço que vae desempenhar na provincia de S. Thomé e Principe, a que se refere a portaria d'esta data

1.^a O engenheiro Poças Leitão, superintende nos serviços de obras publicas e nos dos estudos da rede ferro-viaria da ilha de S. Thomé, tendo sob as suas ordens todo o pessoal technico e administrativo ali existente e o que de futuro fôr nomeado;

2.^a Procederá á elaboração dos projectos do plano geral de todas as obras a executar em S. Thomé, tanto as que dizem respeito ao melhoramento das suas condições sanitarias, como as destinadas a facilitar o desenvolvimento commercial, dando preferencia ás indicadas na portaria do Governo da provincia de 22 de dezembro de 1899;

3.^a Completará os estudos de toda a rede ferro-viaria da ilha de S. Thomé, em harmonia com as instrucções approvadas por portaria de 27 de junho de 1899.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 30 de maio de 1900.—O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11.156, em que é recorrente Francisco Pedro de Sousa e recorrido Eugenio Justiniano Pereira Gomes, de que foi relator o conselheiro d'estado Julio Marques de Vilhena:

Mostra-se que, tendo sido o recorrido nomeado para o logar de segundo official da Secretaria geral do Estado da India, por portaria do respectivo Governador, de 24 de dezembro de 1899, contra tal nomeação recorreu o recorrente Francisco Pedro de Sousa,

allegando que elle é que devia ter sido provido no mencionado logar, pois que no concurso que se abriu obteve o mesmo concorrente dois B e um S, ao passo que o recorrido obteve simplesmente tres S;

Mostra-se que, ouvido o Governador, declara este que nomeou o recorrido por estar classificado no concurso, ter maior numero de annos de serviço em relação aos outros classificados, e não lhe serem desfavoraveis as informações dadas pela Secretaria geral, usando assim de um direito, visto que o provimento dos empregos publicos é faculdade do Poder executivo, exercido no ultramar pelos Governadores geraes a respeito d'aquelles cujos vencimentos não excedam 500\$000 réis.

O que visto e o parecer do ministerio publico;

Considerando que a questão de que se trata é regulada pelo decreto de 29 de dezembro de 1868, que no seu art. 4.º dispõe apenas que os logares da Secretaria geral são providos por concurso, sem indicar motivos de preferencia entre os concorrentes;

Considerando que o recorrido tinha as habilitações necessarias para o exercicio do logar, e, além d'isso, mais tempo de serviço do que o recorrente, não havendo, portanto, no acto de que se recorre, violação de direito fundado em lei ou regulamento de administração publica:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso, mantendo para todos os effeitos o despacho recorrido.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 31 de maio de 1900. — REI. — *Antonio Eduardo Villaça*.

Reconhecendo-se haver incompatibilidade entre o exercicio do logar de Governador dos territorios da Companhia de Moçambique e o de administrador, por parte do Governo, da Companhia da Zambesia, Sua Magestade El-Rei, conformando-se com o parecer da Procuradoria geral da corôa e fazenda: ha por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, exonerar Francisco de Menezes Meyrelles do Canto e Castro do logar de administrador por parte do Governo na Companhia da Zambesia, para que foi nomeado pela régia portaria de 11 de setembro de 1894.

Paço, em 31 de maio de 1900. — *Antonio Eduardo Villaça*.

JUNHO

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Sendo, pelo artigo 2.º do regulamento de 23 de dezembro ultimo, obrigados ao commando effectivo de companhia, durante dois annos, os capitães dos quadros do ultramar candidatos ao posto de major, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a se digne fazer constar aos interessados, da guarnição d'essa provincia, que, quando desejarem satisfazer ao preceituado no indicado regulamento, deverão solicitar do Governo central a transferencia para outra guarnição.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 2 de junho de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 156, de 12 do corrente, encarrega-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que, de accordo com a doutrina consignada no officio d'esta Direcção geral de 29 de maio proximo findo, não pôde ser auctorizado o terceiro official das alfandegas, João Gomes

Barbosa, a accumular as funções do serviço aduaneiro com as de sub-delegado do julgado municipal da Ilha Brava.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 2 de junho de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(CIRCULAR). — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Sendo, pelo artigo 2.^o do regulamento de 23 de dezembro ultimo, obrigados ao commando effectivo de companhia, durante dois annos, os capitães dos quadros do ultramar candidatos ao posto de major, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.^a se digne facilitar aos mesmos capitães o poderem exercer aquelle commando, de preferencia a qualquer outro serviço, principalmente quando o pretendam.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 2 de junho de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de S. Thomé e Príncipe. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, por despacho de 1 do corrente mez, foram approvadas as instrucções para o recenseamento da população n'essa provincia, que acompanharam o seu officio, n.^o 360, de 27 de abril ultimo, concordando o mesmo ex.^{mo} Ministro plenamente com as disposições a que v. ex.^a especialmente se refere no mencionado officio.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 5 de junho de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Angola. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Instrucções para o recenseamento da população ordenado em carta de lei de 7 de agosto de 1899, approvadas por despacho de 1 de junho, como do officio, n.^o 286, de 5 do mesmo mez, da Direcção geral do ultramar

Artigo 1.^o No mez de dezembro de 1900 proceder-se-ha na provincia de Angola ao recenseamento geral da população.

§ 1.^o Este recenseamento será nominal e simultaneo, e começará e acabará no dia 1 de dezembro de 1900 nos concelhos de Loanda, Benguella e Catumbella, Mossamedes e Ambriz, e nas sedes de todos os concelhos e nas povoações do Sassa, no concelho do Alto Dande, Andalatando e Caculo, no concelho de Cazengo, Canhoca, no concelho do Golungo Alto, e n'um raio de 5 kilometros a partir das sedes dos concelhos.

§ 2.^o Nas restantes povoações dos concelhos do districto de Loanda e do enclave de Cabinda o recenseamento será igualmente nominal, mas começará no dia 1 de dezembro e findará no dia 31 do mesmo mez.

§ 3.^o Nos concelhos dos districtos de Mossamedes, Benguella e Lunda e capitánias-môres, commando militar do Libollo e delegação dos Dembos, o recenseamento será, em regra, feito por estimativa, mas, em todas as povoações em que fôr possível, será tambem nominal, especialmente quanto a europêus.

Art. 2.^o Todos os individuos serão recenseados na casa ou logar em que forem encontrados, mas os individuos que habitualmente residirem em um logar e estiverem temporariamente ausentes, serão tambem inscriptos nas listas das respectivas familias com a nota de ausentes, logo em seguida á inscripção dos individuos presentes.

Art. 3.^o Todas as pessoas, nacionaes ou estrangeiras, que então estiverem na provincia, serão recenseadas.

Art. 4.^o O recenseamento nominal far-se-ha por meio de listas de familia, contendo as noticias necessarias para se averiguar o numero total de habitantes de cada povoação,

seus nomes, sexo, idades, naturalidades, estado civil, religião, profissões, habilitações litterarias, etc., com distincção de nacionaes e estrangeiros, residentes e transeuntes, presentes e ausentes.

Art. 5.º O recenseamento por estimativa será feito por meio de boletim de povoações, contendo o numero de fogos ou cubatas de cada uma, e o numero de moradores de um e outro sexo.

Art. 6.º Os governadores de districto, administradores e chefes de concelho, capitães-móres, commandantes militares, residentes e delegados d'estes, são especialmente encarregados de dirigir, inspecionar e fazer executar as operações parciaes do recenseamento.

Art. 7.º Junto a cada uma das auctoridades administrativas haverá uma commissão especial, por elles presidida e composta de funcionarios publicos ou pessoas idoneas para fiscalisarem, verificarem e commentarem o resultado das operações do recenseamento.

§ unico. Estas commissões serão compostas de dois a quatro membros e nomeadas pela auctoridade respectiva do concelho, escolhendo entre as pessoas que mais habilitadas estiverem com o conhecimento da ou das povoações. D'ellas fará parte o parcho, havendo-o

Art. 8.º Nas povoações de certa importancia poderá a auctoridade administrativa nomear commissões locais.

Art. 9.º As operações elementares do recenseamento serão commettidas a agentes especiaes, escolhidos escrupulosamente entre as pessoas que souberem ler e escrever e mais conhecedoras forem das circumstancias da população.

§ 1.º Os agentes serão escolhidos pela commissão do concelho ou local, tendo-se em attenção que no recenseamento nominal se não distribuam a cada um mais de cem fogos.

§ 2.º Nos locais em que não é possivel fazer o recenseamento simultaneo, poderá ser distribuido aos agentes maior numero de fogos.

§ 3.º Nos logares em que não se encontrarem individuos nas condições de serem nomeados, serão os regedores e commandantes de divisão os agentes.

Art. 10.º Os agentes serão gratificados na razão de 10 réis por pessoa recenseada no recenseamento nominal e simultaneo, e 5 réis no recenseamento não simultaneo.

Art. 11.º O primeiro trabalho das commissões dos concelhos será:

1.º Informar do numero de boletins de familia de que careça para se operar o recenseamento da população nos concelhos;

2.º Dividir o concelho em secções, de modo que o trabalho de cada uma possa ser facilmente desempenhado por um agente;

3.º Informar das localidades, além das indicadas no § 1.º do artigo 1.º, onde o recenseamento pode ser nominal e simultaneo, d'aquellas onde só pôde ser feito por estimativa.

Art. 12.º Depois de recebidas na secretaria do governo do districto as informações de que trata o artigo antecedente, serão distribuidos ás commissões os boletins de fogos (modelo A), de familia (modelo B) e de estimativa (modelo C).

Art. 13.º O boletim de fogo serve para a inscripção de todas as casas ou cubatas e chefes de familia existentes, e será preenchido pelo agente, que para isso deve logo proceder ao reconhecimento da secção ou povoação que lhe fôr encarregada.

Art. 14.º Na 1.ª e 2.ª columnas devem inscrever se os nomes particulares (quando os haja) da secção de freguezia, logar, quinta, casal, fazenda, rua, etc., que dentro da secção existirem.

Na 3.ª e 4.ª columnas apresentam-se, segundo as casas ou palhotas então habitadas ou deshabitadas, os numeros de policia (havendo os).

Na 5.ª columna inscrevem se os nomes dos chefes de familia que houver nas casas habitadas ou os nomes dos donos das casas deshabitadas.

Na 6.ª columna numeram se seguidamente as familias.

Na 7.ª e 8.ª inscreve-se a declaração da distribuição e recolhimento dos boletins de familia.

§ unico. A commissão distribuirá a cada agente as folhas do boletim de fogo que julgar necessarias. Quando, porém, não bastarem, o agente addicionará as folhas de papel necessarias, riscando-as á imitação do impresso.

Art. 15.º O agente é obrigado a dar á commissão, sempre que por esta lhe fôr exigido, conhecimento do boletim ou boletins de fogo inscriptos ou em via de inscripção, mas só os entrega definitivamente com os boletins de familia,

Art. 16.º O agente procederá á distribuição dos boletins de familia, nas terras em que se fizer o recenseamento nominal e simultaneo, por fórma que estejam todos distribuidos no dia 25 de novembro de 1900; e, onde o recenseamento é nominal mas não simultaneo, até 10 de novembro.

Art. 17.º Nos quartéis, presidios, cadeias, hospitaes e recolhimentos os boletins serão entregues aos respectivos commandantes, carcereiros ou directores.

Art. 18.º Nenhum individuo, seja qual fôr a sua classe, condição ou categoria, poderá recusar-se a receber o boletim de familia (modelo B) que se lhe distribuir, e a restituil-o a seu tempo, devidamente preenchido, ou a dar as convenientes informações aos agentes para estes preencherem ou corrigirem o boletim, quando na familia não haja quem saiba escrever.

Art. 19.º O chefe de familia tem obrigação de preencher o seu boletim nos mesmos termos especificados.

Relacionará primeiramente todos os individuos que debaixo do mesmo tecto pernottarem na noite de 1 de dezembro de 1900 e declarará quaes porventura ali estiverem de passagem ou como transeuntes.

Relacionará em seguida todas as pessoas que, fazendo parte da familia, não pernottaram, comtudo, em casa; na noite de 1 de dezembro de 1900, por estarem temporariamente ausentes.

Mencionará escrupulosamente a idade, estado de cada um dos individuos relacionados, bem como as profissões, de modo bem claro e que não possa dar lugar a duvidas; assim, quando o individuo relacionado fôr operario, por exemplo, deverá mencionar-se sempre o officio que exerce,—pedreiro, carpinteiro, etc., etc. E por fim mencionará todas as mais declarações que o boletim exigê.

Aos agentes incumbem muito especialmente verificar, com o maximo escrupulo e cuidado, estes pontos, corrigindo os erros que houver, e preenchendo a omissão que encontrarem. Fica expresso que, quando um individuo exerce mais de uma profissão ou industria, deve mencionar-se a principal.

Art. 20.º Serão considerados temporariamente ausentes, e d'este modo serão relacionados no respectivo boletim de familia (modelo B), os viajantes por terra e agua; os maritimos, pescadores, mercadores ambulantes no exercicio de suas industrias; as creanças confiadas a amas externas; os alumnos internos nos collegios, seminarios, etc., etc.; os militares em serviço activo com a parte da familia que porventura os acompanhe; os presos, os reclusos nos asylos ou hospícios; os doentes em tratamento nos hospitaes e casas de saude.

Art. 21.º Os estrangeiros ou naturalizados portuguezes farão nos boletins, além das declarações geraes, a de qualquer d'estas circumstancias em que estiverem.

Art. 22.º Nos boletins de familia (modelo B) não serão relacionados os que fallecerem na noite de 1 de dezembro, mas sim os que n'ella nascerem, supprindo-se, a estes e aos que ainda não estiverem baptisados, a falta de nome com as palavras: —varão e fema.

Art. 23.º Em cada estabelecimento especial, quer seja publico quer não, ou em cada habitação, em que haja moradores em commum, como collegios, seminarios, quartéis, conventos, prisões, asylos, hospitaes, hospícios, hospedarias, estalagens, albergarias, casas de malta ou quaesquer outros, entregará o agente um boletim de familia (modelo B) onde os chefes e directores dos mesmos estabelecimentos ou habitações inscreverão as pessoas que n'elles passarem a noite de 31 de dezembro, declarando expressamente no mesmo boletim a qualidade do estabelecimento ou habitação, a fim de que se não confundam com o que são familias propriamente ditas.

Art. 24.º Os militares não arregimentados, estejam, ou não, em serviço activo, serão recenseados directamente por meio de boletim de familia (modelo B).

Art. 25.º Os individuos que não tiverem familia nos limites do povoado e habitarem, sós ou com familia, em cubatas extraviadas, devem ser préviamente avisados para que, em dia e logar que os agentes lhes assignarem, recebam, preencham e restituam os respectivos boletins.

Art. 26.º Os capitães dos portos mandarão distribuir e recolher, devidamente preenchidos pelos commandantes ou mestres de todas as embarcações, quer de alto quer de pequeno porte, que se acharem na noite da inscripção ou entrarem na manhã seguinte nos portos das suas capitánias (depois de terem passado a noite sobre as aguas) boletins das respectivas tripulações ou passageiros que na mesma noite estivessem ou se alojassem

a bordo, os quaes serão recenseados nas freguezias dos portos em que se acharem, sendo considerados como transeuntes quando não tenham n'ellas residencia habitual.

Art. 27.º Os directores das obras publicas, caminhos de ferro ou linhas telegraphicas e pharões darão boletins devidamente preenchidos dos cantoneiros, guardas ou outros empregados e operarios que estiverem debaixo da sua direcção e que na noite da inscripção não pernотaram com suas familias, e estiveram de serviço ou albergados junto ás obras.

Art. 28.º Os chefes de familia não preencherão mais do que um boletim (acrescido com o numero de folhas que forem necessarias) embora, pela circumstancia de habitarem em casas com duas entradas para ruas diversas, ou quaesquer outras circumstancias, lhes forem distribuidos dois boletins ou mais.

Art. 29.º De 1 a 5 de dezembro de 1900 os agentes do recenseamento irão pelos domicilios recolher os boletins de familia, precedentemente distribuidos, vigiando escrupulosamente que não falte boletim algum e que estejam preenchidos com exactidão, sem erros ou occultações, que os agentes, pelo conhecimento que devem ter da freguezia ou secção da freguezia que lhes houver sido encarregada, possam apreciar, e n'este caso farão em acto continuo, no proprio boletim, as correções e observações que julgarem a proposito.

Art. 30.º Quando a familia, por não haver n'ella quem saiba escrever ou não haver tido quem lhe suppra esta falta, restituir o boletim sem estar preenchido, o agente o preencherá ali mesmo conforme os esclarecimentos que obtiver, combinados com o conhecimento que tiver das circumstancias da mesma familia.

Art. 31.º Acerca das familias habitualmente residentes na secção ou freguezia, mas que estiverem temporariamente ausentes na época da inscripção, não havendo ficado em suas casas quem por ellas satisfaça ao preceito da inscripção, procurará o agente colher os esclarecimentos necessarios para preencher elle mesmo os respectivos boletins, nos quaes fará declaração d'essa circumstancia.

Art. 32.º Até ao dia 10 de dezembro de 1900 todos os agentes do recenseamento devem fazer entrega ás respectivas commissões dos boletins de familia da sua secção, devidamente preenchidos e acompanhados da propria relação das casas e familias, boletim de fogo (modelo A) que lhes servirá de guia na sua distribuição e recepção e onde devem ter notado, nos logares competentes, as casas que encontrarem deshabitadas.

Art. 33.º Os boletins por estimativa serão distribuidos até 1 de novembro de 1900 aos individuos que a commissão julgue mais conhecedores das localidades ou dos sobados, e maior facilidade tenham em percorrel-as, e estes agentes contarão onde puderem, e computarão nas localidades onde a contagem por qualquer motivo se não puder effectuar, o numero de palhotas, informar se-hão, com os chefes da povoação e sobas, da população existente, tanto de um como de outro sexo, e preencherão convenientemente os respectivos boletins. Vencerão 30 réis por cada fogo ou palhota inscripta.

Art. 34.º Os agentes não têm direito a transporte. Devem por isso as commissões escolhê-los, em regra, entre individuos residentes no proprio logar ou sobado.

Art. 35.º A commissão:

- a) Fiscalisará cuidadosamente as operações dos seus agentes;
- b) Resolverá as difficuldades que occorrerem no decurso das operações;
- c) Será pessoalmente responsavel se, por desleixo seu, a inscripção se não fizer pelo modo e no dia designado n'estas instrucções, ou se transgir com difficuldades creadas para interromper ou mallograr a mesma inscripção;
- d) Logo que tiver recolhido dos seus agentes os boletins de familia, e reconhecido que não falta boletim de nenhum ponto habitado da freguezia, procederá á sua verificação, preenchimento de lacunas e rectificação de esclarecimentos inexactos, vigiando que os chefes de familia ou estabelecimento não tivessem scientemente commettido erros ou occultações pelos quaes os agentes não dêssem, ou que os agentes, levados pelo interesse de augmentarem as gratificações a que têm direito pelo seu trabalho, não tivessem exagerado o numero das pessoas inscriptas;

e) Para auxiliar a verificação dos boletins reunirá, préviamente, todos os trabalhos que se tenham feito da mesma natureza, ou subsidiarios, como recenseamentos, roteiros, etc.; e, combinando todos estes elementos com as informações insuspeitas que obtiver e com o conhecimento, que deve ter, da propria localidade, ficará habilitada a desempenhar-se do seu encargo com mais consciencia e escrupulo;

f) Notará nos respectivos boletins de familia as differenças que puder descobrir e apreciar.

Art. 36.º A comissão remetterá, até ao dia 20 de dezembro de 1900, ao administrador ou chefe do respectivo concelho ou bairro, todos os boletins de família, ordenados, numerados e encerrados com a declaração do ultimo numero, acompanhando-os das relações originaes que serviram á sua distribuição, arrecadação e nota das casas deshâbitadas, e de informação circumstanciada ácerca dos meios de verificação pela comissão empregados, e da confiança que os resultados da operação do recenseamento devem inspirar, ou dos melhoramentos que, no seu entender, se devem de futuro introduzir n'este processo.

Por esta occasião dará conta das omissões culposas que se tiverem encontrado na verificação, para que o administrador promova que os culpados sejam judicialmente punidos.

Art. 37.º O administrador, logo que recolha de todas as secções do seu concelho ou bairro os processos de recenseamento, chamando em seu auxilio os vestigios que na sua administração possa encontrar de trabalhos d'esta natureza, ouvirá o voto de quaesquer pessoas entendidas e conhecedoras das localidades, apreciará os resultados geraes da inscripção no concelho ou bairro que administra; formulará ácerca d'elles e das informações a sua opinião e remetterá todo este processo ao Governador do seu districto.

Art. 38.º O Governador, recolhendo de todos os concelhos do seu districto os processos de que trata o artigo antecedente, e auxiliado pela comissão especial do recenseamento por elle e junto d'elle anteriormente creada, procurará estudal-os e comparal-os, nos seus resultados geraes, com trabalhos semelhantes ou subsidiarios, que deve ter mandado préviamente colligir, remettendo os mesmos processos, e o juizo que d'elles fizer, ao Governo geral, pela Repartição de estatistica, até ao dia 20 de janeiro de 1901; informando tambem, por esta occasião, ácerca de quaesquer pessoas que pelo seu zêlo e intelligencia se distinguissem na collaboração gratuita dos trabalhos do recenseamento, para que o Governo possa tomar os seus serviços em consideração devida.

Art. 39.º Dentro de quinze dias, contados d'aquelles em que os processos de que trata o artigo antecedente dêrem entrada no Governo geral, se mandará pagar a cada um dos agentes do recenseamento a gratificação que lhes fôr devida.

Esta gratificação será proposta pelas respectivas comissões e sempre de modo que a despesa total de cada freguezia não seja superior ao computo de 10 réis por cada pessoa recenseada, salvas as eliminações que nos respectivos boletins de família as mesmas comissões tiverem verificado no acto da correcção.

Art. 40.º Recebidos que sejam os processos de todos os districtos, a Repartição de estatistica da secretaria geral procederá ao apuramento geral e publicação dos resultados do recenseamento da população por freguezias, concelhos e districtos.

Art. 41.º É permittido aos empregados, auctoridades ou corporações, a quem tocar o cumprimento das presentes instrucções, propôrem desde já, e sempre que o tiverem por conveniente, pelas vias competentes, quaesquer duvidas ou observações, que porventura se lhes offerecerem, para serem superiormente ilucidadas e resolvidas.

Art. 42.º Os Governadores de districto, administradores e chefes de concelho, regedores de parochia e commandantes de divisão e respectivas comissões, começarão a empregar, desde já, todos os meios de publicidade e persuasão que estiverem ao seu alcance, a fim de que todos os cidadãos se convençam da importancia do recenseamento a que vae proceder se no interesse de todos e da boa administração do paiz, recenseamento que, longe de preparar meios governativos de oppressão e vexame, não tem outro fim senão proteger os individuos, fomentar as forças productivas da nação no interior, e manter a sua dignidade no exterior. Outro sim, porão bem ao alcance de todos, em termos concisos e claros, quando o dia do recenseamento se approximar, o modo dos chefes de familia preencherem a sua lista, e o dever que têm de o fazer com escrupulo e verdade, para evitarem as penas em que podem incorrer quando nas mesmas listas omittam voluntariamente alguma pessoa ou alterem maliciosamente alguma circumstancia essencial.

Palacio do Governo em Loanda, 23 de abril de 1900. = *Antonio Duarte Ramada Curto*, Governador geral.

*Distrito administrativo de ...
Freguesia ou divisão de ...*

MODELO A

Recenseamento geral da população — Boletim dos fogos

Concelho de ...

Relação das casas habitadas e deshabitadas d'esta freguesia (ou secção da freguesia) e distribuição e arrecadação das respectivas listas de família

Nome		Numeração das casas		Nomes dos chefes de família	Número de ordem	Listas de família	
Da secção da freguesia, do arrabalde, do lugar da quinta ou do casal, etc.	Da rua	Habitadas	Deshabitadas			Nota das distribuídas	Nota das recolhidas

O agente do recenseamento,

*Distrito administrativo de ...
Concelho de ...
Freguesia ou divisão de ...
Lugar de ...*

MODELO B

Boletim de família n.º

*Casal de ...
Rua de ...
Número da casa ...*

Relação de todos os indivíduos que fazem parte d'esta família, que junto d'ella pernoltaram, e dos que estavam d'ella ausentes na noite de 1 de dezembro de 1900

Nomes e appellidos		Sexos	Naturalidades	Idades		Estado	Relação para a família	Instrução	Circunstancias especiais	Profissão, officio, occupação ou condição social	Observações
				Annos completos		Estado — Solteiros, casados ou viúvos.	Relação para — de família	Instrução — Se sabem ler e escrever ou só ler — Em relação ás creanças, — se fre- quentam, ou não, a escola.	Se são: surdos mu- dos, cegos, idiotas, alienados. — (Adiante do nome de cada individuo deve declarar-se se a enfermidade é de nascença ou foi adquirida pos- teriormente.)	(Deve dizer-se exactamente a occupação principal não só dos homens, mas também das mulheres e menores que fizerem profissão do traba- lho. O proprietario de bens rurales, se for tambem cul- tivador, deve declarar am- bas as cousas; bem como o cultivador que for apenas randeiro da terra).	N'esta columna se notam com a palavra «ausentes» os que não pernoltaram em casa; «transentes», os estranhos que por acaso ali pernoltaram; «estran- geiros» (e mais a nação a que pertencem e que o for); sendo naturalizado portuguez, levará mais a palavra «naturalizado». «Pretos ou mulatos», os que o forem.
				Annos	Mezes						

(Esta relação deve ser assignada por quem a dêr, declarando se a dá como chefe de família, se como director, secretario, mordomo, etc., da casa ou estabelecimento de que se trata).

MODELO C

Recenseamento geral da população—Boletim dos fogos

Distrito administrativo de ...
Freguezia ou divisão de ...

Corcelho de ...

Relação das casas habitadas e deshabitadas d'esta freguezia (ou secção da freguezia) e distribuição e arrecadação das respectivas listas de família

Nomes		Numero das casas ou cubatas		Nomes dos chefes de família	Numero do orden	Numero de pessoas de família
Da povoação	Do sobado	Habitadas	Deshabitadas			

O agente do recenseamento,

III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de communicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.º 140, de 10 de maio ultimo que s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar, por despacho de 4 do corrente mez, approva tão sómente a parte dispositiva da portaria provincial de 24 de abril d'este anno, pela qual foi regulado o serviço de estatistica de accordo com a portaria régia de 6 de novembro de 1896 e com o decreto de 10 de outubro de 1898.—Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 6 de junho de 1900.—III.^{mo} ex.^{mo} sr. Governador da provincia da Guiné.—O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Portaria provincial a que se refere o officio supra

N.º 114—Tendo-me o secretario geral da provincia communicado que não tem sido completa a execução do que foi determinado pela portaria régia de 6 de novembro de 1896 e pelo decreto de 10 de outubro de 1898, aquella sobre estatísticas, e este sobre informações, e não tendo o secretario do governo d'aquella época dado cumprimento, não só áquelles diplomas, mas ainda ao disposto na portaria provincial de 21 de janeiro de 1898, por isso que o seu trabalho se limitou a reunir algumas estatísticas de algumas Repartições referentes ao decennio de 1885 a 1895, provando assim o seu desleixo e pouco zelo por um trabalho que tão recommendado tem sido; e sendo de urgente necessidade attender á execução de um serviço que é a chave da apreciação, por parte dos Poderes superiores, da riqueza das colonias, do conhecimento do seu territorio, da sua administração, do numero de seus habitantes, importancia dos seus rendimentos, numero dos indigentes, dos criminosos, producção agricola, desenvolvimento commercial e industrial, etc., etc., dados, que só a estatistica lhe póde fornecer, porque só esta póde reunir os documentos numericos indispensaveis á apreciação da marcha dos serviços publicos;

Não tendo igualmente a comissão nomeada por portaria provincial, n.º 56, de 28 de fevereiro de 1899, dado cumprimento ao que n'esse diploma lhe era ordenado, privando não só o Governo central de informações, que reputa indispensaveis para a boa administração colonial, mas tambem a auctoridade superior da provincia de elementos de que se possa servir para dar cumprimento ao que lhe é ordenado na portaria regia de 23 de julho de 1898:

Hei por bem determinar o seguinte:

1.º E' creada junto da secretaria geral uma secção especial de estatistica e informações de que será chefe o secretario geral, tendo como auxiliares dois funcionarios nomeados por elle.

2.º A' secção incumbe a execução integral e completa da portaria régia de 6 de novembro de 1896, publicada no boletim da provincia, n.º 4, de 22 de janeiro de 1898, e bem assim do decreto de 10 de outubro também de 1898, publicado no boletim da provincia, n.º 50; de 10 de dezembro do mesmo anno.

3.º Logo que as estatísticas estejam completamente organisadas na secção respectiva, serão enviadas por ella á Direcção das obras publicas para ali serem elaborados os graphicos extrahidos das mesmas estatísticas.

4.º Para o pontual desempenho dos deveres que incumbem á secção, nos termos da presente portaria, fica ella auctorizada a corresponder-se directamente, ou por meio do *boletim official*, com todas as Repartições e auctoridades, podendo requisitar quaesquer informações e mappas, bem como envial-os para serem devidamente preenchidos.

§ unico. Todas as auctoridades e chefes de Repartições são obrigados a satisfazer em breve praso os pedidos de informações, esclarecimentos e dados estatísticos que pela secção lhes forem pedidos para o fim indicado n'este artigo.

5.º A secretaria geral publicará quaes as estatísticas que competem ás diversas Repartições da provincia.

6.º As Repartições da provincia, commandos militares e de presidios enviarão á secretaria as estatísticas que lhe competem até ao dia 20 do mez seguinte áquelle a que ellas digam respeito, a fim de serem publicadas no dia 30 d'esse mez em appenso ao boletim.

§ unico. A não observancia d'esta disposição será communicada superiormente, e constará nas informações annuaes.

7.º O serviço da secção de estatistica será feito fóra das horas do expediente.

8.º Aos funcionarios auxiliares da secção será arbitrada a gratificação de 12\$500 réis por mez.

9.º As Repartições, que não tenham apresentado nos ultimos tempos a estatistica dos diversos ramos de serviço que lhes competem, deverão apresental-a dentro do praso de tres mezes, a contar da data da publicação d'esta, e deverá ser referente a todo o tempo em que deixaram de fazel-a.

10.º A execução das disposições d'esta portaria terá o seu começo em 1 de maio proximo.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Governo da provincia da Guiné, em Bolama, 24 de abril de 1900.—O Governador interino, *Joaquim José Duarte Guimarães*.

Designação das estatísticas a que se refere a portaria n.º 114 de 24 de abril de 1900
e das diversas Repartições que devem elaboral-as

I Estatistica economica.

- a) Importação.
- b) Exportação.
- c) Reexportação.
- d) Impostos aduaneiros.
- e) Navegação.
- f) Impostos geraes do Estado.
- g) Despesa ordinaria da provincia.
- h) Despesa extraordinaria da provincia.
- i) Trabalhos executados pelas obras publicas, com designação dos que se destinam a melhorar a hygiene publica.
- j) Trabalhos executados pelas officinas.
- k) Receitas e despesas municipaes.
- l) Impostos municipaes.
- m) Matrizes.
- n) Registos da conservatoria.

II Estatísticas administrativas e politicas.

- a) Recenseamento geral da população.

- b) Recenseamento politico.
- c) Casamentos, nascimentos, baptisados e obitos.
- d) Instrucção publica.
- e) Movimento postal.
- f) Movimento de passageiros e colonos nacionaes e estrangeiros.
- g) Movimento de serviçaes trabalhadores.

III Estatistica medica.

- a) Hospitales e pharmacias e seus movimentos.
- b) Clinica official e particular.
- c) Quarteis e prisões e doenças que n'elles reinam.
- d) Nosologia e necrologia.
- e) Meteorologia.

IV Estatistica criminal.

- a) Civil: penas correccionaes, penas maiores.
- b) Militar: penas disciplinares, penas em Conselhos de guerra.
- c) Degredados e vadios cumprindo pena.

O serviço de estatistica fica distribuido ás repartições abaixo mencionadas e da maneira que segue:

Secretaria geral: alineas a) b) c) d) e) f) do n.º II e b) c) do n.º IV.

Junta municipal: alineas k) l) do n.º I.

Delegacia: alinea a) do n.º IV.

Repartição de fazenda provincial: alineas f) g) h) m) do n.º I.

Repartição de saude: alineas a) b) c) d) do n.º III.

Alfandega: alineas a) b) c) d) e) do n.º I.

Conservatoria: alinea n) do n.º I.

Direcção das obras publicas: alinea i) do n.º I.

Direcção das officinas: alinea j) do n.º I.

Curadoria dos serviçaes: alinea g) da n.º II.

Capitania do porto: alinea e) do n.º III.

Administração dos correios: alinea e) do n.º II.

Secretaria geral do Governo da Guiné, em Bolama, 24 de abril de 1900. — O secretario geral interino, *Henrique Carlos Rodrigues*.

Lisboa, 6 de junho de 1900 — Ao sr. commandante da 1.ª divisão militar — Lisboa — Do Director geral da secretaria da guerra. — S. ex.ª o Ministro da guerra encarregame de dizer a v. ex.ª que o tempo de serviço de destacamento nas colonias, a que se refere o § 8.º do artigo 6.º do regulamento dos serviços de recrutamento e a 49.ª das instrucções comprehendidas no decreto de 12 de março ultimo, é contado em dobro para todos os effeitos. — *Francisco Hygino Craveiro Lopes*, general de brigada.

Tendo o Governador da provincia de Cabo Verde representado ao Governo ácerca da deficiencia da força militar da mesma provincia para occorrer a todas as necessidades do serviço, e convindo que, embora com caracter provisorio, se attenda ás considerações apresentadas por aquelle Governador: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que, emquanto não fôr publicada a organização das forças ultramarinas, o effectivo da companhia de artilheria de guarnição de Cabo Verde seja constituido pelo numero de officiaes marcado no decreto de 24 de

dezembro de 1896 e por 1 sargento ajudante, 2 primeiros sargentos, 6 segundos sargentos, 1 espingardeiro, 12 primeiros cabos, 1 contramestre de corneteiros, 3 corneteiros e 174 soldados, podendo ser promovidos a segundos cabos até 12 soldados do numero indicado.

Paço, em 7 de junho de 1900. = *Antonio Eduardo Villaça*.

Não se achando especificada no regulamento disciplinar das forças militares ultramarinas, approvado por decreto de 23 de novembro de 1899, a competencia do Governador do districto do Principe: hei por bem, depois de ouvir o Supremo Conselho de justiça militar, determinar que o mencionado Governador tenha a competencia marcada nos artigos 64.º, 71.º e 131.º do citado regulamento, menos a de mandar reunir o Conselho disciplinar e a de impôr a pena de baixa de posto aos segundos sargentos.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 7 de junho de 1900. = REI. = *Antonio Eduardo Villaça*.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E approved, para ser ratificado, o protocollo assignado em Washington aos 11 de janeiro de 1900 entre Portugal e os Estados Unidos da America do Norte, como rectificação ao accordo commercial de 22 de maio de 1899.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paco das Necessidades, aos 7 de junho de 1900. = EL REI (com rubrica e guarda). = *Francisco Antonio da Veiga Beirão*. — (Logar do sêllo grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 1 de junho de 1900, que approva o protocollo assignado em Washington aos 11 de janeiro de 1900 entre Portugal e os Estados Unidos da America do Norte, como rectificação ao accordo commercial de 22 de maio de 1899, manda cumprir e guardar o mesmo decreto pela fôrma supra declarada.

Para Vossa Magestade vêr. = *Joaquim Pereira de Bettencourt e Athayde* a fez.

Usando da auctorisação conferida pela carta de lei de 7 de junho de 1900: hei por bem confirmar e ratificar o protocollo, assignado em Washington aos 11 de janeiro d'este mesmo anno, entre Portugal e os Estados Unidos da America do Norte, como rectificação ao accordo commercial de 22 de maio de 1899.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 7 de junho de 1900. = REI = *Francisco Antonio da Veiga Beirão*.

Protocollo

Para rectificação de um erro no texto do accordo commercial celebrado entre Sua Magestade Fidelissima El-Rei de Portugal e dos Algarves e o Presidente dos Estados Unidos da America, e assignado em Washington aos 22 dias do mez de maio de 1899.

As Altas Partes contractantes, nomeadas no acima referido accordo commercial, concordam em fazer a seguinte rectificação no texto, para o tornar conforme com a sua primitiva intenção, a saber:

O paragrapho 3.º do art. 1.º do dito accordo, que se refere a vinhos não espumosos, é rectificado no texto inglez pela adição da palavra *five* em seguida á palavra *thirty*, e no texto portuguez pela adição das palavras *e cinco* em seguida á palavra *trinta*.

Em fé do que, nós abaixo assignados, Ignacio da Costa Duarte, encarregado de negocios, interino, de Sua Magestade Fidelissima em Washington, e John A. Kasson, commissario especial plenipotenciario dos Estados Unidos, tendo sido respectivamente e devidamente auctorisados para isso pelos nossos Governos, affixámos aqui as nossas assignaturas e sellos, n'este dia 11 de janeiro do anno do Senhor de 1900, na cidade de Washington. = *Ignacio da Costa Duarte*.

(Logar do sello).

Protocol

For the correction of an error in the text of the commercial agreement concluded between His Most Faithful Majesty, the King of Portugal and the Algarves, and the President of the United States of America, and signed at Washington on the twenty-second day of May 1899.

The High Contracting Parties named in the above described commercial agreement have agreed upon the following amendment to make the text conform the original intention of the Parties, namely:

The third paragraph of article I of said agreement, relating to still wines, is amended in the English text by adding the word *five* after the word *thirty*, and in the Portuguese text by adding the words *e cinco* after the word *trinta*.

In witness where of, we the under signed Ignacio da Costa Duarte, His Most Faithful Majesty's chargé d'affaires ad interim at Washington, and John A. Kasson, Special Commissioner Plenipotentiary of the United States, being respectively duly authorized thereunto by our respective Governments, have hereunto affixed our names and seals this eleventh day of January A. D. One thousand nine hundred at the City of Washington. = *John A. Kasson*.

(L. do sello).

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E' approvada, para ser ratificada pelo Poder executivo, a convenção relativa á revisão do regimen fiscal das bebidas espirituosas em certas regiões da Africa, celebrada e assignada em Bruxellas, em nome dos seus respectivos Governos, pelos plenipotenciarios da Allemanha e Prussia, da Belgica, da Hespanha, do Estado Independente do Congo, da França, da Gran-Bretanha, da Italia, dos Paizes Baixos, de Portugal, da Russia, da Suecia e da Noruega e da Turquia, aos 8 dias do mez de junho de 1899.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Paço das Necessidades, aos 7 de junho de 1900. = EL-REI (com rubrica e guarda). = *Francisco Antonio da Veiga Birão*.

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 31 de maio de 1900, que approva para ser ratificada pelo Poder executivo a convenção relativa á revisão do regimen fiscal das bebidas espirituosas em certas regiões

da Africa, celebrada em Bruxellas e assignada n'aquella cidade pelos plenipotenciarios da Allemanha e Prussia, da Belgica, da Hespanha, do Estado Independente do Congo, da França, da Gran-Bretanha, da Italia, dos Paizes Baixos, de Portugal, da Russia, da Suecia e da Noruega e da Turquia, aos 8 dias do mez de junho de 1899, manda cumprir e guardar, como n'elle se contém pela fórma acima declarada.

Para Vossa Magestade vêr. — *Antonio Bandeira* a fez.

(CIRCULAR). — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — O ex.^{mo} Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar incumbe-me de communicar a v. ex.^a, para seu conhecimento e devidos effeitos, que a Procuradoria geral da corôa e fazenda, tendo sido consultada sobre a concessão de fiança a réus militares no fôro commum, foi, em conferencia, de parecer que, aos militares, envolvidos conjuntamente com individuos da classe civil em crimes communs, pôde ser concedida fiança pelos tribunaes ordinarios, por isso que, pelo artigo 323.^o do codigo de justiça militar, ficam, em tal caso, sujeitos á jurisdicção do fôro civil, e, portanto, gosam de todas as garantias d'esse fôro, como é a fiança.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 8 de junho de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Angola. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Confirmando o telegramma circular de 6 do corrente, de ordem de s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, passo a esclarecer mais desenvolvidamente a v. ex.^a ácerca das condições a que se acham actualmente sujeitas as correspondencias para a Africa oriental e do sul.

Os telegrammas em linguagem convencional, tratando de assumptos commerciaes ou particulares, permutados com Zanzibar, Seychelles, Mauricias, Madagascar, Africa oriental britannica, Africa oriental allemã, Moçambique e Lourenço Marques, quando redigidos segundo os codigos depositados em Aden ou Cap Town, ficam nas mesmas condições dos telegrammas escriptos em linguagem commum, isto é, sujeitos á censura estabelecida pelo Governo inglez, podendo acceitar-se por isso uns e outros a risco dos expedidores.

Continúa a interdicção de todos os telegrammas em linguagem secreta, convencional ou cifrada, que não estiverem nas condições indicadas.

Os codigos até hoje depositados em Aden, applicaveis ás correspondencias encaminhadas por aquella via, são: A. B. C. 4.^a edição; A. Z; A. B. C. et Scotts 4.^a edição; A. 1; Telegraphenschlusssell de W. Standt; et O. Hundius publicado por Julius Springer de Berlin; Mercuner Code 2.^a, edição augmentada e revista com 1.^o supplemento; e Broomhalls Comprehensive Cipher Code.

A censura telegraphica exercida pelo Governo inglez sobre os telegrammas officiaes e particulares, em Aden e Cap Town, tem tambem agora logar em Durban.

A Administração britannica, annunciando que os telegrammas em linguagem convencional soffrem demora em Aden por motivo de se não saber qual dos codigos privilegiados serviu para a sua redacção, declara que a transmissão d'esses telegrammas seria rapida se o codigo (A. B. C. — A. Z. — Scotts. — A. 1. — Standt — Broomhalls ou Mercuner) fôsse designado no preambulo, — indicação que a companhia Eastern se presta a transmittir gratuitamente.

Sendo concedida a cada paiz a escolha de dois codigos para a redacção da correspondencia commercial e particular em linguagem convencional, caso v. ex.^a julgue conveniente a adopção de algum, servir-se-ha indical-o a esta secretaria d'estado, acompanhando essa indicação do seu informe ácerca do movimento de telegrammas em linguagem convencional que essa provincia tem habitualmente com o estrangeiro, com a metropole ou com as outras provincias ultramarinas.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de junho de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

Parecendo mais conveniente que o imposto especial de 10 réis por kilogramma de algodão em rama ou caroço, consumido pelas fabricas do reino e das ilhas adjacentes, cujo producto, nos termos da letra *D* da base 1.^a annexa á lei de 17 de agosto de 1899, constitue parte de fundo especial destinado á construcção do caminho de ferro desde o litoral do districto de Benguella até á fronteira léste da provincia de Angola, dê entrada na caixa geral de depositos á proporção que o algodão fôr sendo recebido pelas diversas fabricas, e não de seis em seis mezes, depois de cobrado cumulativamente com a contribuição industrial que competir a cada um dos recebedores do producto;

Considerando que do pagamento immediato e directo do imposto na caixa geral de depositos se evitam despesas de cobrança que, pelo systema do regulamento de 3 do mez passado, seriam inevitaveis;

Hei por bem determinar que o mesmo regulamento seja substituido pelo seguinte:

Artigo 1.^o O algodão em rama ou em caroço, que fôr despachado para consumo nas alfandegas do continente do reino e das ilhas adjacentes, não poderá sair das respectivas casas fiscaes, sem que se mostre pago o imposto especial de 10 réis por kilogramma, estabelecido pela letra *D* da base 1.^a annexa á lei de 17 de agosto de 1899 e nos termos do artigo seguinte:

Art. 2.^o Effectuado qualquer despacho de algodão em rama ou caroço, a alfandega onde elle se realizar preencherá uma guia de tres talões, conforme o modelo que faz parte d este decreto, guia em que será indicado o recebedor do producto, a quantidade do genero e a importancia do imposto especial.

a) Um dos talões (n.^o 3) será enviado logo *ex-officio*, pela casa fiscal, á Junta administrativa do caminho de ferro de Benguella;

b) A guia com o talão n.^o 2 será entregue á parte para esta effectuar o pagamento do imposto na caixa geral de depositos ou na respectiva delegação. A caixa, effectuado o pagamento, restituirá ao apresentante o talão n.^o 2 com o recibo do pagamento. Este recibo será apresentado na alfandega, e sem elle não poderá ter sahida a mercadoria despachada e ficará junto ao processo do despacho;

c) O talão n.^o 1 pertence á alfandega. A guia fica na caixa geral de depositos ou respectiva delegação.

Art. 3.^o As quantias pagas nos termos do artigo antecedente ficam depositadas á ordem da Junta administrativa do caminho de ferro de Benguella, para os effeitos da lei de 17 de agosto de 1899.

§ unico. A caixa geral de depositos enviará á dita Junta, todos os mezes, nota da importancia das receitas que tiver arrecadado d'esta proveniencia, designando-se a importancia e numero de cada guia e casa fiscal que a tiver expedido.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, aos 11 de junho de 1900. = REI. =
Manuel Affonso de Espregueira = *Antonio Eduardo Villaça*.

Modelo a que se refere o decreto datado de hoje

Talão n.º 1

GUIA N.º

GUIA N.º

Alfandega de ...

Delegação de ...

Despachou hoje o sr. ...

... kilogrammas de algodão em rama.

... kilogrammas de algodão em carvão.

... kilogrammas a 10 réis — imposto da lei de 17 de agosto de 1899

(Base 1.ª da alínea d)

Importados de ... pelo ...

contra-marca....

Em ... de ... de 19...

O verificador,

F...

Talão n.º 2

Talão n.º 3

GUIA N.º

GUIA N.º

Alfandega de ...

Alfandega de ...

Delegação de ...

Delegação de ...

Despachou hoje o sr. ... o seguinte:

... kilogrammas de algodão em rama.

... kilogrammas de algodão em carvão.

... kilogrammas que, a 10 réis por kilogramma, imposto por lei de 17 de agosto de 1899, representa réis ...

Recebi a importância acima de ...

... de ... de 19...

(a) F...

de que se lhe passou a guia competente para effectuar o pagamento na caixa geral de depósitos, e quando apresentar o recibo do pagamento ser-lhe-ha permitida a saída do dito algodão.

Alfandega de ..., em ... de ... de 19 ...

O verificador,

F...

(a) Assinatura do thesoureiro da caixa geral de depósitos ou do encarregado das receitas na delegação.

Paço, 11 de junho de 1900. = Manuel Afonso de Espregueira.

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro de comunicar a v. ex.^a rev.^{ma} que, por despacho de 8 do corrente mez, determinou que ao Conselho governativo, a que v. ex.^a rev.^{ma} dignamente preside, sejam abonadas, desde que assumiu a administração superior da provincia, as despesas de representação que por l i pertencem ao Governador, para o que se expediram as necessarias ordens á Repartição de fazenda provincial.

Deus guarde a v. ex.^a rev.^{ma}. — 7.^a Repartição de contabilidade publica, 15 de junho de 1900. = Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. Dom José, bispo de Macau, presidente do Conselho governativo da respectiva provincia. = O chefe da Repartição, *J. Duarte Figueiredo Bastos*.

Tendo concluido os seus trabalhos e apresentado o respectivo relatorio a commissão, composta dos Ministros e secretarios d'estado honorarios, conselheiros Antonio José Ennes, Jacinto Candido da Silva e Francisco Felisberto Dias Costa, encarregada de formular as bases de um projecto regulador das concessões de terrenos no ultramar, trabalho este em que mais uma vez affirmaram a sua elevada competencia, dedicado zelo e patriotica solicitude pelos valiosos interesses da administração colonial: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, dissolver a referida commissão e louvar os seus distinctos membros pelo importante serviço que prestaram ao paiz.

Paço, em 16 de junho de 1900. = *Antonio Eduardo Villaça*.

II.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, no intuito de suscitar a observancia das instrucções transmittidas por esta Secretaria aos Governos das provincias e districtos ultramarinos em officio circular de 28 de dezembro de 1894, manda recomendar a v. ex.^a o seguinte:

1.^o As requisições de sellos e outras formulas de franquia de correio devem sempre vir separadas das requisições das estampilhas do imposto do sello e remetidas directamente á Direcção geral do ultramar, e satisfazer ás seguintes impreteriveis condições, sem as quaes não serão attendidas, ficando n'esse caso o inspector ou secretario de fazenda, ou o chefe da Repartição de fazenda da Guiné, responsaveis pelas consequencias que d'ahi resultarem:

- a) Ser feitas em duplicado e nos primeiros tres dias de cada trimestre;
- b) Ser devidamente especificada a qualidade, numero e taxa de cada um dos sellos e outras formulas de franquia;

c) Indicarem:

1.^o As quantidades de cada taxa correspondentes ao consumo provavel de nove mezes, calculado pelo consumo de igual periodo immediatamente anterior á data da requisição.

2.^o As quantidades de cada taxa existentes n'essa data.

3.^o As differenças entre as quantidades de cada taxa correspondentes ao consumo provavel de nove mezes e as existentes na data em que é feita a requisição.

As referidas differenças considerar-se-hão as quantidades requisitadas.

O periodo de nove mezes acima indicado comprehende o periodo de tres mezes a que se refere o art. 4.^o do decreto de 2 de junho de 1892, e os seis mezes a que se refere o n.^o 2 da circular de 28 de dezembro de 1894.

2.^o E' expressamente prohibido auctorisar qualquer sobretaxa ou alteração nos sellos e outras formulas de franquia legalmente postos em circulação e fabricados na casa da moeda e papel sellado, a quem exclusivamente compete o fabrico dos mesmos sellos e outras formulas de franquia.

S. ex.^a o Ministro espera do zelo de v. ex.^a que as disposições d'esta circular serão estrictamente cumpridas e tambem me incumbe de recomendar a v. ex.^a que se sirva promover, com a maior urgencia possivel, a remessa a esta Secretaria d'Estado de todos os sellos postaes de emissões anteriores á de 1898.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 18 de junho de 1900. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. = Pelo Director geral, *Tito Augusto de Carvalho*.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em resposta aos officios de v. ex.^a, n.^{os} 170, 178 e 181, de 25 de maio ultimo, 2 e 4 de junho corrente, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que não concede auctorisação para que os empregados das alfandegas, Rodrigues Fernandes, Carlos Ferreira e Joaquim de Macedo, continuem a accumular as funcções dos seus cargos ás de juiz municipal; sub delegado substituto e substituto do sub-delegado.

Com relação ao 2.^o official Macedo, poderá continuar a exercer os logares de professor e thesoureiro municipal do Fogo, mas com a condição expressa de que não seja dispensado do tempo de serviço ordinario que tem de prestar na alfandega, nem dos serviços de piquete que, por escala, lhe venham a pertencer, e sem direito a ser conservado no posto fiscal do Fogo, quando, por qualquer circumstancia, haja de ser transferido ou collocado em qualquer outro posto, ou tenha de regressar á alfandega da Praia.

Com relação aos empregados aduaneiros que têm provisão de advogados, n'esta data é o facto communicado ao conselheiro Procurador régio junto da Relação de Lisboa para resolver conforme julgar conveniente.

Deus guarde a v. ex.^a— Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 20 de junho de 1900.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde. — O Director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.^o É auctorisado o Governo a converter em contracto definitivo o contracto provisorio celebrado em 10 de novembro de 1899 com a companhia «Eastern Telegraph» para o lançamento e exploração de um cabo submarino que, partindo da Gran-Bretanha e amarrando no Funchal (ilha da Madeira e em S. Vicente (Cabo Verde), se destine á Africa do sul, tocando nas ilhas da Ascensão e Santa Helena, com as seguintes aclarções ás clausulas segunda e quinta do referido contracto provisorio.

Clausula 2.^a

Todos os telegrammas ordinarios que percorram o cabo, a que se refere a clausula primeira, quer sejam provenientes da Gran-Bretanha ou tenham transitado pelas linhas d'este paiz, quer tenham transitado por via de Carcavellos, com destino á ilha da Ascensão ou para além d'essa ilha, ou vice-versa, pagarão a Portugal taxa de transito de 10 centimos por palavra. Os telegrammas officiaes de todos os Governos pagarão a taxa de transito de 5 centimos, e os telegrammas da imprensa a de 2 ¹/₂ centimos por palavra. A companhia «Eastern Telegraph» garante, pela sua parte, que o total das referidas taxas do transito, pertencentes a Portugal, nos termos d'esta clausula, pelos telegrammas para a ilha da Ascensão, ou para além d'essa ilha, ou vice-versa, via Santa Helena, nunca será inferior a 175:000 francos annualmente.

§ unico. A correspondencia official do Governo portuguez gosará a redução de 50 por cento sobre as taxas que forem cobradas do publico.

Clausula 5.^a

Os telegrammas da Europa transitando pelos cabos da Gran-Bretanha á Madeira, com destino á America do sul ou vice-versa, pagarão em S. Vicente (Cabo Verde) as taxas de transito actuaes da companhia «Brazilian Submarine Telegraph». Os telegrammas da America do sul, via S. Vicente, com destino á ilha da Ascensão e para além d'essa ilha, ou vice-versa, pagarão em S. Vicente a taxa de transito de 12 ¹/₂ centimos.

Art. 2.^o Fica revogada a legislação em contrario.

Mandámos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda, da marinha e ultramar e das obras publicas, commercio e industria a façam imprimir, publicar e correr. Dada

no Paço, aos 21 de junho de 1900.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Manuel Affonso de Espregueira*—*Antonio Eduardo Villaça*—*Elvino José de Sousa e Brito*.—(Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 16 de maio ultimo, que auctorisa o Governo a converter em contracto definitivo o contracto provisorio celebrado em 10 de novembro de 1899 com a companhia «Eastern Telegraph»; para o lançamento e exploração de um cabo submarino que, partindo da Gran-Bretanha e amarrando no Funchal (ilha da Madeira) e em S. Vicente (Cabo Verde), se destine á Africa do sul, tocando nas ilhas da Ascensão e Santa Helena, com aclarações ás clausulas segunda e quinta do referido contracto provisorio, o manda cumprir e guardar como n'elle se contém, pela fórma rétro declarada.

Para Vossa Magestade vêr.—*João Rozendo Peres Ramos* a fez.

Attendendo ao que me representou a Companhia commercial de Angola, sociedade anonyma de responsabilidade limitada, pedindo auctorisação para se constituir definitivamente nos termos do artigo 18.º da carta de lei de 3 de abril de 1896, por ter, entre outros, o fim de exercer a industria bancaria no reino e na Africa occidental portugueza quando isto lhe convier, depois de decretada para ali a liberdade bancaria: hei por bem conceder a auctorisação pedida, nos termos do referido artigo 18.º da carta de lei de 3 de abril de 1896, ficando expressamente consignado que a presente auctorisação não lhe confere nenhum direito especial nem privilegio, ainda na hypothese de ser decretada a liberdade bancaria no ultramar, a cuja legislação ficará sujeita.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da marinha e ultramar, e das obras publicas, commercio e industria, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 21 de junho de 1900.—REI.—*Antonio Eduardo Villaça*—*Elvino José de Sousa e Brito*.

Tendo-se por vezes os Governadores das provincias ultramarinas e as Repartições suas dependentes correspondido directamente com as auctoridades da metropole, e convindo que tal pratica não continúe:

Ha Sua Magestade El-Rei por bem mandar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que os mesmos Governadores e Repartições suas dependentes não se correspondam com as referidas auctoridades sem ser por intermédio da Direcção geral do ultramar; o que se communica ao Governador da provincia de S. Thomé e Príncipe, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 21 de junho de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça*.

Usando da auctorisação concedida ao Governo pela base 8.ª da carta de lei de 14 de julho de 1899: hei por bem approvar a organização do mercado central de productos agricolas, a qual, fazendo parte integrante d'este decreto, baixa assignada pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria.

O conselheiro d'estado, presidente do conselho de Ministros, Ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os Ministros e secretarios d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, da fazenda, da marinha e ultramar, e das obras publicas, commercio e industria, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 21 de junho de 1900.—REI.—*José Luciano de Castro*.—*José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral*.—*Manuel Affonso de Espregueira*.—*Antonio Eduardo Villaça*.—*Elvino José de Sousa e Brito*.

CAPITULO I

Organisação do mercado

Artigo 1.º O mercado central de productos agricolas tem por fim facilitar, auxiliar e promover o desenvolvimento do commercio, e em especial o de productos agricolas nacionaes ou nacionalisados e das colonias, e bem assim o dos productos subsidiarios para a industria agricola.

Art. 2.º A séde do mercado é em Lisboa.

§ unico. Haverá delegações do mercado em todas as sédes dos districtos do reino, e delegações ou delegados nas capitães das provincias ultramarinas ou em quaesquer outros pontos onde haja conveniência.

Art. 3.º As transacções no mercado versam sobre os seguintes productos:

- a) Vinho e seus derivados, azeite, cortiça, cereaes e legumes;
- b) Manteiga; queijo, lã e outros productos derivados do reino animal;
- c) Café, cacau, sementes oleoginosas, borracha, cera e quaesquer outros productos coloniaes;

d) Adubos ou correctivos e quaesquer productos empregados no tratamento das doenças das plantas.

§ 1.º O trigo e milho estrangeiros podem ser negociados no mercado por meio de amostras nos termos d'este decreto.

§ 2.º O Conselho do mercado, reconhecida a utilidade, poderá permittir transacções sobre outras mercadorias estrangeiras, regulando a fórma por que essas transacções se farão quando não puderem effectuar-se nos termos d'este diploma.

Art. 4.º As operações que podem realisar-se no mercado, ou que por elle podem ser promovidas, são:

- 1.º Compra e venda de mercadorias á vista ou por amostra;
- 2.º Deposito mercantil;
- 3.º Deposito em regimen de armazem geral;
- 4.º Operações de exportação, reexportação, circulação e de transito das colonias ou para as colonias.

Art. 5.º De todas as operações, a que se refere o artigo anterior, poderão emittir-se os titulos que forem legalmente negociaveis.

Art. 6.º Haverá typos geraes ou especiaes de mercadorias. Estes typos serão certos e definidos, havendo d'elles um mostruario na séde do mercado e nas delegações onde venha a tornar-se necessario.

Art. 7.º Todas as transacções effectuadas serão feitas por corretores do mercado, nos termos d'este regulamento.

Art. 8.º Haverá no mercado as seguintes installações:

- a) Armazens indispensaveis para deposito, manutenção e manipulação de mercadorias providos de material de carga, descarga e pesagem;
- b) Casa de recepção e classificação de amostras;
- c) Mostruario de typos de mercadorias e de productos de consumo, que convenha tornar conhecidos dos productores nacionaes;
- d) Salas e gabinetes para o Conselho do mercado, Direcção, secretaria, escriptorios e mais dependencias para as operações e serviços do mercado.

§ 1.º Para o serviço do mercado recorrer-se-ha aos laboratorios chimicos ou a qualquer outra instituição official, consoante as especialidades.

§ 2.º O Governo porá á disposição do mercado os edificios publicos que possa dispensar para installação dos serviços a que se refere este artigo.

Art. 9.º A Direcção, fiscalisação e administração superior do mercado é confiada a uma comissão directora, composta de tres membros, em harmonia com o disposto no artigo 62.º d'este diploma.

Art. 10.º Para a execução dos serviços do mercado e cumprimento das disposições d'este diploma, sob a direcção da comissão a que se refere o artigo antecedente, haverá, além do pessoal da secretaria e fiscalisação, corretores, fieis de armazem, guardas e serventes.

Art. 11.º Com as funcções e constituição estabelecidas no capitulo x d'este diploma haverá um Conselho do mercado, composto de quinze membros.

Art. 12.º Na séde do mercado funcionará uma delegação da alfandega, á qual competirá exclusivamente a cobrança dos impostos aduaneiros á saída dos armazens, sem intervenção de qualquer especie nos serviços do referido mercado.

§ unico. Esta disposição abrange o actual armazem de vinhos e azeites no edificio do mercado.

CAPITULO II

Das operações que pôdem realizar-se no mercado

Art. 13.º Os productos mencionados no artigo 3.º poderão permanecer no mercado central:

- 1.º Em retem;
- 2.º Em deposito mercantil;
- 3.º Em regimen de armazem geral.

Art. 14.º O *retem* é a simples exposição á venda da mercadoria no recinto do mercado.

Art. 15.º O *deposito mercantil* é constituído pela guarda de generos ou mercadorias, destinadas a quaesquer dos actos de commercio que pôdem realizar-se no mercado central.

Art. 16.º O *deposito em regimen de armazem geral* é constituído por generos ou mercadorias, destinadas a garantir titulos transmissiveis por endosso, nos termos da lei e d'este diploma.

Art. 17.º A venda dos productos existentes no mercado ou por amostras n'elle apresentadas pôde ser feita:

- 1.º Com immediata entrega ao comprador;
- 2.º Com entrega ao comprador em determinado praso.

Art. 18.º As mercadorias em retem ou em deposito mercantil serão vendidas por grosso e a retalho, em transacção particular ou em leilão, pelos corretores do mercado.

Art. 19.º As vendas em leilão pôdem ser feitas sobre as mercadorias ou sobre as amostras apresentadas no mercado.

Art. 20.º Quando o vendedor não fixar o limite de preço, ou a venda fôr para execução, subentende-se que será feita pelo melhor preço offerecido.

Art. 21.º A venda feita por amostra considera-se sempre como feita sob a condição da mercadoria ser conforme á amostra ou á qualidade convencionada.

Art. 22.º Para que se possam effectuar as transacções sobre amostras, a que se refere o § 2.º do artigo 3.º, é indispensavel que estas venham acompanhadas da indicação das quantidades disponiveis e das localidades onde se encontram e mais condições de venda.

§ unico. A pedido dos interessados poderão as ditas amostras fazer parte das colleções do mostruario.

Art. 23.º As amostras só poderão ser apresentadas pelo proprio dono da mercadoria, ou pelo seu representante legal.

Art. 24.º As amostras ficam sujeitas á analyse e classificação technologica, quando necessarias, e das quaes se passará certificado ao depositante que assim o requeira.

Art. 25.º O Conselho do mercado proporá ao Governo os regulamentos para a emissão dos titulos a que se refere o artigo 5.º

CAPITULO III

Dos corretores

Art. 26.º A commissão directora do mercado central dos productos agricolas, quando o julgar conveniente, proporá ao Governo a nomeação de corretores privativos; até ao numero de tres, podendo, porém, propôr desde já, para o serviço do mesmo mercado, algum ou alguns dos corretores actuaes em serviço na bolsa, incluindo os corretores de fundos.

Art. 27.º Quando em algumas das praças commerciaes do paiz em que o mercado tiver delegação, o desenvolvimento das transacções effectuadas por via da mesma delegação o exigir, o Governo poderá nomear corretores para essas praças nos termos do artigo antecedente.

Art. 28.º O officio de corretor é pessoal, publico, viril e de nomeação régia.

Art. 29.º A nomeação de corretor privativo só poderá recair em cidadão portuguez, natural ou naturalizado, que, além de ter capacidade commercial, gose de boa reputação e se ache habilitado em concurso.

§ unico. O corretor nomeado póde ter um proposto, approved pelo Governo, que o substitua no caso de impedimento justificado, e por cujos actos será responsavel.

Art. 30.º As operações dos corretores serão :

1.º Comprar ou vender para os seus committentes mercadorias, titulos de risco marítimo, letras, livranças, cheques, e outros credits e obrigações mercantis de transacções realisados no mercado ;

2.º Fazer negociações de descontos, seguros, fretamentos e empréstimos ;

3.º Prestar, em geral, o seu officio para todas as operações do mercado, e em todos os casos em que por lei ou por disposições d'este diploma seja exigida a sua intervenção.

Art. 31.º Os corretores prestarão, antes de entrarem no exercicio das suas funções, caução idonea ao bom desempenho do seu officio, a qual será fixada pelo Governo sob proposta do Conselho do mercado.

§ 1.º Esta caução fica especialmente obrigada ás responsabilidades contrahidas pelos corretores nas operações em que intervierem.

§ 2.º A caução não estará sujeita a quaesquer responsabilidades contrahidas pelo corretor antes ou depois da sua prestação, que dimanem de contractos em que elle intervier sem essa qualidade.

Art. 32.º Os corretores são obrigados :

1.º A certificar-se da identidade e capacidade legal para contractar das pessoas em cujos negocios intervierem, e, quando se dêr o caso, da legitimidade das firmas dos contrahentes ;

2.º A propôr com exactidão e clareza os negocios de que fôrem encarregados, procedendo de modo que não possam induzir em erro os contrahentes ;

3.º A guardar completo segredo de tudo que disser respeito ás negociações de que se encarregarem.

4.º A não revelar os nomes dos seus committentes, quando a lei ou a natureza do negocio tal revelação não exigirem e aquelles a não auctorisarem ;

5.º A responder pela authenticidade de assignatura do ultimo signatario nas negociações de titulos indossaveis ;

6.º A haver do cedente, nas negociações de que trata o numero anterior, as coisas cedidas, a entregal-as ao cessionario, a receber d'este o preço e satisfazel-o áquelle, salvo se outro fôr o uso da praça ou se os contrahentes tiverem estipulado fazer essas entregas diversamente ;

7.º A assistir á entrega das cousas vendidas por sua intervenção, sempre que isso seja exigido por qualquer dos contrahentes, ou quando esse fôr o uso da praça ;

8.º A passar, á custa dos interessados e conforme constar dos seus livros, certidões dos assentos respectivos aos contractos d'aquelles, sem dependencia de despacho, e as que lhe fôrem ordenadas por auctoridade competente.

Art. 33.º Os corretores terão :

Um caderno manual em que assentem, ainda que só a lapis, no momento da conclusão, todas as operações feitas por seu intermédio, indicando resumidamente o objecto e as principaes condições ;

Um protocollo, legalisado nos termos prescriptos no artigo 32.º, em que registrarão mais desenvolvadamente, dia a dia, por ordem de data, em assento separado, sem abreviaturas nem algarismos, todas as condições das vendas, compras, seguros, negociações, e, em geral, todas as operações feitas por seu intermédio.

Art. 34.º Os corretores entregarão ás partes, no momento em que o contracto se tornar perfeito, uma copia dos assentos lançados no seu caderno, e, exigindo-o aquellas, uma copia do contracto igual á do registado no protocollo, assignada por elles, e pelas partes, se n'isso concordarem.

Art. 35.º Os protocollos dos corretores que estiverem regularmente escripturados e conformes com as notas do caderno manual, e bem assim as copias fielmente extrahidas d'elles, farão prova em juizo entre contractantes, quando a validade dos respectivos contractos não dependa, por lei, de outra formalidade externa, nos mesmos termos em que a fazem os documentos authenticos extra-officiaes.

Art. 36.º Os assentos do caderno manual e os do protocollo dos corretores não aproveitam a estes como meio de prova em juízo.

Art. 37.º Os assentos de que trata o artigo antecedente, e bem assim quaesquer notas ou minutas dadas pelos corretores sobre negociações em que tenham intervindo, farão prova contra elles em caso de reclamação.

Art. 38.º Os livros dos corretores estão sujeitos ao exame dos tribunaes de commercio e ao dos arbitros, quando judicialmente ordenado.

Art. 39.º Os corretores não podem, sem motivo legal, recusar-se a prestar os serviços do seu officio a qualquer pessoa que os reclame e se promptifique a prestar as garantias que tenham direito de exigir, sob pena de responderem por todas as perdas e danos a que a sua recusa tiver dado causa.

§ unico. Exceptuam-se d'esta disposição as negociações sobre descontos de letras, podendo os corretores, em relação a estas, recusar os serviços do seu officio, quando não fôrem de transacções effectuadas no mercado ou quando não tenham conhecimento algum de tal transacção ou das circumstancias ou da solvabilidade das firmas intervenientes.

Art. 40.º O corretor é responsavel pela execução do contracto, ficando, desde que o haja executado, subrogado nos direitos de um dos contrahentes cujo nome não revelar contra o outro.

§ unico. Cessa esta responsabilidade para o corretor que revelar a um dos seus committentes o nome do outro nos termos d'este diploma.

§ 1.º Nos casos previstos n'este artigo o corretor poderá exigir do seu committente as garantias que julgar necessarias para cobrir a sua responsabilidade.

§ 2.º Para que possa certificar-se em juizo ou fóra d'elle que os contractantes tiveram conhecimento da pessoa por conta da qual foi feita a negociação, o corretor poderá exigir d'ella as declarações escriptas que julgar necessarias para cobrir a sua responsabilidade.

Art. 41.º Os corretores, além da responsabilidade em que, como taes, incorrerem por falta de cumprimento de alguma das obrigações que lhes são impostas nos artigos 32.º a 34.º, ficarão sujeitos á que dimanar dos contractos de mandato e commissão, na parte applicavel ás negociações, em que intervierem, tendo do mesmo modo contra os committentes os direitos que d'aquelles contractos lhes dimanarem.

Art. 42.º A responsabilidade dos corretores do mercado nos negocios, em que n'esta qualidade tiverem intervindo, prescreve no fim de seis mezes, contados da execução do contracto.

Art. 43.º A insolvencia dos corretores presumir-se-ha sempre fraudulenta.

Art. 44.º E' prohibido aos corretores:

- 1.º Exercer commercio por conta propria;
- 2.º Ser segurador, ou tomador sobre si, de riscos commerciaes;
- 3.º Adquirir para si valores de cuja negociação estiverem incumbidos, salvo tendo de responder por faltas do comprador para o vendedor;
- 4.º Prestar caução, quer no proprio escripto do contracto feito por sua intervenção, quer em separado;
- 5.º Passar certidões que não tenham referencia aos seus livros, devendo, comtudo, quando não haja n'elles assento, attestar o que souberem pelo ter presenciado e ouvido, sendo-lhes ordenado por auctoridade competente;
- 6.º E, em geral, tudo que seja contra as disposições das leis e os interesses dos seus committentes.

Art. 45.º Os corretores terão direito a uma corretagem, a qual será fixada na respectiva tabella;

§ 1.º Intervindo na negociação um só corretor, receberá corretagem de cada um dos contractantes, mas, intervindo mais de um, só poderá qualquer d'elles recebel-a do respectivo committente.

§ 2.º Não havendo convenção em contrario, a corretagem é devida ao corretor que principiar a negociação, ainda que o committente a conclua por si ou por outrem, ou que deixe de a realisar por accidente imprevisito ou culpa de algum dos contractantes, salvo, em qualquer d'estes casos, havendo negligencia do corretor.

Art. 46.º Aos corretores do mercado compete, além das obrigações inherentes ao seu officio, o seguinte:

- a) Propôr ao Conselho do mercado os typos de mercadorias a cotar;
- b) Prestar ao Conselho e á Direcção do mercado todas as informações e esclarecimentos que digam respeito ao exercicio do seu officio;

c) Enviar diariamente á secretaria do mercado nota assignada das transacções effectuadas, mencionando mercadorias, quantidades e preços.

Art. 47.º O serviço de corretagem especial do mercado, fixado na tabella annexa, não servirá de base ao lançamento de qualquer contribuição.

CAPITULO IV

Serviço de armazens

Art. 48.º Sob esta designação comprehende-se a escripturação de armazens, a recepção, manutenção e manipulação de mercadorias, e tráfego.

Art. 49.º O pessoal para execução do serviço de armazens compõe-se de fieis, guardas e serventes em numero variavel com as necessidades do serviço.

Art. 50.º Ao fiel, chefe de armazem, compete:

- a) Escripitar e ter em dia os livros de armazem;
- b) Classificar as mercadorias, segundo os typos adoptados no mercado;
- c) Dirigir a arrumação e tráfego nos armazens a seu cargo;
- d) Vigiar, nos termos d'este diploma, pela conservação, pesagem, e entrada e sahida das mercadorias nos armazens sob sua responsabilidade.

Art. 51.º Os fieis prestarão caução fixada pelo Conselho do mercado, sob proposta da commissão directora, que não será inferior a 1:000\$000 réis.

Art. 52.º Aos guardas, sob a immediata direcção dos fieis de armazem, compete:

- a) Auxiliar o respectivo fiel na escripturação dos livros de armazem;
- b) Executar o serviço de arrumação e tráfego.

Art. 53.º Aos serventes compete o serviço de manipulação e manutenção dentro dos armazens.

Art. 54.º Os fieis e guardas serão contractados pela commissão directora, conforme as necessidades do serviço e dentro da verba annualmente inscripta no orçamento para este fim.

Art. 55.º Para os logares de serventes poderá a commissão directora admittir os jornaleiros que forem necessários.

Art. 56.º A importancia da armazenagem, manutenção e manipulação de mercadorias, do tráfego e da apposição de sellos e marcas, é regulada pela tabella annexa a este diploma.

Art. 57.º São a cargo do depositante a conservação e beneficiação das mercadorias depositadas.

Art. 58.º Quando seja indispensavel remover ou beneficiar uma mercadoria, será feita a respectiva intimação ao interessado.

Art. 59.º No caso da mercadoria servir de garantia a qualquer titulo emitto e o depositante não proceder á beneficiação para que tiver sido intimado, ou quando tal beneficiação seja urgente, será ella effectuada pelo mercado e por conta e risco do depositante.

Art. 60.º Os registos do mercado e todos os demais certificados por elle passados mencionarão sempre o nome do depositante, a natureza e quantidade da mercadoria depositada e o regimen do deposito.

Art. 61.º Os modelos dos impressos a empregar na exploração dos armazens de deposito serão approvados pelo Ministerio das obras publicas, commercio e industria, sob proposta do Conselho do mercado central de productos agricolas.

CAPITULO V

Da commissão directora

Art. 62.º A commissão directora é composta de tres vogaes, livremente escolhidos pelo Governo.

§ 1.º O presidente da commissão será nomeado pelo Governo, sob proposta da mesma commissão. Servirá de secretario da commissão o secretario do mercado.

§ 2.º Os vogaes d'esta commissão são vogaes natos do Conselho do mercado.

Art. 63.º Os membros da comissão directora distribuirão entre si o serviço, conforme julgarem mais conveniente.

Art. 64.º A comissão directora, nos assumptos da sua competencia, corresponde-se directamente com todas as Repartições publicas.

Art. 65.º À comissão directora incumbe:

- 1.º Dirigir, administrar e fiscalisar superiormente o mercado;
- 2.º Fazer as instrucções e propôr ao Governo, ouvido o Conselho do mercado, os regulamentos internos necessarios á boa execução dos serviços;
- 3.º Organisar o serviço de informação por modo a poder fornecer todos os esclarecimentos uteis ao commercio, relativos aos productos negociaveis no mercado;
- 4.º Publicar periodicamente um boletim em que se contemham as cotações, no paiz e no estrangeiro, das mercadorias negociadas no mercado, noticias das produções nacionaes e estrangeiras, preços de fretes, alterações que tiverem logar nas pautas dos paizes em relações commerciaes com o nosso, e todas as demais informações uteis ao commercio, á industria e á agricultura.

§ unico. Este boletim terá a maior publicidade possivel.

5.º Promover o estabelecimento de armazens geraes e casas de leilões nos principaes centros de commercio do paiz;

6.º Processar, e remetter ao Conselho do mercado, os casos dolosos ou fraudulentos que possam exercer influencia sobre as cotações e preços, e bem assim quaesquer outras infracções do presente diploma;

7.º Propôr ao Governo tudo que tiver por conveniente para regularidade e desenvolvimento dos serviços que dirige;

8.º Consultar o Governo sobre tudo quanto elle a mandar ouvir;

9.º Estudar as condições da produção nacional e dos mercados internos e externos;

10.º Elaborar annualmente um relatorio sobre os serviços do mercado, do qual dará conhecimento ao Conselho;

11.º Proceder, com prévia ordem do Governo, á chamada, para manifesto, do trigo e milho disponivel para venda, tanto no continente do reino como nas illas adjacentes, observando-se as disposições dos regulamentos respectivos.

CAPITULO VI

Da secretaria

Art. 66.º Na secretaria do mercado é centralisado todo o expediente relativo aos diversos serviços do mercado.

Art. 67.º Na secretaria haverá duas secções:—secção administrativa e secção de informações e estatistica.

Art. 68.º À secção de informações e estatistica incumbe todos os trabalhos technicos, estatísticos e commerciaes, de propaganda e informação commercial, marca official, os quaes, pela presente organização, são conferidos ao mercado central, e todos os outros que forem julgados necessarios pelo Conselho do mercado ou pela comissão directora.

§ unico. Haverá n'esta secção uma sub-secção, especialmente affecta ao serviço do Conselho do mercado.

Art. 69.º À secção administrativa incumbe todo o serviço de contabilidade, policia interna do mercado, aquisição de mobiliario e de todos os artigos de expediente necessarios, regulamentação do serviço do pessoal, etc., etc.

§ unico. Haverá n'esta secção uma sub-secção a que incumbirá o serviço da thesouraria e contabilidade do mercado.

Art. 70.º A secretaria será dirigida pelo secretario do mercado, directa e immediatamente subordinado á comissão directora.

Art. 71.º Cada uma das secções será confiada a um chefe, que terá sob as suas ordens o numero de escripturarios julgado indispensavel á completa realisação do serviço.

Art. 72.º O pessoal menor é constituido por dois continuos e os serventes que forem necessarios.

Art. 73.º Compete ao secretario:

- 1.º Dirigir e superintender na execução dos serviços de secretaria;

2.º Assistir ás sessões do Conselho do mercado, tendo n'ellas voto deliberativo ;
 3.º Fazer as actas das sessões e preparar o expediente do Conselho e da comissão directora ;

4.º Passar as certidões sobre preços médios, e os certificados relativos á compra de trigo nacional e á quota que a cada fabricante compete no rateio do trigo exótico, e todas as demais certidões que digam respeito a actos ou decisões do Conselho do mercado.

5.º Publicar no *Diario do governo* a nota do trigo manifestado e o rateio d'esse trigo pelos fabricantes matriculados.

§ 1.º Essa nota indicará a qualidade de cada lote de trigo e os respectivos preços e pesos por hectolitro.

§ 2.º Em relação á qualidade, os trigos serão divididos nos seguintes grupos :

1.º Trigos moles : ribeiros e restantes variedades ;

2.º Trigos rijos : durazios, lobeiros, massaroquinhos e restantes variedades.

Art. 74.º O lugar de secretario será provido, mediante concurso, em individuos habilitados com o curso de agronomia.

Art. 75.º O lugar de chefe de secção de informações e estatística será provido, mediante concurso, em individuo habilitado com o curso de agronomia, e o de chefe de secção administrativa será também provido, mediante concurso, em individuo habilitado com o curso superior de commercio.

Art. 76.º Nos impedimentos do secretario exercerá as respectivas funções o chefe da secção de informações, e, na falta d'este, o chefe da secção administrativa.

§ unico. O chefe de secção que desempenhar as funções de secretario não tem voto no Conselho.

Art. 77.º Compete aos chefes de secção dirigir o serviço das respectivas secções, segundo as instrucções da comissão directora.

Art. 78.º Continúa em exercicio o actual secretario.

Art. 79.º Os logares de escripturarios serão providos por concurso em individuos habilitados.

Art. 80.º As horas do expediente da secretaria serão das 10 horas da manhã ás quatro da tarde ; podendo, porem, ser ampliado este praso, quando assim convenha ás exigencias do serviço.

Art. 81.º Em tudo o mais que, em relação a este assumpto, o presente diploma não faça menção, são applicaveis as disposições vigentes para as diversas secretarias de Estado.

Art. 82.º O lugar de thesoureiro será exercido por um pagador do quadro do Ministerio das obras publicas, commercio e industria, designado pelo Governo.

Art. 83.º Ao thesoureiro compete a arrecadação de todas as receitas e o pagamento de todas as despesas do mercado, em harmonia com as disposições dos regulamentos do mercado e da contabilidade.

CAPITULO VII

Da fiscalisação

Art. 84.º Para os effeitos da fiscalisação os serviços do mercado dividem-se em duas secções :

1.ª Secção de productos continentaes e ilhas adjacentes ;

2.ª Secção de productos coloniaes e exóticos.

§ unico. Cada uma d'estas secções poderá sub-dividir-se, em harmonia com as exigencias do serviço, em tantas sub-secções quantos os artigos negociaveis ou grupos de artigos de maior analogia commercial que possam formar-se.

Art. 85.º Haverá no mercado dois fiscaes de 1.ª classe e os de 2.ª classe que forem anualmente designados no orçamento.

Art. 86.º Aos fiscaes de 1.ª classe incumbe a fiscalisação geral das secções, tendo sob a sua immediata direcção os fiscaes das sub-secções.

Art. 87.º Os fiscaes de 1.ª classe serão considerados despachantes privativos do mercado, junto das estações aduaneiras.

Art. 88.º Aos fiscaes compete :

a) Vigiar pelo cumprimento dos regulamentos, instrucções e ordens de serviço ;
 b) Fiscalisar os actos de todo o pessoal em serviço de transacções, depósitos e armazens no mercado ;

c) Organisar, catalogar e manter em ordem o mostruario de *mercadorias-typos*, *amstras*, e productos de consumo, negociaveis no mercado ;

d) Participar á commissão directora todas as occorrencias que importem á boa ordem e rigorosa e util execução dos serviços do mercado.

§ unico. Um dos fiscaes será especialmente encarregado do serviço do boletim.

Art. 89.º Os fiscaes de 2.ª classe são nomeados pelo Governo, sob proposta do Conselho do mercado. A primeira nomeação é por dois annos, findos os quaes será confirmada ou annullada, sobre proposta do Conselho do mercado, ouvida a commissão directora.

Art. 90.º Os fiscaes de 1.ª classe serão providos em concurso de provas publicas, aberto perante o Conselho do mercado.

§ unico. A este concurso só podem ser admittidos os fiscaes de 2.ª classe. Se na occasião de se abrirem os concursos não houver fiscaes de 2.ª classe já confirmados, poderão ser admittidos individuos estranhos, mas habilitados com o curso secundario de agricultura ou de commercio.

CAPITULO VIII

Das delegações

Art. 91.º As delegações do mercado nos districtos do continente do reino serão constituidas pelo agronomo e veterinario do respectivo districto e por um agricultor proposto pela real associação central da agricultura portugueza de accordo com os syndicatos e associações agricolas dos districtos, onde os houver.

Art. 92.º Nas capitaes dos districtos das ilhas adjacentes as delegações do mercado serão constituidas pelo agronomo e veterinario respectivos, pela auctoridade aduaneira superior do districto e por quatro agricultores propostos pelo Conselho districtal de agricultura.

§ unico. Continúa com a actual constituição a delegação do Funchal. As vagas que vão tendo logar serão providas conforme as disposições d'este artigo.

Art. 93.º Nas capitaes das provincias ultramarinas serão creadas, quando se julgar conveniente, sobre proposta do Conselho do mercado, delegações d'este com a constituição que o Governo determinar por proposta do referido Conselho.

Art. 94.º Quando o Governo julgar necessario, e por proposta do Conselho do mercado, serão nomeados delegados do mesmo mercado em quaesquer terras do continente, ilhas adjacentes, colonias e nos paizes estrangeiros.

Art. 95.º A's delegações districtaes do mercado no continente do reino e ilhas adjacentes cumpre:

a) Estudar as condições de producção e do commercio no districto ;
 b) Prestar á Direcção do mercado todas as informações a respeito de producções, preços e consumo, que lhes forem pedidas ;

c) Dirigir, do mesmo modo por que o faz a commissão directora do mercado, as installações e serviços que forem sendo organisados na área da sua jurisdição ;

d) Receber e transmittir á Direcção do mercado amostras de productos a transaccionar, pedidos e reclamações, convenientemente informados, que lhes forem entregues pelas pessoas residentes no districto que pretenderem negociar ou já negociarem por via do mercado ;

e) Receber os manifestos de trigo nacional ;

f) Eleger entre os seus membros o presidente e o secretario.

Art. 96.º A's delegações das provincias ultramarinas serão definidas as suas attribuições especiaes nos decretos que as organisarem.

Art. 97.º Os delegados exercem as funcções de informadores commerciaes e mais as que lhes forem determinadas nos decretos da sua nomeação.

Art. 98.º As delegações districtaes funcionarão na séde dos serviços agricolas dos respectivos districtos, quando o desenvolvimento das operações não torne necessaria installação especial,

§ unico. As delegações deverão ter, pelo menos, um informador em cada concelho.

Art. 99.º A inspecção das delegações incumbe aos membros da comissão directora, cabendo-lhes por este serviço a ajuda de custo que por lei compete aos inspectores, durante quinze dias em cada mez.

Art. 100.º As despesas com o expediente e mais serviços das delegações serão custeadas pela dotação do mercado.

§ unico. As delegações enviarão á Direcção do mercado, até ao dia 15 de dezembro de cada anno, um orçamento das despesas do anno seguinte, para ser submettido á apreciação do Conselho do mercado.

Art. 101.º As delegações poderão, por sua iniciativa, sempre que o julgarem conveniente, propôr o que lhes pareça util a bem dos serviços do mercado.

CAPITULO IX

Da receita e despesa do mercado

Art. 102.º Constituem receita do mercado as verbas provenientes da applicação das taxas constantes da tabella annexa a este diploma.

Art. 103.º As verbas a que se refere o artigo anterior serão cobradas por meio de sellos de estampilha privativos do mercado.

Art. 104.º Cumpre aos fiscaes do mercado averiguar se os sellos são convenientemente applicados, e fazer reparar todas as irregularidades, de modo que sejam rigorosamente cobradas todas as taxas a que se refere a tabella annexa a este diploma.

Art. 105.º Todas as despesas do mercado e suas delegações serão custeadas pela dotação orçamental para este fim annualmente votada pelo Parlamento.

§ 1.º Será posta á ordem da comissão directora, para occorrer ás despesas inadivéis, a quantia de um conto de réis.

§ 2.º Esta quantia considerar-se-ha como adiantamento e deverá ser liquidada no fim de cada anno economico.

Art. 106.º Constituem emolumentos da comissão directora e do pessoal do mercado 25 por cento das receitas provenientes da applicação das taxas estabelecidas nos capitulos III, IV e V da tabella annexa a este diploma.

A distribuição dos emolumentos será feita pelo Conselho do mercado sobre proposta da comissão directora.

CAPITULO X

Do Conselho do mercado

Art. 107.º O Conselho do mercado central de productos agricolas será composto do modo seguinte:

- 1.º De dois vogaes propostos pela real associação central da agricultura portugueza;
- 2.º De dois vogaes representantes do commercio, um proposto pela camara do commercio e industria de Lisboa e outro pela associação commercial de Lisboa;
- 3.º De dois vogaes propostos pelo Conselho superior de agricultura;
- 4.º De dois vogaes, livremente nomeados pelo Governo;

§ 1.º Estes vogaes serão nomeados por decreto, pelo Ministerio das obras publicas, commercio e industria. O Governo escolherá, de entre elles, o presidente.

§ 2.º Servirá de secretario do Conselho e do mercado central, com voto, um agronomo do respectivo quadro da Direcção geral de agricultura.

§ 3.º São vogaes natos:

1.º O inspector geral dos serviços technicos aduaneiros, que será o vice-presidente do Conselho.

2.º Os tres vogaes da comissão directora.

3.º O inspector e adjunto da Inspecção technica da farinha e do pão.

§ 4.º No impedimento simultaneo do presidente e vice-presidente exercerá essas funções o presidente da comissão directora.

Art. 108.º São conservados como vogaes do Conselho os representantes da real associação central da agricultura portugueza, que actualmente ali servem, sem dependencia de nova proposta.

Art. 109.º O Conselho do mercado reunir-se-ha sempre que seja convocado pelo presidente.

§ 1.º O Conselho do mercado poderá funcçãoar estando presentes oito dos seus membros.

Art. 110.º Incumbe ao Conselho do mercado:

- 1.º Consultar o Governo sobre todos os assumptos da sua competencia ;
- 2.º Auctorisar e regular a fórma das transacções sobre mercadorias estrangeiras, a que allude o § 2.º do artigo 3.º d'este diploma ;
- 3.º Fixar os typos da mercadoria a cotar no mercado ;
- 4.º Arbitrar a caução que nos termos d'este diploma têm de prestar os funcionarios ;
- 5.º Abrir concursos para a nomeação dos funcionarios do mercado, organisando os respectivos programmas e propôndo ao Governo a nomeação dos candidatos que melhores provas tiverem prestado ;
- 6.º Consultar a commissão directora sobre os assumptos que ella entenda por conveniente ouvir-o, e, nomeadamente, sobre os regulamentos internos que ella julgue indispensavel propôr ao Governo ;
- 7.º Propôr ao Governo a nomeação de delegados ou delegações nas capitães das provincias ultramarinas e em quaesquer pontos onde haja conveniencia ;
- 8.º Propôr o orçamento annual para custeio do mercado sob proposta da commissão directora ;
- 9.º Calcular para cada anno cerealifero :
 - 1.º A producção de trigo nacional ;
 - 2.º A quantidade total de trigo precisa para semente e para consumo, devendo, quanto ao consumo, designar separadamente a parte necessaria para o fabrico de pão e para o de massas.

§ unico. Para o calculo da producção de trigo empregará como auxiliares os agentes technicos dependentes da Direcção geral da agricultura.

12.º O Conselho do mercado averiguará por meio de inquerito, logo que para esse fim receba ordem do Governo :

- 1.º Se apparece trigo á venda ;
- 2.º Qual a relação entre os preços de venda e os da tabella official ;
- 3.º Se ha trigo ou farinha sufficiente para abastecer os mercados ;
- 4.º Se a quantidade de trigo, cuja importação tenha sido auctorisada para cada anno cerealifero, não chega para as necessidades da alimentação publica durante o anno.

§ unico. Para a execução do inquerito, o Conselho do mercado, directamente e por intermédio das delegações districtaes do mesmo mercado, ouvirá os lavradores, os fabricantes de farinhas, os negociantes de cereaes e quaesquer outras pessoas que julgue necessario dever consultar para aquelle fim.

13.º Quando no mercado central tiver sido feito qualquer manifesto de trigo ou milho por productor ou detentor, declarando o manifestante que o trigo ou o milho que manifesta está armazenado em determinado local, e fôr depois averiguado pela commissão directora que ali não existem esses cereaes, o Conselho do mercado annullará desde logo o manifesto feito.

14.º O Conselho do mercado informará o Ministro ácerca das reclamações que tenham sido apresentadas pelos fabricantes de farinhas contra o modo como houverem sido feitos os rateios de trigo nacional.

15.º Organisar, para os effeitos da fixação do direito de importação sobre o trigo exotico, um serviço de informação a fim de obter diariamente os preços dos trigos molares nos mercados de Nova-York, Buenos-Ayres e Odessa, tendo em vista os respectivos pesos por hectolitros, e bem assim calcular a totalidade das despesas que sobrecarregam o trigo, desde a carga n'esses mercados até á descarga em Lisboa.

§ 1.º A designação d'estes mercados poderá ser alterada pelo Governo mediante proposta do Conselho do mercado.

Art 111.º Propôr ao Governo quaesquer alterações no regulamento para o commercio dos trigos e dos productos da sua farinação e panificação, de 26 de julho de 1899, e quaesquer outras medidas que a pratica aconselhar ou que a commissão directora ponderar como urgentes no seu relatorio annual.

Art. 112.º Comprar, distribuir e vender o trigo, milho ou farinha cuja importação seja feita por conta do Estado; e fiscalisar rigorosamente o modo como os proponentes preferidos cumprem as condições a que se tenham obrigado em concurso aberto perante o Conselho do mercado nos termos seguintes:

1.º Limitar a quantidade de cereal em grão ou de farinha, a fim de não prejudicar a proxima futura colheita;

2.º Garantir a venda nos mercados pelos preços normaes;

3.º Menor redução possível no direito do trigo ou de milho, ou o menor direito de importação em kilogramma de farinha.

4.º Serão condições de preferencia a melhor qualidade dos productos e o menor encargo para o Estado.

§ 1.º As propostas serão feitas para quantidades nunca superiores á decima parte da quantidade que se pretender adquirir.

§ 2.º Em igualdade de circumstancias serão preferidas as propostas que offerecerem menores quantidades.

Art. 113.º Organisar os cadernos de encargos para fornecimento do Estado, logo que as Repartições competentes assim o solicitem.

§ unico. Sempre que o Governo o julgue conveniente serão estes fornecimentos feitos mediante concurso aberto perante o Conselho do mercado e por elle regulado.

Art. 114.º Mandar abrir concurso para o fornecimento de adubos, correctivos e quaesquer outros productos empregados no tratamento das plantas aos syndicatos agricolas, sempre que estes o requererem.

Art. 115.º Dada uma vacatura em qualquer das classes de funcionarios a que se refere o artigo 10.º, que não possa ser preenchida por pessoal idoneo addido ao Ministério das obras publicas, conforme o preceituado no artigo 140.º d'este regulamento, o Conselho do mercado organizará o programma especial do concurso, marcando o praso, as habilitações que devem ter os concorrentes, as provas que têm a dar, e todas as mais condições necessarias para regular aquelle acto.

Art. 116.º Pelo Conselho do mercado será mandado levantar auto de contravenção aos fabricantes de farinhas e manifestantes de trigo que não cumprirem o preceituado nos artigos 6.º e 7.º do decreto de 1 de setembro de 1899.

Art. 117.º Quando uma fabrica mude de possuidor por qualquer circumstancia, e o novo proprietario requeira para ser inscripto na matricula em substituição do anterior, o Conselho do mercado informará o Ministro ácerca da pretensão, depois de verificados os documentos comprovativos da transferencia da propriedade e de chamados por éditos quaesquer interessados que se julguem com direito a impugnar a inscripção requerida.

Art. 118.º Quando, feito um rateio, não houver accordo, entre o manifestante de trigo e o fabricante de farinhas, ácerca da identidade do lote de trigo entregue e da respectiva amostra, haverá recurso para o Conselho do mercado, que decidirá depois de ouvir tres peritos, um nomeado por cada interessado e o terceiro pelo Conselho do mercado.

Art. 119.º O Conselho do mercado tem de informar a Direcção geral de agricultura ácerca das contravenções dos fabricantes de farinhas, a que se refere o artigo 39.º do regulamento de 26 de julho de 1899.

Art. 120.º Aos fabricantes de farinhas, que não cumprirem o preceituado no artigo 2.º, § 1.º do artigo 3.º e no § unico do artigo 13.º do regulamento de 26 de julho de 1899, será instaurado processo para se verificar a contravenção. Pertence ao Conselho do mercado a resolução sobre estas contravenções com recurso para o respectivo Ministro.

CAPITULO XI

Das penalidades

Art. 121.º Ao pessoal do mercado são applicaveis as seguintes penalidades:

1.ª Reprehensão verbal ou registada;

2.ª Suspensão;

3.ª Demissão.

§ unico. Estas penalidades são applicaveis sem prejuizo d'aquellas em que o pessoal incorrer nos termos da lei commum.

Art. 122.º A primeira das penalidades a que se refere o artigo anterior e a suspensão até um mez serão applicadas pela commissão directora; a suspensão por mais de um mez e a demissão serão applicadas pelo Governo sob proposta da commissão directora.

Art. 123.º As transgressões d'este regulamento serão julgadas pelo Conselho do mercado por proposta da commissão directora, e, confirmada esta, serão remettidos os respectivos autos á auctoridade competente.

§ unico. Durante o julgamento ou dada a condemnação, será prohibido ao transgressor entrar no mercado ou transaccionar n'elle directamente ou por interposta pessoa.

CAPITULO XII

Marca official

Art. 124.º A marca official, para os vinhos nacionaes, destinados a exportação, apposta pelo mercado central de productos agricolas, attestará que o producto é vinho e procede de Portugal.

Art. 125.º A marca official será apposta pelo modo que fôr determinado nas instruções, e o certificado respectivo terá o numero de ordem com que fôr registado no mercado central.

Art. 126.º As requisições para a apposição da marca official deverão ser apresentadas á Direcção do mercado central de productos agricolas, dez dias, pelo menos, antes do embarque dos vinhos.

Art. 127.º Os vinhos para que se requisite a marca official deverão ser depositados em armazens especiaes de exportação, que posteriormente fõrem indicados, pela Direcção do mesmo mercado.

§ 1.º Dos vinhos guardados n'estas condições serão extrahidas duas amostras,—uma para ser immediatamente analysada, e a outra para ficar em deposito para o caso de qualquer contestação.

§ 2.º Será entregue ao exportador um certificado, e outro enviado ao respectivo consul, quando o vinho fôr exportado para mercado estrangeiro, ou ao director da alfandega, quando o vinho seja destinado ás nossas possessões ultramarinas.

Art. 128.º A marca official poderá ser concedida a qualquer outro producto negociavel no mercado, nas condições que forem determinadas nos regulamentos especiaes, sob proposta do Conselho do mercado, ouvidos os Conselhos superiores de agricultura e de commercio e industria.

CAPITULO XIII

Disposições geraes

Art. 129.º Não será permittido depositar ou expôr á venda no mercado central generos avariados ou adulterados.

§ unico. Quando o encarregado dos armazens encontrar qualquer alteração, participal-o-ha immediatamente á Direcção do mercado, a qual mandará proceder á analyse, sendo necessaria. Se se provar a adulteração, a Direcção do mercado fará as devidas participações ás instancias competentes.

Art. 130.º Os productos expostos nas condições do artigo anterior, e aquelles que excederem em deposito os prazos marcados no regulamento, deverão ser retirados dentro de um mez, para o que será avisado o dono.

§ unico. Se a mercadoria que tenha excedido os prazos de deposito não fôr retirada no prazo indicado, a Direcção do mercado mandal-a-ha vender em leilão, e do producto da venda deduzirá as despesas que forem devidas, ficando o remanescente á ordem do dono da mercadoria.

Art. 131.º Os productores ou negociantes, que quizerem remetter os seus productos ou amostras ao mercado central, deverão fazel-o com todas as despesas pagas até ao caes mais proximo do mercado, ficando á mercadoria responsavel pelo transporte até aos armazens do mercado.

Art. 132.º A propaganda commercial no estrangeiro será feita pelos consules e por delegados especiaes do mercado quando se tornar necessario, e no paiz pelo mercado e suas delegações.

§ unico. Os serviços que, pelo decreto de 2 de junho de 1899, têm por fim discriminar nos mercados externos os verdadeiros vinhos portuguezes das imitações que com elles concorrem, ficam a cargo da commissão directora do mercado central.

Art. 133.º Aos consules e delegados cabe auxiliar o mercado central em todos os seus trabalhos de propaganda commercial e informação.

Art. 134.º Sob proposta da Direcção do mercado e ouvidos os consules poderá o Governo ordenar a criação de collecções de amostras em diferentes praças estrangeiras.

Art. 135.º A Direcção do mercado poderá estabelecer, quando o julgar conveniente, agencia para venda de productos portuguezes nas nossas colonias e nos mercados estrangeiros mais importantes.

Art. 136.º No mercado central haverá registos em que serão escriptos os principaes productores dos generos de que se occupa este regulamento, quer o sejam pela qualidade dos seus generos, quer pela quantidade que d'elles colhem, e inscriptas as casas do commercio respectivas, existentes em Portugal.

Art. 137.º Instrucções especiaes regularão o commercio de cada um dos productos sobre que póde transaccionar-se no mercado.

Art. 138.º Para os casos omissos n'este diploma, a commissão directora procederá, ouvido o Conselho do mercado, consultadas as estancias superiores, quando haja mister.

Art. 139.º O Governo, sob proposta do Conselho do mercado, poderá decretar quaesquer modificações ás disposições d'este diploma, que forem aconselhadas pela experiencia.

CAPITULO XIV

Disposições transitorias

Art. 140.º As primeiras nomeações para as vagas que se dérem, em virtude das disposições d'este diploma, serão feitas pelo Governo, sob proposta da commissão directora, recahindo estas nomeações em pessoal já ao serviço do mercado ou em pessoal idoneo addido ao Ministerio das obras publicas ou da fazenda.

Art. 141.º Os empregados actualmente servindo no mercado central, que não puderem, nos termos d'este diploma, continuar prestando ali serviço, ficarão addidos ao Ministerio das obras publicas com a mesma categoria e vencimentos.

Art. 142.º O fiscal que desempenhava as funções de vice-secretario ficará encarregado da sub-secção especialmente affecta ao Conselho do mercado.

Art. 143.º Enquanto não houver os armazens a que se refere o artigo 127.º, a marca official será apposta nas vasilhas depositadas em armazens particulares ou nas estações dos caminhos de ferro, segundo as instrucções que forem dadas pela commissão directora do mercado.

Paço, em 21 de junho de 1900. — *Elvino José de Sousa e Brito.*

TABELLA

CAPITULO I

Serviços do contencioso

ARTIGO 1.º

Pela sentença, resolução ou despacho definitivo em processo de valor:

Até 100\$000 reis	\$300
De 100\$000 a 500\$000 réis	\$500
De 500\$000 a 1:000\$000 réis	\$700
De 1:000\$000 réis para cima	1\$000
Pelo despacho que receber ou denegar algum recurso, sendo fundamentado	\$100

ARTIGO 2.º

Pela assistencia a qualquer acto, exame ou inquirição de testemunhas	\$300
Pela assignatura de mandados, editaes e annuncios, e pelo visto em annuncios ou avisos	\$100
Pelo juramento de testemunhas, cada uma	\$060

Pela autoação de processo	\$060
Pelos autos de exame ou inquirição de testemunhas	\$350
Pela intimação, incluindo certidão e contra fé:	
No recinto do mercado	\$100
Fóra do recinto do mercado	\$500

ARTIGO 3.º

Por mandados, editaes, annuncios e avisos, cada um	\$080
Por termos ordinarios de conclusões, <i>vistos</i> , juntadas e similhantes	\$030
Por termos de qualquer outra natureza	\$150

ARTIGO 4.º

Pela rasa, por cada lauda com vinte e cinco linhas e cada linha com trinta letras	\$060
Em certidões narrativas e em certidões por copia, sendo esta em lingua estrangeira	\$120
Pela busca de processos findos ha mais de um anno, quando a parte não indica o mez	\$400
Em outros casos	\$200

ARTIGO 5.º

Pela imposição de sellos, cada um	\$010
-----------------------------------------	-------

ARTIGO 6.º

Pela contagem dos emolumentos e custas nos processos e certidões:	
De uma a quatro addições	\$050
De cada uma que exceder a quatro	\$005
Pela somma geral	\$040

CAPITULO II

Serviços de secretaria

ARTIGO 7.º

Serviços referentes ao commercio de trigos:

Certidões.....	Certidões das quotas no rateio do trigo exotico	Custo da certidão--3\$000 réis.
		Rasa (cada lauda com 25 linhas e cada linha com 30 letras)--1\$000 réis.
	Certidões das quotas no rateio do trigo indigena	Custo da certidão 3\$000 réis.
		Rasa (cada lauda com 25 linhas e cada linha com 30 letras)--1\$000 réis.

ARTIGO 8.º

Guias passadas ao comprador e vendedor do trigo indigena, entrado, por cada uma 20 réis.

ARTIGO 9.º

Certidões de preços médios para pagamento de fóros, rendas e pensões (a):

Custo da certidão--300 réis.
Rasa (lauda de 25 linhas com 30 letras)--60 réis.

ARTIGO 10.º

Certidões diversas (a):
Custo da certidão--300 réis.
Rasa--60 réis.

N. B. -- O emolumento de rasa é pessoal.

CAPITULO III

Marca official

ARTIGO 11.º

Pelo impresso da requisição	\$010
Pela assistencia e tiragem das amostras	2\$000

(a) Sendo em lingua estrangeira pagará o dôbro das respectivas taxas.

ARTIGO 12.º

Pela analyse.	1\$000
Pelo certificado.	\$500

ARTIGO 13.º

Pela aferição da marca :

Por cada barril de 10.º	\$020
Por cada barril de 5.º	\$040
Ou seja por cada pipa de 450 litros	\$200

ARTIGO 14.º

Ao fiscal que assistir á tiragem das amostras e á aferição da marca compete metade das respectivas quantias cobradas.

ARTIGO 15.º

O minimo das quantias a cobrar pela aferição da marca será o referente a 5 pipas e o maximo a 100 pipas.

CAPITULO IV

Corretagem e serviço dos armazens

ARTIGO 16.º

Os corretores receberão a corretagem de 1 por cento do valor das transacções effectuadas, sendo 1/2 por cento pago pelo vendedor e 1/2 por cento pelo comprador.

ARTIGO 17.º

A armazenagem devida pelas mercadorias que dêrem entrada no mercado será paga á saída dos armazens, quer se tenha effectuado, ou não, transacção, conforme as seguintes taxas :

Armazenagem a coberto :

Mercadorias em caixas, barris, pipas, saccoes ou fardos de facil arrumação,—150 réis por tonelada em cada mez.

Mercadorias a granel,—50 réis por metro quadrado de superficie occupada, comprehendido os caninhos de serviço.

Armazenagem a descoberto :

Metade das taxas marcadas para a armazenagem a coberto.

ARTIGO 18.º

A importancia minima de armazenagem a cobrar é a referente a um mez, excepto para as mercadorias que estacionarem no mercado menos de 15 dias, as quaes serão isentas de armazenagem.

§ unico. Em relação ao peso e ao volume, as taxas minimas a cobrar são as referentes a 100 kilogrammas ou ao hectolitro, deduzidas das taxas applicaveis por tonelada ou por metro cubico.

ARTIGO 19.º

As mercadorias que dêrem entrada no mercado, em regimen de armazem geral, pagam as taxas marcadas no artigo 17.º, durante o primeiro mez, e mais 5 por cento d'aquellas taxas nos mezes seguintes.

ARTIGO 20.º

As despesas de trafego igualmente pagas á saída dos armazens, effectuada, ou não, transacção, são reguladas pelas seguintes taxas :

250 réis por tonelada para as mercadorias em caixas, barris, pipas, saccoes, ou fardos de facil arrumação.

100 réis por metro cubico para as mercadorias a granel.

ARTIGO 21.º

As taxas minimas de trafego a cobrar são as referentes a 100 kilogrammas ou ao hectolitro, deduzidas das taxas applicaveis por tonelada ou metro cubico.

ARTIGO 22.º

O trafego comprehende as seguintes operações: descarga á entrada nos armazens, arrumação, pesagem, medição ou contagem, extracção de amostras, desarrumação, repesagem e carga á saída dos armazens.

As beneficiações e quaesquer outros tratamentos, quando executados por pessoal do mercado, pagarão o que se estipular em contracto especial.

ARTIGO 23.º

No fim do primeiro anno a contar da publicação d'este diploma, a commissão directora do mercado organizará as tarifas de armazenagem e trafego especiaes para cada genero negociavel no mesmo mercado.

ARTIGO 24.º

Os vencimentos dos funcionarios de que trata este decreto são os designados no orçamento geral do Estado

§ unico. Aos fiscaes de 1.ª classe, além dos vencimentos que competem aos de 2.ª, será abonada a gratificação annual de 120\$000 réis.

CAPITULO V

Serviço de armazens geraes

ARTIGO 25.º

Além das taxas a que se refere o artigo 19.º d'esta tabella, as mercadorias, que dêrem entrada nos armazens do mercado em regimen de armazém geral, serão passivas de mais as seguintes taxas:

50 réis pelo registo de entrada;

20 réis pelo recibo de deposito;

170 réis pelo título de deposito (conhecimento de deposito e cautela de penhor ou *récipissé-warrant*);

150 réis pelo registo de endosso do conhecimento de deposito ou da cautela de penhor;

350 réis pela extracção de amostras authenticadas das mercadorias sobre que se tenha emitido título de deposito;

20 réis pela guia de saída.

ARTIGO 26.º

Por promover o seguro das mercadorias depositadas, o qual será obrigatorio, cobrará o mercado 10 por cento da importancia do seguro.

ARTIGO 27.º

Todos os documentos passados pelo mercado, que devam ser sellados, pagarão sómente 50 por cento das taxas respectivas marcadas na lei do sello. A importancia dos sellos será sempre paga pelos interessados.

Paço, em 21 de junho de 1900. — *Elvino José de Sousa e Brito.*

Tendo-me sido presente o regulamento por que devem reger-se a Junta administrativa do caminho de ferro de Benguella, bem como a commissão executiva da mesma Junta, creadas pela carta de lei de 17 de agosto de 1899: hei por bem approvar o mencionado regulamento que consta de dezoito artigos e baixa assignado pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de junho de 1900. — REI. — *Antonio Eduardo Villaça.*

Junta administrativa do caminho de ferro de Benguella

Regulamento da Junta e da commissão executiva

CAPITULO I

Organisação da Junta e da commissão executiva

Artigo 1.º A Junta administrativa do caminho de ferro de Benguella é composta de onze membros, a saber:

a) Um empregado superior do Ministerio da marinha e ultramar, que tenha dirigido serviços de obras publicas, nomeado pelo Governo;

b) Dois engenheiros, nomeados pelo Governo, devendo um d'elles, pelo menos, ter pratica de construcção e administração de caminhos de ferro;

c) Um juriconsulto, nomeado pelo Governo;

d) Dois delegados do commercio da metropole;

e) Dois delegados da industria da metropole;

f) Dois delegados do commercio e da agricultura da provincia de Angola;

g) Um delegado dos Bancos nacionaes.

§ unico. Cada um dos delegados tem o seu substituto.

Art. 2.º A Junta escolherá de entre os seus membros o presidente, o vice-presidente e o secretario.

Art. 3.º O vogal delegado da Junta, quando por motivo justificado não puder comparecer ás sessões, é obrigado a avisar o seu respectivo substituto para tomar o seu lugar; se o impedimento fôr demorado, deverá prevenir o presidente da Junta para que, até novo aviso declarando a cessação d'esse impedimento, sejam os convites para as reuniões dirigidos directamente ao seu substituto.

§ 1.º Quando qualquer vogal delegado não comparecer durante seis sessões seguidas ás reuniões da Junta, e a ellas não comparecer o seu substituto, nem houver prevenido do seu impedimento o presidente da Junta, considerar-se-ha vago o respectivo lugar, dando-se conhecimento ao Governo para que, de accordo com as disposições do decreto de 9 de novembro de 1899, promova a sua substituição.

§ 2.º Quando algum dos vogaes de nomeação do Governo deixar de comparecer a egual numero de sessões, sem motivo justificado, será dado d'este facto conhecimento ao Governo para que providencie como julgar mais conveniente quanto á sua substituição.

Art. 4.º Vagando qualquer lugar de vogal, será o preenchimento da vagatura feito nos termos do decreto de 9 de novembro de 1899.

Art. 5.º A Junta funcionará quando estiver reunida a maioria dos seus vogaes effectivos ou dos que os substituirem.

§ 1.º Das sessões da Junta lavrar-se-hão actas, que serão assignadas pelo presidente e por dois dos vogaes.

§ 2.º Das actas da Junta serão enviadas copias ao Governo.

Art. 6.º Como delegação da Junta haverá uma commissão executiva, composta de cinco membros, nomeados pelo Governo de entre os vogaes d'ella, devendo entrar na sua constituição um dos engenheiros e o juriconsulto, e sendo presidente d'ella o funcionario a que se refere a alinea a) do artigo 1.º

§ unico. O Governo fixará a gratificação que devam perceber os membros da commissão executiva.

CAPITULO II

Attribuições da Junta

Art. 7.º A Junta terá as seguintes attribuições:

a) Gerir o fundo especial a que se refere o § 1.º do artigo 1.º da lei de 17 de agosto de 1899, devendo submeter á approvação do Governo o melhor systema de deposito e collocação das differentes receitas que constituem o mesmo fundo e da sua successiva applicação, bem como quaesquer operações financeiras que entenda dever realizar.

b) Propôr ao Governo a organização dos serviços necessarios para a administração, estudo, construcção e exploração do caminho de ferro, dos ramaes ou estradas que dêem serventia á linha principal e demais obras, e bem assim a organização dos quadros do pessoal administrativo, technico e auxiliar e seus vencimentos.

c) Submeter á approvação do Governo:

1.º Os projectos das secções de construcção, horarios definitivos e tarifas;

2.º Quaesquer projectos que lhe pareçam convenientes para o melhor aproveitamento e valorisação dos terrenos marginaes da linha ferrea;

3.º Os planos de colonisação dos terrenos servidos pelo caminho de ferro e respectivos orçamentos, nos termos da legislação applicavel;

d) Propôr a diminuição ou suspensão dos impostos especiaes a que se referem as alíneas a) e b) da base 1.ª da lei de 17 de agosto de 1899, quando houver excesso de receita durante a construcção do caminho de ferro.

c) Formular e submeter á approvação do Governo os regulamentos necessários para a execução da mencionada lei.

Art. 8.º A Junta poderá delegar na comissão executiva as attribuições mencionadas no artigo 7.º, não podendo, porém, ser submittidos ao Governo sem a sua approvação:

1.º Os regulamentos que se refiram á gerencia financeira, segundo a alínea a) do artigo 7.º; os regulamentos da organização dos serviços technicos, e bem assim quaesquer alterações ao presente regulamento;

2.º Os projectos das secções de construcção, de tarifas definitivas e, em geral, os de quaesquer obras ou despesas superiores a 10:000\$000 reis;

3.º Os planos de colonisação;

4.º As propostas para a diminuição ou suspensão dos impostos especiaes a que se referem as alíneas a) e b) da base 1.ª da lei de 17 de agosto de 1899.

Art. 9.º A Junta é obrigada a prestar annualmente contas da sua gerencia ao tribunal de contas.

CAPITULO III

Da comissão executiva

Art. 10.º Além das attribuições que especialmente lhe fôrem delegadas pela Junta, ou que constarem dos differentes regulamentos approvados pelo Governo, compete á comissão executiva:

1.º Organisar e dirigir os diversos ramos de serviço conforme os regulamentos em vigor;

2.º Preparar e informar processos e regulamentos;

3.º Propôr ao Governo a nomeação e demissão dos engenheiros, chefes da contabilidade e outros empregados superiores;

4.º Nomear e demittir os demais empregados;

5.º Aplicar as penas disciplinares de reprehensão e suspensão;

6.º Arrecadar e applicar as receitas;

7.º Auctorisar as despesas não superiores a 10:000\$000 réis, conforme o disposto no n.º 2.º do artigo 8.º

8.º Corresponder se com as differentes Repartições e auctoridades, devendo a sua correspondencia, tanto postal como telegraphica, ser considerada de serviço publico.

Art. 11.º O presidente da comissão executiva representa esta nas relações com o Governo e na correspondencia com quaesquer Repartições, bem como com os delegados technicos ou outros da Junta em Africa.

§ unico. Na ausencia ou impedimento do presidente, a comissão executiva escolherá o vogal que a deve representar para os alludidos effeitos.

Art. 12.º A comissão terá sessões ordinarias semanacs e as extraordinarias que as necessidades do serviço requererem.

§ unico. O presidente e vogaes deverão comparecer diariamente na secretaria para o regular desempenho das funcções que lhes incumbem.

Art. 13.º O presidente da comissão executiva e os vogaes jurisconsulto e engenheiro não poderão accumular os serviços d'esta comissão com outros logares cujas funcções possam prejudicar o desempenho regular d'aquelles serviços.

Art. 14.º A comissão executiva distribuirá entre os seus vogaes os differentes serviços, não podendo, porém, ser tomada nenhuma resolução que importe para ella responsabilidade, senão em reunião da mesma comissão.

Art. 15.º O quadro dos empregados da secretaria da comissão executiva será fixado, com approvação do Governo, quando a organização dos diversos serviços em Africa permittir melhor avaliar a importancia e extensão dos serviços a cargo da mesma secretaria.

Provisoriamente será constituído por:

1 Empregado encarregado do serviço de contabilidade;

1 Empregado encarregado do serviço de expediente;

2 Amanuenses;

1 Servente;

Art. 16.º Haverá em Benguella um engenheiro director, subordinado á comissão executiva, representando-a em todos os actos e superintendendo em todos os serviços technicos, administrativos e financeiros.

§ unico. As suas attribuições serão definidas em regulamento especial.

Art. 17.º Todo o pessoal que servir ás suas ordens será por elle requisitado, á proporção das necessidades e desenvolvimento dos trabalhos.

CAPITULO IV

Do fundo especial

Art. 18.º O fundo especial a que se refere o § 1.º do artigo 1.º da lei de 17 de agosto de 1899 será constituido pelas seguintes receitas:

a) Sobretaxa de 6 por cento *ad valorem* na exportação da borracha pelas alfandegas dos districtos de Benguella e de Mossamedes e delegação aduaneira de Novo Redondo, ficando sujeita a igual tributação a borracha despachada em transito n'estas alfandegas para qualquer porto da provincia;

b) Sobretaxa de 3 por cento *ad valorem* na exportação da borracha pelo porto de Loanda, quer em transito para os portos da provincia, quer com destino a quaesquer outros portos;

c) Productos do imposto sobre o alcool e aguardente, produzidos ou importados nos districtos de Loanda, Benguella, Mossamedes e Lunda, liquido de despesas de fiscalisação e cobrança, e deduzida a parte d'esta receita que houver de ter applicação especial nos termos da correspondente legislação;

d) Productos liquido do imposto de 10 réis por kilogramma de algodão em rama ou caroço, consumido pelas fabricas do reino ou das ilhas adjacentes, deduzida a parte d'esta receita que houver de ter applicação especial, nos termos da legislação respectiva;

e) Excesso de rendimento das alfandegas do districto de Benguella sobre a média calculada pelos rendimentos cobrados pela alfandega da capital d'aquelle districto nos annos civis de 1894 a 1898, excluidas para este effeito as receitas que forem cobradas em virtude dos impostos a que se referem as alíneas a) e c);

f) Rendimento liquido da parte do caminho de ferro que fôr explorada, enquanto durar a construcção;

g) Productos da venda, arrendamento ou aforamento, nos termos da legislação applicavel, dos terrenos marginaes á linha ferrea, em uma zona de 2 kilometros para cada lado da mesma linha.

§ 1.º As receitas enumeradas nas alíneas a) b) e c) serão arrecadadas nos cofres da fazenda da provincia de Angola e escripturadas na conta especial de caminho de ferro de Benguella, com discriminação das respectivas proveniencias.

§ 2.º As receitas referidas nas alíneas a) e b), serão postas á ordem da commissão executiva nos cofres districtaes até ao dia 20 do mez seguinte áquelle em que forem cobradas, dando-se conta á mesma commissão, por intermédio do seu delegado em Benguella, do apuramento respectivo.

§ 3.º As cobranças das receitas a que se referem as alíneas c) d) e g) serão reguladas em diplomas especiaes.

§ 4.º Far-se-ha mensalmente a liquidação provisoria do rendimento, a que se refere a alínea e), bem como a entrega do respectivo saldo, se o houver, devendo a liquidação definitiva fazer-se no fim de cada anno economico.

Para os effeitos do disposto n'este paragrapho, a média do rendimento das alfandegas do districto de Benguella é computada, nos termos da mesma alínea e), em 30:000/000 réis mensaes.

§ 5.º Quando o rendimento bruto da parte do caminho de ferro já construida não fôr sufficiente para occorrer ás despesas de exploração, será a differença satisfeita pelo fundo especial.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 23 de junho de 1900.—
Antonio Eduardo Villaça.

Estabelecendo a carta de lei de 17 de agosto do anno findo o regimen da tributação do alcool e aguardente produzidos nos districtos de Loanda, Benguella, Mossamedes e Lunda, e sendo outrosim fixado um adicional ás taxas estabelecidas no decreto de 25 de abril de 1895 para a importação dos ditos artigos;

Considerando que, em virtude do Acto geral da Conferencia de Bruxellas, de 8 de junho de 1899, relativo á revisão do regimen dos espirituosos em Africa, o Governo está obrigado a cobrar os direitos de entrada e de consumo dos alludidos artigos, na conformidade das disposições da convenção que resultou da dita Conferencia;

Considerando que, pelo artigo 2.º da carta de lei de 17 de agosto de 1899, o imposto sobre a produção pôde ser liquidado por avença ou por manifesto, devendo ser pago em prestações trimestraes, adiantadas, de accordo, tanto quanto possível, com os processos e regulamentos actualmente estabelecidos;

Considerando que a escolha do melhor systema a adoptar de harmonia com os preceitos da mencionada lei e bem assim as disposições regulamentares a estabelecer, quer no caso da avença, quer no caso de manifesto, melhor podem ser determinadas pelo Governo geral da provincia de Angola, desde que se estabeleçam os principios essenciaes que devem ser observados; evitando-se tambem por este modo demorar a cobrança de uma importante receita, especialmente destinada á realisação de um melhoramento de tão grande alcance como é a construcção do caminho de ferro de Benguella;

Considerando que, para o caso de ser preferido o systema de avença, foi offerecido ao Governo, por grande numero dos principaes agricultores da provincia de Angola, garantida por cinco annos, por uma avença geral, a receita de 300:000\$000 réis em cada um dos tres primeiros annos e de 325:000\$000 réis em cada um dos annos seguintes, mas que, na occasião em que esta base da avença geral foi offerecida não se realisára ainda a convenção relativa á revisão do regimen dos espirituosos em Africa, celebrada em consequencia da alludida Conferencia de Bruxellas;

Ha Sua Magestade El-Rei por bem, pelo Ministerio dos negocios da marinha e ultramar, incumbir o Governador geral da provincia de Angola de formular os regulamentos para a cobrança e fiscalisação do imposto do alcool e aguardente produzidos nos districtos de Loanda, Mossamedes, Benguella e Lunda, tendo em attenção as seguintes bases:

1.ª O alcool e aguardente produzidos nos districtos de Loanda, Benguella, Mossamedes e Lunda, da provincia de Angola, ficam sujeitos a um imposto de 126 réis por litro fabricado, com força alcoolica não superior a 50º centesimaes, sendo este imposto augmentado com 5 réis por cada grau a mais de força alcoolica além de 50º.

2.ª O alcool e aguardente importados pelas alfandegas dos districtos de Loanda, Benguella e Mossamedes, ficam sujeitos ao imposto adicional fixado no artigo 6.º da carta de lei de 17 de agosto de 1899, modificado de accordo com as resoluções do Acto geral da Conferencia de Bruxellas, de 8 de junho de 1899.

3.ª Sendo adoptado para a cobrança do imposto de produção, a que se refere a base 1.ª, o systema de avença, poderá ser permittido aos contribuintes constituirem um gremio que se responsabilise para com o Estado pela cobrança total do imposto, desde que para esse fim se apresente ao Governo da provincia requerimento assignado por um grupo de productores que representem, pelo menos, tres quartas partes do total da produção de alcool e aguardente nos districtos de Loanda, Mossamedes, Benguella e Lunda;

4.ª Os productores que não quizerem inscrever-se no gremio não estarão adstrictos a outra responsabilidade que não seja a do pagamento do imposto que lhes pertença;

5.ª Se se realizar a constituição do gremio na conformidade da base 3.ª, a sua organização e regulamento dos respectivos serviços ficarão dependentes da approvação do Governo geral da provincia; devendo para a constituição do gremio ser condições indeclinaveis:

a) Assegurar o gremio ao Estado, por pagamentos adiantados aos trimestres, a receita de, pelo menos, 450:000\$000 réis, em cada um dos primeiros tres annos, e a de 500:000\$000 réis, em cada um dos dois annos subsequentes, devendo encontrar-se nas quantias que o gremio houver a pagar a parte da importancia dos direitos arrecadados nas alfandegas dos districtos de Loanda, Mossamedes e Benguella, por importação de alcool e aguardente, que corresponder ao adicional de que trata a base 2.ª; e ficando as despesas de fiscalisação d'este imposto a cargo do mesmo gremio;

b) Obrigar-se cada um dos agremiados, por declaração escripta, ao pagamento ao Estado da quota parte que lhe caiba na avença, quando cesse o gremio antes de findo o praso de cinco annos;

c) Poder o Governo dissolver o gremio, quando deixar de effectuar qualquer dos pagamentos a que é obrigado, subsistindo n'esse caso a obrigação individual a que se refere a alinea b);

d) Poder o Governo, findos os primeiros quatro annos de avença e com antecédencia não menor de oito mezes, notificar que o gremio cessará ao findar o periodo de cinco annos;

e) Proceder se, antes de findo o periodo de cinco annos, e quando o Governo entenda conveniente continuar com o systema de avença geral, á revisão das condições da mesma avença, sendo o gremio obrigado, durante o referido periodo, a fornecer successivamente as informações e esclarecimentos que lhe forem reclamados, e que habilitem a verificar o augmento da producção e consumo do alcool e aguardente;

f) Considerar-se prorogado o contracto de avença geral, findo o primeiro quinquennio, até que o Governo da metropole tenha deliberado o systema definitivo de cobrança a adoptar;

6.^a Nenhuma disposição restringirá por qualquer forma o livre exercicio da industria do alcool e da aguardente, quer para os actuaes productores, quer para os que de futuro quizerem exercel-a;

7.^a Os regulamentos formulados pelo Governador geral de Angola, de accordo com estas bases, poderão entrar provisoriamente em vigor logo que hajam sido publicados no boletim da provincia de Angola, ficando, porém, a sua approvação definitiva dependente do Governo da metropole.

-Paço, em 23 de junho de 1900.—*Antonio Eduardo Villaça.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, de 10 de agosto ultimo, que acompanhou duas notas do Governador do districto de Lourenço Marques, nas quaes este magistrado expôz as duvidas que se lhe suscitaram sobre a validade dos casamentos e baptisados de pessoas de religiões toleradas, legalisação dos livros de registo e fórmula de certificar aquelles actos, e o determinaram a sustar qualquer resolução sobre o pedido que lhe dirigiu o chefe da missão suissa para que a administração do concelho lhe fizesse as rubricas e visitas nos livros especiaes do registo de nascimentos, casamentos e obitos dos individuos da sua religião, conforme o disposto no artigo 31.^o do decreto de 9 de setembro de 1863, incumbe-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de communicar-lhe que o conselheiro Procurador geral da corôa e fazenda, ouvido sobre o assumpto, emittiu o seguinte parecer com o qual o mesmo ex.^{mo} Ministro se conformou por seu despacho de 9 do corrente mez: «Pelo decreto com força de lei, de 9 de setembro de 1863, foi regulado o registo parochial dos baptismos, casamentos, obitos, reconhecimentos e legitimações que tivessem logar nas provincias ultramarinas. No capitulo ix d'esse decreto foi regulado o registo dos nascimentos, casamentos e obitos nas mesmas provincias com relação aos cultos tolerados. Determinou-se ahi, que taes registos serão lançados pelos respectivos ministros em livros rubricados pelo administrador do concelho ou chefe do districto, presidio ou praça. — Esta disposição é applicavel tanto aos estrangeiros residentes n'aquellas provincias, como aos subditos portuguezes de religiões, cujos cultos ahi são tolerados e que ahi celebrem qualquer d'aquelles actos, como bem se pondera nos pareceres da Procuradoria da corôa junto á Relação de Moçambique, não sendo licito distinguir aonde a lei não distingue. — O artigo 1:065.^o do codigo civil, indicado pelo governador de Lourenço Marques, não tem applicação, porque regula a hypothese do casamento de portuguezes celebrado em paiz estrangeiro, e a hypothese da consulta é a do casamento de portuguezes em territorio portuguez. — A interpretação das palavras *respectivos ministros*, que se lêem no artigo 31.^o, é manifestamente erronea. Nem ha nas provincias ultramarinas ministros ou agentes diplomaticos de potencias estrangeiras, mas somente agentes consulares; nem, quando os houvesse, a lei lhes poderia impôr o encargo de fazerem o registo dos nascimentos, casamentos e obitos. Os *respectivos ministros* são os ministros das religiões, cujos cultos são tolerados. — Considero, pois, sem fundamento a duvida do Governador de Lourenço Marques, sendo meu parecer que elle deve auctorisar o administrador do concelho a rubricar os livros de registo dos

cultos tolerados, sendo lançados n'esses livros os nascimentos, casamentos e obitos que tenham tido lugar, para assim ficarem legalizados, e os que de futuro se lhe seguirem. — Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 25 de junho de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador geral da provincia de Moçambique. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Sendo conveniente proceder ao exame das condições e circumstancias em que se encontram a industria e o commercio do alcool nas provincias ultramarinas, designadamente na provincia de Angola, onde mais directa e extensamente tem de influir o regimen que vae ser estabelecido em algumas das possessões da Africa portugueza por virtude do Acto geral da Conferencia de Bruxellas, de 8 de junho de 1899;

Considerando que, para proteger efficazmente a industria do alcool na provincia de Angola, d'onde derivará valiosa fonte de receita por lei consignada á realisação de importantes melhoramentos, preciso se torna fixar os limites do imposto do fabrico, das taxas de importação e ainda com relação a estas os de beneficio pautal ao alcool de procedencia nacional, o que é facultativo ao Governo portuguez desde que se não desça do minimo n'aquella Conferencia fixado;

Considerando que, devendo ter execução no dia 8 de julho proximo as resoluções do Acto geral de Bruxellas, se torna indispensavel consideral-as conjunctamente com a lei pautal de 16 de abril de 1892, com o decreto de 25 de abril de 1895 e com a lei de 17 de agosto de 1899, o que é das exclusivas attribuições do Governo, depois de ouvir as Estações competentes;

Considerando que a portaria de 23 de junho corrente, pela qual Sua Magestade El-Rei houve por bem incumbir o Governador geral da provincia de Angola de formular os regulamentos do imposto do alcool e aguardente produzidos nos districtos de Loanda, Mossamedes, Benguella e Lunda, contém apenas as bases para o caso do referido imposto ser cobrado por avença;

Considerando que a carta de lei de 17 de agosto do anno findo estabeleceu que a cobrança poderia ter lugar por avença ou por manifesto, não contendo a mencionada portaria base, nem indicação, para o caso d'esta ultima maneira de cobrar o imposto;

Considerando, finalmente, que a base 7.^a da referida portaria, pela qual é dada ao Governador geral de Angola a faculdade de pôr em vigor, embora provisoriamente, os regulamentos cuja confecção a mesma portaria lhe incumbia, restringe as attribuições do Governo, podendo crear direitos, pela constituição do gremio de que trata a base 3.^a, incompatíveis com o melhor e mais productivo regimen para a tributação do alcool na provincia de Angola;

Ha por bem Sua Magestade El-Rei, pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar, mandar suspender, até ulterior resolução, a referida portaria de 23 de junho corrente.

Paço, em 26 de junho de 1900. — *Antonio Teixeira de Sousa*.

(CIRCULAR) — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Sua ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar manda recomendar por este officio circular aos governadores das provincias ultramarinas a conveniencia de pedirem aos consules estrangeiros, com jurisdicção n'essas provincias, que chamem a attenção dos commandantes dos navios de guerra e mercantes dos seus paizes para o disposto na segunda parte do n.º 3 do artigo 11.º da Convenção principal dos correios assignada em Washington em 1897.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 26 de junho de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de S. Thomé e Príncipe. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

Tendo sido communicado, pela Conselho governativo da provincia de Macau, ter tomado posse do governo da mesma provincia, ficando composto do bispo da diocese, do juiz de direito, do official mais graduado e do secretario geral interino:

Considerando que o secretario geral interino, não sendo de nomeação régia, não tem voto no Conselho do Governo, como expressamente dispõe o § 1.º do artigo 26.º do decreto de 1 de dezembro de 1869, e que, se não tem voto no Conselho do Governo, muito menos o póde ter no conselho governativo, cujas funcções são de muito mais responsabilidade, e que é uma delegação d'aquelle;

Considerando que assim se tem entendido e ha exemplo de se ter confirmado por decreto um secretario geral interino para poder funcionar no Conselho governativo;

Considerando que, apesar de, no caso presente, nada haver a providenciar, por já ter chegado a Macau o secretario geral effectivo, convém lembrar a observancia d'essa doutrina para se evitar a repetição de tal irregularidade:

Manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que se faça suscitár essa lembrança aos Governadores das provincias ultramarinas, para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 27 de junho. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

JULHO

Sua Magestade El-Rei ha por bem, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, dispensar da inspecção da Junta de saude do ultramar, estabelecida pela régia portaria de 15 de fevereiro ultimo, os Governadores das provincias ultramarinas; o que, pela sobredita secretaria, se communica ao conselheiro Director geral do ultramar para os devidos effectos.

Paço, em 3 de julho de 1900. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

Tendo o Ministerio da marinha e ultramar requisitado um corpo de tropas composto de uma companhia de infantaria, uma bateria de artilheria e as correspondentes secções dos serviços de saude e administração militar, a fim de ser posto á disposição do mesmo Ministerio para embarcar brevemente para a provincia de Macau: hei por bem decretar o seguinte:

1.º Que um corpo de tropas composto de uma companhia de infantaria, uma bateria de artilheria e as correspondentes secções dos serviços de saude e administração militar, requisitado pelo Ministerio da marinha e ultramar em data de 27 de junho findo, seja posto á disposição do mesmo Ministerio, para, com a brevidade possivel, embarcar com destino á referida provincia.

2.º Que os effectivos das forças sejam os que constam do mappa junto.

3.º Que aos officiaes e praças de pret que constituem as forças acima designadas sejam concedidas as vantagens consignadas nas instrucções annexas ao decreto de 12 de março do corrente anno.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da guerra e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 5 de julho de 1900. — REI. — *Luiz Augusto Pimentel Pinto* — *Antonio Teixeira de Sousa.*

Mapa da força expedicionaria

Designações	Major	Ajudante	Tenentes medicos	Alferees do corpo de administração militar	Capitães	Tenentes	Alferees	Correio	Primeiros sargentos	Segundos sargentos	Primeiros cabos serventes	Primeiros cabos conductores	Primeiros cabos enfermeiros	Primeiros cabos	Soldados serventes	Soldados conductores	Soldados	Clarins ou corneteiros	Aprendiz de clarim	Ferradorea	Aprendiz de ferrador	Total
Uma bateria do regimento de artilheria n.º 2.....	-	-	-	-	1	2	2	-	1	6	6	6	-	-	48	36	-	2	1	2	1	114
Uma companhia do regimento de caçadores n.º 3.....	1	1	-	-	1	1	2	1	1	6	-	-	-	12	-	-	227	4	-	-	-	257
Serviço de saúde.....	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Serviço de administração militar.....	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	5
Somma....	1	1	2	1	2	3	4	1	2	14	6	6	3	13	48	36	229	6	1	2	1	382

Processo de recurso n.º 170, de 1900, em que é recorrente a fazenda nacional e recorrido Millers & Corys Cape Verde Islands, Limited. Relator, ex.^{mo} dr. Francisco Antonio Ochôa.

Sendo-me presente a consulta n.º 170/1899 da Junta consultiva do ultramar, em tribunal contencioso, sobre o recurso interposto pelo Ministerio publico na comarca de Sotavento, de Cabo Verde, e recorrida a firma Millers & Corys Cape Verde Islands, Limited, da mesma ilha;

Mostra-se que a firma recorrida reclamou, perante a Junta de lançamento da contribuição industrial do concelho da ilha de S. Vicente de Cabo Verde, contra o rendimento collectavel que a Junta lhe tinha fixado no anno de 1898 na quantia de 10:598\$824 réis, correspondente á sua importação de carvão, n'esse anno, de 145:903 toneladas, em proporção com a sua importação e rendimento, fixado no anno anterior, de 128:278 toneladas e 9:310\$580 réis de rendimento, e que, não obtendo provimento, recorreu para o Conselho de provincia, que lh'o concedeu por seu accordão de 8 de junho de 1899, publicado no *Boletim* da mesma provincia, e que se acha a fl. 24 d'este processo, pelos seguintes fundamentos, allegados pela firma recorrida:

1.º Porque a determinação do rendimento collectavel sobre a base unica da importação d'aquelle mineral é fallivel e inaceitavel, visto que nem sempre a um augmento de importação correspondeu um augmento de lucro;

2.º Porque no referido anno de 1898 o preço do carvão se elevára muito com a grêve dos mineiros de Cardiff, tendo de o ir procurar a outros mercados por maior preço e com maiores fretes;

Mostra-se que, por estes fundamentos, fixou o Conselho o rendimento collectavel da firma recorrida em 9:310\$580 réis, para o referido anno de 1898, como tinha sido fixado no anno anterior;

Mostra-se que d'este accordão recorreu para a Junta consultiva do ultramar o Ministerio publico na comarca de Sotavento, nos termos do § unico do artigo 11.º do decreto de 24 de dezembro de 1892, do artigo 10.º do codigo do processo civil e do artigo 2.º do decreto de 27 de dezembro de 1898, e allega:

1.º Que a firma recorrida teve no anno de 1898 um augmento de importação de carvão sobre o anno anterior de 17:625 toneladas, e que a esse augmento corresponde ou deve corresponder um augmento de lucros;

2.º Que assim um augmento de importação é a unica base acceitavel para se fixar o rendimento collectavel na falta de outro elemento de calculo ;

3.º Que, se essa base não é verdadeira, competia á firma recorrida mostrar a sua falsidade com documentos extrahidos dos seus livros, que provassem não ter sido esse o seu lucro, o que não fez ;

4.º Que em identico recurso da casa Wilson & Sons, Limited, o Conselho de provincia adoptára essa base ;

5.º Que a grêve de Cardiff não causára prejuizo á recorrida, porque, se comprára o carvão mais caro, tambem mais caro o vendêra ;

6.º Finalmente, que são grandes os lucros da firma recorrida e outras casas carvoeiras d'aquella ilha, não tendo nunca a contribuição correspondido a esses lucros ;

Mostra-se que, ouvido o Ministerio publico perante a Junta consultiva, opinou pela procedencia do recurso e que se revogasse o accordão recorrido ;

Considerando que a competencia do Ministerio publico para interpôr o presente recurso é firmada nas leis que cita ;

Considerando que, posto seja fallivel, dadas certas circumstancias, a base do augmento de importação que a Junta do lançamento adoptou para fixar o rendimento collectavel da recorrida no anno de 1898, comparado com a importação do anno anterior, é certo que, em regra, essa base é segura, porque um augmento de importação suppõe augmento de lucros e, conjunctamente, de rendimento collectavel ;

Considerando que, na falta de prova em contrario, e de outros elementos de calculo para determinar com maior exactidão esse rendimento, forçoso é acceitar o augmento de importação, o unico acceitavel, aquelle que satisfaz a justiça relativa entre as differentes casas do mesmo genero de commercio na ilha de S. Vicente e o que menos se presta ao arbitrio e á falsidade ;

Considerando que, esta mesma base foi já adoptada em annos anteriores e acceita, sem protesto, pela firma recorrida e outras firmas de egual commercio ;

Considerando que, foi ainda essa mesma base a que o Conselho de provincia tomou para, contradictoriamente, decidir identico recurso da casa Wilson & Sons, Limited, como se mostra a fl. . . . ;

Considerando que a firma recorrida importou no anno de 1898, 17:625 toneladas de carvão a mais do que no anno anterior, como tambem se mostra a fl. . . , não podendo por isso o seu rendimento collectavel ser o mesmo do anno antecedente ;

Considerando que, a grêve de Cardiff não causou prejuizo á firma recorrida, porque, se comprou mais caro o carvão, tambem mais caro o vendeu, elevando o preço da tonelada de 21 e 22 shillings a 30 e 32, como egualmente se mostra a fl. . . , e contra tal prejuizo protesta o seu augmento de importação :

Hei por bem, conformando-me com a consulta da Junta consultiva do ultramar, em tribunal contencioso, revogar o accordão recorrido do Conselho de provincia de 8 de junho de 1899, e mandar que o rendimento collectavel da firma recorrida, no anno de 1898, seja fixado em 10:598\$824 réis, conforme a decisão da Junta de lançamento.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. — Paço, em 5 de julho de 1900. — REI — *Antonio Teixeira de Sousa*.

Processo de recurso n.º 171, de 1900, em que é recorrente a fazenda nacional e recorrido Wilson, Sons & C.^a, Limited. Relator o ex.^{mo} sr. dr. Francisco Antonio Ochôa.

Sendo-me presente a consulta n.º 171/1899 da Junta consultiva do ultramar, sobre o recurso interposto pelo representante da fazenda nacional, na comarca de Sotavento, de Cabo Verde, contra a firma commercial Wilson, Sons & C.^a Limited, da ilha de S. Vicente, da mesma provincia, mostra-se :

Que a Junta do lançamento da contribuição industrial d'aquella ilha, com o fim de restabelecer no anno de 1898 o lançamento da contribuição industrial á firma carvoeira recorrida e outras de egual genero de negocio na mesma ilha, sobre uma base certa, segura e de justiça absoluta e relativa, o que até então não tinha acontecido, adoptou n'aquelle anno, para base do calculo do rendimento collectavel, a importação de carvão

de cada firma, tomando a principal, a firma Millers, para base dos seus calculos; e assim, tendo esta firma importado n'aquelle anno 145:903 toneladas de carvão, e o seu rendimento collectavel, feita a proporção com a importação e rendimento do anno anterior, sendo de 10:589,824 réis, feita a mesma proporção relativamente á firma recorrida Wilson, Sons & C.^a Limited, que importou no mesmo anno 83:236 toneladas, fixou-lhe o rendimento collectavel em 6:012,607 réis, rendimento superior ao do anno anterior, que foi fixado em 4:000,000 réis;

Que contra este augmento de rendimento collectavel reclamou, perante a Junta, a firma recorrida, allegando que o rendimento fixado era excessivo e baseado em bases falsas e calculos incertos e arbitrarios, tanto mais que se dava a circumstancia de ter soffrido prejuizo no anno de 1898 com a grêve de mineiros de Cardiff;

Que a Junta do lançamento não attendeu a reclamação e sustentou a sua doutrina e a sua decisão;

Que d'esta renuncia a firma recorreu para o Conselho de provincia, que, por seu accordão de 8 de junho de 1899, a fl. 12, lhe deu, em parte, provimento, mandando fazer o calculo do rendimento collectavel sobre a *diferença de toneladas de carvão importado em 1898, tomando-se para base o rendimento collectavel do anno antecedente*;

Que os fundamentos d'este julgado são: «... que os recorrentes (a firma agora recorrida) tem augmentado sensivelmente o movimento do seu estabelecimento, como o comprova o augmento successivo da importação de carvão;

«que são os segundos na ordem de importancia commercial do genero da sua industria, e, portanto, se o seu movimento commercial tem progressivamente augmentado, justo é que progressivamente lhe seja augmentado também o rendimento collectavel, a fim de se poder ir equiparando ao da primeira casa carvoeira;»

Que d'este accordão recorreu para esta Junta o delegado da comarca de Sotavento, como representante da fazenda publica, e allega que, mandando-se tomar para base do calculo do rendimento collectavel d'esta firma a sua importação no anno de 1898, mas com referencia ao rendimento do anno anterior, não só não havia justiça relativa com as outras firmas, para as quaes se tomára outra base, mas havia prejuizo para a fazenda;

O que tudo visto e devidamente ponderado;

Considerando que a competencia do recorrente está legalmente firmada pelo decreto de 24 de dezembro de 1892, artigo 11.º, § unico, código do processo civil, artigo 10.º e decreto de 27 de dezembro de 1898, artigo 2.º;

Considerando que, em presença da desigualdade na fixação do rendimento collectavel ás diferentes firmas carvoeiras da ilha de S. Vicente no anno anterior a 1898, com relação ao seu respectivo movimento commercial, representado pela sua importação, e na falta de outros elementos de calculos que melhor exprimam a verdade, a importação e a exportação de carvão, que a Junta do lançamento tomou para base dos seus calculos do rendimento collectavel á firma recorrida e ás demais firmas carvoeiras, é a unica base acceitavel, a unica que satisfaz á justiça relativa e a que menos se presta a abusos e arbitrariedades;

Considerando que a grêve de Cardiff não prejudicou a firma recorrida, porque, se teve que comprar mais caro o carvão, também mais caro o vendeu, como fizeram as demais firmas, passando de 21 e 22 shillings a 30 e 32, como se mostra d'este e de outros processos identicos;

Considerando que a mesma base é acceita pelo accordão recorrido, contrariamente ao que se julgou n'outros accordãos, mas em desharmonia com a conclusão final do julgado:

Hei por bem, conformando-me com a opinião da Junta consultiva do ultramar, revogar o accordão recorrido, e mando que se cumpra o accordão da Junta do lançamento.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 5 de julho de 1900.—REI.—Antonio Teixeira de Sousa.

Processo de recurso n.º 172, de 1900, em que é recorrente a fazenda nacional, e recorrida a companhia de S. Vicente de Cabo Verde. Relator, o ex.^{mo} dr. Francisco Antonio Ochôa.

Sendo-me presente a consulta n.º 172/1899 da Junta consultiva do ultramar sobre o recurso interposto pelo delegado na comarca de Sotavento, de Cabo Verde, contra a companhia de S. Vicente de Cabo Verde, negociante de carvão;

Mostra-se que a Junta do lançamento da contribuição industrial de S. Vicente de Cabo Verde, querendo estabelecer uma justa proporção no rendimento collectável entre as diferentes casas carvoeiras da mesma ilha no anno de 1898, tomou para base dos seus calculos a importação e exportação de cada uma n'esse anno, e como ponto de partida a importação da casa principal, «Millers & Corys Cape Verde Islands Limited», que foi de 145:903 toneladas, correspondendo-lhe um rendimento collectavel de réis 10:589,824, comparado com a sua importação e rendimento no anno anterior;

Mostra-se que, feita a devida proporção, e tendo a companhia de S. Vicente de Cabo Verde n'esse anno uma importação de 66:276 toneladas, lhe fixou o rendimento em réis 4:810,395, com o qual a companhia não concordou e recorreu para o Conselho de provincia, que a attendeu por seu accordão de 8 de junho de 1899;

Mostra-se que d'este accordão recorreu para a Junta consultiva do ultramar o delegado na comarca de Sotavento, como representante da fazenda nacional, pelos fundamentos da sua minuta, e são:

a) Que a base adoptada pela Junta do lançamento sobre a importação das diferentes casas carvoeiras é a unica accetavel e a que melhor se presta a uma justa proporção na determinação do rendimento collectavel, na falta de melhores e mais seguros elementos de calculo que as mesmas casas não fornecem;

b) Que por se não ter procedido assim, nos annos anteriores, resultára que a companhia recorrida, tendo maior importação, fôra menos collectada do que a casa Wilson, no anno de 1897;

c) Que o dividendo da mesma companhia no anno de 1898 fôra superior ao rendimento collectavel que a Junta lhe fixára;

d) Que prosperou o estado financeiro da recorrida como o das demais casas com igual negocio, auferindo avultados interesses que nunca foram devidamente collectados;

e) Que a grêve de Cardiff não prejudicou a companhia recorrida, como não prejudicára as demais casas, porque venderam o carvão por muito mais dinheiro do que vendiam antes da grêve;

Mostra-se que a Junta consultiva, em tribunal contencioso, deu provimento ao recurso e revogou o accordão recorrido, mantendo a decisão da Junta do lançamento, por seu accordão de 31 de maio ultimo; e

Considerando que o Ministerio publico é competente para interpôr, como representante da fazenda, o presente recurso, em vista do disposto no decreto de 24 de dezembro de 1892, artigo 11.º, § unico, codigo do processo civil, artigo 10.º, e decreto de 27 de dezembro de 1898, artigo 2.º e outros;

Considerando que, em presença da desigualdade na fixação do rendimento collectavel á companhia recorrida e outras de igual genero de commercio na ilha de S. Vicente, nos annos anteriores a 1898, com relação ao seu respectivo movimento commercial, representado pela sua importação, a unica base accetavel para fixar esse rendimento n'uma justa proporção, que se não preste a arbitrariedade e abuso, é aquella que a Junta do lançamento adoptou sobre a importação de cada firma, e feita a devida proporção nas suas respectivas importações;

Considerando que a mesma base tomou o Conselho de provincia com relação á casa Wilson Sons & C.ª no mesmo anno de 1898, reconhecendo assim a justiça do principio adoptado pela Junta do lançamento;

Considerando que a grêve de Cardiff não prejudicou a companhia recorrida, como não prejudicou as demais companhias, porque, se compraram mais caro o carvão, tambem mais caro o venderam, como se mostra a fl. . . ;

Considerando que, se a situação commercial da companhia recorrida é inferior ás outras firmas por ser mais moderna, cumpria-lhe mostrar, o que não fez, que os seus lucros não correspondiam ao seu movimento;

Considerando que o dividendo da mesma companhia, no anno de 1898, foi superior ao rendimento collectavel que a Junta do lançamento lhe fixou, como se mostra a fl. . . ;

Considerando que, se a recorrida foi mais collectada n'aquelle anno do que a casa Wilson, importando menos, tambem no anno anterior se deu o contrario, em que esta casa importou menos e pagou o dobro, o que é uma razão bem concludente para se adoptar definitivamente uma base que não dê taes resultados:

Hei por bem, conformando-me com a opinião da Junta consultiva do ultramar, revogar o accordão recorrido, e mando que á companhia de S. Vicente de Cabo Verde seja fixado o rendimento collectavel no anno de 1898 que a Junta de lançamento lhe lançou.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 5 de julho de 1900. = REI. = *Antonio Teixeira de Sousa.*

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

CAPITULO I

Da receita publica

Artigo 1.º As contribuições, impostos directos e indirectos, e os demais rendimentos e recursos do Estado, constantes do mappa n.º 1, que faz parte da presente lei, avalia dos na quantia de 52.188:124\$660 réis, sendo 51.038:124\$660 réis de receitas ordinarias e 1.150.000\$000 réis de receitas extraordinarias, continuarão a ser cobrados no exercicio de 1900-1901, em conformidade com as disposições que regulam, ou vierem a regular a respectiva arrecadação, e o seu producto será applicado ás despesas auctorisadas por lei.

§ 1.º Da somma comprehendida n'este artigo applicará o Governo, em 1900-1901, para compensar o pagamento da dotação do clero parochial das ilhas adjacentes, em 30 de junho de 1901, o saldo disponivel, se o houver, dos rendimentos, incluindo os juros de inscrições, vencidos e vincendos, dos conventos de religiosas supprimidos depois da lei de 4 de abril de 1861.

§ 2.º A contribuição predial do anno civil de 1900, emquanto não estiver em execução a lei de 29 de julho de 1899, continúa fixada e distribuida pelos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes, nos termos do que preceituam os §§ 1.º e 3.º do art. 7.º da carta de lei de 17 de maio de 1880. A contribuição predial especial e respectivos addicionaes do concelho de Lisboa continuará a pertencer ao thesouro e a ser arrecadada nos termos do art. 1.º do decreto de 13 de setembro de 1895.

§ 3.º O adicional ás contribuições predial, de renda de casas e sumptuaria do anno civil de 1900, para compensar as despesas com os extinctos tribunaes administrativos, viação districtal e serviços agricolas dos mesmos districtos, é fixado na mesma quota, respectivamente lançada em cada districto, em relação ao anno civil de 1892.

§ 4.º Continuam prorogadas até 30 de junho de 1901 as disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º e do § 2.º do art. 13.º da carta de lei de 26 de fevereiro de 1892.

a) Fica, porém, sub-entendido que esta ultima disposição não é applicavel aos funcionarios que na data da publicação da mesma lei já tivessem completado o tempo de serviço effectivo que, pela legislação anterior, lhes dava direito ao augmento de vencimento, nem ao augmento estipulado no § 1.º do art. 22.º do decreto de 30 de dezembro de 1892 e relativo aos escripturarios de fazenda existentes.

b) A restituição do producto a mais do imposto de rendimento, determinada pelo art. 7.º da citada lei de 26 de fevereiro de 1892, applicar-se-ha sómente aos titulos de divida publica interna adquiridos anteriormente á data da referida lei.

c) No que respeita especialmente ás congruas ecclesiasticas, se o rendimento proveniente dos juros dos titulos de divida publica, adquiridos antes d'aquella data por virtude de desamortisação dos passaes de parochos, sommado aos demais rendimentos da parochia ou beneficio, exceder 400\$000 réis por anno, e se, além d'isso, o rendimento liquido total ficar inferior a este limite em consequencia da applicação áquelles titulos do augmento de imposto de rendimento, estabelecido na lei de 26 de fevereiro de 1892, restituir-se-ha do producto d'esse augmento de imposto quanto baste para elevar o referido rendimento liquido a 400\$000 réis.

§ 5.º Continuarão tambem a ser cobradas pelo Estado no anno economico de 1900-1901 as percentagens sobre as contribuições, que votavam as juntas geraes dos districtos, para o seu producto ter a applicação determinada no art. 10.º do decreto com força de lei de 6 de agosto do 1892 e em harmonia com a presente lei.

Art. 2.º São declaradas de execução permanente as disposições do art. 2.º e seus paragraphos da carta de lei de 25 de junho de 1898, relativas ao imposto adicional extraordinario de 5 por cento sobre todas as cobranças que se realisarem nos termos da mesma lei.

§ unico. E' tambem declarada de execução permanente a disposição do § unico do art. 2.º da lei de receita e despesa do Estado de 26 de julho de 1899.

Art. 3.º Continuarão igualmente a cobrar-se no exercicio de 1900-1901 os rendimentos do Estado que não tenham sido arrecadados até 30 de junho de 1900, qualquer que seja o exercicio a que pertencerem, applicando-se do mesmo modo o seu producto ás despesas publicas auctorisadas por lei.

Art. 4.º A conversão da divida consolidada interna em pensões vitalicias, nos termos da carta de lei de 30 de junho de 1887, quando pelo cabimento, segundo a presente lei, se possa verificar, continuará a ser regulada no anno economico de 1900-1901 pelo preço actual.

§ unico. Enquanto vigorarem as disposições da lei de 26 de fevereiro de 1892, o imposto de rendimento que recaê sobre estas pensões e sobre as dos donatarios vitalicios é de 10 por cento.

Art. 5.º Continuam em vigor, no exercicio de 1900-1901, as disposições do § 10.º do art. 1.º da lei de 23 de junho de 1888, relativamente ao, assucar produzido no continente do reino e ilhas dos Açores.

§ unico. Para o districto do Funchal vigorará o disposto no decreto de 30 de dezembro de 1895, segundo os respectivos regulamentos.

Art. 6.º O Governo é auctorisado a levantar, por meio de letras e escriptos do thesoiro, caucionados, se fôr mister, por titulos de divida fundada interna, cuja criação tambem fica auctorisada, as sommas necessarias para a representação, dentro do exercicio de 1900-1901, de parte dos rendimentos publicos relativos ao mesmo exercicio, e bem assim a occorrer pela mesma fórma ás despesas extraordinarias a satisfazer no dito exercicio de 1900-1901, incluindo no maximo da divida a contrahir, nos termos d'esta parte da auctorisação, o producto liquido de quaesquer titulos, amortisaveis ou não, excepto obrigações dos tabacos, que o thesoiro emitir usando de auctorisações legaes.

§ 1.º Os escriptos e letras do thesoiro, novamente emittidos como representação da receita, não podem exceder, nos termos d'este artigo, a 3.500:000\$000 réis, somma, que ficará amortisada dentro do exercicio.

§ 2.º E o Governo tambem auctorisado a crear os titulos de divida fundada interna, necessarios para completar as cauções, que fôrem devidas ao Banco de Portugal, nos termos dos respectivos contractos, e bem assim os que fôrem necessarios para garantir bilhetes do thesoiro em representação da receita.

§ 3.º É prorogado até 30 de junho de 1901 o praso da conversão, de que trata o artigo 24.º do decreto de 30 de dezembro de 1892, considerando-se definitivamente prescriptos e extinctos os creditos contra o Estado, a que se refere a presente disposição, se não fôrem reclamados até ao referido dia 30 de junho de 1901.

§ 4.º Os titulos de divida fundada, que o Governo está auctorisado a emitir para os fins de que trata o artigo 3.º da lei de 25 de junho de 1898, poderão ser tambem de divida interna e nas condições fixadas no mesmo artigo, *excepto na ultima parte, referente á consignação das receitas alfandegarias.*

CAPÍTULO II

Da despesa publica

Art. 7.º São fixadas as despesas ordinarias e extraordinarias do Estado na metropole, no exercicio de 1900-1901, na quantia de 54.924:745\$015 réis, sendo 52.741:916\$326 réis ordinarias e 2.182:828\$689 réis extraordinarias, conforme os mappas n.ºs 2 e 3, que fazem parte d'esta lei.

Art. 8.º O preenchimento das vacaturas em todos os serviços publicos poderá ser feito seguidamente á data, em que se dêrem as mesmas vacaturas, attendendo-se, porém, ás restricções e excepções constantes dos paragraphos seguintes.

§ 1.º Os promovidos a postos ou logares immediatos conservarão, comtudo, os soldos, ordenados, gratificações, vencimentos de categoria ou de exercicio correspondentes ao posto ou logar anterior, até o fim do respectivo trimestre do anno civil, em harmonia com o disposto no artigo 50.º da lei de 30 de junho de 1893.

§ 2.º Os providos em primeira nomeação nunca poderão ser abonados dos respectivos vencimentos antes do fim do trimestre, em que se tiverem dado as vacaturas, attendendo-se, comtudo, ás expressas excepções do dito artigo 50.º da referida lei de 30 de junho de 1893, que, quando tenham logar, serão sempre mencionadas no diploma da nomeação ou provimento.

§ 3.º As disposições do artigo 3.º do decreto de 22 de fevereiro de 1894 são applicaveis a todos os providos ou nomeados, militares ou civis, que tenham direito a ser inscriptos socios do monte-pio official.

Art. 9.º As despesas extraordinarias do movimento de tropas, que não seja determinado por exclusiva conveniencia do serviço militar, serão pagas no anno economico de 1900-1901 de conta dos Ministerios, que reclamarem esse movimento de tropas, por meio de creditos especiaes, abertos nos termos d'esta lei e que serão descriptos separadamente nas contas do Ministerio da guerra.

Art. 10.º Continúa no anno economico de 1900-1901 a ser fixado em 200 réis diarios o preço da ração a dinheiro, a que têm direito os officiaes e mais praças da armada, nas situações determinadas pela legislação vigente.

§ unico. O abono de rações far-se-ha nos termos do decreto de 1 de fevereiro de 1895.

Art. 11.º As disposições do artigo 54.º do decreto de 29 de dezembro de 1864 são applicaveis aos lentes de instrucção superior dependentes do ministerio do reino, os quaes, quando accumularem as respectivas funções com quaesquer empregos remunerados, vencerão a gratificação annual de 450\$000 réis, em logar do ordenado correspondente.

§ unico. Esta disposição é declarada de execução permanente.

Art. 12.º As quotas por compensação de emolumentos aduaneiros, nos termos do artigo 58.º do decreto n.º 3, de 27 de setembro de 1894, não pôdem no anno economico de 1900-1901, como no anno anterior, exceder a quantia de 260:000\$000 réis.

Art. 13.º Nenhuma reforma de praça da guarda fiscal se effectuará no anno economico de 1900-1901 sem completa inhabilidade para o serviço, verificada perante a Junta de saude militar do hospital central de Lisboa, ou dos hospitaes divisionarios, reunidos ou regimentaes, nas mesmas condições estabelecidas para as outras praças do exercito, sob proposta dos facultativos da guarda fiscal ou dos directores de clinica dos hospitaes militares, em cujas enfermarias as praças, propostas para licença ou incapacidade, estejam em tratamento.

§ unico. Continúa o Governo auctorisado a decretar novas tabellas de incapacidade das praças da guarda fiscal, estabelecendo a aptidão para serviço moderado, compativel com determinados ramos da fiscalisação.

Art. 14.º Continúa suspenso no anno economico de 1900-1901 o subsidio á caixa de reformas, visto não estar ainda em execução o decreto com força de lei que a creou.

Art. 15.º Continuum em vigor no exercicio de 1900-1901 as disposições dos artigos 7.º a 11.º, 15.º a 21.º e seus respectivos paragraphos da carta de lei de 3 de setembro de 1897, com excepção do n.º 5.º do artigo 7.º

§ 1.º As receitas e despesas dos caminhos de ferro do Estado, das imprensas nacional e da Universidade de Coimbra e do caminho de ferro de Benguella, são excluidas da disposição geral do artigo 9.º da dita lei de 3 de setembro de 1897, e serão escripturadas em harmonia com as prescripções da lei de 14 de julho e regulamento de 2 de novembro de 1899, do decreto de 9 de dezembro de 1897 e da lei de 17 de agosto de 1899, que, respectivamente, reorganisaram os serviços administrativos e economicos dos ditos caminhos de ferro e dos dois mencionados estabelecimentos.

§ 2.º É tambem alterada, no exercicio do anno economico de 1900-1901, a disposição do artigo 18.º da mencionada carta de lei de 3 de setembro de 1897, na parte relativa aos creditos especiaes para a cadeia penitenciaria central de Lisboa, os quaes poderão ser abertos pela differença a maior das receitas provenientes dos productos vendidos pela mesma Penitenciaria, sobre a importancia de 33:148\$540 réis, em que, no dito exercicio são computadas as despesas das officinas do referido estabelecimento.

§ 3.º O Governo abrirá tambem, com as solemnidades marcadas n'esta lei, um credito especial a escripturar nas contas do exercicio de 1899-1900 do ministerio da justiça

da quantia de 42:815\$553 réis, para pagamento de fornecimentos feitos á referida Penitenciaria central de Lisboa, isto além dos da mesma natureza auctorisados para o referido exercicio pelo artigo 15.º da lei de 26 de julho de 1899.

CAPITULO III

Disposições diversas

Art. 16.º Continuum em vigor no exercicio de 1900 1901, como se aqui fôsem transcriptas, as disposições dos artigos 25.º a 30.º e seus paragraphos da carta de lei de 3 de setembro de 1897, com excepção do § unico do n.º 4.º do artigo 25.º

§ 1.º Continúa igualmente em vigor, até 31 de dezembro de 1900, a disposição do n.º 6.º do artigo 32.º da citada lei de 3 de setembro de 1897, mas tão sómente em relação aos serviços aduaneiros e respectivos quadros, e aos serviços do lançamento da contribuição de registo e da cobrança coerciva e actos correlativos, não podendo em caso algum serem augmentados os encargos, quer do thesouro, quer do contribuinte.

§ 2.º É concedido aos parochos o praso de cento e vinte dias, a contar da vigencia d'esta lei, para:

1.º Requererem o direito da aposentação;

2.º Para os que se achem incursos na penalidade imposta pelo § 4.º do artigo 7.º do decreto de 14 de outubro de 1886 requererem de novo o direito á aposentação, pagando, porém, em doze prestações todas as quotas, que deverem.

Art. 17.º É o Governo auctorisado:

1.º A reformar ouvida a Junta do credito publico, o regulamento approved por decreto de 2 de outubro de 1896, tendo, porém, em vista:

a) Facilitar o pagamento dos juros da divida externa em Portugal e realisar, sempre dentro de cada semestre, o pagamento do juro respectivo, em relação á divida interna, não podendo, porém, a antecipação ser superior a quinze dias;

b) Pagar por adiantamento, a quem o requerer, dentro de cada semestre, o juro d'este, mediante desconto;

c) Estabelecer um fundo de amortisação constituído pelos titulos de divida externa, ou interna, comprados com o producto dos descontos, de que trata a disposição anterior b), e o saldo dos juros contados a favor da Junta nas contas correntes d'ella com quaesquer agencias ou casas bancarias;

d) Não alterar os vencimentos actuaes ou futuros dos empregados da secretaria da Junta, nem augmentar o numero dos mesmos empregados, excepto o dos amanuenses, que poderá ser elevado de quatro, no maximo, se o serviço assim o exigir.

2.º A incorporar no principal dos respectivos impostos, taxas e rendimentos:

a) A importancia dos addicionaes, de que trata o artigo 1.º d'esta lei nos seus §§ 3.º e 5.º;

b) O adicional de que tratam o artigo 2.º e seu § d'esta lei;

c) Os addicionaes, ainda existentes, estabelecidos pelas leis de 27 de abril de 1882 e 30 de julho de 1890, modificado este ultimo pela lei de 26 de fevereiro de 1892.

§ 1.º Não é comprehendida na disposição c) d'este numero a parte do adicional creado pela lei de 30 de julho de 1890, que foi modificada pelo artigo 2.º da lei de 26 de fevereiro de 1892, em relação ás contribuições sumptuaria, industrial, predial e de renda de casas, porque n'essa parte continuará a ser cobrado o referido adicional nos termos da dita lei de 26 de fevereiro de 1892.

§ 2.º Sobre as importancias correspondentes aos addicionaes, de que tratam as alineas a), b) e c) d'este numero, não poderão incidir as percentagens que as camaras municipaes estão auctorisadas a lançar sobre os respectivos impostos principaes, devendo o Governo, por instrucções regulamentares, adoptar as necessarias providencias para a execução d'este serviço.

2.º A reorganisar os quadros e serviços da secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça e das secretarias, tanto das Relações de Lisboa, Porto e Açores, como das Procuradorias régias junto das mesmas Relações, em ordem a obter a possível simplicidade e regularidade do funcionamento dos mesmos serviços e sem augmento da despesa auctorisada no orçamento actual para o Ministerio respectivo;

3.º A reorganisar as corporações consultivas dependentes do Ministerio da marinha e ultramar, sem novos encargos para o orçamento do Estado.

4.º A unificar os vencimentos dos amanuenses das secretarias d'estado, e a harmonisar a proporcionalidade entre os vencimentos de categoria e de exercicio dos funcionarios das mesmas secretarias, por fórma que não seja augmentado o vencimento total de cada um, tendo em vista, para ambos os casos, as habilitações exigidas, natureza dos serviços e mais circumstancias attendiveis.

5.º A applicar as bases da ultima reforma do Instituto industrial e commercial de Lisboa ao Instituto industrial e commercial do Porto, tambem sem augmento de despesa.

6.º A transferir, com as formalidades do estylo, das sobras do art. 30.º a quantia de 1:103\$595 réis e do art. 32.º a quantia de 957\$000 réis para o art. 43.º da tabella da distribuição da despesa do Ministerio do reino no exercicio de 1899-1900, para pagamento da divida ao professor da cadeira de grego, annexa ao curso superior de letras, e ao professor de desenho do lyceu nacional de Angra do Heroismo, proveniente de augmento de vencimento por diuturnidade de serviço.

7.º A applicar ás despesas de instalação da cadeia penitenciaria de Coimbra as sobras das quantias auctorisadas nas secções 1.ª e 2.ª do art. 23.º, capitulo VII, da tabella da despesa do Ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça, no exercicio de 1899-1900.

Art. 18.º Continúa em vigor a auctorisação concedida aos recebedores dos concelhos, quanto ás operações provenientes de fundos da companhia de tabacos de Portugal, e bem assim ás disposições relativas á contabilidade respectiva e á prestação de contas, a fim de, cumulativamente com as das demais responsabilidades a seu cargo, serem julgadas pelo tribunal de contas, pagando, porém, aquella companhia aos recebedores a commissão correspondente aos encargos das transferencias de fundos.

§ unico. A disposição d'este artigo é declarada de execução permanente.

Art. 19.º Fica revogada a legislação contraria a esta.

Mandâmos, portanto, a todas as auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O conselheiro d'estado presidente do Conselho de Ministros e Ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os Ministros e secretarios d'estado das outras Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dada no Paço, aos 5 de julho de 1900.
=EL-REI, com rubrica e guarda.= *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.* = *Arthur Alberto de Campos Henriques.* = *Anselmo de Assis Andrade.* = *Luiz Augusto Pimentel Pinto.* = *Antonio Teixeira de Sousa.* = *João Marcellino Arroyo.* = *José Gonçalves Pereira dos Santos.* = (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 15 de junho ultimo, que auctorisa a cobrança dos impostos e demais rendimentos publicos relativos ao exercicio de 1900-1901 e a applicação do seu producto ás despesas do Estado, correspondentes ao mesmo exercicio, nos termos dos mappas juntos, e contém outras disposições, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela fórma retro declarada.

Para Vossa Magestade ver. = *Antonio Melchiades de Sequeira Machado* a fez.

N.º 1

Mappa da receita do Estado para o exercicio de 1900-1901, a que se refere a lei datada de hoje

RECEITA ORDINARIA

ARTIGO 1.º

Impostos directos

Contribuições:

Industrial:

No Continente.....	1.705:600\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	31:400\$000	
		1.737:000\$000

	Transporte.....	1.737:000\$000
Predial:		
No Continente:		
Urbana.....	}	3 004:000\$000
Rustica.....		
Nas Ilhas adjacentes:		
Urbana.....	}	92:000\$000
Rustica.....		
		3 096:000\$000
De renda de casas:		
No Continente.....	526:000\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	7:350\$000	533:350\$000
Sumptuaria:		
No Continente.....	72:700\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	250\$000	72:950\$000
Decima de juros.....		
		477:200\$000
Direitos de mercê:		
No Continente.....	194:600\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	11:000\$000	205:600\$000
Emolumentos:		
Das capitancias dos portos:		
No Continente.....	20\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	1:200\$000	1:220\$000
De cartas de saude:		
No Continente.....	300\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	-5-	300\$000
Das conservatorias de 1ª classe:		
No Continente.....		20\$000
Consulares:		
No Continente.....	1:250\$000	
Nos consulados.....	49:400\$000	50:650\$000
Dos extinctos tribunaes administrativos:		
No Continente.....	}	170\$000
Nas Ilhas adjacentes.....		
Judiciaes:		
No Continente.....	118:900\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	9:100\$000	128:000\$000
Nos processos do contencioso fiscal:		
No Continente.....	2:500\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	750\$000	3:250\$000
De passaportes a nacionaes:		
No Continente.....	}	20:000\$000
Nas Ilhas adjacentes.....		
Das secretarias d'estado, do thesouro publico e do tribunal de contas:		
No Continente.....	125:000\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	2:600\$000	127:600\$000
Impostos:		
Adicionaes:		
A algumas contribuições directas no districto da Horta ..		1:400\$000
Por leis de 25 de abril de 1857 e 14 de agosto de 1858 ..		50\$000
De 5 por cento para beneficencia ..		1:800\$000
Directos extinctos e diversas receitas:		
No Continente.....	3:700\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	20\$000	3:720\$000
De licenças:		
Para a venda de polvora e dynamite:		
No Continente.....	}	240\$000
Nas Ilhas adjacentes.....		
		6.460:520\$000

<i>Transporte</i>		6.460:520\$000	
Para a venda de tabacos:			
No Continente	86:750\$000		
Nas Ilhas adjacentes	9:000\$000	95:750\$000	
Sobre os estabelecimentos onde se produz alcool:			
No Continente	3:300\$000		
Nas Ilhas adjacentes	450\$000	3:750\$000	
De rendimento:			
No Continente	5.282:000\$000		
Nas Ilhas adjacentes, consulados e agencias	22:300\$000	5.304:300\$000	
Sobre minas:			
No Continente	35:600\$000		
Nas Ilhas adjacentes	-3-	35.600\$000	
Juros de móra de dividas á fazenda:			
No Continente	50:350\$000		
Nas Ilhas adjacentes	15:250\$000	65:600\$000	
Matriculas e cartas:			
No Continente	169:300\$000		
Nas Ilhas adjacentes	3:500\$000	172:800\$000	
Multas judiciaes e diversas:			
No Continente	52:300\$000		
Nas Ilhas adjacentes	3:250\$000	55:550\$000	
Tres por cento de collectas não pagas á bôcca do cofre:			
No Continente	52:650\$000		
Nas Ilhas adjacentes	2:850\$000	55:500\$000	12.249:370\$000

ARTIGO 2.º

Sello e registo

Contribuição de registo:			
No Continente	2.590:000\$000		
Nas Ilhas adjacentes	189:000\$000	2.779:000\$000	
Imposto do sello:			
No Continente	2.232:000\$000		
Nas Ilhas adjacentes	115:000\$000	2.347:000\$000	
Loterias		380:000\$000	5.506:000\$000

ARTIGO 3.º

Impostos indirectos

Direitos:			
De carga:			
No Continente	226:700\$000		
Nas Ilhas adjacentes	12:700\$000	239:400\$000	
De consumo em Lisboa		2.107:000\$000	
De exportação:			
Estatístico sobre o vinho:			
No Continente		9:100\$000	
Nas Ilhas adjacentes		28:100\$000	
Do vinho exportado pela alfandega do Porto			
De outros generos e mercadorias:			
No Continente	341:500\$000		
Nas Ilhas adjacentes	24:100\$000	365:600\$000	
De importação:			
De cereaes:			
No Continente		1.675:000\$000	
Nas Ilhas adjacentes			
		4.424:200\$000	17.755:370\$000

<i>Transporte</i>	4.424:200\$000	17.755:370\$000
De tabacos e receitas geraes da mesma pro- veniencia:		
No Continente	4.450:000\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	26:200\$000	4.476:200\$000
De outros generos e mercadorias:		
No Continente.....	11 359:000\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	626:000\$000	11.985:000\$000
De fabricação de r anteiga artificial.....	-§-	
Sanitarios sobras das carnes, em Lisboa.....	8:450\$000	
Emolumentos geraes da guarda fiscal:		
No Continente	21:200\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	2:200\$000	23:400\$000
Fazendas abandonadas:		
No Continente.....	500\$000	
Nas Ilhas adjacentes	550\$000	1:050\$000
Impostos:		
De fabricação e consumo (lei de 27 de abril de 1896):		
No Continente	527:000\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	18:700\$000	545:700\$000
De fabrico de isca:		
No Continente.....		500\$000
Nas Ilhas adjacentes.....		
De lazareto.....		2:700.000
De transitio nos caminhos de ferro do Continente		272:500\$000
Especial do vinho, etc., entrado no Porto e em Villa Nova de Gaia, excepto o destinado á exportação.....		105:500\$000
Do pescado e adicional:		
No Continente	180:000\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	14:400\$000	194:400\$000
De produção dos alcooes e aguardentes:		
No Continente	43:200\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	491:000\$000	534:200\$000
Para as obras da barra de Aveiro (leis de 20 de março de 1875 e 24 de agosto de 1877).....		400\$000
Especial de tonelagem para as obras da barra da Figueira.....		600\$000
Por lei de 12 de abril de 1876.....		1:000\$000
Especial de tonelagem para as obras da barra de Portimão ...		-§-
Especial de tonelagem para as obras da barra de Vianna do Castello, nos termos da lei de 2 de setembro de 1869.....		250\$000
Especial de tonelagem para as obras do porto de Espozende...		100\$000
No porto artificial de Ponta Delgada, por lei de 18 de abril de 1873.....		6:800\$000
Especiaes para as obras do porto artificial da Horta		700\$000
Especial de tabaco fabricado nas ilhas.....		39:800\$000
Dos emolumentos dos empregados das alfandegas, pertencentes ao Estado (receita nos termos do artigo 65.º do decreto n.º 3, de 27 de setembro de 1894).....		1:000\$000
Dos emolumentos de tres logares de inspectores das alfandegas supprimidos.....		6:480\$000
Real de agua:		
No Continente	1.063:000\$000	
Nas Ilhas adjacentes.....	16:500\$000	1.079:500\$000
Réceitas:		
Nos termos do contracto de 25 de abril de 1895 (pavios phos- phoricos):		
No Continente		288:500\$000
Nas Ilhas adjacentes		
		23.998:930\$000 17.755:370\$000

Transporte. 23 998:930\$000 17.755:370\$000

Nos termos dos artigos 240.º e 246.º do decreto n.º 3, de 27 de setembro de 1894 e decreto n.º 5, da mesma data (taxas do tráfego)

274:000\$000

Taxas:

De permanencia no porto de Leixões. 10:000\$000

Tomadias:

No Continente 11:100\$000

Nas Ilhas adjacentes. 20\$000

11:120\$000

24.291:050\$000

ARTIGO 4.º

Impostos addicionaes

Impostos:

Additional por lei de 27 de abril de 1882:

No Continente 343:000\$000

Nas Ilhas adjacentes 10:800\$000

353:800\$000

Complementar de 6 por cento (cartas de lei de 30 de julho de 1890 e 26 de fevereiro de 1892):

No Continente. 723:400\$000

Nas Ilhas adjacentes 21:500\$000

744:900\$000

1.098:700\$000

ARTIGO 5.º

Bens proprios nacionaes e rendimentos diversos

Academia real das sciencias. 50\$000

Ações do Banco de Portugal. 42\$000

Aguas mineraes do arsenal de marinha. 500\$000

Armazenagem nas alfandegas:

No Continente 14:100\$000

Nas Ilhas adjacentes. 950\$000

15:050\$000

Arsenal do exercito, fabrica da polvora e diversas receitas militares.

72:800\$000

Caminhos de ferro do Estado.

750:000\$000

Cadeia geral penitenciaria e casa de detenção e correção.

50:000\$000

Cadeia geral penitenciaria de Coimbra.

1:600\$000

Capitais mutuados pelos extinctos conventos:

No Continente. 450\$000

Nas Ilhas adjacentes. 100\$000

550\$000

Casa da moeda. 12:000\$000

Collegio militar. 6:800\$000

Correios e telegraphos:

Rendimento postal. 1.214:000\$000

Rendimento telegraphico 399:000\$000

1.613:000\$000

Extincto collegio dos nobres. 4:975\$950

Fabrica de vidros da Marinha Grande. 2:005\$000

Fóros, censos e pensões:

No Continente. 4:700\$000

Nas Ilhas adjacentes. 150\$000

4:850\$000

Heranças jacentes e residuos:

No Continente. 13:000\$000

Nas Ilhas adjacentes. 50\$000

13:050\$000

Hospitales:

Dos inválidos militares em Runa. 6:000\$000

Da marinha. 10\$000

Impostos extinctos e diversas receitas:

No Continente. 41:700\$000

Nas Ilhas adjacentes. 2:750\$000

44:450\$000

2.597:732\$950 43.148:120\$000

<i>Transporte</i>		2.597.732\$950	43.148:120\$000
Imprensas:			
Nacional e <i>Diário do governo</i>	-3-		
Da Universidade de Coimbra.....	-3-		
Instituto industrial e commercial de Lisboa.....		4.500\$000	
Juros das inscrições do curso superior de letras e de outras, com aplicação a diversos encargos.....		3.456\$600	
Laudemios:			
No Continente	850\$000		
Nas Ilhas adjacentes.....	10\$000	860\$000	
Mercado central de productos agricolas.....		100\$000	
Monte-pio militar.....		350\$000	
Obrigações da companhia real dos caminhos de ferro portuguezes (juros).....		278.800\$000	
Padaria militar.....		350\$000	
Participação nos lucros do Banco de Portugal.....		141.000\$000	
Propriedades pertencentes ás praças de guerra:			
No Continente	4.700\$000		
Nas Ilhas adjacentes.....	2.200\$000	6.900\$000	
Quotas e outros rendimentos do monte-pio de marinha		700\$000	
Receitas:			
Agricolas.....		51.000\$000	
Pelo artigo 1.º do decreto de 7 de setembro de 1893 (indenisação pela fiscalisação e cobrança de impostos municipaes).....		7.800\$000	
Avulsas e eventuaes:			
No Continente	49.900\$000		
Nas Ilhas adjacentes.....	2.800\$000	52.700\$000	
Das cadeias civis de Lisboa e Porto.....		800\$000	
Das circumscrições hydraulicas.....		-3-	
Por decreto de 3 de dezembro de 1868:			
No Continente.....	5.800\$000		
Nas Ilhas adjacentes.....	960\$000	6.700\$000	
Do dividendo da companhia dos vinhos do Alto Douro		1.350\$000	
Do posto de desinfeção		3.250\$000	
Do recrutamento:			
No Continente	-3-		
Nas Ilhas adjacentes.....	-3-	-3-	
Remanescente das receitas das extinctas Juntas geraes		-3-	
Reembolsos:			
Da despesa com os livros e impressos para os impostos indirectos municipaes		10\$000	
Dos empréstimos aos Bancos do Porto.....		270.000\$000	
Rendas:			
No Continente	5.300\$000		
Nas Ilhas adjacentes.....	100\$000	5.400\$000	
Rendimentos:			
Da hospedaria do lazareto.....		10\$000	
De portagem.....		34.615\$000	
Serviço da barra de Aveiro.....		150\$000	
Venda de bens proprios nacionaes:			
No Continente	34.200\$000		
Nas Ilhas adjacentes.....	2.000\$000	36.200\$000	
Venda e remissão de fôros, censos e pensões:			
No Continente	500\$000		
Nas Ilhas adjacentes.....	1.700\$000	2.200\$000	
Contribuição da provincia de Macau para o empréstimo de 400.000\$000 réis			
		-3-	
		3.506.934\$550	43.148:120\$000

Transporte... 3.506:934\$550 43.148:120\$000

Contribuição das provincias ultramarinas para os encargos dos empréstimos :

De 1.770:000\$000 réis (carta de lei de 15 de abril de 1874) ...	-5-	
De 1.000:000\$000 réis (carta de lei de 12 de abril de 1876)	-5-	
De 800:000\$000 réis (carta de lei de 9 de maio de 1878)	-5-	
De 300:000\$000 réis (carta de lei de 23 de junho de 1879, § 1.º, artigo 1.º)	-5-	3.506:934\$550

ARTIGO 6.º

Compensações de despesa

Compensações :

Pelos orçamentos das provincias ultramarinas, pelos encargos dos empréstimos para as obras publicas das mesmas provincias nos exercicios de 1887-1888 a 1892-1893	-5-	
Pela despesa do museu colonial e da commissão de cartographia	8:500\$000	
Pela despesa com as cobranças, no districto de Angra do Heroísmo, das receitas de que tratam os artigos 1.º a 3.º do decreto de 30 de novembro de 1898	9:000\$000	
Pela despesa com as cobranças, no districto de Ponta Delgada, das receitas de que tratam os artigos 1.º a 3.º do decreto de 30 de julho de 1896	14:000\$000	

Impostos addicionaes ás contribuições do Estado :

Para os tribunaes administrativos (artigo 284.º do antigo codigo administrativo e decreto com força de lei de 17 de julho de 1886)	41:070\$000	
Para os serviços agricolas, estradas e respectivo pessoal technico (artigo 82.º § unico e 64.º dos decretos de 24 de julho e 9 de dezembro de 1886)	204:630\$000	

Juros :

Das inscrições das extinetas companhias braçaes	8:961\$750	
Dos titulos de div.da fundada na posse de fazenda :		
Dividas :		
Consolidada :		
Interna	3.790:068\$450	
Externa	65:141\$100	
Amortisavel :		
Interna	1:387\$260	
Externa	4:249\$050	3.860:845\$860

Parte dos lucros da Caixa geral de depositos e instituições de previdencia, correspondente á despesa com a respectiva secretaria e importancia para amortisação das obrigações destinadas á conversão da divida externa

169:337\$500

Receitas :

Nos termos do decreto de 15 de setembro de 1890 e artigo 8.º do decreto de 29 de março do mesmo anno (importancia com que as camaras têm de contribuir para as despesas de novas comarcas)	1:600\$000	
Nos termos do artigo 20.º das bases annexas á carta de lei de 23 de março de 1891 (fiscalisação da venda e cultura dos tabacos)	7:200\$000	
Nos termos do artigo 23.º do regulamento approved por decreto de 30 de setembro de 1892 (deposito pelo reconhecimento de minas)	1:900\$000	

Reformas militares (carta de lei de 22 de agosto de 1887, artigo 13.º) :

No Continente	28:200\$000	
Nas Ilhas adjacentes	1:000\$000	29:200\$000

Subsidios :

Pelo cofre dos rendimentos dos conventos de religiosas supprimidos (lei de 4 de abril de 1861)	-5-	
Pelas sobras das auctorisações de despesa pelo Ministerio do reino (lei de 13 de abril de 1857)	5:425\$000	
Vencimentos a cargo do Banco emissor (carta de lei de 29 de julho de 1887, artigo 24.º § 2.º, e artigo 7.º § 3.º do decreto de 15 de dezembro de 1887)	21:400\$000	4.383:070\$110

Total da receita ordinaria..... 51.038:124\$660

Transporte da receita ordinaria..... 51.038:124\$660

RECEITA EXTRAORDINARIA

Para compensação de despesa com as classes inactivas, n'este exercicio, nos termos da lei de 18 de setembro de 1897.....	450:000\$000	
Imposto adicional extraordinario de 5 por cento sobre todas as contribuições, taxas e demais rendimentos de qualquer ordem, natureza, denominação ou exercicio, que se arrecadarem até 30 de junho de 1901	700:000\$000	1 150:000\$000
<i>Total</i>		<u>52.188:124\$660</u>

Paço, em 5 de julho de 1900.— *Anselmo de Assis Andrade.*

N.º 2

Mappa das despesas ordinarias do Estado na metropole, para o exercicio de 1900-1901, a que se refere a lei datada de hoje

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

PRIMEIRA PARTE

Encargos geraes

Dotação da familia real	525:000\$000	
Côrtes.....	104:538\$000	
Juros e amortisações a cargo do thesouro	7.511.741\$741	
Encargos diversos e classes inactivas	<u>1 638:482\$565</u>	9.779:762\$306

SEGUNDA PARTE

Divida publica fundada

Junta do credito publico	118:663\$610	
Divida publica interna.....	14.820.001\$098	
Divida publica externa.....	4.984:048\$695	
Pensões vitalicias	<u>31:380\$000</u>	19.954.093\$403

TERCEIRA PARTE

Serviço proprio do Ministerio

Administração superior da fazenda publica.....	359:574\$608	
Alfandegas	2 003:613\$044	
Administração geral da casa da moeda e do papel sellado	75:282\$600	
Repartições de fazenda dos districtos e dos con- celhos.....	775:133\$724	
Empregados addidos e reformados	364:266\$704	
Despesas diversas	82:190\$000	
Despesas de exercicios findos.....	<u>26:000\$000</u>	3.686:060\$680

QUARTA PARTE

Fundo permanente de defesa nacional

Receitas do Estado e sobras das auctorisações das despesas, com aplicação a esse fundo	-8-
-------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

QUINTA PARTE

Differença de cambios

Differenças de cambios	<u>500:000\$000</u>	33 919:916\$389
------------------------------	---------------------	-----------------

Transporte. 33.919:916\$389

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

Secretaria d'estado	45:847\$740	
Supremo tribunal administrativo	19:262\$930	
Governos civis	92:271\$200	
Segurança publica	886:006\$225	
Hygiene publica	102:231\$440	
Beneficencia publica	420:024\$820	
Conselho superior de instrucção publica	3:640\$000	
Instrucção primaria	218:755\$777	
Instrucção secundaria	202:588\$980	
Instrucção superior	314:327\$754	
Bellas artes	41:685\$930	
Bibliothecas e archivos publicos	31:287\$995	
Empregados addidos e de Repartições extinctas	22:627\$400	
Aposentados e jubilados	25:322\$165	
Diversas despesas	8:400\$000	
Despesas de exercicios findos	1:000\$000	2.435:280\$356

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS
E DE JUSTIÇA

Secretaria d'estado	30:672\$370	
Dioceses do reino	145:424\$581	
Supremo tribunal de justiça	41:098\$658	
Tribunaes de 2.ª instancia	109:539\$986	
Juizos de 1.ª instancia	243:648\$320	
Ministerio publico	138:073\$166	
Sustento de presos e policia de cadeias	331:879\$806	
Diversas despesas	11:000\$000	
Subsidios a conventos	1:595\$000	
Despesas de exercicios findos	1:500\$000	
Aposentados	5:418\$356	1.059:850\$243

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

Secretaria d'estado	21:074\$970	
Estado maior general e casa militar de El-Rei	41:904\$000	
Serviço do estado maior, commandos militares e governos de fortificações	71:811\$500	
Corpos das differentes armas e almoxarifes	2.354:193\$157	
Officiaes não combatentes	252:852\$500	
Serviços de administração militar e de saúde e diversos estabelecimentos	369:140\$145	
Instrucção militar	163:499\$700	
Justiça militar e estabelecimentos correlativos	37:448\$485	
Quadro auxiliar e pessoal inactivo	856:914\$545	
Despesas de alimentação	1.236:274\$820	
Fardamento	226:119\$975	
Diversas despesas de pessoal e material	301:132\$100	
Despesas de exercicios findos	16:300\$000	5.948:665\$897

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA
E ULTRAMAR

Marinha:

Secretaria d'estado e Repartições auxiliares	54:069\$150	
Armada	1.780:896\$915	
Justiça militar, serviço dos portos e fiscalização da costa e estabelecimentos	178:094\$850	
Arsenal da marinha e cordoaria nacional	885:424\$150	
Encargos diversos	90:850\$000	
Empregados reformados e Divisão de reformados	202:230\$425	
Despesas de exercicios findos	950\$000	3.192:515\$490 43.363:712\$885

<i>Transporte</i>	3.192:515\$490	43.363:712\$885
Ultramar:		
Subsidio á <i>Eastern and South African Telegraph Company Limited</i>	7:500\$000	
Despesas de emigração para as possessões de Africa	30:000\$000	
Subsidio á sociedade de geographia de Lisboa (mu- seu colonial)	1:000\$000	
Commissão de cartographia	2:500\$000	
Subsidio ao Instituto ultramarino, creado por decreto de 11 de janeiro de 1891.....	10:000\$000	
Cabo submarino até Loanda,—garantia de palavras conforme se liquidar.....	152:000\$000	
Caminho de ferro de Ambaca (garantia de juro)... ..	558:750\$000	
Caminho de ferro de Mormugão (garantia de juro) £ 73:000 ao par	328:500\$000	
Despesas de soberania, civilisação e administração geral.....	75:322\$000	1 165:572\$000
		4 358:087\$490

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria d'estado.....	23:094\$000	
Corpo diplomatico.....	108:110\$000	
Corpo consular.....	93:800\$000	
Diversas despesas.....	76:093\$340	
Condecorações	2 400\$000	
Empregados em inactividade	10:490\$000	
Despesas de exercicios findes... ..	600\$000	
Transitorio	38:109\$090	352:696\$430

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Pessoal da secretaria d'estado e dos serviços technicos.....	385:668\$960	
Estradas	400:800\$000	
Diversas obras	730:000\$000	
Serviços de fiscalisação de caminhos de ferro	30:751\$200	
Correios e telegraphos	1.171:965\$750	
Serviços agricolas, pecuarios, florestaes e ensino agricola.....	341:226\$034	
Ensino industrial e commercial.....	194:568\$999	
Diversos serviços.....	9:500\$000	
Empregados addidos e fóra dos quadros	234:796\$729	
Diversas despesas	30:800\$800	
Despesas de exercicios findos.....	600\$000	
Diversos encargos.....	1.068:203\$549	4.598:082\$021

ADMINISTRAÇÃO DA CAIXA GERAL DE DEPOSITOS E INSTITUIÇÕES DE PREVIDENCIA

Caixa geral de depositos e instituições de previdencia.....	69:337\$500
<i>Total — Réis.</i>	52.741:916\$326

Paço, em 5 de julho de 1900.—*Anselmo de Assis Andrade.*

N.º 3

**Mappa das despesas extraordinarias do Estado,
na metropole, para o exercicio de 1900-1901, a que se refere
a lei datada de hoje**

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

CAPITULO 1.º

Despesa extraordinaria de diversos serviços, no Ministerio	20:000\$000
------------------------------------------------------------------	-------------

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

Para despesas com a observação do eclipse total do sol, em 28 de maio de 1900.....	600\$000
	20:600\$000

Transporte..... 20:600\$000

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

CAPITULO 1.º

Construcção das obras de defesa de Lisboa e seu porto..... 50:000\$000

CAPITULO 2.º

Construcção e ampliação de quartéis e outros edificios militares.... 30:000\$000

CAPITULO 3.º

Para pagamento á Caixa geral de depositos da primeira annuidade do emprestimo de 15:000\$000 réis, effectuado, nos termos da lei de 16 de julho de 1899, para aquisição da propriedade sita na Luz, pertencente aos herdeiros do fallecido conde de Mesquitella, com destino ao Real collegio militar 2:038\$019

82:038\$019

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção geral da marinha

CAPITULO 1.º

Vencimentos do engenheiro Alphonse Croneau e seus ajudantes.... 10:440\$000

CAPITULO 2.º

Material para a canhoneira torpedeira..... 60:000\$000

CAPITULO 3.º

Material de guerra :

Artilheria e torpedos para a canhoneira torpedeira. 21:000\$000
 Parte do custo da artilheria para o cruzador *D. Amelia*... 18:210\$960
 Artilheria de pequeno calibre para os navios 10:000\$000
 Munições para o abastecimento do deposito de material de guerra 24:000\$000

73:210\$960

CAPITULO 4.º

Construcção de paiões para armazenagem de explosivos..... 2:000\$000

CAPITULO 5.º

Reparações dos navios da armada em estabelecimentos fóra de Lisboa e aquisição de material para reparações..... 18:900\$000

CAPITULO 6.º

Legalisação de despesas com a Imprensa nacional 6:539\$710

170:190\$670

Direcção geral do ultramar

CAPITULO 1.º

Despesas geraes das provincias ultramarinas 700:000\$000

CAPITULO 2.º

Missões, delimitações de fronteiras e inspecções extraordinarias 40:000\$000

CAPITULO 3.º

Secção colonial na Exposição universal de 1900 60:000\$000

800:000\$000

970:190\$670

1.072:828\$689

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

CAPITULO UNICO

Para despesas com a arbitragem na questão do caminho de ferro de Lourenço Marques; despesas com a comissão de limites entre Portugal e Hespanha; despesas extraordinarias dos consulados de Portugal na Africa e na Asia; e despesas com a comissão internacional das pescueiras no rio Minho. 50:000\$000

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO
E INDUSTRIA

CAPITULO 1.º

Construção de novas linhas telegraphicas 10:000\$000

CAPITULO 2.º

Portos artificiaes, construção e melhoramento dos existentes:..... 310:000\$000

CAPITULO 3.º

Construção e grandes reparações de estradas de 1.ª e 2.ª ordem... 700:000\$000

CAPITULO 4.º

Exposição universal de 1900 40:000\$000 1.060:000\$000

Total—Réis 2.182:828\$689

Paço, 5 de julho de 1900.== *Anselmo de Assis Andrade.*

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:028, em que é recorrente Vitol Baby Porobo, e recorrido Xencorá Curté Porobo Gancar, de que foi relator o conselheiro, vogal effectivo, Eduardo José Segurado:

Mostra-se que Vitol Baby Porobo, morador em Amoná, do concelho de Sanquelim, do Estado da India, requereu ao escrivão da comunidade d'aquella aldeia a sua inscrição e matricula como componente da mesma, ou vangor dos Por bos;

Mostra-se que este requerimento foi indeferido, com o fundamento de que dos livros do archivo da comunidade não constava que o requerente, ou seu pae, Baby Porobo, tivessem gosado as regalias prescriptas nos n.ºs 1.º e 3.º do artigo 54.º do regulamento de 30 de outubro de 1886, e que tivessem sido inscriptos e matriculados na comunidade, ou se lhes abonassem as sobras da associação. D'este despacho recorreu o interessado para o Administrador do concelho, allegando que seu pae Baby Porobo era seu componente e de seu irmão, como filhos legitimos que eram, devendo, portanto, succeder-lhe n'esses direitos de que estava de posse;

Mostra-se que o Administrador do concelho deferiu a pretensão do recorrente;

E, porem, de notar, que, tendo havido recurso d'este despacho por parte de um terceiro, que com elle se julgava prejudicado, e tendo, o que com elle aproveitou, requerido ao mesmo Administrador, que a terça parte das sobras do vangor dos Porobos ficasse no cofre em deposito, para que, conforme o resultado da decisão superior, fôsse entregue a quem de direito pertencesse, obteve um indeferimento;

Mostra-se que d'este despacho recorreu Xencorá Custé Porobo Gancar para o Conselho de provincia, mostrando a improcedencia dos fundamentos em que se baseou;

Mostra-se que o Conselho, por accordão de 5 de novembro de 1898, deu provimento no recurso, e annullou o despacho recorrido, pelos seguintes fundamentos:

— que os documentos produzidos no processo pelo recorrido, e pelos que lhe fazem opposição, são insufficientes para que se firme convicção sobre o direito á inscrição pretendida;

— e que alguns d'esses documentos são arguidos de falsos, o que aos funcionarios e tribunaes administrativos não compete apreciar.

D'este accordão vem o presente recurso interposto pelo referido Vitol Baby Porobo, sem, comtudo, nada accrescentar ao que já tinha allegado;

Mostra-se que o recorrido juntou o documento que se acha a fl. 96, pelo qual se vê que o recorrente já tentou conseguir, pelo poder judicial, o que agora vem pedir aos tribunaes administrativos.

O poder judicial não se julgou incompetente para conhecer da materia que lhe foi sujeita; mas, por sentença de 2 de novembro de 1880, o juiz de direito da comarca de Bicholim annullou todo o processado, por não terem sido observadas as formalidades que refere, e que, segundo diz n'um dos considerandos, essas faltas, por parte do recorrente, foram talvez praticadas, muito intencionalmente, para levar de assalto a causa contra a ré;

O que tudo visto e a resposta do Ministerio publico;

Considerando que o recorrente funda o seu pedido na posse em que, diz, estava seu pae de receber a terceira parte das sobras da referida associação, e de gosar as regalias do citado regulamento;

Considerando que aos tribunaes administrativos não compete julgar questões de posse ou propriedade;

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 5 de julho de 1900.—REI.— *Antonio Teixeira de Sousa.*

Tendo de dar execução ao Acto de Bruxellas de 8 de junho de 1899, que modificou essencialmente as bases da tributação dos alcooes e aguardentes, o Governo procurou não só assegurar á industria indigena a protecção que tinha pela legislação actual, mas também manter os beneficios differenciaes concedidos, pelo regimen pautal ultramarino de 1892, á reexportação e á exportação nacionaes.

Unificando as taxas estabelecidas pelas pautas de 1892 e os addicionaes mandados applicar pelas leis de 1895 e 1899, adoptando formulas de tributação differentes para a importação estrangeira e para a reexportação e exportação nacionaes, conservando n'ellas o parallelismo da protecção actual, facilitou-se, sem prejuizo, antes com vantagem manifestada, a applicação do novo regimen.

Claro é que, adoptado este processo, estabelecidas taxas especiaes para cada uma das incidencias pautaes da tributação dos alcooes e aguardentes, não poderiam subsistir, com relação a ellas, as disposições dos preliminares da pauta, que até aqui regulavam a applicação do differencial por outra forma agora mantido e assegurado. O principio fundamental do regimen pautal foi completamente respeitado.

Limitando-se o Governo a dar cumprimento ao Acto de Bruxellas, nos termos e sobre as bases por elle estatuidas, e, tendo de attender, quanto possivel lhe fôsse, ás conveniencias do commercio e da industria dentro das zonas visadas pelo regimen, entendeu dever dar ás disposições promulgadas caracter provisorio, reservando-se para, em diplomas especiaes, tratar do regimen dos alcooes e aguardentes e da regulamentação da cobrança do respectivo imposto.

Paço, em 7 de julho de 1900.— *Antonio Teixeira de Sousa.*

Em satisfação ao Acto de Bruxellas de 8 de junho de 1899, ratificado por virtude da carta de lei de 7 de junho ultimo; tendo ouvido o Conselho das pautas ultramarinas, a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros, e usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do art. 15.º do Acto adicional á carta constitucional de 5 de julho de 1852: hei por bem decretar o seguinte regimen provisorio para o commercio e fabrico dos alcooes e aguardentes nas provincias da Africa portugueza:

Art. 1.º No districto do Congo e no Ambriz, o direito de importação de alcooes e aguardentes até 50º centesimaes é elevado a 12\$600 réis por hectolitro, devendo, por cada litro e grau superior áquella graduação, o direito ser accrescido de 2,52 réis.

§ unico. No districto do Congo e no Ambriz, em execução do Acto de Berlim, de 26 de fevêreiro de 1885, em harmonia com o consignado no annexo ao protocollo n.º XXXIII do Acto Geral da Conferencia de Bruxellas de 2 julho de 1890, e em conformidade com

o Acto de Bruxellas de 8 de junho de 1899, em vista da tributação fixada n'este artigo, nenhum tratamento differencial é concedido na importação de alcooes e aguardentes.

Art. 2.º Os direitos de importação de alcooes e aguardentes nos districtos de Loanda, Benguella e Mossamedes são fixados pela maneira seguinte :

Importação estrangeira

	Hectolitro
Alcool e aguardente simples até 50º centesimaes.....	25\$101
Alcool e aguardente superior a 50º centesimaes.....	57\$811
Aguardentes preparadas, cognacs, genebras, licores e outras quaesquer bebidas distilladas	46\$120

Reexportação nacional

Alcool e aguardente simples até 50º centesimaes.....	23\$232
Alcool e aguardente superior a 50º centesimaes	51\$580
Aguardentes preparadas, cognacs, genebras, licores e outras quaesquer bebidas distilladas	41\$456

Exportação nacional

Alcool e aguardente simples até 50º centesimaes	21\$362
Alcool e aguardente superior a 50º centesimaes	45\$350
Aguardentes preparadas, cognacs, genebras, licôres e outras quaesquer bebidas distilladas	36\$783

§ unico. O alcool e aguardentes produzidos nos districtos do Congo, Loanda, Ambriz, comprehendido, Benguella, Mossamedes e Lunda, da provincia de Angola, ficam sujeitos a um imposto de 126 réis por litro até 50º centesimaes, augmentado de 2,52 réis, por litro e grau a mais de 50º a 60º centesimaes e de 5 réis por litro e grau superior a 70º centesimaes.

Art. 3.º Os direitos de importação nos districtos de Moçambique e da Zambezia, zona visada pelo Acto de Bruxellas, são fixados pela maneira seguinte.

Importação estrangeira

	Hectolitros
Alcool e aguardente simples até 50º centesimaes.....	20\$700
Alcool e aguardente superior a 50º centesimaes.....	45\$000
Aguardentes preparadas, cognacs, genebras, licôres e outras quaesquer bebidas distilladas.....	37\$500

Reexportação nacional

Alcool e aguardente simples até 50º centesimaes.....	18\$300
Alcool e aguardente superior a 50º centesimaes.....	39\$000
Aguardentes preparadas, cognacs, genebras, licôres e outras quaesquer bebidas distilladas	32\$500

Exportação nacional

Alcool e aguardente simples até 50º centesimaes	15\$900
Alcool e aguardente superior a 50º centesimaes.....	33\$000
Aguardentes preparadas, cognacs, genebras, licôres e outras quaesquer bebidas distilladas	27\$500

§ 1.º Os alcooes aguardentes produzidos nos districtos de Moçambique e da Zambezia da provincia de Moçambique ficam sujeitos a um imposto de 126 réis por litro até 50º centesimaes, augmentando 2,52 réis por litro e grau superior áquella graduação.

§ 2.º E' suscitada com relação aos territorios da Companhia de Moçambique a disposição do § 1.º do art. 7.º da carta organica de 17 de maio de 1897.

Art. 4.º Os direitos fixados pela pauta de 16 de abril de 1892 para os alcooes e aguardentes importadas na provincia da Guiné portugueza são elevados a 12\$600 réis por hectolitro até 50º centesimaes e estes direitos accrescidos de 2,52 réis por litro e grau acima d'aquella graduação.

§ unico. Os alcooes e aguardentes produzidos na provincia da Guiné portugueza ficam sujeitos a um imposto de 126 réis por litro até 50º centesimaes, augmentado de 2,52 réis por litro e grau superior áquella graduação.

Art. 5.º Fica expresso que a fórmula da taxa proporcional por litro e grau a mais será sempre applicada por inteiro, contando-se os decimos sobre o grau inferior como um grau completo.

Art. 6.º É mantida, para todos os effeitos, a notificação feita pelo Governo portuguez em 1 de outubro de 1892, delimitando as zonas de prohibição das bebidas alcoolicas no antigo districto de Cabo Delgado, hoje territorios da Companhia do Nyassa, e em parte da provincia da Guiné portugueza.

§ unico. Nos territorios da Companhia do Nyassa, fóra da zona de prohibição acima referida, os direitos de importação e o imposto de fabrico de alcooes e aguardentes serão iguaes aos estabelecidos, no artigo 3.º e seu § 1.º do presente decreto, para os districtos de Moçambique e Zambezia.

Art. 7.º Ficam revogadas as disposições dos preliminares das pautas de 16 de abril de 1892 e de 29 de dezembro de 1892 com relação ao beneficio differencial concedido á reexportação e exportação nacionaes de alcooes e aguardentes, e bem assim a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 7 de julho de 1900. = REI. = *Antonio Teixeira de Sousa*.

Nos termos do § unico do artigo 79.º do regulamento geral da contabilidade publica, de 31 de agosto de 1881, e em virtude do disposto na carta de lei de 5 de julho de 1900: hei por bem determinar que a despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1900-1901, se regule pela tabella que faz parte do presente decreto e baixa assignada pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo Ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 10 de julho de 1900. = REI. = *Antonio Teixeira de Sousa*.

Tabella da distribuição da despesa do ultramar, realisada na metropole, para o exercicio de 1900-1901, a que se refere o decreto datado de hoje

Despesa ordinaria

CAPITULO I

Subsidio á Eastern and South African Telegraph Company Limited.	7:500\$000
-----------------------------------------------------------------	------------

CAPITULO II

Despesas de emigração para as possessões de Africa	30:000\$000
----------------------------------------------------------	-------------

CAPITULO III

Subsidio á Sociedade de Geographia de Lisboa (museu colonial) ...	1:000\$000
-------------------------------------------------------------------	------------

CAPITULO IV

Commissão de cartographia.....	2:500\$000
--------------------------------	------------

CAPITULO V

Subsidio ao Instituto ultramarino, creado por decreto de 11 de janeiro de 1891	10:000\$000
	51:000\$000

Transporte..... 51:000\$000

CAPITULO VI

Cabo submarino até Loanda (garantia de palavras conforme se liquidar) 152:000\$000

CAPITULO VII

Caminho de ferro de Ambaca (garantia de juro) 558:750\$000

CAPITULO VIII

Caminho de ferro de Mormugão (garantia de juro) £ 73:000 ao par. 328:500\$000

CAPITULO IX

Despesas de soberania, civilização e administração geral:

Deposito de praças do ultramar	59:000\$000	
Dotação para o collegio das missões ultramarinas ..	10:562\$000	
Dotação da escola agricola colonial em Cintra	3:600\$000	
Vencimentos de empregados de obras publicas em serviço na Direcção geral do ultramar	2:160\$000	
	<u>75:322\$000</u>	1.165:572\$000

Despesa extraordinaria

CAPITULO I

Despesas geraes das provincias ultramarinas 700:000\$000

CAPITULO II

Missões, delimitações de fronteira e inspecções extraordinarias. 40:000\$000

CAPITULO III

Secção colonial na Exposição universal de 1900	60:000\$000	800:000\$000
		<u>1.965:572\$000</u>

Paço, em 10 de julho de 1900.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de enviar a v. ex.^a a copia junta da Portaria que encarregou o tenente-coronel, Augusto Fructuoso Figueiredo de Barros de proceder aos estudos necessarios sobre as providencias a adoptar, que possam concorrer para o aproveitamentô e exploração dos terrenos baldios d'essa provincia.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 11 de julho de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Cabo Verde.—O Director geral, *F. F. Dias Costa.*

Copia da portaria a que se refere o officio supra

Sendo muito conveniente empregar os meios mais adequados para remover as causas que principalmente contribuem para o atrazo da agricultura na provincia de Cabo Verde, fazendo para esse effeito um estudo bem ordenado que attenda a todas as questões agrarias, administrativas e economicas que podem prender-se com a resolução de tão importante problema; importando, porém, que desde já e successivamente se adoptem as providencias que possam concorrer para o aproveitamento e exploração dos terrenos baldios d'aquelle archipelago;

Ha Sua Magestade El-Rei por bém, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, encarregar o tenente-coronel Augusto Fructuoso Figueiredo de Barros, actual secretario geral da provincia de Cabo Verde, de proceder aos estudos necessarios para o fim indicado, propondo ao Governador todas as providencias que possam ser tomadas em virtude das faculdades legais do mesmo Governador, e justificando em successivos relatorios todas as demais que dependem de resolução do Governo ou de lei especial, devendo esses relatorios, com informação do dito Governador, ser enviados á secretaria da marinha e ultramar; sendo abonadas pela verba de dois contos de réis, inscripta no orçamento da provincia para o serviço de agrimensura, as despesas com esta commissão, incluindo a gratificação de trinta mil réis mensaes ao referido secretario geral.

O que se communica ao Governador da referida provincia, para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 23 de junho de 1900.—(ass.) *Antonio Eduardo Villaça.*

Está conforme.—Em 30 de junho de 1900.—O chefe interino da Repartição, *Belchior José Machado.*

Sendo indispensavel regularisar as relações entre o Ministerio da marinha e ultramar e as companhias colonias, junto das quaes, por virtude das suas leis constitutivas, funcionam commissarios régios: determina Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que os commissarios régios communiquem ao Governo, no prazo maximo de vinte e quatro horas, as informações ou officios que tenham de prestar ou recebam das Administrações das mesmas companhias, e que do mesmo modo procedam com relação ás communicações e officios recebidos das Estações officiaes para serem transmittidos áquellas Administrações.

O que se communica ao conselheiro Director geral do ultramar para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 12 de julho de 1900.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

Nos termos do § 11.º do artigo 7.º do decreto de 11 de maio de 1897, tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar, e usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto addicional á carta constitucional da monarchia, de 5 de julho de 1852: hei por bem approvar o regulamento do mercado publico da cidade da Beira, elaborado pela Administração da companhia de Moçambique e que baixa assignado pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo Ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 13 de julho de 1900.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

Regulamento do mercado publico da cidade da Beira

CAPITULO I

Disposições geraes e venda a retalho

Artigo 1.º O mercado da Beira é destinado á venda diaria de aves, caça, peixe, productos alimenticios e outros que é costume serem vendidos em identicos logares.

Art. 2.º No mercado da Beira ha, destinadas aos artigos da venda diaria, casas, bancadas e logares.

Art. 3.º Para a venda de qualquer artigo nas casas do mercado basta que o seu locatario esteja munido da respectiva licença, segundo a tabella geral das licenças para commerciar na Beira.

Art. 4.º As casas do mercado serão alugadas pelo maior lance em arrematação publica, reservando-se, comtudo, a companhia de Moçambique o direito de não accèitar a arrematação e abrir nova praça, se assim lhe convier, ou alugar-as directamente.

§ unico. Os espaços gradeados junto das casas não são logradouros d'ellas.

Art. 5.º Das casas do mercado a companhia reservará para os serviços do mesmo as que lhe forem necessarias.

§ unico. Na locação das casas do mercado fica entendido que não é licito que o locatario sub alugue a casa sem expressa auctorisação da companhia de Moçambique, nem que d'ella poderá fazer uso diverso d'aquelle para que a alugou, sob pena de rescisão do contracto.

Art. 6.º A occupação dos logares e bancadas do mercado faz-se nas condições da tabella A.

Art. 7.º Entende-se por logares, pequenas áreas dentro do mercado destinadas á exposição dos productos para venda. Entre os logares ha alguns especialmente destinados para vendedores pretos. Bancadas são os logares munidos de mesas.

Art. 8.º Além do pagamento pela occupação dos logares e bancadas, a que se refere a tabella A, pagarão mais os vendedores pelos productos expostos á venda, em harmonia com o disposto na tabella B.

Art. 9.º Os artigos para venda no interior do mercado nos logares e bancadas só poderão entrar pelas portas do mercado, a isso destinadas, onde serão sujeitos á contagem.

Art. 10.º É expressamente prohibida a entrada de artigos para venda no mercado pelas casas que o marginam ou pelas grades que existem entre essas casas.

Art. 11.º Aos contraventores do disposto nos dois artigos antecedentes, — multa não superior a 100\$000 réis.

Art. 12.º É expressamente prohibido que os generos alimenticios estejam expostos á venda sobre o pavimento do mercado. Não estando collocados sobre as bancadas, devem estar em caixotes, saccos, cestos ou quaesquer outras vasilhas. Multa não superior a 4\$500 réis.

Art. 13.º Os vendedores que occupem qualquer bancada ou logar não podem de modo algum impedir o livre transitio dos compradores, sendo-lhes absolutamente vedado expôr os seus artigos de venda fóra da área que fôr destinada para o logar ou bancada. Multa não superior a 4\$500 réis.

Art. 14.º São prohibidas as altercações dentro do mercado e emprego de palavras indecorosas. As contravenções a este artigo importam para os vendedores infractores, além de qualquer procedimento judicial ou policial, a ordem de saída immediata do mercado n'aquelle dia sem indemnisação pelos artigos não vendidos.

Art. 15.º As reincidencias contra o disposto no artigo antecedente importam prohibição de entrada do vendedor no mercado, desde oito dias até um maximo de seis mezes.

Art. 16.º Todos os vendedores do mercado são obrigados, á hora de terminar a venda, a deixarem limpos os seus logares, mandando deitar no local proximo, a isso destinado, o lixo e restos não aproveitaveis dos productos de venda. Multa não superior a 4\$500 réis.

Art. 17.º É prohibido expôr á venda artigos que por qualquer modo constituam incommodo para os frequentadores do mercado. Multa não superior a 4\$500 réis.

Art. 18.º É igualmente prohibido que os vendedores importunem os compradores ou prejudiquem por qualquer fórma os outros vendedores. Multa não superior a 9\$000 réis.

Art. 19.º Duas horas antes de anoitecer devem ser removidos do interior do mercado todos os artigos expostos á venda nos logares ou bancadas. D'esses artigos podem ficar na arrecadação do mercado, para o dia immediato, aquelles que se não deterioreem e não necessitem cuidados de conservação, pagando os seus donos a referida armazenagem, em harmonia com a tabella que será affixada no mercado.

Art. 20.º Dos artigos deixados na arrecadação do mercado disporá a Direcção do mesmo mercado, se no praso de quarenta e oito horas não tomar d'elles conta o respectivo vendedor. Esses artigos, em tal caso, serão vendidos em arrematação no mercado ou inutilizados se não obtiverem comprador. Do producto da venda 50 por cento podem ser reclamados pelo respectivo vendedor no praso de um mez. Os outros 50 por cento revertem para a companhia.

Art. 21.º A todas as installações do mercado e productos expostos á venda são applicaveis, com todo o rigor, as disposições do regulamento dos serviços sanitarios.

Art. 22.º Da agua das cisternas do mercado serão fornecidos diaria e gratuitamente a cada casa quinze litros. Toda a mais agua das cisternas do mercado, que possa ser fornecida, sel o-ha ao preço de 100 réis por cada quinze litros.

§ unico. Aos frequentadores do mercado será fornecida gratuitamente agua para beber, enquanto o mercado não estiver aberto.

Art. 23.º E' prohibido o estacionamento de carros nas ruas marginaes do mercado. Os vehiculos que transportem ou levem generos do mercado só se demorarão proximo d'elle o tempo necessario para a carga ou descarga. Multa não superior a 4\$500 réis.

Art. 24.º E' tambem prohibido que no mercado entrem carros ou animaes de carga. Multa não superior a 4\$500 réis.

Art. 25.º O mercado da Beira estará aberto todos os dias desde a madrugada até duas horas antes de anoitecer.

§ unico. As lojas do mercado poderão conservar-se abertas nas condições dos demais estabelecimentos da Beira.

Art. 26.º E' prohibida a venda ambulante de generos alimenticios, carne, caça, peixe, fructas, legumes, ovos, etc., etc., fóra do mercado, desde a madrugada até ás dez horas da manhã. Multa não superior a 18\$000 réis.

Art. 27.º A venda, no mercado, de carne e peixe só poderá ser feita nas lojas e nas bancadas a isso destinadas; a venda, no mercado, dos restantes generos pôde ser feita nas installações que os vendedores desejarem occupar e o mercado lhes possa fornecer.

Art. 28.º O pagamento dos logares ou bancadas faz-se diariamente á porta do mercado em troca de senhas com a indicação do dia.

§ 1.º Pode facilitar-se o pagamento da occupação de um determinado logar ou banca por mez ou por anno.

§ 2.º As senhas de recibos de locatarios de logares e bancadas serão por estes mostradas aos empregados do mercado, sempre que estes o exijam.

Art. 29.º O pessoal do mercado será o seguinte:

Um fiscal do mercado;

Porteiros, no numero que se julgue necessario;

Serviçaes pretos, o numero que se julgue necessario.

Art. 30.º O fiscal é responsavel por toda a escripturação, ordem no mercado e limpeza das suas installações.

Art. 31.º Os demais empregados são subordinados ao fiscal e têm por obrigação auxilial-o em todo o serviço do mercado.

Art. 32.º O vendedor que deseje occupar mais de um logar assim o participará ao fiscal do mercado, que lh'o fornecerá, se fôr possivel, sem prejuizo dos outros vendedores. O preço d'este segundo logar será o dobro do indicado na tabella A.

§ unico. O vendedor que procurar illudir as disposições d'este artigo, tomando mais de um logar, servindo-se para isso do nome de terceira pessoa, ou de qualquer outro artificio, fica sujeito, quando a contravenção se prove, á multa não superior a 100\$000 réis.

Art. 33.º Os logares e bancadas do mercado, não avençados por mez ou anno, serão diariamente alugados aos vendedores pela ordem da apresentação dos generos para venda ao fiscal do mercado.

Art. 34.º As avenças mensaes ou annuaes para os logares e bancadas do mercado não devem abranger todos os ditos logares ou bancadas, devendo os que desejarem taes avenças requerel-o ao governo da companhia.

Art. 35.º O pagamento das rendas das casas e avenças do mercado é feito adiantadamente. O pagamento das rendas diarias dos logares e bancadas (tabellas A e B) pode ser feito durante as horas da venda. O pagamento da armazenagem por cada dia é feito adiantadamente.

Art. 36.º A agua de poços, canalizada para o mercado, é fornecida gratuitamente para os gastos do mesmo; mas não pôde ser fornecida para fóra do mercado sem aucto-rição especial.

CAPÍTULO II

Da venda em leilão

Art. 37.º No mercado da Beira serão realisados leilões, pelo pessoal do mercado, ou sob a sua direcção, de lotes de generos alimenticios ou de artigos de qualquer espécie que seja de uso venderem-se em identicos logares.

Art. 38.º Os leilões terão logar no mercado a uma hora antecedentemente fixada e sempre que haja artigos para leilão.

Art. 39.º Os lotes serão, em regra, organisados pela forma que mais convenha aos revendedores dos artigos a arrematar e aos donos d'esses artigos.

Art. 40.º Das arrematações de que se incumba a direcção do mercado é a companhia responsável, para com o dono dos artigos a arrematar, pelo mais alto preço a que elles subirem ou pelos proprios artigos, se não obtiverem lanço; isto salvo outras disposições d'este regulamento.

Art. 41.º Os donos dos artigos entrados no mercado, que desejem submittel-os á arrematação, assim o declararão ao fiscal do mercado, que procederá á divisão em lotes e ás operações da arrematação nas horas a isso destinadas, se o dono dos artigos desejar que o leilão seja feito pelo pessoal do mercado. Se o dono tiver pessoa que possa incumbir da arrematação, o pessoal do mercado, depois da divisão em lotes, limitar se-ha a fiscalisar a arrematação.

Art. 42.º Em todos os casos, cada lote será cedido pelo mais alto preço offerecido, sendo licito a toda a gente lançar n'elle.

Art. 43.º Nos casos em que o leilão é feito pelo pessoal do mercado os arrematantes entregarão ao fiscal, em acto continuo á licitação, o preço por que arremataram cada lote.

Art. 44.º Se o pessoal do mercado apenas dirige a arrematação, o licitante entender-se-ha directamente com o apresentante dos productos em leilão para o pagamento dos lotes que arrematar.

Art. 45.º Os lotes arrematados pelos vendedores com logar ou bancada no mercado são livres, para esses vendedores, do onus a que se refere a 2.ª parte da tabella B annexa a este regulamento.

Art. 46.º Os lotes arrematados serão immediatamente retirados para as bancadas ou logares dos arrematantes, se esses forem vendedores do mercado, ou retirados até ao fechar do mercado para fóra do mesmo, se os arrematantes não tiverem logar ou bancada no mercado.

Art. 47.º Aos generos arrematados e não retirados applicar-se-ha, quando possa ser, o disposto nos artigos 19.º e 20.º

Art. 48.º Os generos entrados no mercado para arrematação pagarão, em harmonia com as tabellas A e B, como se fôsses generos para venda.

Art. 49.º Pelas vendas em leilão receberá a companhia, do apresentante dos artigos a arrematar, 1 por cento dos preços da arrematação.

Art. 50.º O leiloeiro será um dos empregados do mercado ou pessoa designada pelo apresentante dos artigos a arrematar.

Art. 51.º O fiscal do mercado póde exigir dos licitantes, durante a arrematação, 25 por cento do valor provavel do lote em leilão.

Art. 52.º Se, por qualquer causa independente da vontade do apresentante dos productos em leilão, não venha a ser arrematado qualquer lote e de novo deseje aquelle apresentante fazel-o entrar em arrematação, não terá a pagar mais de uma vez a percentagem a que se refere o artigo 50.º

Art. 53.º Os generos apresentados a leilão e não arrematados poderão ser vendidos nos logares ou bancadas do mercado, em harmonia com o disposto no capitulo I d'este regulamento.

Art. 54.º Os generos expostos á venda, em harmonia com o capitulo I, podem ser arrematados, se o seu dono assim o declarar, procedendo-se em harmonia com o capitulo II d'este regulamento.

TABELLA A

Preço de aluguer das varias installações do mercado da Beira

Casas em torno do mercado: preço do aluguer obtido por arrematação em hasta publica, ou fixado pela companhia de Moçambique, se fôr resolvido serem directamente alugadas:

Bancada para carne ou peixe: por dia 200 réis, por mez 5\$000 réis.

Bancada: por dia 150 réis, por mez 4\$500 réis.

Logar coberto: por dia 100 réis, por mez 3\$000 réis.

Logar descoberto: por dia 50 réis, por mez 1\$500 réis.

TABELLA B

Quaesquer generos ou artigos expostos á venda nos logares ou bancadas não pagam nada por quantidade até um maximo de 0,^{m3}250 de volume da totalidade d'esses artigos ou até 250 kilogrammas da mesma totalidade, optando o fiscal pela medida, em peso ou em volume, conforme as circumstancias.

Para cima de 0,^{m3}250 ou 250 kilogrammas de volume ou peso dos artigos á venda pagará o vendedor tantas vezes o preço das bancadas ou logares, quantas vezes 0,^{m3}250 ou 250 kilogrammas ou fracções d'estes numeros medirem os ditos artigos.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 13 de julho de 1900.—
Antonio Teixeira de Sousa.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em referencia ao officio d'esse Governo geral, n.º 326, de 16 de abril ultimo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que approva as disposições contidas na portaria provincial n.º 173-A, de 23 de março do corrente anno, na parte que manda observar o regulamento provisorio para a instrucção annual das tropas d'essa guarnição.

Com relação ao regulamento das escolas, seria conveniente se fôsse praticavel na provincia a mui digno cargo de v. ex.^a, mas com a organização em companhias de guerra nenhum resultado poderá dar, attendendo-se a que estas unidades terão de ser aquarteladas em localidades mais ou menos distantes umas das outras, o que obrigaria á constituição de grande numero de escolas; sem se achar garantido o seu funcionamento, quer pela falta de alumnos quer do pessoal indispensavel para o ensino.

S. ex.^a o Ministro julga, pois, que poderá organizar-se o primeiro curso (habilitação para 1.º cabo) e que, com relação ao segundo curso (habilitação para 1.º sargento), convirá aguardar-se que o Poder legislativo tome qualquer resolução ácerca da proposta de lei relativa ás forças ultramarinas, onde se estabelece a fôrma de recrutar os quadros.

A resolução, tomada por v. ex.^a, de mandar vigorar na provincia o regulamento para a promoção aos postos inferiores do exercito mereceu tambem a approvação de s. ex.^a o Ministro, na parte que trata da fôrma dos concursos e respectivo programma, dispensando se, provisoriamente, as habilitações do 2.º e 3.º cursos exigidos na metropole para o accesso a 1.º sargento e sargento ajudante, o que é preferivel ao que se praticava com a vigencia do capitulo V do regulamento de 1866.

A promoção a sargento ajudante passa a ser ordenada por este Ministerio, nos termos da determinação publicada no *Boletim militar do ultramar* n.º 7, de 10 do corrente.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 16 de julho de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de Angola.—O Director geral, *F. F. Dias Costa.*

Portaria provincial a que se refere o officio supra

N.º 173-A—Tomando em consideração as propostas que me foram apresentadas pelo chefe de estado maior do Governo geral, e attendendo ás vantagens que d'ellas resultam para os serviços militares, sobretudo para o que diz respeito á instrucção das praças e aperfeiçoamento dos quadros, hei por bem determinar:

1.º Que o regulamento provisorio para a instrucção annual das tropas de 1.ª linha da guarnição da provincia, e para os exercicios de tiro dos individuos da classe civil nas carreiras militares, que baixam assignados pelo chefe do estado maior e fazem parte d'esta Portaria, sejam postos em execução desde já, na parte exequível e inteiramente, a começar de 1 de janeiro de 1901;

2.º Que o regulamento das escolas regimentaes de 16 de julho de 1896 seja posto em execução nos corpos da guarnição da provincia, com as seguintes alterações que serão appensas ao mesmo regulamento:

a) O director da escola regimental póde deixar de ter o curso da arma

b) O cargo de professor do 1.º curso póde ser desempenhado, na falta de capellão, por um padre ou missionario contractado pelo Governo geral e percebendo a gratificação de 144\$000 réis;

c) A época de abertura dos cursos será no dia 1 de setembro de cada anno, fechando-se o 2.º curso em 30 de abril do anno seguinte;

d) Os exames do 2.º curso effectuar-se-hão no mez de maio;

e) O fundo especial das escolas regimentaes será constituido pelas verbas mencionadas nos n.ºs 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 6.º do art. 58.º do respectivo regulamento e mais uma verba orçamental estabelecida annualmente.

3.º Que o regulamento para a promoção dos postos inferiores do exercito de 16 de julho de 1896, em vigor no exercito do reino, seja posto em execução na provincia, com as seguintes alterações que serão appensas ao mesmo regulamento:

a) As condições para a promoção a sargento ajudante serão:

1.ª Maior antiguidade no posto de 1.º sargento;

2.ª Ter, pelo menos, tres annos de serviço sujeito á nomeação de escala no seu posto;

3.ª Ter bom comportamento militar, aptidão physica e profissional reconhecida pelas informações dos respectivos commandantes.

b) O jury para os concursos nos batalhões será assim constituido:

Presidente, o major; vogaes, dois capitães, o subalerno mais antigo e o ajudante, que servirá de secretario.

c) Na bateria de artilheria, companhia de policia, companhias independentes e deposito geral de degredados, o jury será constituido por tres subalternos para os primeiros e pelo 2.º commandante e dois subalternos para o ultimo.

d) O jury para o concurso aos diversos postos na companhia de saude será constituido por dois facultativos do quadro de saude e pelo commandante da companhia.

4.ª Que uma commissão composta do tenente-coronel de artilheria do exercito do reino, Firmino Maria Antunes do Valle, chefe da administração militar; major de infantaria do mesmo exercito, Antonio Xavier Crato, commandante interino do batalhão de caçadores n.º 2; capitão de infantaria do mesmo exercito, Antonio de Sousa Correia, commandante da companhia de policia; tenente de engenharia do mesmo exercito, Sebastião Augusto Nunes da Matta; e tenente do quadro occidental, Joaquim, sub-chefe da Repartição militar; servindo o primeiro de presidente e o ultimo de secretario, proceda á elaboração de um plano de creação de escolas regimentaes e respectivas bibliothecas sobre as bases opportunamente apresentadas pela Repartição militar.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do Governo em Loanda, 23 de março de 1900. — *Antonio Duarte Ramada Curto*, Governador geral.

Regulamento provisório para a instrucção annual das tropas de 1.ª linha da guarnição da provincia

SECÇÃO I

Disposições geraes

Art. 1.º A instrucção annual será ministrada ás tropas em geral, e aos officiaes e officiaes inferiores, em especial, pela fôrma determinada nas secções II, III e IV do presente regulamento, e divide-se em geral e especial.

Art. 2.º Os Governadores de districto, na sua qualidade de commandantes superiores de circumscripções militares, sem intervirem na technica do ensino, deverão verificar, de preferencia no fim dos periodos de instrucção, se nas unidades da sua circumscripção se ministra com zelo e assiduidade toda a instrucção preceituada no presente regulamento.

§ unico. No districto de Loanda este serviço incumbirá ao chefe de estado maior do Governo geral, na falta d'este ao chefe da Repartição militar ou ainda ao official superior para esse fim nomeado.

Art. 3.º Os inspectores de grupo de companhias isoladas são os primeiros responsáveis, para com a auctoridade superior da respectiva circumscripção militar, pelo exacto cumprimento do que preceitua o presente regulamento nas companhias debaixo da sua jurisdicção. E' a elles que cabe superintender em tudo o que diz respeito á instrucção, esclarecer as duvidas que possam apresentar-se e promover o aperfeiçoamento dos processos de ensino.

Art. 4.º Os commandantes de batalhão e de grupos de companhias reunidas são os responsáveis pela completa instrucção dos seus corpos. Vigiam cuidadosamente para que os seus subordinados conservem a iniciativa correspondente ao grau hierarchico que occupam, bem como a responsabilidade que d'ella se deriva, tudo na conformidade dos regulamentos em vigor.

A sua influencia deve manifestar-se mais pela impulsão reguladora dada ao complexo da instrucção, do que pela immediata ingerencia nos pormenores.

Art. 5.º Aos commandantes das companhias isoladas e aos capitães nos grupos ou batalhões compete a instrucção theorico-pratica das praças da companhia na conformidade do preceituado na respectiva ordenança e presente regulamento.

§ 1.º O capitão, ou o seu immediato quando o substituir, é o unico responsavel pela instrucção de todas as praças promptas da companhia, tornando se effectiva esta responsabilidade para com o official inspector, commandante do batalhão ou do grupo de companhias, sempre que fôr manifesta a sua negligencia ou inhabilidade.

§ 2.º Esta mesma responsabilidade têm para com os commandantes das respectivas circumscripções militares os officiaes commandantes d'outras unidades independentes.

SECÇÃO II

Instrucção geral

CAPITULO I

Batalhões e grupos de companhias

Art. 6.º A instrucção geral divide-se em :

Instrucção elemental ;

Instrucção preparatoria ;

Instrucção complementar ;

Correspondendo a outros tantos periodos do anno.

1.º Periodo

Instrucção elemental

(Janeiro e fevereiro)

Art. 7.º A instrucção elemental, com excepção do tiro ao alvo, é ministrada no quartel e comprehende :

a) Theoria elemental do tiro.

Esta theoria deve limitar se a ensinar ao soldado sómente o necessario para a execução dos exercicios preliminares.

b) Exercicios preliminares do tiro.

N'estes exercicios ter-se-ha em vista habilitar o soldado a fazer uso da sua arma no tiro ao alvo, nas differentes posições do atirador e empregando as variadas alças.

c) Tiro elemental ao alvo.

N'este exercicio procurar-se-ha observar, na parte compativel, o determinado no capitulo III do regulamento de tiro de 1895, e será executado por companhias, cada uma das quaes terá duas sessões por quinzena. O numero de cartuchos por praça é de 5 a 10 em cada sessão.

d) Nomenclatura de armamento, correame e equipamento.

Esta theoria deve limitar-se ao conhecimento do indispensavel, apenas.

e) Limpeza do armamento, correame e equipamento.

Ensino pratico.

- f) Continenças e honras militares.
- g) Deveres no serviço de guarnição.
- h) Deveres no serviço de campanha.

Esta theoria será ministrada especialmente aos cabos e soldados mais intelligentes e desembaraçados.

i) Empacotamento de roupa; equipar e desequipar em ordem de marcha.

j) Tactica abstracta

Escola de esquadra e pelotão.

Art. 8.º Haverá instrucção tres dias por semana, não contando com o dia destinado á carreira de tiro e guardando-se os dias santos, de gala e sabbados. O respectivo horario deverá ser organizado na secretaria do corpo ou grupo, de fórma que haja uma instrucção de manhã ou de tarde, durando duas horas, incluindo meia hora para descanso.

Art. 9.º A instrucção será por companhias, ministrada pelos subalternos, coadjuvados pelos sargentos e dirigida pelo capitão ou seu substituto.

A esta instrucção comparecem todas as praças promptas das companhias e bem assim os recrutas, sempre que isto se possa fazer sem prejuizo da sua instrucção especial.

As praças impedidas dos officiaes e no serviço interno (com excepção das impedidas no rancho), deverão tomar parte, pelo menos duas vezes no mez, nas sessões de instrucção de caserna da sua companhia.

§ 1.º Quando a falta de officiaes no effectivo da companhia seja tal, que se torne impossivel ministrar a instrucção, o commandante do corpo ou grupo, recorrendo aos officiaes de outras companhias providenciará da melhor fórma para que não haja interrupção no ensino.

§ 2.º Quando o numero de praças presentes para instrucção, em qualquer das companhias, fôr inferior a trinta e duas, serão ellas incorporadas nos effectivos de outras companhias, mas sómente para os efeitos dos exercicios de tactica abstracta de pelotão a que se refere a alinea j).

Art. 10.º No fim das oito sessões de tiro d'este periodo, proceder-se ha á classificaçã dos atiradores pelo modo indicado nas tabellas que fazem parte do regulamento de tiro.

Aquelles que satisfizerem ás condições estabelecidas serão propostos para a 2.ª classe.

2.º Periodo

Instrucção preparatoria

(Março a Junho)

Art. 11.º A instrucção preparatoria comprehenderá:

a) Tiro com cartucho desembalado;

Este tiro deve ser sempre a applicação da theoria ministrada. N'elle se preparará o soldado para o tiro de combate, habituando-o a carregar rapidamente e em precipitação a sua arma; procurar a posição mais conveniente; visar um alvo; emfim, realizar o mais rigorosamente possivel o preceituado no regulamento de tiro.

Será executado individualmente e por descargas de pelotão e secção, mas sempre á voz para obrigar á disciplina do fogo.

b) Tiro elementar ao alvo;

Na execução d'este exercicio observar-se-ha o exposto na alinea c) do artigo 7.º, tendo cada companhia uma sessão por semana.

c) Tactica abstracta;

Escolas de companhia e pelotão.

d) Serviço de campanha;

ESTACIONAMENTO — Comprehendendo: formações para acampar; trabalhos de bivaque; traçado e construcção de abrigos, defesas accessorias e cozinhas de campanha; serviço de segurança; construcção de postos de observação e de passagens improvisadas em desfiladeiros (rios, torrentes, pantanos, matto, etc.)

MARCHAS — Comprehendẽo: formações de marcha; passar d'estas para as de combate; serviço de segurança.

COMBATE. — Compreendendo: defesa dos acampamentos; combates de surpresa offensivos e defensivos; ataques de posições inimigas; passagem de desfiladeiros deante do adversario.

§ unico. N'esta instrucção deve ter-se muito em vista o emprego das formações tacticas que permittam um importante desenvolvimento de fogos e relativa solidez, taes como a linha desenvolvida, columna cerrada, circulo e columna contra a cavallaria (quadrado).

e) Exercício de avaliação de distancias e escola de orientação;

Exercícios praticos, sómente para as praças graduadas.

Art. 12.º N'este periodo o numero de dias destinados á instrucção será de dois em cada semana, não contando com os designados para as sessões de tiro ao alvo. A duração de cada exercício será regulada pelo commandante da companhia, em harmonia com as necessidades do ensino, mas nunca inferior a tres horas incluindo meia hora para descanso.

Art. 13.º Continúa a observar-se o preceituado nos art.ºs 8.º e 9.º e seus §§, com as restricções do artigo antecedente.

Art. 14.º Para os exercícios de tactica de companhia, esta deverá sempre ter a composição normal de tres pelotões. Havendo, porém, falta de praças para o completo dos effectivos minimos dos pelotões (16 filas), proceder-se-ha pela fôrma indicada no § 2.º do artigo 9.º

Art. 15.º No fim das primeiras sessões de tiro d'este periodo, proceder-se-ha á classificação dos atiradores que estão nos casos de passar á 1.ª classe, e no fim das ultimas oito sessões far-se-ha o apuramento dos atiradores de confiança, seguindo-se em tudo o preceituado no artigo 10.º

3.º Periodo

Instrucção complementar

(Julho e Agosto)

Art. 16.º A instrucção complementar comprehende:

a) Tiro de combate;

Este exercício será feito nas carreiras da guarnição regimentaes ou em terrenos apropriados. O tiro será individual, em atiradores e em descargas por pelotão, seguindo-se, quanto possivel, as determinações do regulamento de tiro n'esta parte.

§ 1.º Nas unidades cujos effectivos, na sua maioria, são constituídos de indigenas, a alça maxima empregada não excederá 800 metros, insistindo-se nas alças entre 200 e 400 metros.

§ 2.º Nas unidades constituídas de praças européas, as alças a adoptar serão as proprias do seu armamento até o maximo alcance efficaz.

§ 3.º Os exercícios de tiro de combate serão realizados por companhias, devendo cada uma d'estas ter tres sessões nos dois mezes.

b) Tactica abstracta;

Escola de companhia e batalhão.

c) Serviço de campanha;

Este comprehenderá os mesmos trabalhos estabelecidos para o periodo preparatorio.

d) Exercícios finaes;

Art. 17.º N'este periodo o numero de dias de instrucção será de um por semana, não contando com os destinados ás sessões de tiro de combate. A duração de cada exercício é regulada pela fôrma expressa no artigo 12.º

Art. 18.º Para os effectos dos exercícios de tactica abstracta e applicada de batalhão, deverá este ser constituído normalmente por quatro companhias a tres pelotões desde o maximo de trinta e tres filas até o minimo de dezeseis.

Quando, porém, o effectivo em praças promptas fôr tão reduzido que não permita a organização das quatro companhias, póde suppôr-se um grupo composto de tres ou duas apenas.

§ unico. Sempre que não seja possivel attingir este minimo, deixará de haver escola de batalhão.

Art. 19.º Os exercícios finaes terão logar na ultima quinzena de agosto, como remate da instrucção complementar. Serão determinados pelo Governo geral com a antecedencia precisa, fixando-se as guarnições onde devem realizar-se.

Em regra será escolhida a séde da 1.^a divisão em Loanda.

§ 1.^o Para a execução d'estes exercicios, será constituída uma columna mixta com os serviços auxiliares indispensaveis. O seu effectivo e composição póde ser segundo as circumstancias:

- Um batalhão de quatro companhias de duzentos homens;
- Uma secção de artilheria B. M. 7.^o e a competente guarnição; ou
- Um grupo de tres ou duas companhias, a duzentos homens;
- Uma secção de artilheria B. M. 7.^o e competente guarnição; ou
- Uma companhia de tres pelotões a trinta e duas filas;
- Uma bôcca de fogo B. M. 7.^o e respectiva guarnição; ou
- Uma companhia de tres pelotões e dezeseis filas;
- Uma bôcca de fogo B. M. 7.^o e respectiva guarnição.

§ 2.^o No respectivo quartel-general serão elaborados os themas dos exercicios e feitos todos os estudos necessarios sobre a composição da columna, organização dos serviços, estudo dos terrenos e levantamento de cartas.

Art. 20.^o O chefe de estado maior do Governo geral, ou na falta d'este um official superior nomeado pelo Governo, será o Director dos exercicios.

Art. 21.^o Aos exercicios do periodo de instrucção complementar concorrerão os capitães mais antigos da guarnição da provincia, que não tenham ainda prestado as provas do tirocinio para o posto de major.

Igualmente serão mandados apresentar nas guarnições, onde a instrucção do ultimo periodo tenha o desenvolvimento indicado nos artigos antecedentes, os primeiros sargentos mais antigos de cada corpo, unidade tactica ou serviço.

Art. 22.^o As guarnições onde se projecta realizar exercicios finaes poderão, em caso de necessidade e sempre que as circumstancias o permittam, ser reforçadas com tropas de outras unidades.

§ unico. Em ultimo caso, chamar-se-ha ao serviço dos corpos o numero de officiaes e praças de 2.^a linha, julgado indispensavel, a fim de substituirem no serviço de guarnição as forças de 1.^a linha.

Art. 23.^o O serviço de campanha será sempre feito em ordem de marcha.

CAPITULO II

Outras unidades tacticas

Companhia de dragões

1.^o Periodo

Art. 24.^o A instrucção a ministrar á companhia de dragões durante o 1.^o periodo, isto é, a instrucção elemental, constará do que fica dito para os batalhões e grupos de companhias nas alíneas a) a j) do artigo 7.^o do capitulo I, e ainda das seguintes:

- k) Nomenclatura e limpeza de arreios;
- l) Armar e desarmar as differentes peças do arreo;
- m) Limpeza e hygiene do cavallo.

2.^o Periodo

Art. 25.^o A instrucção preparatoria consta do que fica dito nas alíneas a) e b) do artigo 11.^o e mais o seguinte:

- c) Tactica abstracta;
- Escola de pelotão e esquadrão.
- d) Serviço de campanha;

ESTACIONAMENTO, MARCHA E COMBATE, — o que já foi estabelecido n'esta parte para os batalhões e grupos de companhias, devendo os officiaes ter em vista a parte do § 1.^o do artigo 11.^o que é applicavel, e não se esquecerem que a unidade a que pertencem é uma companhia de infantaria montada, e que, portanto, deve possuir todas as qualidades d'esta arma e mais uma, — a da mobilidade.

§ unico. Nos exercicios de tactica abstracta e applicada, procurar-se-ha obter uma perfeita correcção e rapidez nas manobras e evoluções, de fórma que facilmente se passe

da formação de marcha e concentração para a de combate, e vice-versa. Merecerão especial cuidado os exercícios de apear e montar debaixo do fogo; execução de contra-ataques por fracções a cavallo; retiradas subitas.

i) Marchas itinerarias.

Estes exercícios terão por fim habituar os cavalleiros e solipedes a marchas longas e realisadas em circumstancias convencionaes, que se approximem das de campanha; estudar as vantagens do systema de arreios em uso, do equipamento do soldado; apreciar as difficuldades em obter forragens; reconhecer os caminhos, passagens de linhas de agua, etc.

f) Exercícios de avaliação de distancias e escola de orientação.

Exercícios praticos.

Art. 26.º Neste periodo, o numero de dias de instrucção será de tres na semana, não contando com os destinados ás sessões de tiro ao alvo.

A duração de cada exercício será regulada pelo commandante da companhia, em harmonia com as necessidades do ensino, mas nunca inferior a tres horas, incluindo meia hora para descanso.

Art. 27.º No fim de cada serie de oito sessões de tiro na carreira de tiro, proceder-se-ha á classificação dos atiradores da fórma expressa nos artigos 10.º e 15.º do presente regulamento.

3.º Periodo

Art. 28.º A instrucção complementar comprehenderá:

a) Tiro de combate:

Pela fórma já descripta no artigo 16.º

b) Tactica abstracta;

Escola de esquadrão.

c) Serviço de campanha:

Como no periodo anterior.

d) Marchas itinerarias;

e) Exercícios finaes.

Art. 29.º Neste periodo o numero de dias de instrucção será de dois por semana, não incluindo os destinados ás sessões de tiro de combate. A duração de cada exercício será regulada pela fórma já prescripta.

Art. 30.º Só o Governo geral póde ordenar os exercícios finaes na séde da companhia, como preceitua o artigo 19.º

§ 1.º Para a execução d'estes exercícios, a companhia trabalhará juntamente com a secção de artilheria annexa, montando-se os serviços auxiliares precisos.

§ 2.º No quartel general do districto serão elaborados os themas e mais estudos, de que trata o § 2.º do artigo 19.º, pelo pessoal para esse fim nomeado pelo Governo geral.

Art. 31.º O serviço de campanha será feito sempre em ordem de marcha.

Art. 32.º Em toda a instrucção o commandante da companhia de dragões tomará como divisa o seguinte:

1.º Os dragões devem ser considerados infantes a quem é fornecida montada, como um meio de transporte primeiro que tudo, e só em extrema necessidade, ou em circumstancias excepcionalmente favoraveis, como uma arma de choque.

2.º A tactica de cavallaria será empregada especialmente nas evoluções e manobras que conduzam ás tres situações principaes de marcha, concentração e combate, as quaes evidentemente estão comprehendidas na tactica abstracta d'esta arma.

3.º O systema de combater da infantaria constitue um preceito para a infantaria montada, como o é para a infantaria em geral.

O emprego das formações apropriadas ao ataque e defesa, enumeradas no § 1.º do artigo 11.º, a disciplina do fogo, justeza do tiro, a firmeza na sella e resistencia a cavallo, para rapidamente e sem cansasso atacar o inimigo onde elle menos o espere, e concentrar-se em locaes de antemão determinados, é o que, sobretudo, deve prender a attenção dos respectivos commandantes.

4.º O soldado da companhia dos dragões tem de ser um sólido cavalleiro, bom manobrador e exímio atirador, para o que necessita de marchas aturadas, exercícios tacticos e repetidas sessões de tiro ao alvo.

Companhias de guerra isoladas

Art. 32.º A instrução annual para cada uma d'estas unidades será ministrada pela forma indicada no capitulo I d'este regulamento.

Bateria de artilheria

Art. 33.º Na bateria de artilheria, os exercicios sobre theorias serão effectuados pela forma já regulamentada.

Os exercicios de tiro de infantaria limitar-se-hão ao tiro elementar; o numero de sessões será de doze em todo o anno, uma cada mez.

Os exercicios de tactica abstracta serão os constantes da respectiva ordenança até á escola de bateria.

O serviço de campanha não terá o desenvolvimento preceituado para os batalhões e companhias de guerra, limitando-se apenas a exercicios de bivaque, organização de posições e tiro de artilheria com e sem projectil.

§ unico. Para a execução d'este tiro será solicitada superiormente a competente autorisação.

Companhia de policia

Art. 34.º Sendo a companhia de policia uma unidade destinada especialmente ao serviço de segurança do municipio de Loanda, as suas obrigações militares em tempo de paz são mais ou menos limitadas ás circumstancias, e por isso não poderá nunca receber uma instrução tão desenvolvida como as demais unidades da guarnição. Todavia, os respectivos commandantes envidarão todos os esforços para que, durante o anno, se realizem os seguintes exercicios:

a) Theorias:

Duas vezes por semana.

b) Exercicios preliminares de tiro:

De dois em dois mezes, pelo menos.

c) Tiro elementar ao alvo:

Uma vez cada mez.

d) Tactica abstracta:

Escola de pelotão, um exercicio mensal.

Art. 35.º Na execução d'estes exercicios seguir-se-ha, na parte applicavel, o preceituado no presente regulamento.

CAPITULO III

Destacamentos

Art. 36.º Em todos os destacamentos permanentes de força igual ou superior ao effectivo de um pelotão reduzido (16 filas) será ministrada, na parte que lhes disser respeito, a instrução constante dos capitulos I e II do presente regulamento, com excepção do tiro de combate e exercicios finais.

§ unico. Nas sédes d'estes destacamentos proceder-se-ha, sempre que se possa, á organização de uma carreira de tiro.

Art. 37.º Nos destacamentos cujos effectivos sejam muito reduzidos haverá apenas instrução elementar duas vezes por semana, excepto na parte que se refere ao tiro ao alvo.

Art. 38.º Os commandantes de destacamento são responsaveis para com os seus immediatos superiores pelo zelo e forma como dêem cumprimento ao serviço de instrução das praças sob as suas ordens.

Art. 39.º Todos os destacamentos passam a ser rendidos na época fixa de novembro a dezembro, de forma que, no dia 31 d'este ultimo mez, as forças que recolhem estejam promptas nos respectivos corpos ou unidades.

SECÇÃO III

Instrução especial

CAPITULO I

Instrução dos officiaes

Art. 40.º A instrução especial para officiaes consiste em exposições oraes, conferencias escriptas, relatorios, exercicios praticos, enfim, toda a especie de trabalhos sobre assumpto militar propostos aos capitães e subalternos pelos superiores immediatos, e ainda os apresentados voluntariamente por qualquer official.

Art. 41.º Com a instrução a que se refere o artigo antecedente ter-se-ha em vista apreciar e desenvolver os conhecimentos não só profissionaes, mas tambem outros que, embora não sejam da especialidade, devem, todavia, fazer parte integrante da bagagem litteraria de todo o official no ultramar.

Art. 42.º Aos majores dos batalhões, aos commandantes de grupos de companhias e de outras unidades independentes, incumbe a obrigação de dirigirem toda a instrução dos officiaes seus subordinados. Esta será dada nos dias e ás horas que os respectivos commandantes determinarem, tendo em attenção as necessidades do serviço regimental e da instrução geral de que trata a secção II, e comprehenderá:

a) Tiro de revolver:

Este exercicio realisar se-ha o numero de vezes determinado pelo commandante, em local apropriado, no quartel ou fóra d'este, presidindo o major ou official mais graduado.

As munições consumidas n'estes exercicios são fornecidas pelo Estado até o numero de noventa cartuchos embalados, por official, em cada anno.

b) Serviço de campanha:

Theorias e resolução de problemas tacticos na carta.

c) Trabalhos topographicos;

d) Noções geraes sobre:

Traçado de estradas; construcção de pontes gentilicas, de edificações a zinco, madeira e adobo; construcção e inutilisação de linhas ferreas.

e) Hygiene colonial;

f) Esgrima de florete e sabre;

g) Tiro de artilheria B. M. 7.º;

Emprego das tres especies de projecteis: granada ordinaria, granada com balas e lanternetas.

h) Conferencias sobre:

1.º Estudos chorographicos e geologicos da provincia; dos povos mais importantes, seus usos e costumes guerreiros; historia militar de Angola.

2.º Organização militar ultramarina; fardamentos, armamentos e equipamentos; serviço dos transportes militares na provincia (processos mais praticos); descripção das forças coloniaes estrangeiras.

3.º Tactica de combate, de marcha e estacionamento; serviço de segurança em campanha (applicação ás guerras de Africa); historia das campanhas dos inglezes e francezes em Africa; fortificação colonial.

4.º Operações de pequena guerra.

5.º Serviços auxiliares.

6.º Emprego de explosivos na guerra.

Art. 43.º As copias dos relatorios, conferencias e outros quaesquer trabalhos d'este genero, feitos por officiaes, nos termos indicados n'este capitulo, serão enviados pelos commandantes dos corpos e unidades independentes á Repartição militar do Governo geral, que remetterá ao Ministerio da marinha e ultramar as que fôrem dignas de particular apreço.

Os originaes ficarão archivados nas secretarias dos corpos, onde haverá o competente registo.

CAPITULO II

Instrucção dos sargentos

Art. 44.º Os officiaes inferiores dos batalhões, os das companhias e unidades independentes e os presentes nos destacamentos de que tratam os artigos 36.º e 37.º do presente regulamento, além da instrucção geral a que naturalmente são obrigados, terão mais a seguinte instrucção especial:

a) Serviço de escripturação, administração e contabilidade da companhia; serviço de escripturação regimental;

b) Legislação e regulamentos militares;

c) Leitura de cartas topographicas;

d) Orientação por meio das cartas, bussola, sol, estrellas, etc.;

e) Redacção de itinerarios.

f) Telegraphia electrica, e optica por meio do heliographo e bandeiras.

g) Fortificação colonial.

Art. 45.º Os primeiros sargentos terão mais:

a) Levantamentos topographicos.

Exercicios praticos pelos methodos expeditos (equipagem Pigné), e por meio da prancheta e alidade-eclimetro.

b) Tiro com metralhadoras e peças B. M. 7.º

Art. 46.º Esta instrucção será ministrada, uma vez por semana, pelos ajudantes nos batalhões e, pelo subalterno, para esse fim nomeado, nas companhias independentes e destacamentos, não durando cada lição theorica mais de uma hora, e as praticas, duas.

§ unico. Para os effeitos da instrucção a que se refere a alinea b) do artigo 45.º, os primeiros sargentos, para esse fim nomeados, apresentar-se-hão nas épocas mais proprias e duas vezes no anno, pelo menos, aos commandantes das forças de artilheria estacionadas nos locaes mais proximos dos respectivos quartéis.

SECÇÃO IV

Observações

Art. 47.º Os mezes de setembro a dezembro, em seguida ao terceiro periodo de instrucção, serão de descanso, podendo, quando o Governo geral assim o entender, ordenar-se, nos dois primeiros, sessões de tiro especial (tiro demonstrativo, de aperfeiçoamento colectivo, de inspecção e concursos de tiro), em harmonia com o preceituado nos artigos 4.º e 5.º do capitulo III da ultima parte do regulamento de tiro.

Art. 48.º Os commandantes de batalhão e outras unidades independentes enviarão, no fim de cada periodo de instrucção, á Repartição militar, por intermédio dos quartéis generaes das respectivas divisões, relatorios circumstanciados sobre os resultados da instrucção, motivando quaesquer alterações que tenham sido obrigados a introduzir no regimen do ensino, e ainda propondo as modificações que a boa pratica tenha aconselhado.

Art. 49.º Em tudo o que não se opponha á indole especial do presente regulamento se deverá procurar observar o exposto no capitulo IV do regulamento a que se refere o decreto de 12 de julho de 1894, inserto na ordem do exercito, n.º 12, do citado mez e anno.

SECÇÃO V

Carreiras de tiro

Art. 50.º Nos locaes, sédes de batalhões, grupos de companhias e outras unidades independentes, haverá uma carreira de tiro de guarnição ou regimental, segundo o numero de unidades que á mesma possam concorrer.

§ unico. Nas sédes dos destacamentos permanentes e cujos effectivos não sejam inferiores aos previstos no artigo 36.º do presente regulamento, procurar-se-ha obter uma carreira appropriada, a expensas do municipio e subsidiada pelo Estado, a qual terá o nome de — carreira de tiro municipal.

Art. 51.^o As carreiras de tiro mencionadas no artigo antecedente e seu § unico, organisadas conforme o preceituado na 2.^a parte do regulamento de tiro para as armas portateis, de 26 de novembro de 1892, são destinadas á execução do tiro ao alvo pelas tropas e individuos da classe civil, em conformidade do estabelecido no presente regulamento, para as primeiras, e do regulamento modificado de 18 de agosto de 1893, para os segundos.

§ unico. Na impossibilidade de se tornar effectiva qualquer determinação que tenha em vista fixar a época de incorporação dos recrutas nas differentes unidades da guarnição, as escolas de recrutas, que, porventura, não estejam promptas da instrucção em 31 de dezembro do anno do seu alistamento, recebem a instrucção do tiro ao alvo nas sessões a que se refere o capitulo I da secção II.

Art. 52.^o O pessoal permanente das carreiras de tiro será, quanto possivel, constituido pelo modo indicado em o n.^o 365.^o da 3.^a e 4.^a partes do regulamento de tiro, e com as mesmas attribuições e deveres ali impostos.

Art. 53.^o Na carreira de tiro da guarnição de Loanda, o official encarregado de coadjuvar o capitão director, será o subalterno da bateria de artilheria, o qual, accumulando este com o serviço da sua unidade, será directamente responsavel, para com o director, pela boa ordem e asseio da carreira, disciplina do pessoal menor e carga do material, percebendo uma gratificação mensal de 10\$000 réis.

Art. 54.^o A administração da carreira de tiro da guarnição de Loanda estará a cargo do Conselho administrativo da bateria de artilheria.

Art. 55.^o Todo o material preciso para a instrucção nas carreiras de tiro será fornecido pelo deposito geral de material de guerra e constituirá carga ás mesmas carreiras.

O material para a instrucção de tiro em cada companhia será adquirido directamente pelo Conselho administrativo, mediante requisição devidamente auctorisada.

O material para as carreiras de tiro municipaes, que, porventura, venham a organizar-se, será adquirido e fornecido pelos municipios respectivos, nos termos do § unico do artigo 50.^o, ficando os commandantes dos destacamentos directamente responsaveis pela sua existencia e conservação.

Art. 56.^o Cada uma das carreiras de tiro de guarnição e regimentaes terá um fundo proprio constituido por:

- 1.^o Subsídio annual do Governo, inscripto no orçamento;
- 2.^o Donativos particulares;
- 3.^o Excedente de 10 réis no preço de cada cartucho fornecido pela carreira aos atiradores civis;
- 4.^o 5 por cento do fundo das escolas regimentaes.

§ unico. Este fundo é destinado a gratificações de pessoal, despesas de conservação, aquisição de material e quaesquer outras classificadas de «miudas».

Art. 57.^o As munições que as tropas e individuos da classe civil tenham de consumir nas differentes sessões serão fornecidas pelas carreiras de tiro, que as requisitarão ás estações competentes com a devida antecedencia.

Art. 58.^o O numero e especie de artigos, que deverá possuir uma carreira de tiro de guarnição regimental e cada companhia, será o constante das tabellas annexas ao regulamento de tiro.

As carreiras municipaes terão apenas o indispensavel em harmonia com os effectivos dos destacamentos.

Repartição militar em Loanda, 23 de março de 1900.—O chefe do estado maior, *José Augusto Alves Roçadas*, capitão do corpo do estado maior.

Regulamento para os exercicios de tiro de individuos da classe civil nas carreiras militares da provincia de Angola

1.^o Nas localidades em que haja carreira de tiro deverá a auctoridade militar superior conceder permissão aos individuos da classe civil ou militares reservistas, que desejem exercitar-se no tiro ao alvo, conforme o determinado n'este regulamento.

2.^o Estes exercicios terão logar aos domingos e dias santificados durante todo o anno.

3.^o O ingresso na carreira é gratuito para todos os individuos, qualquer que seja a sua fortuna ou posição social; e, para gosar da concessão a que se refere o n.^o 1.^o, é

sufficiente que se apresentem ao respectivo Director, declarando sujeitar-se ás condições seguintes:

Obedecer ás indicações do pessoal da carreira, em tudo quanto diga respeito ao regimen, boa ordem e disciplina especial dos exercicios de tiro;

Submeter-se a todas as exigencias do ensino que lhes forem feitas pelos instructores;

Pagarem os cartuchos que desejarem consumir.

4.º São excluidos de tomar parte nos exercicios de tiro ao alvo os menores de quinze annos e os que, por qualquer defeito organico, não sejam aptos para estes exercicios.

5.º Aos atiradores serão fornecidas armas «Martini» e de repetição (k)^m/1886, ou «Manlicher» e respectivos cartuchos que serão pagos pelo preço respectivo augmentado de 10 réis em cada um. Este augmento é destinado aos fundos da carreira, como se acha preceituado no artigo 56.º do regulamento para a instrucção theorico pratica.

6.º Aos atiradores é permittido empregar quaesquer outras armas com que desejem atirar, sob a condição de offerecerem as devidas garantias de segurança e justeza.

7.º A instrucção será ministrada segundo os processos em uso no exercito e em harmonia com os regulamentos.

8.º O Director da carreira de tiro e, em geral, os instructores e marcadores, serão os da carreira da guarnição ou regimental da localidade.

9.º A auctoridade militar passará gratuitamente, e sempre que lhe forem pedidos, os attestados de aproveitamento e frequencia dos atiradores da classe civil.

10.º Quaesquer desattenções praticadas para com o pessoal director das carreiras, por um individuo pertencente ao grupo de atiradores civis, motivará a sua exclusão temporaria ou permanente da carreira, segundo a gravidade do acto commettido, o que será determinado pela auctoridade militar da localidade.

11.º A instrucção comprehenderá:

a) Exercicios preliminares;

b) Tiro elementar até 600 metros;

c) Tiro especial.

12.º Os exercicios preliminares serão sómente obrigatorios para os individuos que se declararem completamente alheios ao uso das armas de fogo e para aquelles que derem provas de não possuir o grau de preparação necessaria para tomar parte nos exercicios de tiro ao alvo.

13.º O tiro elementar e especial executar-se-ha conforme o determinado no regulamento de tiro para as armas portateis, ou sobre alvos privativos das sociedades e sem que, de distancia para distancia, se attenda á percentagem obtida pelo atirador e ao numero de tiros disparados.

A instrucção do tiro especial sómente será dada aos individuos melhor classificados como atiradores, precedendo proposta do Director da carreira de tiro, approvada pelo Governo geral.

14.º Os atiradores civis serão inscriptos n'um livro de registo (modelo A) e a cada um d'elles será entregue uma minuta (modelo B) com designação dos tiros acertados e não acertados em cada sessão.

15.º Ao Director da carreira, auxiliado pelo mais pessoal, compete, além das obrigações impostas pelo regulamento de tiro para as armas portateis e aqui applicaveis, os seguintes deveres especiaes:

Escrever o registo do tiro e as minutas individuaes, conforme os modelos juntos;

Dirigir o ensino de modo a obter o maximo proveito da instrucção ministrada e preparar os instructores, quer civis quer militares, que o hão de coadjuvar;

Fazer observar todas as medidas de segurança e disciplina entre o pessoal civil que frequentar a carreira;

Passar minuciosa revista ás armas que lhe forem apresentadas, excluindo as que não offereçam as condições indispensaveis de segurança e justeza;

Entregar, no fim de cada mez, ao Conselho administrativo do corpo encarregado de fazer as despesas de expediente da carreira, o producto da venda das munições;

Informar, mensalmente, a auctoridade militar sob cujas ordens servir, do numero de atiradores matriculados e das munições consumidas durante o mez;

Remetter no fim da época dos exercicios á mesma auctoridade um relatorio circumstanciado acerca da instrucção, mostrando os resultados obtidos na classificação e nos concursos, as causas que, porventura, tenham embaraçado ou favorecido o desenvolvimento da instrucção e os meios mais consentaneos a adoptar para fazer progredir a instrucção de tiro civil;

O relatório será acompanhado por um mappa recapitulando as munições consumidas durante o anno, com designação dos cartuchos que falharem.

16.º Ao pessoal das carreiras serão abonadas gratificações especiaes pelo serviço prestado nos domingos e dias santificados.

17.º Nenhuma carreira será posta ao serviço do tiro civil sem que se hajam inscripto, pelo menos, doze individuos, não proseguindo a instrucção se no fim de cada mez não houver egual numero de atiradores a instruir.

18.º E' permittido aos individuos da classe civil organizar, entre si, grupos ou sociedades de tiro, dirigidos por conta propria (salvo a superintendencia do Director da carreira), e adquirir, a expensas suas, o material de tiro que mais preferam para seu uso.

19.º Nos mezes de novembro e dezembro verificar-se-hão os concursos de tiro em que tomarão parte os atiradores de 1.ª classe.

20.º Pelo Governó geral serão fixadas as condições dos concursos bem como o numero e valor dos premios a conceder.

21.º As auctoridades militares, de accordo com as municipalidades, fornecerão todos os recursos de que dispuzerem para abrilhantar o mais possivel estas sessões de concurso.

22.º Logo que em qualquer localidade se organizar, nos termos d'este regulamento, um grupo ou sociedade de atiradores civis, a auctoridade militar superior assim o participará para o Governo geral (Repartição militar).

Repartição militar em Loanda, 23 de março de 1900.—O chefe do estado maior, *José Augusto Alves Rogadas*, capitão do corpo do estado maior.

(MODELO A)

Data da entrada		Nomes		Idade		Naturalidade		Profissão		Tiro elemental																		Tiro especial		Observações													
										100 metros			200 metros			300 metros			400 metros			500 metros			600 metros																		
										Acertados			Não acertados			Por cento			Acertados			Não acertados			Por cento			Acertados			Não acertados			Por cento			Por cento médio		Alvos-figuras		Alvos moveis		

(MODELO B)

Carreira de tiro de

Distancia metros

Nome	Acertados	Não acertados	Observações

Data ...

O instructor,

F ...

(MODELO B)

Carreira de tiro de

Distancia metros

Nome	Acertados	Não acertados	Observações

Data ...

O instructor,

F ...

Reconhecendo se do relatório do Director de obras publicas da provincia de Moçambique, referido ao anno economico de 1898-1899, que uma grande maioria das obras executadas durante aquelle anno foram motivadas por notas escriptas ou ordens verbaes urgentes, feitas directamente pelos Governadores dos districtos aos chefes das secções de obras publicas, sendo alguns dos respectivos orçamentos apenas feitos depois da conclusão d'aquellas obras, por falta de tempo e de pessoal para elaboral os em época competente; facto este que está em manifesta contradicção com o disposto nos artigos 17.º, 18.º e 23.º da organização dos serviços de obras publicas nas provincias ultramarinas, approvada por decreto de 20 de agosto de 1892; reconhecendo-se ainda do mesmo relatório que, com menosprezo de um dos principios fundamentaes da referida organização, a execução de algumas obras na secção de obras publicas de Moçambique foi dirigida por individuos estranhos ao pessoal technico de obras publicas, aos quaes não pôde exigir-se responsabilidade technica legal pelos defeitos de construcção que, porventura, apresentem as mesmas obras, sendo estes factos incompatíveis com a boa ordem, regularidade e fiscalisação indispensaveis no serviço de obras publicas e com o respeito pelas attribuições hierarchicas que, segundo a lei, competem ás auctoridades das provincias relacionadas com aquelle serviço: determina Sua Magestade El Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que o Governador geral da provincia de Moçambique dê as instrucções necessarias aos Governadores dos districtos e ao Director de obras publicas para que sejam mantidos em plena execução, não só os principios fundamentaes, mas tambem as disposições da organização dos serviços de obras publicas das provincias ultramarinas, approvadas por decreto de 20 de agosto de 1892.

O que se communica ao conselheiro Director geral do ultramar, para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 17 de julho de 1900. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 6, de 18 de junho do corrente anno, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar de lhe dizer que pelo regulamento de sanidade maritima, de 21 de janeiro de 1897, em vigor, o procedimento das Estações de saude não se determina pela qualificação sanitaria dos portos, mas sim pelos elementos preceituados nos artigos 91.º e seguintes d'aquelle diploma de xando por esse motivo de ser expedidos pelo Ministerio do reino boletins de sanidade maritima desde a publicação do referido regulamento. A qualificação official dos portos de procedencia, escala ou arribada da embarcação, a que se referia o n.º 8.º do art. 90.º do regulamento de sanidade maritima de 4 de outubro de 1889, não está incluída no art. 94.º do regulamento em vigor que lhe corresponde, sendo substituída por informações telegraphicas ou outras fidedignas relativas ás occorrencias sanitarias dos portos de procedencia, escala ou arribada nos dias anteriores ou posteriores áquelle em que o navio tiver partido.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 18 de julho de 1900. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Sub-chefe interino do serviço de saude de S. Thomé e Príncipe. — O Director geral, *F. F. Dias Costa.*

Tendo sido submettido á approvação do Governo o projecto de regulamento para o serviço da officina do Estado na ilha de S. Vicente de Cabo Verde, que n'esta provincia, e por Portaria provincial de 23 de maio do anno passado, tem estado provisoriamente em execução;

Considerando que as disposições d'este regulamento são, em geral, identicas ás que estão decretadas para os estabelecimentos similares de outras provincias ultramarinas, e tem por fim melhorar o serviço da referida officina;

Conformando-me com o parecer da Junta consultiva do ultramar, e tendo ouvido o Conselho de Ministros;

Usando da auctorisação concedida ao Governo pelo § 1.º do art. 15.º do primeiro Acto adicional á carta constitucional;

Hei por bem decretar o seguinte :

Artigo 1.º E' approvedo o regulamento da officina do Estado na ilha de S. Vicente de Cabo Verde, mandado pôr em execução, provisoriamente, por Portaria provincial de 23 de maio de 1899.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. — Paço, em 19 de julho de 1900. — REI. — *Antonio Teixeira de Sousa.*

Portaria provincial a que se refere o decto supra

Ouvido o Conselho do Governo, hei por conveniente approvar, e mandar que seja executado, até resolução do Governo de Sua Magestade a tal respeito, o regulamento que será publicado com a presente portaria, para o serviço da officina do Estado na ilha de S. Vicente.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução da presente competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do Governo, na cidade da Praia, 23 de maio de 1899. — *João Cezario da Lacerda*, Governador.

Regulamento para o serviço da officina do Estado, na ilha de S. Vicente

CAPITULO I

Fins do estabelecimento

Artigo 1.º A officina do Estado tem por fins :

1.º Fabricar e reparar todo o material dos vapores destinados ás visitas de serviço no porto Grande da ilha de S. Vicente ;

2.º Executar obras da sua especialidade, que lhe sejam ordenadas pelo Governo da provincia, ou requisitadas pela Repartição das obras publicas ou pela capitania dos portos ;

3.º Executar as que lhe forem requisitadas pelos commandantes dos navios de guerra portuguezes ;

4.º Executar todos os trabalhos que lhe sejam solicitados por particulares ou por navios de guerra estrangeiros, e que sejam compativeis com os recursos do estabelecimento, quando não estorvem a execução dos designados nos numeros anteriores.

CAPITULO II

Pessoal

Art. 2.º O pessoal da officina compõe-se de :

Um inspector, que é o capitão dos portos da provincia ;

Um chefe da officina, conductor de machinas do corpo de marinheiros da armada, contractado pelo Governo ;

Um serralheiro mechanico, egualmente contractado ;

Os fogueiros dos vapores de visitas no porto ;

Tres aprendizes.

Art. 3.º Os aprendizes do quadro vencerão o salario de 200 réis no primeiro anno, de 250 no segundo e de 300 no terceiro. A sua admissão fica, porém, dependente de que este regulamento seja approvedo pelo Governo de Sua Magestade.

Art. 4.º Além dos aprendizes do quadro, poderão ser admittidos alguns supranumerarios, sem vencimento, e cujo numero não embarace a boa ordem dos trabalhos.

Art. 5.º Os aprendizes de que tratam os dois artigos antecedentes deverão ser naturaes da provincia e de ilhas differentes.

Art. 6.º Os aprendizes do quadro serão mandados admittir pelo Governador da provincia, sobre proposta do inspector da officina; os supranumerarios serão admittidos pelo mesmo inspector.

Art. 7.º São condições essenciaes, para ser admittido como aprendiz, quer do quadro quer supranumerario:

1.º Não ter menos de 14 annos de idade, nem mais de 18;

2.º Ter a necessaria robustez; ter sido vaccinado com resultado positivo e não soffrer molestia contagiosa, o que tudo será attestado por um fultativo do quadro de saude;

3.º Saber ler, escrever e as quatro operações arithmeticas sobre numeros inteiros e decimaes, o que será verificado pelo inspector da officina, na falta de certidão de exame do ensino primario elementar, feito em escola do Estado ou municipal.

Art. 8.º O aprendiz que no fim do primeiro anno de ensino não mostrar aptidão para o mister ou que, embora o mostre, não revele applicação, será despedido.

Art. 9.º Os aprendizes, quando para isso estejam habilitados, serão incumbidos, por escala, do trabalho da caldeira, bem como da sua limpeza e conservação.

Art. 10.º Quando o chefe da officina considere um aprendiz já plenamente habilitado para o exercicio da sua profissão, assim o communicará ao inspector, que o submeterá a exame. Este será feito perante um jury presidido pelo mesmo inspector e de que também farão parte o chefe da officina e o serralheiro. Ao aprendiz, no caso de ser approved, se entregará uma certidão do resultado do exame, extrahida do livro de matricula.

CAPITULO III

Contabilidade da officina

Art. 11.º Todo o material da officina, comprehendidos os mecanismos e ferramentas, estarão a cargo do respectivo chefe.

Art. 12.º As requisições do material para fabricos e reparações serão feitas pelo mesmo chefe e, depois de visadas pelo inspector, serão submittidas á auctorisação do Governo da provincia.

Serão sempre feitas em duplicado.

§ unico. Em caso de urgencia o inspector poderá determinar a acquisição do material, independentemente de auctorisação do Governador, a quem participará o haver assim procedido.

Art. 13.º Toda a obra executada na officina terá um numero de ordem e será escripturada n'um livro especial em que, além do numero, será designada a sua natureza, a Repartição ou pessoa a que é destinada, a quantidade e o valor do material despendido, o valor da mão d'obra e os addicionaes a que fica sujeito o custo da mesma obra, segundo os preceitos do artigo 14.º, quando devam ser cobrados, bem como o praso dentro do qual deva estar concluida.

Art. 14.º O custo dos trabalhos executados, que não sejam para o serviço publico da provincia, será regulado pela seguinte fôrma:

1.º Sendo para Estações officiaes estranhas á provincia, o preço será constituido pelo valor do material empregado, augmentado com 3 por cento, e mais o da mão de obra com 10 por cento de accrescimo:

2.º Nas obras particulares será do mesmo modo calculado o preço pela somma do valor do material empregado e do da mão de obra, augmentados o primeiro com 6 e o segundo com 10 por cento;

3.º Em ambos os casos dos numeros antecedentes, ao custo calculado se addicionarão os 3 por cento de que trata o artigo 20.º

Art. 15.º O valor da mão de obra será calculado pelo chefe da officina de accôrdo com o serralheiro mechanico.

Art. 16.º Quando se trate de obras particulares, preceederá sempre ajuste, em harmonia com o determinado no n.º 2.º do artigo 14.º, e do custo total o interessado pagará logo metade no cofre da recebedoria do concelho, para o que receberá uma guia em duplicado, passada pelo chefe da officina. Sem a apresentação da guia, com a nota do pagamento effectuado, não se dará principio ao trabalho.

Art. 17.º Quando esteja concluida qualquer obra particular, o chefe da officina entregará ao interessado uma guia em duplicado para que elle pague na recebedoria do concelho a metade restante do custo, sem o que a obra não será entregue.

Art. 18.º Na officina haverá os seguintes livros, escripturados pelo respectivo chefe Inventario de todas as machinas, utensilios, ferramentas e mobilia;

Livro de registo das obras, nos termos do artigo 13.º;

Livro de receita e despesa, no qual será escripturado todo o material recebido para obras e o despendido;

Livro de conta corrente com a Repartição de fazenda provincial;

Livro de matricula dos aprendizes, do qual constem nomes, naturalidades, edades, filiação, datas de admissão, datas de saída, exames, castigos soffridos, etc.

Livro de termos de inutilisação.

§ 1.º Dos assentamentos do livro de receita e despesa serão documentos: dos de receita, as facturas dos fornecedores ou guias de qualquer outra Repartição publica; dos de despesa, as relações do material despendido nas differentes obras, extrahidas do respectivo livro de registo e visadas pelo inspector, os termos de inutilisação e quaesquer outros documentos justificativos.

§ 2.º As facturas e guias a que se refere o § antecedente serão sempre enviadas ao escrivão de fazenda do concelho, que, em vista d'ellas, carregará ao chefe da officina o material que designarem, em livro especial conservado na Repartição de fazenda, entregando-as depois, com tal assentamento averbado, ao mesmo encarregado.

Art. 19.º As inutilisações do material assistirá o escrivão de fazenda do concelho, que, com o inspector e o chefe da officina, assignará o respectivo termo.

Quando os objectos dados como inuteis para o serviço a que estavam destinados puderem ter outra applicação na officina, serão, como taes, carregados de novo ao chefe. Fora d'esse caso e quando possam ainda ser utilizados de qualquer maneira, serão vendidos em hasta publica, entrando o producto no cofre da fazenda.

Art. 20.º O chefe da officina perceberá 3 por cento deduzidos do preço total de todas as obras que não forem destinadas ao serviço publico da provincia.

Essa percentagem ser-lhe-ha paga trimestralmente, depois de liquidada na Repartição de fazenda do concelho.

Art. 21.º O encarregado da officina prestará contas annualmente, em conformidade com a lei.

CAPITULO IV

Disposições geraes

Art. 22.º Havendo na officina grande affluencia de trabalhos urgentes, o inspector poderá contractar pessoal extraordinario a jornal, despedindo-o logo que se torne dispensavel.

Art. 23.º O trabalho da officina durará:

Nos mezes de abril a setembro: das 6 horas da manhã ás 9, das 10 ás 2 da tarde, e das 4 ás 6 da tarde.

Nos mezes de outubro a março: — das 7 horas da manhã ás 9, das 10 ás 2 da tarde, e das 3 ás 5,30^m (pm.)

Art. 24.º É facultado aos commandos dos navios de guerra portuguezes o mandarem para a officina os artistas das suas guarnições para trabalharem nas obras que houverem requisitado, pagando o material que despendam com o augmento designado no n.º 1.º do artigo 14.º, e, no caso do trabalho ser auxiliado pelo pessoal da officina; metade do valor da mão de obra, e pagando mais, em todo o caso, 10 por cento sobre o valor total d'esta.

Art. 25.º As faltas de disciplina commettidas pelo pessoal operario e aprendizes serão punidas com as penas de admoestação, reprehensão e multa.

As duas primeiras poderão ser applicadas pelo chefe da officina; a terceira só pelo inspector, não devendo exceder a immo tancia de quatro dias de vencimento.

Em casos mais graves ou de repetidas reincidencias será o delinquente expulso, devendo a expulsão ser determinada pelo Governador da provincia sobre proposta do inspector, salvo quando se trate de aprendizes supranumerarios, que poderão ser despedidos pelo inspector.

Em caso de crime previsto no codigo penal, será o criminoso entregue á auctoridade policial, para os fins legais.

Palacio do Governo da provincia, na cidade da Praia, 23 de maio de 1899. — *João Cezario de Lacerda*, Governador.

Considerando que se modificaram por completo, segundo informações officiaes, as circumstancias que haviam aconselhado o Commissario régio em Moçambique, por Portaria de 15 de maio de 1895, a permittir, em certas condições, a importação n'aquella provincia de materias primas destinadas á distillação de alcool e aguardente;

Considerando que, por decreto de 7 do corrente, foi remodelado o regimen de tributação da importação e fabrico de alcooes e aguardentes, na parte da provincia de Moçambique visada pelo Acto de Bruxellas de 1899, e que a generalisação d'esse regimen a toda a provincia é aconselhada por todas as conveniencias da administração;

Considerando que, pela applicação a toda a provincia de Moçambique do regimen estabelecido por decreto de 7 do corrente, fixados os direitos de importação dos alcooes e aguardentes estrangeiras, da reexportação e exportação nacionaes e o imposto do fabrico, cuja applicação é obrigatoria, se não justifica a exigencia de um direito de exportação para os alcooes e aguardentes produzidos na mesma provincia;

Tendo ouvido o Conselho das pautas ultramarinas, a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros, e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto addicional á carta constitucional da monarchia, de 5 de julho de 1852;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São declaradas extensivas aos districtos de Inhambane e de Lourenço Marques as disposições do artigo 3.º e seu § 1.º e do artigo 7.º do decreto com força de lei de 7 do corrente.

Art. 2.º Fica expressamente prohibida a importação na provincia de Moçambique de materias primas destinadas á distillação do alcool e aguardente.

§ unico. Não são comprehendidos nas disposições d'este artigo as machinas e os apparelhos, os reagentes e as essencias destinados ao fabrico e á preparação do alcool e aguardente, os quaes pagarão, comtudo, os direitos que respectivamente lhes sejam applicaveis pelas pautas vigentes.

Art. 3.º Fica revogada a Portaria provincial do Commissario régio de Moçambique, de 15 de maio de 1895, regulando o imposto de consumo e de exportação do alcool e aguardente produzidos na provincia, e bem assim toda a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 19 de julho de 1900.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

Sendo provisoria a organização do districto militar de Gaza, e não estando, por isso, ainda definida devidamente a esphera de acção das suas auctoridades fiscaes: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, declarar ao Governador geral da provincia de Moçambique que os alcooes e aguardentes, que sejam produzidos na área do mesmo districto militar, ficam sujeitos ao imposto fixado no § 1.º do artigo 3.º do decreto com força de lei, de 7 do corrente, e mandado cobrar por decreto d'esta data nos districtos de Inhambane e de Lourenço Marques.

O que se comunica ao referido Governador geral, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 19 de julho de 1900.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

Attendendo ao que representou o Governador da provincia de Cabo Verde, com fundamento nas conveniencias de administração e com o fim de attender ás condições especiaes em que se acha a mesma provincia;

Conformando-me com o parecer da Junta consultiva do ultramar, tendo ouvido o Conselho de Ministros e usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto addicional á carta constitucional da monarchia, de 5 de julho de 1852:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' approvedo o regulamento das execuções fiscaes e administrativas na provincia de Cabo Verde, que faz parte d'este decreto e baixa assignado pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.
 O mesmo Ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar.
 Paço, em 19 de julho de 1900. = REI. = *Antonio Teixeira de Sousa*.

Regulamento das execuções fiscaes e administrativas da provincia de Cabo Verde

CAPITULO I

Funcionarios competentes para as execuções

Artigo 1.º A cobrança coerciva das dividas ao Estado, por impostos, contribuições e mais rendimentos, e a das dividas aos corpos administrativos, provenientes de impostos cobrados cumulativamente com os do Estado, pertence na provincia de Cabo Verde aos respectivos escrivães de fazenda, com as attribuições que, pelo regulamento de administração da fazenda publica de 4 de janeiro de 1870, competiam aos administradores dos concelhos.

Art. 2.º Os escrivães de fazenda são substituidos, na sua falta ou impedimento, por quem deva legalmente exercer as suas funcções.

Art. 3.º Em cada um dos concelhos em que se divide a provincia haverá escrivães das execuções fiscaes, conforme as necessidades do serviço, propostos pelo escrivão de fazenda e nomeados por alvará do secretario de fazenda provincial. A estes escrivães competem todos os salarios e emolumentos do respectivo cargo e ficam obrigados a auxiliar o escrivão de fazenda no serviço da sua Repartição.

§ unico. Os escrivães das execuções fiscaes exercem as suas funcções sob a immediata direcção e fiscalisação do escrivão de fazenda, a quem compete distribuir-lhes com egualdade o serviço das execuções, que será desempenhado por fórma que um dos escrivães esteja sempre na Repartição para o expediente d'estas, de modo que na sua cobrança se não dêem delongas em prejuizo da fazenda ou dos contribuintes.

Art. 4.º Para o serviço das execuções fiscaes poderão os escrivães de fazenda nomear escrivães suplentes, approvados pelo secretario de fazenda, sem que essa nomeação importe augmento de despesa, quer para o contribuinte, quer para a fazenda.

§ unico. Os escrivães supplentes são competentes para substituir os escrivães das execuções em todos os actos e termos do processo de execução fiscal, e ser-lhes-ha distribuido com egualdade pelo escrivão de fazenda o serviço das execuções.

Art. 5.º Os amanuenses das Repartições de fazenda dos concelhos podem ser nomeados escrivães das execuções fiscaes ou escrivães supplentes, sempre que os escrivães de fazenda entendam não haver prejuizo para o serviço em que elles accumulem as funcções dos referidos cargos.

Art. 6.º Quando, para o serviço das execuções fiscaes seja necessario um ou mais officiaes de diligencias, serão estes requisitados á Administração do concelho, a qual os fornecerá sem demora, collocando-os pelo tempo necessario á disposição da Repartição de fazenda concelhia. Os escrivães de fazenda são os contadores dos processos de execução fiscal administrativa nos seus respectivos concelhos.

Art. 7.º Os delegados do procurador da corôa e fazenda intervirão nos processos só nos casos de embargos e de execução sobre bens immobiliarios, para requererem o que fôr a bem dos interesses da fazenda nacional.

CAPITULO II

Relaxe e processo das dividas

Art. 8.º Findos os prazos marcados para a cobrança das contribuições e rendimentos publicos, os devedores remissos serão, dentro de trinta dias, avisados pelo respectivo recebedor para pagar na recebedoria do concelho as importancias por que forem responsaveis, dentro do prazo improrogavel de cinco dias, contados da data do aviso.

§ 1.º Os avisos para os devedores ou collectados serão enviados ao administrador do concelho, para que os faça distribuir, por intermédio dos regedores, certificando estes que os avisos foram entregues aos interessados.

Art. 9.º Para a cobrança coerciva os conhecimentos de todos os impostos, contribuições e mais rendimentos, de que trata o art. 1.º, têm força ou valem como sentença passada em julgado, nos termos da legislação em vigor, e o seu processo executivo terá por base certidões extrahidas dos mesmos conhecimentos.

Art. 10.º Findos os prazos para a cobrança voluntaria das dividas, extrahirá o recebedor de todos os conhecimentos, que ficarem por cobrar, certidões conforme o modelo regulamentar, e as entregará ao escrivão de fazenda respectivo, acompanhadas de uma relação em duplicado, datada e assignada pelo mesmo recebedor, a quem o escrivão passará recibo da entrega. A um exemplar d'esta relação serão juntas as de que trata o art. 8.º, § 1.º

§ unico. Os processos das certidões e relações e a sua entrega ao escrivão de fazenda effectuar-se-ha, dentro de sessenta dias improrogaveis, depois de findo o prazo para a cobrança á bôcca do cofre, para todos os conhecimentos das contribuições de repartição e lançamento.

Art. 11.º O escrivão de fazenda verificará, immediatamente á recepção, a conformidade das relações com as certidões e d'estas com as relações para descarga dos conhecimentos, bem como se estão juntas as relações de que trata o art. 8.º, e, achando se todos estes documentos conformes entre si, assim o declarará nas relações, que logo enviará ao secretario de fazenda; quando, porém, reconheça a ommissão de quaesquer conhecimentos ou da junção de relações, deverá mencional-as na sua declaração e tomar as competentes notas, para incluir na primeira tabella de cobrança a importancia dos conhecimentos omitidos, a qual o recebedor só pelos meios ordinarios poderá haver dos contribuintes.

§ 1.º O secretario de fazenda, logo que receba as relações de relaxe, fará verificar a sua conformidade, e lhes lançará despacho auctorisando o procedimento executivo contra os devedores n'ellas comprehendidos, e, ficando com um exemplar para ser archivado na Repartição de fazenda provincial, devolverá ao escrivão de fazenda, no prazo de tres dias, aquelle a que estiverem juntas as relações de que trata o art. 8.º. Quando tenha deixado de se juntar alguma d'estas relações, fará supprir a ommissão.

§ 2.º Recebida pelo escrivão de fazenda a relação de relaxe com auctorisação para procedimento executivo, serão instaurados os respectivos processos, reunindo-se em um só todas as certidões das dividas de cada contribuinte, e seguidamente serão os mesmos processos numerados pela ordem alphabetica dos nomes dos devedores e se mandará proceder á citação e a todos os mais actos executivos. Para a citação expedir se-hão os competentes mandados.

Art. 12.º Os processos por dividas á fazenda serão divididos em conta antiga e conta nova, segundo as dividas forem vencidas antes ou depois de 30 de junho de 1898.

Os processos em conta antiga seguirão seus termos em separado dos processos em conta nova, e deverão ficar extinctos, por pagamento ou julgamento em falhas, no prazo de um anno da publicação d'este regulamento.

Os processos em conta nova serão instaurados logo que o escrivão de fazenda receba a relação das certidões de relaxe com auctorisação para procedimento executivo, e, numerados conforme o disposto no § 2.º do art. 11.º, seguirão seu termo em separado dos processos em conta antiga dos mesmos devedores.

O juiz de execução ordenará logo a citação de todos os devedores pela ordem da numeração dos processos.

§ unico. A separação dos processos em conta nova será feita sem o menor prejuizo do andamento dos processos em conta antiga, pois que o fim d'esta providencia é apenas evitar que as novas dividas deixem de ser cobradas a tempo, como convém aos interesses da fazenda publica.

CAPITULO III

Citações

Art. 13.º Os devedores serão immediatamente citados para em dez dias peremptorios pagarem as collectas que deverem.

As citações serão feitas nos termos e com as formalidades prescriptas nos artigos 183.º, 184.º, 185.º, 187.º, 189.º e 190.º do código do processo civil, devendo dar-se sempre ao citado uma nota do objecto da citação, importancia e proveniencia da divida, local e praso em que tem de satisfazer-a.

Para estas citações são competentes os escrivães dos processos, os supplentes dos escrivães de fazenda e os officiaes de diligencias.

§ 1.º Se algum devedor não residir no respectivo concelho ao tempo das citações, e a divida provier de tributos ou onus sobre propriedade immobiliaria, será feita a citação na pessoa de qualquer rendeiro, feitor ou administrador dos bens sobre que recairem os mesmos impostos ou onus; se, porém, a divida provier de tributos pessoaes, expedir se-ha precatoria ao competente juiz das execuções do concelho onde o devedor residir, a fim de o fazer citar para pagar a quantia exequenda, sêllos e custas, ou seja na recebedoria do concelho onde residir, ou na do concelho onde fôr devedor. N'este ultimo caso passar-se-lhe-ha no concelho deprecado uma guia em que o escrivão do processo designará um praso, segundo a distancia, para satisfazer a divida no concelho deprecante e restituir a guia com a verba do pagamento.

§ 2.º Se o devedor fôr fallecido, a citação será feita na pessoa a quem, segundo o disposto no código civil, incumbir o encargo de cabeça do casal; se, porém, já se tiver feito partilha, serão citados todos os herdeiros para pagar cada um a parte que lhe pertencer sem dependencia de habilitação.

§ 3.º Quando se ignorar a residencia do devedor de tributos pessoaes ou elle residir em parte incerta, proceder-se-ha nos termos preceituados nos artigos 194.º a 198.º do código do processo civil, mas nos processos por dividas inferiores a 50\$000 réis não haverá junção de jornaes, por não deverem ser publicados por esta fórma os editaes para a citação.

CAPITULO IV

Penhoras

Art. 14.º Findo o praso da citação sem ter sido realisado o pagamento da divida, o escrivão do processo passará, dentro de cinco dias e sem dependencia de despacho, mandado assignado pelo respectivo escrivão de fazenda para penhora, que deverá ser effectuada, dentro de dez dias, pelo mesmo escrivão ou um dos seus supplentes.

§ unico. O direito de nomear bens á penhora considera-se sempre devolvido á fazenda nacional.

Art. 15.º A penhora começará pelos bens mobiliarios, fructos ou rendimentos dos immobiliarios pertencentes ao executado, e será feita sómente em tantos d'esses bens, quantos bastem para pagamento da divida, addicionaes respectivos, sêllos e custas do processo. Se por fallecimento do executado os seus bens se conservarem indivisos, poderão ser penhorados quaesquer bens mobiliarios, fructos e rendimentos dos immobiliarios em mão do cabeça de casal para pagamento da divida commum dos herdeiros.

§ 1.º Não poderão ser apprehendidos os bens isentos de penhora pelos artigos 815.º e 816.º do código do processo civil, salvo nos casos mencionados nos mesmos artigos.

§ 2.º As dividas activas dos devedores só na falta absoluta de outros bens poderão ser penhoradas.

§ 3.º Os fructos das propriedades rusticas só poderão ser penhorados quando pertencerem ao devedor; poderá a penhora ser feita no seu preço em poder do comprador, se já estiverem vendidos.

§ 4.º Se o devedor fôr alguma camara municipal, junta de parochia, ou corporação de piedade ou beneficencia, e a divida estiver liquidada, deve o escrivão de fazenda reclamar o pagamento perante a respectiva corporação e, no caso de recusa, reclamar perante o Governo provincial, a fim de ser ordenado o pagamento nos termos dos artigos 157.º, § 1.º e 229.º, n.º 9.º, do código administrativo em vigor, ou incluída a divida em orçamento, se as referidas corporações não estiverem habilitadas a satisfazer a.

Art. 16.º A penhora será feita com effectiva apprehensão dos bens que serão postos a cargo de um depositario isento de privilegios e que tenha abonação correspondente ao valor provavel dos bens, escolhido pelo escrivão, sob sua responsabilidade, podendo o proprio executado ser o depositario, se o escrivão o considerar idoneo.

Art. 17.º Ao depositario incumbe a guarda e conservação dos bens penhorados e a obrigação de os apresentar onde e quando para isso fôr intimado, ficando, em caso de falta, sujeito á pena e mais disposições do artigo 285.º e seus paragraphos do código do processo civil. O depositario tem direito ao abono das despesas que provar ter feito com a conservação e conducção dos objectos penhorados, as quaes entrarão em regra de custas.

§ 1.º Se a penhora fôr feita em rendas, fóros ou quaesquer prestações que o executado deva receber, ou em capitaes de que seja credor, proceder-se-ha nos termos do artigo 820.º e seus paragraphos do código do processo civil.

a) As penhoras em rendas, fóros, juros ou quaesquer outras prestações, que o executado deva receber, terão trato successivo por tantos annos, quantos fôrem necessarios para embolso da divida exequenda, sêllos e custas do processo, ficando os depositarios obrigados a solver as suas responsabilidades, á medida que se forem vencendo, e a entregar as respectivas importancias no cofre da recebedoria respectiva, mediante guia que solicitarão do escrivão do processo;

b) Se algum rendeiro se despedir, findo o seu arrendamento, será o predio, ou a parte d'este que ficar devoluta, arrendado em praça, no processo da execução, pelo maior lanço offerecido, não podendo o praso do arrendamento exceder a um anno nos predios rusticos e a um anno ou seis mezes nos predios urbanos, segundo o costume da terra, mas sempre com tracto successivo, quando pagas as rendas nos seus vencimentos;

c) A estes arrendamentos e emquanto não estiver integralmente paga a execução são applicaveis os artigos 1:618.º e 1:624.º do código civil;

d) Paga a execução, caducam de direito as penhoras e serão entregues aos executados os conhecimentos com uma conta das importancias recebidas e da sua proveniencia.

§ 2.º Da penhora lavrará o escrivão o auto, no qual serão descriptos os bens apprehendidos, com todas as especificações necessarias para se verificar a sua identidade, e mencionadas tambem todas as obrigações e responsabilidades a que fica sujeito o depositario, a quem serão lidas. O auto será assignado pelo escrivão, depositario e duas testemunhas, que devem assistir á apprehensão, e do mesmo auto entregará o escrivão, em acto seguido, uma copia ao depositario.

§ 3.º Se ao devedor não fôrem encontrados bens alguns, lavrar se-ha auto da diligencia, que do mesmo modo será assignado por duas testemunhas idoneas que ratifiquem o facto, devendo ser uma das testemunhas o regedor de parochia, sempre que fôr possível.

Art. 18.º Se a diligencia da penhora não se facultar ao escrivão, e este encontrar as portas fechadas ou opposição á entrada no predio, procederá nos termos do artigo 381.º do código do processo civil.

Art. 19.º Quando o devedor não possuir bens mobiliarios, mas possuir bens immobiliarios, e seus rendimentos estiverem antecipados, em litigio, ou não fôrem sufficientes para pagamento da divida exequenda, lavrar-se-ha auto em que se mencionem essas circumstancias. Em vista d'este auto mandará o juiz da execução proceder á penhora no caso dos immoveis estritamente necessarios para pagamento da divida.

§ 1.º Feita a penhora nos immoveis, será logo apresentado pelo escrivão do processo o respectivo auto em duplicado ao conservador, e por este lançada a nota de apresentação, pela qual não receberá emolumento algum, ficando um exemplar na conservatoria, e, incorporando-se em seguida o duplicado no processo, sendo este logo enviado ao Poder judicial. A simples nota de apresentação é sufficiente para assegurar os direitos da fazenda contra encargos posteriores e vale pela certidão de registo, a qual é dispensada.

§ 2.º No caso de haver credores inscriptos, o conservador passará officiosamente a respectiva certidão, que enviará ao escrivão de fazenda.

§ 3.º Nos concelhos em que não houver conservatoria, será enviado o auto ao escrivão de fazenda do concelho da respectiva conservatoria, para promover aquella nota.

§ 4.º No auto da penhora deve declarar-se, para os effeitos do artigo 959.º do código civil, quanto aos predios penhorados, o seu nome, qualidade, situação, confrontações e medição, havendo-a, e bem assim o valor que constar da matriz, o qual deverá ser mencionado pelo escrivão de fazenda em declaração addicional ao auto.

Art. 20.º N'estes processos de execução não haverá avaliação para a praça. Se a penhora fôr em bens immobiliarios, serão postos em praça pelo valor que constar das respectivas matrizes, e, se forem moveis ou semovêntes, ou se os immoveis não estiverem na matriz, irão á praça sem designação de valor.

CAPITULO V

Arrematação

Art. 21.º Depois de effectuada a penhora, o escrivão de fazenda designará dia para a arrematação, tendo em vista o disposto no artigo 841.º e seus paragraphos do codigo do processo civil, considerando se, para este caso, como tribunal, a Repartição de fazenda do concelho onde correr a execução.

Art. 22.º As arrematações serão annunciadas nos termos dos artigos 842.º e 843.º do codigo do processo civil, observando-se tambem o disposto no artigo 845.º do mesmo codigo.

§ 1.º Durante o praso dos editaes é o depositario obrigado a mostrar os bens a quem pretender examina-los.

§ 2.º A despesa com os annuncios a que se referem os artigos 842.º e 843.º do codigo do processo civil será feita pelo escrivão do processo, e entrará em regra de custas.

§ 3.º Nas execuções por dividas até 50\$000 réis não se publicarão annuncios nos periodicos.

Art. 23.º Os bens serão arrematados pelo maior preço que obtiverem em praça, observando-se a este respeito as disposições dos artigos 849.º e § 1.º, 850.º e seu paragra-pho, 851.º e §§ 2.º, 3.º e 4.º e 853.º, na parte applicavel, do codigo do processo civil.

§ 1.º Os proprios devedores serão admittidos a arrematar.

§ 2.º De todas as arrematações de bens mobiliarios, effectuadas no mesmo dia e pelo mesmo processo, lavrar-se-ha um unico auto, mencionando se, porém, o nome de cada arrematante, os objectos em que licitou e o preço por que os arrematou.

Art. 24.º Quando houver de se arrematar rendimentos de propriedades rusticas ou urbanas, não arrendadas, verificar se-ha a arrematação por tantos annos quantos forem necessarios para completo embolso da fazenda e das custas da execução, satisfazendo logo o arrematante a respectiva importancia total, dando-se-lhe recibo e cópia authentica do auto de arrematação para seu titulo.

§ unico. Os rendimentos nunca serão arrematados por praso superior a vinte annos, e, quando o preço por esse praso não fôr sufficiente para pagamento integral da divida, sellos e custas, não se fará a arrematação e seguirá a penhora e arrematação do casco da propriedade.

Art. 25.º O arrematante pagará as despesas da praça, e ficará obrigado a entregar na recebedoria o preço da arrematação no praso de tres dias, sob pena de captura e das mais prescriptas no artigo 849.º e seus paragraphos do codigo do processo civil.

Art. 26.º Quando o producto dos bens mobiliarios arrematados não fôr sufficiente para pagamento da execução, ou os rendimentos dos bens immobiliarios não forem arrematados na segunda praça, proseguirá a execução nos immobiliarios do devedor, como fica preceituado no artigo 19.º d'este regulamento.

CAPITULO VI

Execuções por precatorias

Art. 27.º Quando os devedores só possuirem bens em concelho diverso d'aquelle onde forem collectados, expedir-se hão precatorias executivas ao competente juiz das execuções n'esse concelho, o qual proseguirá na execução como se fôra do proprio concelho, nos termos prescriptos n'este regulamento. As precatorias, que serão sempre passadas nos termos applicaveis do livro 1, titulo unico, capitulo IV, secções 1.ª e 3.ª do codigo do processo civil, deverão mencionar a proveniencia e importancia da divida, addicionaes liquidados a que está sujeita, data em que começaram a correr os juros da móra, e a importancia dos sellos e das custas feitas e contadas no juizo deprecante até á data da sua expedição.

§ 1.º N'este caso o pagamento da divida exequenda será effectuado na recebedoria a que pertence o concelho do juizo deprecado, ao proprio recebedor ou seu proposto, sendo a importancia arrecadada devidamente escripturada na conta do livro (modelo n.º 11),

anexo ao regulamento da administração de fazenda publica, como passagem ou transferencia de fundos.

§ 2.º Recebidos no juizo deprecante os autos da precatoria e os recibos de que trata o § 1.º, serão logo dados como cobrados os conhecimentos e incluída a sua importancia em tabella, sendo o recebedor debitado, na conta do livro (modelo n.º 11), pela importancia das custas, e simultaneamente creditado, em conta de passagem ou transferencia de fundos, pela importancia dos recibos que acompanharem a precatoria.

§ 3.º O secretario de fazenda, logo que receba os recibos a que se refere o § 2.º, separal-os-ha dos talões, que devem ficar na Repartição a seu cargo, auctorisando logo o pagamento da importancia das custas ao escrivão de fazenda.

CAPITULO VII

Penalidades

Art. 28.º Em qualquer estado em que se ache a execução, salvo o caso de já se haverem arrematado bens para seu pagamento, póde o executado ou qualquer outra pessoa remil-a, pagando a divida exequenda e custas, ou sómente a parte que não tiver sido solvida com o producto dos bens arrematados.

§ unico. O terceiro que remir a execução fica subrogado nos direitos da fazenda nacional para cobrar do devedor, administrativa ou judicialmente, o que por elle houver pago, podendo, portanto, continuar a execução administrativa a requerimento de quem a houver remido.

Art. 29.º Logo que seja solicitado o pagamento, sustar-se-hão os actos executivos e irão os autos ao contador, que immediatamente fará a conta dos sellos e custas do processo, sendo em seguida passada a guia para pagamento, que será entregue a quem a houver solicitado.

Art. 30.º A guia deverá conter especialmente o numero, proveniencia, anno e importancia de cada conhecimento por que correr a execução, e, separadamente, a importancia dos sellos e das custas dos processos, devendo declarar que, além d'essas importancias, ha mais a satisfazer os juros da móra, a liquidar no acto do pagamento.

§ unico. Aos juros de móra é applicavel o disposto no artigo 543.º do codigo civil, sem prejuizo, todavia, das liquidações já feitas e sancionadas por sentença com transito em julgado.

Art. 31.º Apresentada a guia ao recebedor, este, depois de cobrar a sua importancia e os respectivos juros da móra, passará recibo na mesma guia que entregará ao apresentante, e da mesma sorte os conhecimentos pagos e o recibo da importancia do sello, depois de o ter assignado.

§ unico. A guia e o recibo pela importancia do sello deverão ser restituídos ao escrivão do processo, no praso de vinte e quatro horas, pela pessoa a quem tiverem sido entregues.

Art. 32.º Recebidos pelo escrivão do processo os dois documentos, a que se refere o artigo antecedente, juntará elle a guia ao processo que fará concluso ao escrivão de fazenda, para julgar, por sentença, extincta a execução e entregará ao apresentante o recibo da importancia do sello, depois de lançado no livro competente.

§ unico. Não haverá intimação da sentença que julgar extincta a execução.

Art. 33.º Os recebedores ficam constituídos depositarios das custas que receberem, até que se effectue o seu levantamento, que deverá realisar-se por mandado do escrivão de fazenda a favor do escrivão do processo, que passará recibo no mesmo mandado.

Art. 34.º Quando em virtude da penhora ou arrematação se forem arrecadando importancias que não sejam sufficientes para pagamento de toda a divida exequenda, pagar-se-hão em primeiro logar os sellos do processo, e o resto será logo arrecadado como receita effectiva por conta da mesma divida.

Art. 35.º Não sendo no praso devido restituída ao escrivão do processo a guia com recibo de pagamento, proseguirá a execução seus termos.

Art. 36.º O recebedor não poderá negar-se a receber a importancia que fôr devida á fazenda, quando o contribuinte só essa quizer satisfazer recusando-se ao pagamento das custas.

N'este caso só passará recibo da quantia entregue e declarará a recusa ao pagamento das custas.

CAPITULO VIII

Custas

Art. 37.º Com relação a custas fica em execução, na parte applicavel, o preceituado no capitulo viii do regulamento approved por decreto de 28 de março de 1895, e bem assim a doutrina do artigo 62.º do decreto de 31 de dezembro de 1897.

CAPITULO IX

Embargos ás execuções

Art. 38.º O processo administrativo das execuções fiscaes só pôde ser interrompido no caso de embargos do executado, ou de embargos de terceiros depois de recebidos.

§ 1.º Só podem servir de fundamento aos embargos do executado:

- 1.º Illegalidade da contribuição por não estar devidamente auctorizada;
- 2.º Illegitimidade da pessoa citada;
- 3.º Falsidade da certidão que servir de base ao processo;
- 4.º Pagamento da divida exequenda ou sua annullação devidamente comprovada;
- 5.º Prescrição da divida exequenda;
- 6.º Litigio pendente ou instaurado depois da penhora ácerca dos bens apprehendidos;
- 7.º Não pertencerem ao executado os bens penhorados;
- 8.º Duplicado da collecta.

§ 2.º Em todos os casos de embargos e no previsto pelo artigo 44.º, o embargante depositará no cofre geral ou no da recebedoria do concelho a importancia que fôr sufficiente para cobrar a divida á fazenda, sêllos e custas do processo, ou dará á mesma importancia fiador considerado idoneo pelo juiz do processo.

§ 3.º Os embargos de terceiro serão admittidos, processados e julgados nos termos preceituados no codigo do processo civil.

Art. 39.º Os embargos de executados poderão ser oppostos depois da citação ou da penhora, mas sempre dentro do praso designado no artigo 915.º do codigo do processo civil, excepto quando a materia d'elles fôr superveniente, devendo ser deduzidos em requerimento articulado e acompanhados de todos os documentos que os comprovem, ou do rol de testemunhas quando a prova tenha de ser feita por este meio, e apresentados ao escrivão do processo, que immediatamente os autoará e apresentará ao escrivão de fazenda, com a execução por linha.

§ 1.º O escrivão de fazenda, por seu despacho, arbitrará logo a quantia que tem de ser garantida e ordenará que o embargante seja intimado para a depositar ou afiançar no praso de tres dias.

§ 2.º Logo que se ache junto ao processo o duplicado da guia com recibo da effectividade do deposito, ou lavrado termo de fiança, o escrivão apresentará o processo dos embargos ao escrivão de fazenda, que ordenará por despacho que sejam remetidos ao agente do Ministerio publico em expediente, com a execução por linha.

§ 3.º O agente do Ministerio publico requererá logo a distribuição dos embargos para os fins designados no artigo 916.º do codigo do processo civil.

a) Os embargos serão deduzidos em requerimento articulado e irão logo conclusos com a execução por linha;

b) Se os embargos não forem de receber, nos termos dos artigos 912.º e seguintes do codigo do processo civil, o juiz rejeital-os-ha immediatamente, e, no caso contrario, deverá recebê-los e ordenar que o exequente os conteste;

c) Recebidos os embargos, serão processados por appenso;

d) O praso para a contestação será de cinco dias, e para esse fim deverá o escrivão continuar o processo ao exequente dentro de vinte e quatro horas, se tiver ajuntado procuração;

e) O recebimento dos embargos suspenderá a execução nos termos posteriores á penhora;

f) Se os embargos forem recebidos antes de se ter effectuado a penhora, não poderá o exequente oppôr-se a que o executado seja o depositario dos bens;

g) Não haverá outros articulados depois da contestação, e no mais seguir-se-hão os termos do processo ordinario;

h) Se os embargos não comprehenderem toda a execução, esta proseguirá na parte não embargada.

§ 4.º Tanto do despacho da rejeição, como do recebimento dos embargos, caberá, no primeiro caso, appellação só no effeito devolutivo, e, no segundo, agravo para a Relação do districto nos termos do artigo 921.º do código do processo civil.

Art. 40.º Se o embargante, intimado para depositar ou afiançar a importancia da divida, não cumprir, no praso da intimação, o escrivão, findos que sejam os tres dias designados no § 1.º do artigo 41.º, lavrará termo da falta no processo dos embargos e o apresentará logo ao escrivão de fazenda, o qual immediatamente declarará os embargos desertos e não seguidos, e mandará proseguir a execução.

Art. 41.º Sem prejuizo do meio de embargos, baseados nos fundamentos de que tratam os n.ºs 2.º, 4.º, 5.º e 8.º do § 1.º do artigo 38.º, poderá o executado deduzir a sua opposição dentro de dez dias a contar da citação, em requerimento documentado, perante o juiz de execução, que apreciará e resolverá o pedido conforme fôr de direito.

§ unico. Se a resolução fôr contraria ao requerente, poderá este deduzir, dentro de dez dias a contar da data do mesmo despacho, embargos á execução.

a) Nos casos não expressamente mencionados n'este regulamento, com respeito aos embargos do executado, applicar-se-hão as disposições do capitulo 9.º do regulamento de 28 de março de 1895, na parte applicavel.

Art. 42.º Os recursos extraordinarios para as Estações competentes poderão suspender a execução quando os recorrentes caucionem o pagamento da contribuição exequenda, custas e sellos dos processos, por meio de deposito ou fiança arbitrada e julgada idonea pelo juiz de execução.

CAPITULO X

Julgamento em falhas

Art. 43.º Só podem ser julgadas em falhas as dividas reconhecidamente incobráveis por falta absoluta de bens mobiliarios ou immobiliarios dos devedores, seus herdeiros ou quaesquer pessoas solidarias ou subsidiariamente responsaveis, nos termos da legislação em vigor, e o julgamento será feito por sentença no mesmo processo da execução.

Art. 44.º No julgamento em falhas ficará sempre resalvado o direito da fazenda nacional ou das corporações a que sejam extensivas as disposições d'este regulamento; para, em trinta annos, poder haver a divida por quaesquer bens que o devedor adquira, o que se deverá declarar na sentença.

§ 1.º Para o julgamento em falhas ouvirá o julgador, por escripto, o parcho e regedor da freguezia do executado e o recebedor do concelho ou seu proposto, e colherá quaesquer outras informações que tiver por convenientes.

Sendo conformes todas as informações ácerca da insolvencia do devedor, será proferida sentença julgando a divida em falhas, sentença que, para ser exequivel, carece de confimação do secretario de fazenda.

§ 2.º Quando não fôr encontrado o executado, e não fôr conhecido, não constando que possui bens ou valores, seguirá tambem o julgamento em falhas, nos termos prescriptos n'este artigo.

Art. 45.º Os termos de manifesto de capitães, por que seja devida decima ou contribuição de juro, e cujas collectas forem julgadas em falhas, por insolvencia do devedor, e do credor quando este seja por ellas responsavel, serão averbados de não continuarem a produzir taes collectas.

Art. 46.º Julgada falha a divida, o escrivão do processo extrahirá, em seguida, certidão de sentença para servir de fundamento á annullação dos conhecimentos cujos numeros, importancias, proveniencias e annos a que respeitem, deverá mencionar na mesma certidão.

§ unico. Em presença d'esta certidão o escrivão de fazenda organizará a competente relação (modelo n.º 27 do regulamento da administração de fazenda publica) e a enviará para a Repartição de fazenda provincial, acompanhada da referida certidão e dos conhecimentos, para, depois de tudo verificado, se auctorisar a annullação dos mesmos conhecimentos.

Art. 47.º Os julgamentos em falhas poderão ser annullados pelo secretario de fazenda, para o que avocará os processos, podendo, a respeito d'estes, fazer corrigir quaesquer defeitos, e devendo dar conta ao Governo provincial das irregularidades e abusos praticados pelos empregados fiscaes, para serem punidos.

§ 1.º Os julgamentos em falhas tambem poderão ser annullados a requerimento de recebedores ou seus propostos, quando tenha sido desattendida qualquer impugnação que hajam feito, ou vier a constar-lhes que os devedores possuíam bens. N'este caso farão exposição escripta dos fundamentos por que requerem a annullação, remettendo-a ao secretario de fazenda, o qual procederá nos termos preceituados n'este artigo.

§ 2.º Estas annullações poderão ser requeridas e julgadas a todo o tempo que haja conhecimento de que os devedores possuíam bens, e, antes do seu julgamento, serão sempre ouvidos os juizes e escrivães dos processos.

CAPITULO XI

Disposições diversas

Art. 48.º Para os processos das execuções fiscaes administrativas não haverá habilitações nem férias, e só se considerarão feriados os dias santificados.

Art. 49.º Aos agentes do Ministerio publico, quando, por impedimento, não possam assistir ás arrematações, é permittido substituirem-se por qualquer empregado fiscal da Repartição de fazenda do concelho, ao qual darão auctorisação escripta. Se não comparecerem, nem se fizerem substituir, poderão effectuar-se as arrematações sem a sua presença, não ficando nullas por esta falta.

Art. 50.º Emquanto se não dêr a prescrição da divida julgada falha, logo que conste ao escrivão de fazenda que o devedor, seus herdeiros ou responsaveis, por qualquer titulo, possuem bens para a solver, assim informará no processo ao escrivão de fazenda, o qual, em seguida, proferirá despacho annullando o julgamento em falhas e mandando proceder á penhora nos bens que forem indicados.

Art. 51.º Quando houver de se proceder á cobrança das dividas julgadas falhas, cujos conhecimentos estiverem já annullados, deverá proceder o escrivão de fazenda á extracção de novos conhecimentos, em presença dos competentes elementos de receita, debitando-se o recebedor pela fórmula ordinaria, mediante as respectivas relações dos modelos n.ºs 3 ou 4 do regulamento da administração de fazenda publica.

Art. 52.º Além do sello que fôr devido pelas folhas dos processos e das certidões de relaxe, segundo as disposições da lei do sello em vigor, pagar-se-ha o seguinte: por cada auto de arrendamento ou arrematação de bens immoveis, á custa de quem os arrendar ou arrematar, além do sello do papel, o de 1\$000 réis por meio de estampilha collada no proprio auto. No processo de embargos só a final se pagará o sello que fôr devido.

Art. 53.º A todas as dividas á fazenda nacional, por contribuições ou quaesquer rendimentos, será sempre addicionada, como indemnisação das sommas retidas, a importancia dos juros na razão de 6 por cento ao anno até ao integral embolso da fazenda, liquidados nos termos do § unico do artigo 29.º d'este regulamento.

Art. 54.º Nos casos em que a arrecadação das dividas passar a ser feita pelo poder judicial, todos os actos dos funcionarios fiscaes terão tanta força como se fôsem praticados pelos funcionarios judiciaes.

Art. 55.º A nenhum devedor de contribuições e rendas publicas poderá ser concedida moratoria, sob qualquer fórmula, nos seus pagamentos, ou suspensão de procedimento executivo para cobrança das suas dividas, sendo igualmente defeso a quaesquer auctoridades ou funcionarios, seja qual fôr a sua categoria, conceder tempo de espera para pagamento das mesmas contribuições e rendas ou conceder o pagamento em prestações.

Art. 56.º Dos despachos do escrivão de fazenda nos processos de execução fiscal administrativa cabe recurso, sem effeito suspensivo, para o Conselho de provincia, nos termos da organização administrativa da provincia.

Art. 57.º Todos os processos em conta nova terão, em cada concelho, uma numeração seguida, distincta da que tiverem os processos em conta antiga.

§ 1.º Para todos os processos de que trata este artigo haverá em cada Repartição de fazenda um registo geral com termo de abertura e encerramento, e as folhas rubricadas pelo secretario de fazenda, podendo ser de chancellia a rubrica e assignatura dos termos.

O registo conterá o numero, data, instauração e importancia de cada processo, e n'elle se irá notando, em margem conveniente, o andamento que os processos tiverem até sua extincção.

§ 2.º Haverá tambem, em verbetes, um indice alphabetico dos nomes dos devedores, com indicação do numero do processo respectivo e folhas do livro de registo em que se acha lançado.

§ 3.º De seis em seis mezes enviarão os escrivães de fazenda ao secretario de fazenda uma relação extrahida do livro de registo com todas as suas indicações, comprehendendo os processos que estiverem pendentes, com menção do seu ultimo termo, devendo conter tambem a declaração dos motivos por que as dividas não estão pagas nem julgadas falhas.

§ 4.º Em vista d'estas relações o secretario de fazenda fará aos escrivães de fazenda as advertencias que tiver por convenientes e dará superiormente conta dos que se mostrarem negligentes.

Art. 58.º Os processos de dividas julgadas falhas serão, depois de descarregados no registo geral, archivados em separado. Com os respectivos verbetes, onde se mencionará a data da sentença do julgamento em falhas, formar-se-ha um indice especial, que os escrivães dos processos terão sempre presente.

Art. 59.º Decorrido o praso de seis mezes da instauração dos processos em conta nova, todas as dividas cobradas devem estar arrecadadas e julgadas falhas as incobráveis, salvo se causas insuperaveis a isto tiverem obstado, mas n'este caso as execuções devem mostrar que se effectuaram todas as diligencias possiveis, o que o secretario de fazenda poderá verificar avocando os processos.

Art. 60.º Ficam substituidas por este regulamento todas as disposições anteriores sobre execuções fiscaes.

CAPITULO XII

Disposições penaes

Art. 61.º O recebedor que deixar de relaxar as dividas nos prazos fixados no § unico do artigo 10.º incorrerá no pagamento de uma multa igual a 5 por cento das mesmas dividas, a qual, porém, não poderá exceder a 20\$000 réis. Além d'esta pena ficará sujeito a qualquer outro procedimento que o Governo tiver por conveniente usar a seu respeito.

Art. 62.º O escrivão de fazenda que retardar o cumprimento do disposto no artigo 11.º, ou não dê por extintas, por pagamento ou julgamento em falhas, todas as execuções dentro do praso fixado no artigo 59.º, salvo os casos ali previstos, incorrerá na multa igual a 5 por cento da importancia total das respectivas dividas, não podendo esta multa exceder a 20\$000 réis e ficará tambem sujeito a qualquer outro procedimento que o Governo tiver por conveniente.

Art. 63.º As multas de que tratam os dois artigos antecedentes serão impostas pelo secretario de fazenda, por despacho nas relações de relaxe, ou nas mencionadas no artigo 57.º § 3.º Em virtude d'este despacho o escrivão de fazenda entrará ou fará entrar o recebedor, na competente recebedoria, com a importancia da multa como receita eventual, escripturando-a sob a epigraphe de «Multas por infracção do regulamento de . . .», enviando o recibo ao secretario de fazenda, o qual, quando o recibo lhe não seja enviado, fará o desconto da multa nos primeiros vencimentos do responsavel.

§ 1.º De todas as multas que impuzerem se dará conhecimento á secretaria geral do Governo.

§ 2.º Os multados poderão recorrer para o Governo provincial, do despacho que lhes impuzer a multa, no praso de dez dias, contados d'aquelle em que tiverem conhecimento do mesmo despacho.

Art. 64.º Os escrivães dos processos incorrerão na pena de pagar as importancias das dividas que não puderem ser cobradas, nos seguintes casos :

1.º Quando não passarem o mandado para penhora ou a não effectuarem dentro dos prazos designados no artigo 14.º, se não fôrem encontrados bens alguns ao devedor e se provar que elle dispôz dos que possuia depois de findos os ditos prazos;

2.º Quando se provar que lavraram o auto de diligencia de que trata o artigo 17.º § 3.º, tendo encontrado bens em que podiam realizar a penhora;

3.º Quando se mostrar que foram negligentes em promover a renovação do proseguimento das execuções por dividas julgadas falhas, deixando que os devedores ou responsáveis voltassem ao estado de insolvencia. N'esse caso serão solidarios na responsabilidade com os recebedores, se estes não tiverem promovido a annullação do julgamento em falhas.

Art. 65.º Os escrivães de fazenda que, como juizes das execuções, fôrem negligentes no desempenho das obrigações que lhes são commettidas por este regulamento, ou deixarem de as cumprir com inteira exactidão, incorrerão nas penas comminadas no capitulo v do decreto de 27 de maio de 1892, além das que ficam estabelecidas.

Art. 66.º Ao contador que contar emolumentos, salarios, e custas indevidas, e ao empregado que os receber, são applicaveis as disposições da respectiva tabella, em vigor, dos emolumentos e salarios judiciais, e as do artigo 316.º do codigo penal.

Art. 67.º O empregado a quem se provar que recebeu ou tentou receber dinheiro dos contribuintes, por qualquer titulo, com fundamento nas diligencias que seja incumbido de praticar nas execuções fiscaes, será demittido do emprego e processado para ser punido nos termos do codigo penal.

Art. 68.º Os agentes do Ministerio publico, ainda que não tenham intervindo nas execuções, logo que lhes conste haver sido praticado algum dos actos punidos pelos artigos 66.º e 67.º, procederão como fôr de direito contra o culpado.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 19 de julho de 1900.
= Antonio Teixeira de Sousa.

**Tabellas dos emolumentos, salarios e custas que devem contar-se
nas execuções fiscaes administrativas da provincia de Cabo Verde, em virtude do regulamento
approvado por decreto de 19 de julho de 1900**

Actos e diligencias por que são devidos emolumentos ou salarios	Tabella para as dividas excedendas de mais de 6\$000 réis	Tabella com redução para as dividas inferiores a 6\$000 réis, mas superio- res a 2\$500 réis	Tabella com redução para as dividas não superio- res a 2\$500 réis
Juiz			
Rubricas em cartas, documentos, autos e actos do processo, cada folha.....	3\$020	3\$010	3\$005
Inutilisação da estampilha ou estampilhas para complemento de sello de cada folha do documento, papel, processo ou livro	3\$020	3\$010	3\$005
Por qualquer outra inutilisação de estampilhas, nada			
Sentença sobre a extincção da execução	3\$500	3\$250	3\$125
Despacho nos autos, ordenando que se passe precatório ou mandado para entregar dinheiros ou quaesquer valores depositados na thesauraria geral ou em bancos etc., — segundo o seu valor :			
Até 10\$000 réis, nada			
De mais de 10\$000 réis até 20\$000 réis.....	3\$200	3\$100	3\$050
» » » 20\$000 réis até 100\$000 réis.....	3\$300	3\$150	3\$075
» » » 100\$000 réis até 50:000\$000 réis accrescerá ao emolumento de 300 réis só 1 real por 2\$000 réis			
N. B. Este emolumento é pago por quem levantar o dinheiro.			
Despacho qualquer, proferido nos autos, ao qual não vá marcado outro emolumento e que não seja declarado gratuito.....	3\$100	3\$050	

Actos e diligencias por que são devidos emolumentos ou salarios	Tabela para as dividas executadas de mais de 6\$000 réis	Tabela com redução para as dividas inferiores a 6\$000 réis, mas superiores a 2\$500 réis	Tabela com redução para as dividas não superiores a 2\$500 réis
Presidencia á arrematação ou arrendamento de bens immobiliarios, arrematação de direitos e acções, arrendamento ou arrematação de estabelecimentos ou outros bens mobiliarios, quando vendidos em globo, não sendo comprehendida a venda em lotes, de cada auto, sendo o preço da arrematação até 50\$000 réis	500	250	125
De mais de 50\$000 réis até 100\$000 réis	800	400	200
De mais de 100\$000 réis até 1:000\$000 réis	1500	500	250
Auto de praça, quando não se venderem ou arrendarem todos os bens, comprehendendo-se em um só auto todos os bens que não obtiverem lançador	500	250	125
Almoedas de bens mobiliarios, não sendo vendidos em globo, pagará o arrematante 5 % do preço da arrematação até á quantia de 100\$000 réis e do excedente 1 %. Se os bens forem arrematados em lotes, idem segundo o preço de cada lote.			
Esta percentagem é dividida: 1/2 para o juiz, 1/3 para o escrivão e 1/6 para o official.			
Quando intervier o Ministerio publico: 1/3 para o juiz, 1 1/4 para o Ministerio publico, 1/4 para o escrivão e 1/6 para o official.			
Não é permittido vender em lotes os objectos que os interessados concordarem se vendam em globo, nem formar lotes inferiores áquelles em que accordarem os interessados.			
Assignatura de carta de qualquer natureza, alvará, edital, verificação de annuncio, guia, precatorio, mandado	100	50	25
Sello de carta de qualquer natureza	100	50	25
Se no juizo não houver sello, será substituido por: Valha sem sello ex-causa. N'este caso o emolumento é igual.			
Escrivão			
Autoações do processo principal ou dos appensos	200	100	50
Citação de cada uma	800	400	200
Das certidões negativas, nada (artigo 62.º do decreto de 31 de dezembro de 1897).			
Quanto a especialidades, vid. tabella judicial approvada por decreto de 13 de maio de 1896, publicada em appenso ao n.º 1 do <i>Boletim official</i> (de Cabo Verde) de 1897.			
Não se contará o salario da citação, cuja certidão não satisfaça aos artigos 187.º a 189.º do código do processo e também quando não se declare o dia e logar em que foi feita, se de manhã ou de tarde.			
Intimação, cada uma	500	250	125
São applicaveis as mesmas disposições que se observam para a citação.			
Mandado, para qualquer diligencia	200	100	50
Guia para deposito ou pagamento	200	100	50
Nos mandados e guias conta-se a rasa, quando exceder a 2 laudas.			
Alvará ou edital, cada um	500	250	125
Annuncio (extracto de) para o <i>Boletim official</i> , devendo contar-se como um só o extracto, ainda que haja de repetir-se o annuncio, cada..	250	125	62,5
Nos editaes, conta-se a rasa do que exceder a 4 laudas.			
Termos ordinarios, comprehendendo os de entrega de mandados, editaes e annuncios e os de preparo. (Vid artigo 44.º, § 3.º do regulamento das execuções de 28 de março de 1895)	80	40	20
Termos não ordinarios, comprehendendo entrega de precatorias, guias, de remessa para outro juizo, de juramento a louvados, etc	160	80	40
Informação nos autos, quando ordenada pelo juiz	200	100	50
Rubricas, cada uma	10	5	2,5
Auto de penhora no casco ou rendimentos de cada predio, além da rasa	1500	750	375
Quanto a especialidades (vid tabella de emolumentos e salarios judiciaes, approvada por decreto de 13 de maio de 1896, e publicada em appenso ao n.º 1 do <i>Boletim official</i> de Cabo Verde de 1897, e regulamento das execuções).			
Auto de penhora em bens moveis ou semoventes e dinheiro, incluindo a intimação ao depositario, além da rasa	1500	750	375

Actos e diligencias por que são devidos emolumentos ou salarios

	Tabella para as dividas excedidas de mais de 6\$000 réis :	Tabella com redução para as dividas inferiores a 6\$000 réis, mas superio- res a 2\$500 réis :	Tabella com redução para as dividas não superio- res a 2\$500 réis :
N. B. Pelo auto de penhora, posterior ao primeiro, no mesmo processo e no mesmo ou em diferentes dias, além da rasa.....	\$750	\$375	\$187,5
Averbamento do conhecimento do deposito da thesouraria geral, quando a penhora respeitar a dinheiro alli depositado (e qualquer outro averbamento)	\$100	\$050	\$025
Auto de arrematação ou arrendamento de bens immobiliarios direitos e accões e mobiliarios quando vendidos em globo, além da rasa, até 50\$000 réis	\$250	\$125	\$062,5
De mais de 50\$000 réis até 100\$000 réis	\$400	\$200	\$100
» » 100\$000 réis até 1.000\$000 réis	\$500	\$250	\$125
Almoedas de bens mobiliarios, vid. juiz.			
Auto de praça, vid. juiz, cada	\$250	\$125	\$062,5
Precatorio ou mandado para entregar dinheiro ou valores depositados na thesouraria geral e pelo precatorio para a thesouraria geral, até 5\$000 réis, nada.			
Até 10\$000 réis.	\$100	\$050	\$025
De mais de 10\$000 réis até 20\$000 réis	\$200	\$100	\$050
» » 20\$000 réis, vid. juiz			
Busca de processos findos ou parados no cartorio por mais de 6 mezes e quando se encontre o processo — até 3 annos e a contar desde o ultimo acto	\$200	\$100	\$050
Até dez annos	\$400	\$200	\$100
De cada anno, além dos dez	\$050	\$025	\$012,6
Apontando-se precisamente o anno, sómente.	\$200	\$100	\$050
Não apparecendo o processo, sómente	\$500	\$250	\$125
Papel, cada folha.	\$005	\$005	\$005
Rasa, cada lauda com 25 linhas e cada linha com 30 letras	\$100	\$050	\$050
Nas certidões narrativas, a requerimento de parte, por lauda	\$150	\$075	\$037,5
Caminho nas citações e intimações (fora da séde do juizo):			
Até 2 kilometros, a contar do edificio	\$600	\$300	\$150
Nos 8 immediatos, de cada kilometro ou fracção	\$200	\$100	\$050
Nos 5 restantes, por cada kilometro, ou fracção	\$120	\$060	\$130
Preparo : nos processos ordinarios, especiaes e execuções	5\$000	2\$500	1\$250
Nos incidentes, actos preparatorios e cartas.	3\$000	1\$500	\$750
Nas certidões, traslados e cartas de qualquer natureza, fará a parte o preparo equivalente ao papel sellado e a um terço do orçamento da rasa			
Exame no cartorio ou archivo de processo pendente a pessoa que não seja parte n'elle ou seu representante, receberá o escrivão por dia (artigo 94° da tabella dos emolumentos e salarios judiciais, approvada por decreto de 13 de maio de 1896, e publicada em appenso ao n.º 1 do <i>Boletim official</i> de 1890)	\$200	\$100	\$050
Official de diligencias			
Citação, cada uma (vid. escrivão)	\$800	\$400	\$200
Intimação, cada uma (vid. escrivão)	\$500	\$250	\$125
Contra-fés, custo cada folha (vid. tabella judicial acima referida). ...	\$005	\$005	\$005
Afixação de editaes, comprehendendo a respectiva certidão, sendo um que affixem	\$500	\$250	\$125
De cada um mais.	\$250	\$125	\$062,5
Fora da cidade ou villa, o caminho.			
Auto de arrematação, de arrendamento ou auto de praça — salario igual ao escrivão, menos a rasa.			
Almoedas — Vid. juiz.			
Caminho — Até 2 kilometros	\$200	\$100	\$050
Nos 8 immediatos, cada kilometro ou fracção	\$150	\$075	\$037,5
Nos 5 restantes de cada kilometro ou fracção	\$080	\$040	\$020
Contador			
Verba de emolumentos, salarios e custas, cada uma	\$080	\$015	\$007,5
Considera-se como uma só verba :			
Cada caminho de cada funcionario;			
Cada serie ou fracção de 10 rubricas da mesma taxa;			
Idem de 10 verbas de descripção de moveis;			

Actos e diligencias por que são devidos emolumentos ou salarios	Tabella para as dividas exequendas de mais de 6\$000 réis ¹	Tabella comredução para as dividas inferiores a 6\$000 réis, mas superiores a 2\$500 réis ²	Tabella comredução para as dividas não superiores a 2\$500 réis ³
Idem de 10 folhas de papel sellado da mesma taxa;			
Idem de 10 sellos de verba da mesma taxa;			
Idem de 20 folhas de papel commum.			
Quando os emolumentos e salarios de cada fracção de serie não attin-			
gir a importancia de 60 réis, nada se levará.			
Rasa — De contar duas laudas ou fracção.....	\$010	\$005	\$002,5
Quando a somma das laudas não chegar a 20, o minimo de.....	\$100	\$050	\$025
Certidões, traslados, copias, precatorias e outros papeis avulsos. — Até			
2 laudas.....	\$100	\$050	\$025
Até 4 laudas.....	\$150	\$075	\$037,5
Até 20 laudas.....	\$200	\$100	\$050
De cada 20 laudas ou fracção depois das primeiras 20.....	\$050	\$025	\$012,5
Juros — De os liquidar, até um anno.....	\$200	\$100	\$050
De cada um dos annos seguintes ou fracção.....	\$050	\$025	\$012,5
Liquidações — De qualquer percentagem.....	\$100	\$050	\$025
De qualquer multa e addicionaes, quando não fôr de quantia determinada	\$100	\$050	\$025
Da importancia para a revalidação da insufficiencia, falta ou não inu-			
tilisação de sello,—de cada taxa de sello.....	\$100	\$050	\$025
Divisão, abatimento ou multiplicação, de cada uma.....	\$060	\$030	\$015
Contribuição industrial — pela indicação d'ella quando a sua impor-			
tancia total seja superior a 200 réis.....	\$080	\$040	\$020

¹ A importancia total das custas nos emolumentos e salarios nunca poderá ser superior a tres quartas partes da quantia exequenda em cada processo (artigo 62.º do decreto de 1897).

² Em harmonia com o § 1.º do artigo 44.º do regulamento, de 28 de março de 1895, do reino, mandado observar na provincia, como todas as disposições d'aquelle regulamento acerca do «custa» (artigo 37.º do regulamento provincial de 1900).

Nos termos do § 11.º do artigo 7.º do decreto de 17 de maio de 1897, tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de Ministros, e usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto adicional á carta constitucional da monarchia, de 5 de julho de 1852: hei por bem approvar o regulamento para deposito de materiaes incendiarios nos territorios da companhia de Moçambique, elaborado pela Administração da mesma companhia e que baixa assignado pelo Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo Ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 19 de julho de 1900. — REI — *Antonio Teixeira de Sousa*.

Regulamento para deposito de materias incendiarias nos territorios da companhia de Moçambique

Art. 1.º A ninguem é permittido conservar em deposito materias incendiarias em quantidade superior a 360 kilogrammas, peso bruto, a não ser em edificios que, pelo seu isolamento, não offereçam risco aos edificios proximos.

Art. 2.º O individuo que desejar ter em deposito materias incendiarias, em quantidade superior á fixada no artigo anterior, assim o requererá ao Governo do territorio, que depois de informação do director das obras publicas, resolverá a pretensão, mandando passar a licença pelo commissariado de policia, se a resolução fôr favoravel.

§ 1.º A licença será de 27\$000 réis por um anno.

§ 2.º O commissariado de policia dará conhecimento á alfandega de todas as licenças d'esta natureza que tenham sido concedidas.

§ 3.º Cada deposito particular de materias incendiarias servirá exclusivamente para armazenar as do respectivo proprietario; sob pena de multa não superior a 20\$000 réis.

§ 4.º Os individuos que tenham substancias inflammaveis em depositos particulares, de que não sejam proprietarios, ficam sujeitos á mesma multa do paragrapho anterior.

Art. 3.º Os individuos que não possuam armazen nas condições exigidas pelo artigo 1.º deverão armazenar todas as substancias incendiarias que possuam, excedentes á quantidade permittida pelo citado artigo, no deposito geral da Companhia de Moçambique, especialmente construido para esse fim.

§ unico. As materias incendiarias armazenadas no deposito geral pagarão uma taxa por mez, e por kilogramma (peso bruto), 1 real á Companhia de Moçambique, sendo as fracções de mez contadas como mezes completos.

Art. 4.º O Director da alfandega dará conhecimento ao commissariado de policia de todos os despachos de materias incendiarias, effectuados por individuos que possuam as licenças a que se refere o artigo 2.º

Art. 5.º Em relação ás materias incendiarias, despachadas por individuos que não possuam as referidas licenças, passará o Director da alfandega uma guia para o commissariado de policia, a fim de essas mercadorias serem armazenadas no deposito geral.

Art. 6.º O commissariado de policia organizará registos (modelo junto) em que cada folha seja destinada a um depositante; e pelos quaes possa conhecer-se a todo o momento as quantidades e qualidades das materias incendiarias armazenadas.

Art. 7.º No dia 1 de cada mez mandará o commissariado de policia cobrar a importancia das taxas de armazenagem devidas pelos saldos de materias incendiarias que passarem em deposito de um para outro mez.

Art. 8.º Todas as importancias pagas pela armazenagem no deposito darão mensalmente entrada na thesouraria da Repartição de fazenda, onde constituirão receita especial.

Art. 9.º O commissario de policia deverá visitar duas vezes por mez, e nunca em dias certos, as casas que tenham despachado substancias incendiarias, e tambem aquellas, que, não importando por sua conta, as possam ter em deposito.

§ unico. Além das visitas obrigatorias, poderá o commissario de policia, por si, ou por delegados seus, passar visitas extraordinarias, sempre que para isso julgue ter motivo, ou por conhecimento proprio, ou por denuncia.

Art. 10.º Se, pelas visitas, de que trata o artigo antecedente e seu paragrapho, se verificar que existe em deposito quantidade superior á permittida pelo artigo 1.º, o dono do deposito pagará uma multa não superior a 50\$000 réis.

Art. 11.º A importancia das multas, descontada a parte paga aos denunciantes, dará entrada mensalmente na thesouraria da Repartição de fazenda, acompanhada dos documentos justificativos.

Petroleo (!)

Data			Movimento			Observações	
Ano	Mez	Dia	Entradas	Saídas			Existência (¹)
				Quantidade	Numero da senha		

(1) Um registo similhante deve ser organizado para cada um dos outros registos.

(2) Acripturação das existencias deve ser feita com tinta de cor differente da empregada nas outras columnas.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 19 de julho de 1900.

— Antonio Teixeira de Sousa.

Convindo esclarecer as duvidas que, por vezes, se têm suscitado sobre a forma e modo como devem ser concedidas as licenças graciosas, estabelecidas pelo decreto com força de lei de 24 de dezembro de 1885 e mais legislação em vigor aos funcionarios com um certo tempo de serviço no ultramar: ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que as alludidas licenças graciosas por diuturnidade de serviço só possam ser concedidas quando, nos prazos a que se refere a legislação respectiva, o serviço seja effectivo, não contando outras licenças ou qualquer situação de não actividade; e outrosim que taes licenças graciosas sejam sempre requeridas ao Governo da metropole, a quem pertencerá o respectivo despacho.

O que se comunica aos governadores das provincias ultramarinas para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 24 de julho de 1900.—*Antonio Teixeira de Sousa.*

(CIRCULAR.)—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tendo alguns Governos das provincias ultramarinas adoptado a pratica de repetirem a cifra dos telegrammas nos officios em que esses telegrammas são confirmados, e não julgando s. ex.^a o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar que tal pratica seja conveniente, porque pode dar logar á divulgação da cifra, encarrega-me o mesmo ex.^{mo} Ministro de rogar a v. ex.^a se sirva providenciar para que a confirmação dos telegrammas cifrados seja sempre feita em officios, com a nota de reservados, mas em que os telegrammas sejam transcriptos em linguagem vulgar, sem os numeros da cifra.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 26 de julho de 1900.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador da provincia de S. Thomé e Príncipe.—O Director geral, *F. F. Dias Costa.*

Senhor.—Havendo sido reconhecida a necessidade e vantagem de aproveitar a vastidão dos nossos dominios coloniaes no sentido das exigencias da civilização moderna, afigurou-se aos Governos que toda a conveniencia havia em entregal-os, em determinadas regiões, á iniciativa particular, sob a immediata fiscalisação do Estado.

Seguindo este criterio, foram feitas concessões de terrenos, organisaram-se companhias, algumas com direitos soberanos, das quaes é preciso tirar todo o resultado, que justifique a fundada esperanza n'este processo de colonisação.

Não se propõe o Governo, desde já, modificar o regimen de concessões no ultramar, assumpto ponderoso que desde 1894 vem sendo estudado, sem haver sido resolvido, e a que entregará os seus melhores cuidados; mas sim dar á administração das companhias coloniaes um aspecto de perfeita regularidade, que lhes augmente a confiança do publico, que melhor defenda os interesses do Estado, e ainda regular a situação dos administradores por parte do Governo, por maneira que não seja possivel que as suas opiniões e voto collidam com o modo de pensar do Governo: no que aos interesses do Estado diz respeito.

Compreende-se que só o Governo conheça, em determinadas circumstancias, qual é a attitude a tomar pelos administradores que nas companhias o representam, e que mais consentanea seja com os interesses do Estado.

Sem orientação definida, sem plano nem harmonia com o modo de pensar do Governo, acontece, por vezes, que os administradores que o representam, levados, de certo, pela mais recta das intenções e por entenderem que bem servem o seu paiz, procedem por maneira que não é a que mais convém aos verdadeiros interesses nacionaes, quando não acontece dividirem-se nas opiniões e voto, o que é profundamente lastimavel, dada a proveniencia da nomeação.

Quem ponderar que nas companhias coloniaes se não trata apenas de negocios meramente administrativos, por maneira que o dissentimento não seja seguido de graves inconvenientes, mas que por vezes se trata de negocios essencialmente politicos, da maior e da mais extraordinaria importancia, para a nossa maneira de ver, comprehenderá que o Governo não pode nem deve ser indifferente e inactivo diante das companhias em que tem representação.

Não seriam representantes das opiniões e idéas do Governo e do seu modo de pensar: seriam simples empregados, mais ou menos largamente remunerados, o que não seria honroso para elles nem proveitoso para o Estado.

Companhias ha que, tendo obtido larguissimos tractos de terrenos e privilegios, têm dividido as concessões que lhes foram primitivamente feitas por companhias sub-concessionarias, que das primeiras têm dependencia, por fórma que os interesses de umas colidem, por vezes, com os interesses das outras.

Não é raro encontrar nos corpos administrativos e fiscaes de umas e outras os mesmos individuos, o que lhes era legitimo visto a lei o não prohibir, mas que não era precisamente o que mais conviria a uma regular administração, nem o que mais se coaduna com um viver moral sem reparos.

Este inconveniente avoluma-se quando se trata de administradores de nomeação do Governo. E' frequente encontrar simultaneamente na administração de uma companhia concessionaria um individuo nomeado pelo Governo e que na administração das companhias sub-concessionarias figura como escolhido pelos accionistas.

Bem se comprehende que os interesses do Estado, que o representante do Governo tem de defender em uma das companhias, possam ser preteridos pelos interesses particulares que nas sub-concessionarias representa. Isto, sobre ser imminantemente perigoso para o Estado, tem ainda o inconveniente grave de, por assim dizer, monopolisar em um pequeno numero de individuos a administração das companhias coloniaes, que demanda actividade, trabalho e liberdade de acção, enorme dispendio intellectual, que não são compatíveis com a sua divisão.

Poderá objectar-se que os administradores nomeados pelo Governo são escolhidos de entre os accionistas e que por isso nas companhias em que estão defendem os seus interesses, que não são, por isso, antagonicos com os que têm nas companhias sub-concessionarias; mas nem sempre os administradores nomeados pelo Governo são accionistas das companhias para cuja administração foi feita a escolha, nem esse foi o fim e o proposito do legislador, no que diz respeito ás concessões feitas e ás companhias organisadas.

Não é justificavel que, devendo o Governo ter representação nas companhias a que fez concessões, tenha de ir procural-a na lista dos accionistas, e que lhe não assista o direito de escolher livremente quem mereça a sua confiança, accionista ou não; e os reparos sobem de ponto, quando se trata de companhias das quaes o Governo possui avultado numero de acções.

O criterio adoptado no presente projecto de decreto não é novo.

Ao passo, por exemplo, que o Governo tem o direito de se fazer representar por tres administradores na Companhia de Moçambique, nomeados de entre os accionistas, o Governo tem o direito de se fazer representar na Companhia de Mossamedes por tres administradores escolhidos entre os accionistas e p r mais um que escolherá livremente quando o Governo possua a decima parte das acções emitidas.

E na verdade, desde que o Governo tem interesses que lhe dão direito a intervir directamente na administração das companhias, mal se poderia comprehender que não tivesse a liberdade de escolha.

E por ser assim, no projecto de decreto que tenho a honra de submeter á apreciação de Vossa Magestade fica estabelecida a liberdade de escolha para a representação do Governo nas companhias que se formarem e em que aquella representação deve ter logar. A excepção contida no n.º 1.º do art. 1.º justifica-se pelo que já está estabelecido nas companhias constituidas.

Se se trata de dar ao Governo livre representação em determinadas companhias coloniaes, não é legitimo que elle não tenha claramente estabelecido o direito de substituir os administradores que uma vez nomeou, logo que cesse a confiança que n'elles teve.

Só pela livre escolha e pela faculdade da substituição é que o Governo pôde estar seguro de que o seu modo de pensar ácerca dos interesses do Estado, quer sob o ponto de vista politico, na mais elevada accepção da palavra, quer sob o ponto de vista dos seus interesses de accionista, será o criterio que determinará os administradores que o representam.

E por ser assim, nada justifica as disposições contidas nas cartas organicas da Companhia de Moçambique, de 17 de maio de 1897, e da Companhia do Nyassa, de 26 de setembro de 1891, pelas quaes a nomeação de tres administradores prevalecerá para os que á data das mesmas cartas representavam o Governo, pelo praso de dez annos.

Todavia, esta excepção contida nas cartas organicas, a que venho de referir-me, terá de ser mantida, por força das mesmas cartas.

Companhias ha que têm delegados seus em companhias sub-concessionarias.

Assim, por exemplo, além de outras, a Companhia de Moçambique tem delegados seus na «Companhia colonial do Buzi», na «Companhia africana dos explosivos» e na «Beira Railway Company Limited» destinados a fiscalisar por parte da Companhia de Moçambique aquellas companhias sub-concessionarias.

Estes administradores não devem ser comprehendidos nas incompatibilidades de que tratam os artigos 2.º e 3.º; mas não mais se deve permittir tal delegação.

Por disposições estatutarias, quasi todos os Conselhos de administração das companhias coloniaes delegam, no todo ou em parte, os seus poderes para a expedição dos negocios correntes em um ou mais administradores. Não pôde ser contestada a conveniencia que as companhias têm em delegar o expediente dos negocios correntes em um dos seus administradores: mas bem evidente é, que, quando se trata de companhias com direitos soberanos, os interesses do Estado aconselham que o administrador delegado deve tambem merecer a confiança do Governo.

Bem sabido é que os administradores delegados das companhias se não limitam á expedição dos negocios correntes; são elles, em regra, o seu agente activo, cuja iniciativa é coberta pelo respectivo Conselho de administração.

Em taes circumstancias, tudo aconselha que o administrador delegado de uma companhia, que tem direitos soberanos por delegação do Governo, tenha tambem d'elle a confiança. E o mesmo deve dizer-se ácerca dos governadores de territorios.

Afigura-se ser materia estatutaria para ser considerada pelo Governo, sempre que se trata de organização de estatutos para novas companhias, como da reforma de estatutos de companhias já constituídas.

Adopta-se no presente projecto de decreto a doutrina de que a acção dos administradores nomeados pelo Governo deve em tudo estar de harmonia com o seu modo de pensar, fazendo-se desaparecer o actual estado de cousas, que não é o mais proprio para a defesa dos interesses do Estado.

Nos assumptos de somenos importancia, como nos da mais alta gravidade, nem o Governo orientava administradores que o representam, nem estes procuravam conhecer as suas opiniões e resoluções. E assim, não só tem acontecido que, na mesma companhia, uns deliberam e votam por maneira que nem sempre é a mais consentanea com os interesses nacionaes, mas é ainda frequente dividirem-se em opiniões e voto, o que não pode comprehender-se desde que representam a mesma entidade — o Estado.

Preciso, pois, se torna que os administradores nomeados pelo Governo tenham orientação definida e unica.

Poderá objectar-se que o Governo deve manter-se estranho ao modo de ser administrativo das companhias, embora n'ellas tenha representação. Não é salutar este principio, não só porque se não harmonisa com a faculdade que o Governo tem de se fazer representar nas companhias, mas ainda porque ha toda a conveniencia em que, pela intervenção tardia do Governo, se não pratiquem factos seguidos de graves difficuldades, e, por vezes, de perniciosos resultados. É preciso, pois, ao mesmo tempo, que os administradores nomeados pelo Governo, em assumptos de ponderação, tenham orientação definida e a que devem ter, elles tenham a obrigação de dar conta minuciosa e circumstanciada dos actos administrativos em que intervierem e das razões que os determinaram, a fim de o Governo estar habilitado a conhecer a situação das companhias em que tem representação.

E como o proposito do Governo é obter todas as garantias de independencia de acção dos administradores que nas companhias o representam, afigura-se salutar que do Governo recebam a remuneração pelas mesmas companhias fixada para os seus administradores, das quaes o Estado cobrará as importancias que pagar.

Tem o Governo, no que diz respeito a algumas companhias, o melhor e mais efficaz meio de fiscalisação. Consiste elle em ter larga representação nas assembléas geraes, para quando queira influir na eleição dos corpos gerentes. Para isso é conveniente que o Governo, quando possua acções das companhias, use d'ellas, tendo-se em vista a limitação fixada no codigo commercial.

É materia estatutaria para ser applicada a todas as companhias de que o Governo possua acções e em todas as reformas de estatutos das companhias já organisadas.

Taes são, Senhor, os fundamentos das principaes disposições do presente projecto

decreto, que, se merecer a aprovação de Vossa Magestade, terá influencia salutar no regimen das companhias ultramarinas, sobretudo desde que seja acompanhado de rigorosa regulamentação do que diz respeito ás obrigações dos fiscaes do Governo junto das mesmas companhias.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 27 de julho de 1900.—
Antonio Teixeira de Sousa.

Attendendo ao que me representou o Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de Ministros, e usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto adicional á Carta constitucional, de 5 de julho de 1852:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A nomeação de administradores das companhias coloniaes, que, por virtude das suas leis organicas, pertença ao Governo, póde recahir em accionistas ou não.

§ 1.º Não estão comprehendidos nas disposições d'este artigo os administradores das companhias coloniaes já constituídas, e em cuja lei organica está disposto que a escolha recaia sobre accionistas; quando, porém, se proceder á revisão d'esses diplomas, o principio da livre escolha será generalisado a todas as companhias coloniaes.

§ 2.º As nomeações de administradores, de que trata este artigo e o seu § 1.º, serão feitas por tempo indeterminado, podendo, porém, o Ministro da marinha e ultramar, quando as conveniencias publicas assim o aconselhem, substituir, em qualquer occasião, no todo ou em parte, os administradores nomeados, com excepção d'aquelles a que se refere, na parte applicavel, o § 3.º do artigo 11.º da carta organica da Companhia de Moçambique, de 17 de maio de 1897 e o artigo 15.º da carta organica da Companhia do Nyassa, de 26 de setembro de 1891, e pelo tempo nos mesmos decretos marcado.

Art. 2.º Os logares de administradores, por parte do Governo, nas companhias coloniaes são incompatíveis:

1.º Com os de administradores, membros dos Conselhos fiscaes em companhias sub-concessionarias d'aquellas, junto das quaes funcionem;

2.º Com qualquer situação que lhes não permita a assistencia e voto em todas as sessões dos Conselhos de administração, exceptuando-se o caso de impedimento por doença, devidamente comprovada perante a Direcção geral, ou licença concedida pelo Governo;

3.º Com os logares de administrador ou membros do Conselho fiscal de qualquer companhia colonial, cujo campo de acção seja na mesma provincia ultramarina.

§ 1.º Das disposições do n.º 1.º d'este artigo exceptuam-se os administradores que nas companhias sub-concessionarias estão por delegação d'aquellas para que foram nomeados pelo Governo, no numero fixado em contractos de sub-concessão celebrados á data d'este decreto,—delegação expressamente prohibida quando se trate de novos contractos de sub-concessão ou da revisão dos actuaes.

§ 2.º No praso de sessenta dias, a contar da publicação d'este decreto, os individuos que forem atingidos por qualquer das incompatibilidades de que trata este artigo, e que queiram optar pelos logares de administradores por parte do Governo, entregarão na Direcção geral do ultramar os documentos pelos quaes provem que ellas cessaram, ficando essa prova reservada á apreciação do Ministro da marinha e ultramar; se a prova não fôr feita no praso n'este artigo designado, os administradores de nomeação do Governo serão immediatamente substituidos, do que se dará logo conhecimento á respectiva companhia.

Art. 3.º Nenhum administrador ou membro do Conselho fiscal de companhia colonial poderá exercer qualquer d'estas funções e a de administrador ou membro do Conselho fiscal de qualquer companhia sub-concessionaria, excepto por delegação nos precisos termos do § 1.º do artigo 2.º d'este decreto.

§ unico. Serão consideradas nullas para todos os effeitos as deliberações em que tomarem parte os administradores ou membros dos Conselhos fiscaes de companhias constituídas á data da publicação d'este decreto, abrangidos nas incompatibilidades de que trata este artigo, sessenta dias depois da sua publicação.

Art. 4.º Quando qualquer administrador nomeado pelo Governo fôr eleito para companhia abrangida nas incompatibilidades de que trata o artigo 2.º, se optar por este

ultimo lugar, assim o declarará, antes de assumir o cargo para que foi eleito, á Direcção geral do ultramar, sendo nulos todos os actos em que intervier no exercicio do cargo por que optou; em quanto não fizer essa declaração.

Art. 5.º Serão consideradas nullas para todos os effeitos as deliberações em que tomarem parte os administradores e membros de Conselhos fiscaes, emquanto não optarem, por declaração expressa, por um dos logares entre os quaes ha incompatibilidades de que trata o artigo 3.º

Art. 6.º Os administradores nomeados pelo Governo regularão os seus actos por maneira a defenderem principalmente os interesses do Estado, recebendo instrucções que lhes serão dadas pelo Director geral do ultramar, verbalmente ou por escripto, e em nome do respectivo Ministro, sendo da competencia do mesmo Director geral convocar os sempre que as conveniencias publicas assim o aconselhem; em casos extraordinarios e de reconhecida importancia para os interesses do Estado, quando não hajam recebido instrucções, nada resolverão sem prévia consulta feita ao Ministerio da marinha e ultramar.

Art. 7.º Os administradores nomeados pelo Governo não poderão fazer se representar nos Conselhos a que pertencerem por meio de procuração; comparecerão pessoalmente, recebendo da companhia uma cedula de presenca, visada pelo respectivo fiscal do Governo, em troca da qual o Ministerio da marinha e ultramar pagará, em conta da respectiva provincia, o que as respectivas companhias destinarem á remuneração de cada administrador, e que estas no fim de cada mez farão entrar nos cofres do Estado.

§ unico. Quando as companhias não entrem nos cofres do Estado com a importancia devida ao thesouro para pagamento aos administradores de nomeação do Governo, será o facto considerado como falta essencial para determinar a revogação do respectivo contracto.

Art. 8.º Os administradores por parte do Governo enviarão, no fim de cada trimestre, á Direcção geral do ultramar, um relatorio circunstanciado dos factos occorridos na administração da respectiva companhia, declarando o modo por que procederam e os motivos por que o fizeram, podendo, para cabal esclarecimento, fazer acompanhar a sua exposição de quaesquer documentos, que solicitarão das companhias a que pertencerem.

Art. 9.º Sempre que se trate de companhias com direitos soberanos, a escolha de administrador delegado dos Conselhos de administração ou principal gerente e dos governadores de territorios, será submettida á approvação do Governo, sem a qual serão considerados nulos os actos que praticarem, e a companhia que não satisfizer esta obrigação incorrerá em falta essencial no cumprimento do seu contracto.

§ unico. As disposições d'este artigo serão applicadas ás companhias que têm direitos soberanos e que se acharem constituídas á data da publicação d'este decreto, sempre que as suas leis organicas não obstem á sua applicação.

Art. 10.º Nas assembléas geraes das companhias coloniaes, de que o Estado possua acções, este terá tantos votos, quantos representarem o quociente que resulte da divisão do numero total d'essas acções pelo que representa o minimo que, pelos estatutos de cada companhia, dá direito a fazer parte da mesma assembléa, até ao limite fixado no artigo 183.º, § 3.º, do codigo commercial.

§ unico. Esta disposição deverá tambem ser observada quando se trate da reforma dos estatutos das companhias constituídas á data da publicação d'este decreto.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de julho de 1900. = REI. = *Antonio Teixeira de Sousa.*

Havendo a mais urgente nécessidade de regulamentar as attribuições dos commissarios do Governo junto das companhias coloniaes, condição indispensavel para uma regular e proveitosa fiscalisação do Estado: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os commissarios do Governo junto das companhias coloniaes, por expressa disposição das suas leis organicas, são de livre nomeação do Governo em commissão temporaria, podendo ser transferidos de uma para outra companhia ou mandados substituir

eventualmente outro commissario, que, por motivo justificado, não possa desempenhar-se dos deveres da sua commissão, podendo igualmente ser exonerados quando o Governo assim o tenha por conveniente.

§ 1.º Os commissarios do Governo têm por dever indeclinavel e inilludivel, não sómente zelar os interesses do Estado, mas tambem velar pela exacta observancia das condições e clausulas dos decretos de concessões e pelo fiel cumprimento dos regulamentos que para os diversos serviços da sua administração tenham sido approvados pelo Governo.

§ 2.º Os commissarios do Governo são os intermediarios entre as administrações das companhias e o Governo por meio da Direcção geral do ultramar, tanto para a troca da correspondencia, como para a transmissão das instruções verbaes ou escriptas que o Governo entenda por conveniente dar ás companhias.

§ 3.º Cumpre aos commissarios do Governo informal-o circunstanciadamente de todos os factos que se dêem na administração das companhias e que interessem o Estado, de modo que o Governo possa de prompto providenciar, quando isso seja necessario, em ordem a evitar que, por qualquer fórma, esses interesses sejam prejudicados.

§ 4.º Para os effeitos do paragrapho antecedente os commissarios do Governo enviarão semanalmente á Direcção geral do ultramar, sem prejuizo do disposto no paragrapho antecedente, um boletim contendo um summario das occorrencias produzidas na administração das companhias.

§ 5.º Remetterão igualmente os commissarios do Governo ao Ministerio da marinha e ultramar cópias authenticadas das actas das sessões dos corpos gerentes das companhias, indicando quaes as que encerram materia que deva ser considerada reservada, juntando a todas ellas a sua informação e parecer ácerca da legalidade das resoluções tomadas.

§ 6.º Quando, por virtude da sua organização e pela extensão das suas faculdades politicas, as companhias tenham publicações officiaes para a inserção de ordens de serviço, os commissarios do Governo, logo que d'ellas tenham conhecimento, communicarão á Direcção geral do ultramar quaes as ordens publicadas que, por qualquer fórma, excedam aquellas faculdades, contrariem as disposições dos regulamentos approvados ou possam prejudicar os interesses do Estado, devendo entender-se que não estão em taes condições, mas sob sua responsabilidade, os actos a que os commissarios do Governo não façam referencia especial.

§ 7.º De todas as publicações feitas pelas companhias, mesmo as que tenham caracter reservado, que com essa designação serão enviadas, remetterão regular e successivamente á Direcção geral do ultramar, sem prejuizo do disposto nos paragraphos antecedentes, dois exemplares para serem devidamente archivados.

§ 8.º As companhias coloniaes facultarão aos commissarios do Governo os livros das actas dos seus corpos gerentes e da assembléa geral, os livros da escripturação, contabilidade e correspondencia, e todos os documentos necessarios para poder conhecer do seu estado economico e financeiro.

§ 9.º Os commissarios do Governo terão a faculdade de entrar nos escriptorios e Repartições da companhia, junto da qual funccionem, estabelecidos na sua séde social ou fóra d'ella, de examinar todos os documentos e de exigir todas as informações que sejam necessarias para julgar da regularidade das operações realizadas e dos actos praticados.

§ 10.º Os commissarios do Governo enviarão annualmente ao Ministerio da marinha e ultramar um relatorio circunstanciado da situação economica e financeira da respectiva companhia, acompanhado de todas as informações estatisticas que possa obter com relação aos serviços da companhia no ultramar, e bem assim nota de todos os factos e circumstancias que se tenham dado nas relações entre a mesma companhia e o Governo e entre estas e as suas companhias sub-concessionarias.

Art. 2.º O logar de commissario do Governo junto das companhias coloniaes é incompativel:

1.º Com os logares de administrador ou membro do Conselho fiscal de companhias sub-concessionarias d'aquella, junto da qual funcione como commissario do Governo;

2.º Com qualquer situação que lhe não permita assistir a todas as sessões dos Conselhos de administração, exceptuando impedimento por doença, devidamente comprovada perante a Direcção geral do ultramar, ou licença concedida pelo Governo;

3.º Com o de administrador ou membro do Conselho fiscal de qualquer companhia colonial, cujo campo de acção seja na mesma provincia ultramarina o da companhia, junto da qual funcione como commissario do Governo.

Art. 3.º Os commissarios do Governo junto das suas companhias concessionarias poderão intervir, com todas as faculdades contidas no art. 1.º d'este decreto, junto das companhias sub-concessionarias d'aquellas, e intervirão sempre que pela Direcção geral do ultramar, sob despacho do respectivo Ministro, lhe seja ordenado, sem prejuizo do disposto no art. 178.º do codigo commercial.

§ unico. A intervenção dos commissarios do Governo junto das companhias sub-concessionarias não lhes dá direito a remuneração maior do que a fixada para as companhias concessionarias do Governo, junto das quaes forem collocados.

Art. 4.º Os commissarios do Governo poderão, collectivamente, ser convocados para se reunirem, sob a presidencia do Director geral do ultramar, a fim de serem ouvidos sobre assumptos geraes da administração das companhias coloniaes, ou, individual e isoladamente para prestarem informações, quer perante a Direcção geral do ultramar, quer perante qualquer dos corpos consultivos ultramarinos que funcionam junto do Ministerio da marinha e ultramar.

Art. 5.º Os vencimentos dos commissarios do Governo serão pagos pela Direcção geral do ultramar, em conta da provincia respectiva, nos termos e pela forma que estiverem estabelecidos pelas companhias para a sua administração, devendo as companhias reembolsar a mesma Direcção geral das quantias despendidas em liquidações mensaes.

§ unico. Quando as companhias não entrem nos cofres do Estado com a importancia destinada a pagamento dos commissarios do Governo, será o facto considerado como falta determinante da rescisão dos respectivos contractos.

Art. 6.º Os actuaes commissarios régios junto das companhias coloniaes passam a ter a designação de Commissarios do Governo.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.—Paço, em 27 de julho de 1900.—REI.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

Convindo simplificar, quanto possivel, o processo de arrecadação do imposto de 10 réis por kilogramma de algodão em rama ou carôço, consumido pelas fabricas do reino e ilhas adjacentes, que, nos termos da carta de lei de 17 de agosto ultimo, constitue uma das receitas destinadas á construcção do caminho de ferro de Benguella; e

Conformando-me com as informações que, sobre este assumpto, me foram apresentadas pelas Estações competentes:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Nos despachos de importação de algodão em rama ou em carôço será pago conjuntamente com as restantes imposições aduaneiras, sob rubrica especial, o imposto de que trata este decreto, sendo devidamente escripturado nos livros de receita classificada das alfandegas.

Art. 2.º No fim de cada mez será preenchida pelas alfandegas uma guia de tres ta-lões, na qual se indicarão os nomes dos importadores, os numeros de receita dos despachos e a importancia de cada um d'elles.

Art. 3.º O primeiro talão da guia mencionada no artigo antecedente será enviado á Junta administrativa do caminho de ferro de Benguella; os dois restantes serão remet-tidos, com a importancia do imposto, á caixa geral de depositos, a qual devolverá um d'elles, com o competente recibo.

Art. 4.º Fica, por esta forma, modificado o artigo 2.º do decreto regulamentar de 11 de junho ultimo.

Os Ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 27 de julho de 1900.—REI.—*Anselmo de Assis Andrade*—*Antonio Teixeira de Sousa*.

Manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, approvar, para os devidos effeitos, o regulamento do presidio militar da fortaleza de S. Paulo do Monte, de Macau, mandado executar por Portaria do Governo da referida provincia, n.º 23, de 6 de abril de 1885.

Paço, em 27 de julho de 1900.—*Antonio Teixeira de Sousa*.

Portaria provincial e regulamento a que se refere a régia portaria retro

N.º 23 — Governo da provincia de Macau e Timor e suas dependencias. — Tendo a experiencia demonstrado a necessidade de crear um presidio militar onde sejam recolhidas todas as praças condemnadas por accordão da Junta de justiça ou julgadas por incorrigibilidade, e as que por qualquer circumstancia não convenha conservar nos calabouços dos respectivos quartéis; — tendo ouvido o Conselho do Governo e a Junta da fazenda: — dependente da approvação do Governo de Sua Magestade: — hei por conveniente determinar que na fortaleza de S. Paulo do Monte se organise um presidio militar, segundo o regulamento que baixa por mim assignado e faz parte integrante d'esta Portaria, cuja execução deverá começar no dia 1.º do proximo mez de maio. — As auctoridades a quem o conhecimento e execução d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram. — Palacio do Governo de Macau, 6 de abril de 1885. — O Governador da provincia, *Thomaz de Sousa Rosa*.

Regulamento do presidio militar da fortaleza de S. Paulo do Monte

CAPITULO I

Organisação

Art. 1.º Haverá na fortaleza de S. Paulo do Monte um presidio militar destinado a receber as praças julgadas incorrigiveis e as condemnadas por accordão da Junta de justiça.

§ unico. Com auctorisação do Governador da provincia poderão ser recolhidas no referido presidio as praças dos corpos da guarnição presas para julgamento, ou quaesquer outras que, por qualquer circumstancia, não convenha conservar nos calabouços dos respectivos quartéis.

Art. 2.º — O presidio será dividido em tres classes destinadas:

A 1.ª a receber as praças condemnadas por incorrigibilidade.

A 2.ª a receber as praças condemnadas por accordão da Junta de justiça.

A 3.ª a receber as praças que estiverem nas circumstancias do § unico do artigo 1.º, que serão consideradas addidas.

Art. 3.º Haverá para cada classe uma prisão com a conveniente capacidade e segurança, onde estarão reclusas as praças que a ella pertencerem, não sendo permittida a communicação entre os presos das differentes classes.

Art. 4.º O presidio será commandado pelo ajudante da fortaleza, que terá para o coadjuvar serviço de administração, escripturação e vigilancia um official inferior e dois cabos, tirados da classe de reformados e nomeados sob sua proposta pelo Governador da provincia.

§ unico. Quando na classe de reformados não haja official inferior ou cabos em circumstancias de bem desempenharem o serviço de que trata este artigo, poderão ser tirados de um dos corpos da guarnição.

Art. 5.º O official inferior e cabos empregados no presidio perceberão as gratificações diárias de 60 réis o primeiro, e de 40 réis os segundos.

Art. 6.º As praças julgadas incorrigiveis ou condemnadas por accordão da Junta de justiça terão passagem ao presidio, sendo abatidas ao effectivo dos corpos na data da confirmação da sentença ou do *cumpra-se* do Governador da provincia. As que estiverem no caso do § unico do artigo 1.º continuarão a pertencer aos respectivos corpos.

Art. 7.º As praças da 2.ª classe serão soltas no ultimo dia da sentença, ao sol posto, e abatidas ao effectivo do presidio no dia immediato, tendo passagem aos corpos a que pertenciam.

§ 1.º As praças do regimento de infantaria do ultramar regressarão a Lisboa com os seus respectivos batalhões, se estes retirarem antes de ellas terem cumprido a sentença.

§ 2.º Para a execução d'este artigo o commandante do presidio participará ao quartel-general, com a precisa antecedencia, quando qualquer presidiado termine a sentença, para que a passagem seja devidamente auctorisada.

